SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 07 de Maio de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO X | Nº 2012

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL (AMSO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 018/2019

Processo CIS/AMSO Nº 008/2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO SERIDÓ ORIENTAL-CIS/AMSO.
CONTRATADA: ALEXSANDRO ROBERTO DA SILVA ROCHA-ME, CNPJ: 13.583.710/0001-33
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL.
VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMSO
Unidade Orçamentária: 0101 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS/AMSO
Função: 010 – SAÚDE
Sub-Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 001 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Atividade: 2.001 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
Elemento de Despesa: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 02/05/2019 A 02/05/2020.

Currais Novos, 02 de maio 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Verônica Juliana Garcia Geraldo
Código Identificador:47FDD0F2

SECRETARIA EXECUTIVA - AMSO
COMPRA DIRETA

Processo AMSO Nº 011/2019
Dispensa de Licitação 008/2019

CONTRATANTE: Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-AMSO
CONTRATADA: LULA COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS - CNPJ N° 12.747.440/0001-96
OBJETO: AQUISIÇAO DE OLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE**.**
VALOR TOTAL: R$ 1.519,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Orgão: 01 - Associação dos Municípios da Microrregião do Seridó Oriental-AMSO
Unidade administrativa: 0103 – Departamento Administrativo
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0003 - Manutenção do Departamento Administrativo
Atividade: 2.003 - Manutenção do Departamento Administrativo
Elemento de despesas: 33903000 – Material de consumo

Currais Novos, 02 de maio de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:FA2498E4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 010, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Publica a relação de candidatos inscritos para participarem do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar do município de Acari/RN, gestão 2020/2023.

A **COMISSÃO ORGANIZADORA,** no uso das suas atribuições legais, concedidas pela Resolução CMDCA nº 007/2019, de 27 de março de 2019, que normatiza o processo de seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para Conselheiros Tutelares do município de Acari/RN, gestão 2020/2023, com fulcro no EDITAL Nº 003/2019/CMDCA, torna pública a relação de candidatos inscritos

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo
1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti
2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva
3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes
4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes
5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior
1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante
2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior
1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes
2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho
CONSELHO FISCAL
1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza
2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto
3 - Prefeito José Arnor da Silva
SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL
1 - Prefeito José Marques Fernandes
2 - Deusdete Gomes de Barros
3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

para participarem do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS:

SEQ.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	IDENTIDADE Nº
1	01	Thiago Fernandes de Brito	RG: 002.628.762/RN
2	02	Maria Lilieda dos Santos	RG: 001.794.949/RN
3	03	Lizandra de Brito Amaro	RG: 002.840.566/RN
4	04	Fabiana Azevêdo da Costa	RG: 002.110.133/RN
5	05	Margarida Aparecida Santos da Silva	RG: 2000015031420/CE
6	06	José Estevam dos Santos Silva	RG: 874.452/RN
7	07	Miriam Alves da Silva	RG: 418.381/RN
8	08	Elisandra Silva Souza	RG: 002.448.380/RN
9	09	Maria da Guia da Silva Araújo	RG: 59.061.138-0/SP
10	10	Francisco Canindé da Silva	RG: 001.223.554/RN
11	11	Maria da Guia dos Santos	RG: 002.415.568/RN
12	12	Elany Viana da Silva	RG: 002.359.789/RN
13	13	Andrea Claudia da Silva Araújo	RG: 001.223.566/RN
14	14	Rosenilda Silva de Medeiros	RG:002.614.919/RN
15	15	Vicente Cassiano Lucena Silva	RG: 002.840.297/RN

Acari-RN, 06 de maio de 2019.

CONSELHEIRA ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:C973C020

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
RESOLUÇÃO Nº 011, DE 06 DE MAIO DE 2019

Publica a relação de candidatos com inscrições deferidas e indeferidas que concorrerão às eleições para Conselheiros Tutelares do município de Acari/RN, gestão 2020/2023.

A **COMISSÃO ORGANIZADORA,** no uso das suas atribuições legais, concedidas pela Resolução CMDCA nº 007/2019, de 27 de março de 2019, que normatiza o processo de seleção dos candidatos que concorrerão às eleições para Conselheiros Tutelares do município de Acari/RN, gestão 2020/2023, com fulcro no EDITAL Nº 003/2019/CMDCA, torna pública a relação de candidatos com as inscrições deferidas.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

SEQ.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	IDENTIDADE Nº
1	01	Thiago Fernandes de Brito	RG: 002.628.762/RN
2	03	Lizandra de Brito Amaro	RG: 002.840.566/RN
3	04	Fabiana Azevêdo da Costa	RG: 002.110.133/RN
4	05	Margarida Aparecida Santos da Silva	RG: 2000015031420/CE
5	06	José Estevam dos Santos Silva	RG: 874.452/RN
6	07	Miriam Alves da Silva	RG: 418.381/RN
7	09	Maria da Guia da Silva Araújo	RG: 59.061.138-0/SP
8	10	Francisco Canindé da Silva	RG: 001.223.554/RN
9	11	Maria da Guia dos Santos	RG: 002.415.568/RN
10	12	Elany Viana da Silva	RG: 002.359.789/RN
11	13	Andrea Claudia da Silva Araújo	RG: 001.223.566/RN
12	14	Rosenilda Silva de Medeiros	RG:002.614.919/RN
13	15	Vicente Cassiano Lucena Silva	RG: 002.840.297/RN

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:

SEQ.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	IDENTIDADE Nº
1	02	Maria Lilieda dos Santos	RG: 001.794.949/RN
2	08	Elisandra Silva Souza	RG: 002.448.380/RN

DO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

A homologação das inscrições acontecerá no dia **04 de junho de 2019**, através de Resolução que será afixada no Quadro Próprio de Editais/Comunicados do CMDCA – Acari/RN, do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (**www.diariomunicipal.com.br/femurn**) e de meios de comunicação local.

Os candidatos com inscrições indeferidas terão o prazo de **20/05/2019 à 24/05/2019** para apresentarem defesa.

Decorrido o prazo a que se refere o item anterior, a Comissão Organizadora reunir-se-á para avaliar os requisitos, documentos, currículos, impugnações e defesas, deferindo os registros dos candidatos que preencham os requisitos da lei e indeferindo os que não preencham ou apresentem documentação incompleta, até o dia **29/05/2019**.

A Comissão Organizadora publicará no dia **30/05/2019** a lista preliminar de candidaturas habilitadas e abrirá prazo de 02 (dois) dias para eventuais recursos ao CMDCA.

Esgotada a fase recursal, a comissão organizadora, no dia 04/06/2019, fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

Acari-RN, 06 de maio de 2019.

CONSELHEIRA ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Presidente Da Comissão Organizadora

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:8B4A8F19

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2019-PMA-GP

Dispõe sobre a concessão de férias de ofício ao servidor da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos de Acari, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor protocolado em 15 de março de 2019, requerendo o pagamento integral em pecúnia de férias não gozadas referentes a 03 (três) períodos aquisitivos;

CONSIDERANDO o não gozo de férias dos períodos constantes no anexo do requerimento quais sejam: 2015, 2016 e 2017, se deram por mera liberalidade do servidor e não por interesse da administração pública municipal;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 93 da Lei Complementar nº 001, de 28 de novembro de 1991 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Acari:

"Art. 93 – O servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de 02 (dois) períodos, no caso de necessidade ao serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica."

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Acari não se opõe que o servidor goze férias referentes aos períodos aquisitivos a que tem direito;

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ACARI/RN**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 001, de 28 de novembro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – **INDEFERIR** o Requerimento formulado e **CONCEDER** de ofício, a prorrogação de férias regulamentares por mais 30 (trinta) dias, referente ao segundo período aquisitivo de férias regulamentar não gozado - 15 de junho de 2016 à 14 de junho de 2017, ao servidor **ZUIL RIBEIRO DA SILVA**, matrícula nº 10.114, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Acari/RN, no período de 01 à 30 de maio de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se ciência.

Acari/RN, 30 de abril de 2019.

ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:9E87D173

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO (LICITAÇÃO Nº 011/2019 – PREGÃO PRESENCIAL), PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, **CNPJ:** 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: **CONSTRUTORA PTS EIRELI - ME, CNPJ Nº 12.161.390/0001-60. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADAPARA LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM (motorista e combustivel) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ANO LETIVO 2019. Dotação Orçamentária**: As despesas decorrentes do que trata o objeto deste Pregão serão custeadas com recursos próprios consignados no orçamento geral do município no Exercício de 2019, através das seguintes Dotações Orçamentária:
02.007.12.122.0007.2.030.3390.39.00.00.00
02.007.12.362.0007.2.024.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.022.3390.39.00.00.00
02.007.12.361.0007.2.026.3390.39.00.00.00
02.007.12.364.0007.2.023.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.026.3390.39.00.00.00
VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2019, **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 368.341,12** (trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e doze centavos). **Assinaturas** em 29/04/2019,

Pela Contratante:
FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX BERTULEZA,
CPF Nº 392.181.124-49 e

Pela Contratada:
PEDRO TRAVESSA DE SOUZA,
CPF: Nº 807.244.264-34.

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:3D6820C0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO (LICITAÇÃO Nº 011/2019 – PREGÃO PRESENCIAL), PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2019.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, **CNPJ:** 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: **F L SOUZA MERCADINHO - ME, CNPJ Nº 09.269.686/0001-95. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADAPARA LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM (motorista e combustivel) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ANO LETIVO 2019. Dotação Orçamentária**: As despesas decorrentes do que trata o objeto deste Pregão serão custeadas com recursos próprios consignados no orçamento geral do município no Exercício de 2019, através das seguintes Dotações Orçamentária:
02.007.12.122.0007.2.030.3390.39.00.00.00
02.007.12.362.0007.2.024.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.022.3390.39.00.00.00
02.007.12.361.0007.2.026.3390.39.00.00.00
02.007.12.364.0007.2.023.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.026.3390.39.00.00.00
VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2019, **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 349.623,68** (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos). **Assinaturas** em 29/04/2019, **Pela Contratante: FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX BERTULEZA, CPF nº** 392.181.124-49 e **Pela Contratada:** Fábio Luiz de Souza**, CPF: Nº** 009.335.174-75.

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:545F057F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO (LICITAÇÃO Nº 011/2019 – PREGÃO PRESENCIAL), PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2019, CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, **CNPJ:** 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: **M H BEZERRA NETO ME, CNPJ nº 26.948.134/0001-22. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADAPARA LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS COM (motorista e combustivel) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ANO LETIVO 2019. Dotação Orçamentária**: As despesas decorrentes do que trata o objeto deste Pregão serão custeadas com recursos próprios consignados no orçamento geral do município no Exercício de 2019, através das seguintes Dotações Orçamentária:
02.007.12.122.0007.2.030.3390.39.00.00.00
02.007.12.362.0007.2.024.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.022.3390.39.00.00.00
02.007.12.361.0007.2.026.3390.39.00.00.00
02.007.12.364.0007.2.023.3390.39.00.00.00
02.007.12.365.0007.2.026.3390.39.00.00.00
VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2019, **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 349.133,12** (trezentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e três reais e doze centavos). **Assinaturas** em 29/04/2019, **Pela Contratante: FRANCISCO DAS CHAGAS FÉLIX BERTULEZA, CPF nº** 392.181.124-49 e **Pela Contratada:** Manoel Henrique Bezerra Neto**, CPF: Nº** 812.107.874-15.

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:A7A5B8C3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO (LICITAÇÃO Nº 008/2019 – PREGÃO PRESENCIAL), PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3453/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2019. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PUBLICO INTERNO, **CNPJ:** 08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: **ING GASES DO NORDESTE EIRELI - ME,** inscrita no **CNPJ Nº 23.521.624/0001-50. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS DE GASES MEDICINAIS (OXIGENIO) PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL MATERNIDADE DR. TEODULO AVELINO NO EXERCICIO DE 2019, NO MUNICÍPIO DE AFONSO BEZERRA/RN.**
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do que trata o objeto deste Pregão serão custeadas com recursos próprios consignados no orçamento geral do município no Exercício de 2019, através das seguintes Dotações Orçamentária:
03.001.10.302.0026.2.010.3390.39.00.00.00
VIGÊNCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2019, **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 42.100,00** (quarenta e dois mil e cem reais). **Assinaturas** em 06/05/2019, **Pela Contratante: FRANCISCO DAS**

CHAGAS FÉLIX BERTULEZA, CPF nº 392.181.124-49 e **Pela Contratada:** Karla Veruska Diniz Maia**, CPF: Nº** 023.045.414-37.

Publicado por:
Felipe Henrique de Morais Avelino Bezerra
Código Identificador:8BF053E9

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 032/2019 – MODALIDADE PREGAO PRESENCIAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3887/2018

O Pregoeiro do Município de Afonso Bezerra/RN, CNPJ nº 08.294.688/0001-71, torna público que irá realizar no dia **24/05/2019 às 08h30min** na sede da Prefeitura Municipal. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS E NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO BEZERRA/RN, para exercício de 2019**. O edital e seus anexos encontra-se à disposição no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, Praça Jose Varela, nº 78, Centro, o edital na integra, e no e-mail: cplafonso_bezerra2017@hotmail.com.

JESIEL ANDRÉ FAUSTINO DA SILVA.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Jesiel André Faustino da Silva
Código Identificador:4BECF133

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA NOVA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA NOVA/RN
Rua: Nossa Senhora de Fátima; nº 88 – Centro – Água Nova/RN

Lei Municipal nº 084/2003

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Água Nova/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 084/2003 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 Eva Beatriz de Souza Fernandes
02 José Roken Baby Pereira da Silva
03 José Aetes Ares Gomes
04 Joana Carla Vieira
05 Francisco Alcimar de Lima Silva
06 Lucas Henrique da Costa
07 Maria Gildeone da Silva Carvalho
08 Luan Vinícius Pereira Silva
09 Maria Risoneide de Souza
10 Francisco Luiz do Nascimento
11 Leonardo Holanda Bezerra de Freitas
12 Maria das Graças Souza

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Nossa Senhora de Fátima; nº 88; Centro de Água Nova/RN no horário das 08:00h às 13:00h.

Água Nova/RN, 03 de maio de 2019.

BENEDITO EUDES BEZERRA DAMACENA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Francisco das Chagas lau Júnior
Código Identificador:D0A617EC

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 12/2019 PP

A Prefeitura Municipal de Água Nova, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público, nos termos da Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, c/c a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, fará realizar Procedimento Licitatório - Sistema de Registro de Preços - Modalidade: Pregão - Tipo: Menor preço- Objeto: Aquisição de material e equipamentos elétricos e hidráulicos para manutenção dos prédios públicos e ambientes urbanos e rurais do Município de Água Nova. - Sessão Pública e Início da Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 17/05/2019, Local: Rua José Bezerra, nº 90, centro, Água Nova/RN. O Edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nesse mesmo local, das 08h00m às 12h00min, nos dias de segunda a sexta-feira.

ÁGUA NOVA/RN, 30/04/2019

ELGIANO GOMES DE FARIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Francisco das Chagas lau Júnior
Código Identificador:8FCCAED4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 00015/2019

AVISO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO nº 00015/2019

O PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 110/2019, de 01/02/2019, e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 10520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DE REVENDA DE MATERIAL DE LABORATÓRIO, PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES GRADUAL E PARCELADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN., conforme especificações constantes no Edital Convocatório., conforme especificações constantes no Instrumento Convocatório. Licitantes vencedores: **MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 07.969.641/0001-06, com endereço comercial a Rua Frei Miguelino, 811 – "A" – Doze Anos – CEP 59603-350 – Mossoró/RN. Item(s): 1 -

2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78. Valor: R$ 82.802,00(oitenta e dois mil oitocentos e dois reais).

Alexandria/RN, 06 de abril de 2019

ULISSES NETO DE MESQUITA
Pregoeiro.

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:9CC97E4F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.05.06-0002

EXTRATO DE CONTRATO nº 2019.05.06-0002

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP, EM BUTIJÃO DE 13 Kg. PARA MANUTENÇÃO DAS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A SSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO., conforme especificações constantes no Instrumento Convocatório. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00019/2018. DOTAÇÃO: UNIDADE: 02.001 - GABINETE CIVIL
FUNÇÃO: 04-ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 002 - GABINETE CIVIL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.003-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
FUNÇÃO: 04-ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.004-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.004 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO: 04-ADMINISTRAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
PROGRAMA: 006 - TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.017-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12-EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 007 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.024-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12-EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 007 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.026-MANUTENÇÃO DO FUNDEB 40%
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12-EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 007 - ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.174-MANUTENÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.008 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10-SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATÓRIAL
PROGRAMA: 012 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIAL E HOSPITALAR
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.060-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.008 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10-SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 301 - ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA: 012 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIAL E HOSPITALAR
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.152-PMAQ - PROGRAMA DE MELHORIA DA ATENÇÃO DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.008 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10-SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATÓRIAL
PROGRAMA: 012 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIAL E HOSPITALAR
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.143-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NASF
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.008 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO: 10-SAÚDE
SUBFUNÇÃO: 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATÓRIAL
PROGRAMA: 012 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGÊNCIAL E HOSPITALAR
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.145-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.068-MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSSICA
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.069-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.169-MANUTENÇÃO DO BLOCO DE GESTÃO BALSA FAMILIA

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 018 - APOIO AO JOVEM/ADOLESCENTE E CONSELHO TUTELAR
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.080-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.009 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08-ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA: 015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.173-MANUTENÇÃO DO CRIANÇA FELIZ
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
FUNÇÃO: 15-URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA
PROGRAMA: 020 - IMPLEMENTANDO A INFRA ESTRUTURA MUNICIPAL
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.084-MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
UNIDADE: 02.011 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
FUNÇÃO: 20-AGRICULTURA
SUBFUNÇÃO: 606 - EXTENÇÃO RURAL
PROGRAMA: 021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADEE: 2.102- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: Ate o final do exercício financeiro de 2019. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alexandria e: GAS DO SERTAO LTDA - ME – Av. Benedito Julião de Medeiros, 358 - Centro - Rafael Godeiro - RN, CNPJ nº 18.630.298/0001-89, neste ato representado por **FRANCISCO MESSIAS DIAS**, Brasileiro, Casado, Empresario, residente e domiciliado na Rua Padre Freire, 56 – Belo Horizonte – CEP 59.600-430 – Mossoró/RN, CPF nº 315.731.264-20, Carteira de Identidade nº 102.006 SSP/RN. R$ 19.256,79 (dezenove mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e nove centavos).Referente ao saldo remanescente da ata de registro de preço oriundo da licitação acima mencionada, que foi feita com o quantidade de 500 unidades, tendo sido comprada ate a presente data a quantidade de 179 unidades, restando como saldo um total de 321 unidades ao preço unitário de R$ 59,99(cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos) cada unidade.

Alexandria/RN, 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:3DAFF46E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

A comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alexandria, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação n°. 00015/2019, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DE REVENDA DE MATERIAL DE LABORATÓRIO, PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES GRADUAL E PARCELADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA/RN. Conforme especificações constantes no Edital Convocatório, ocorrido em 06/05/2019 às 08h00min, tive(ram) o(s) licitante(s) o julgamento e foi(ram) considerado(s) vencedor(es) o(s) seguinte(s) participante(s): Licitantes vencedores: **MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no cadastro nacional de pessoa jurídica sob o nº 07.969.641/0001-06, com endereço comercial a Rua Frei Miguelino, 811 – "A" – Doze Anos – CEP 59603-350 – Mossoró/RN. Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78. Valor: R$ 82.802,00(oitenta e dois mil oitocentos e dois reais).

Alexandria/RN, 10 de abril de 2019

ULISSES NETO DE MESQUITA
Pregoeiro.

Publicado por:
Pedro Avelino M. Neto
Código Identificador:2EF8032D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 319, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 319, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A **PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE ALEXANDRIA/RN**, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I, e 45, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Exonerar o(a) senhor(a) **JANAINA ALVES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo comissionado de Assessor Nivel A, símbolo CC-10, com funções na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE MAIO DE 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:3D7F4304

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 320, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 320, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **MAYARA SOUSA SARMENTO,** Matrícula nº 1.430, ocupante do cargo de Secretária Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada à cidade de Natal/RN, a importância de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente 22.906-7, referente à diária no período de 07 de maio de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta

municipalidade – Aula Marga do CAPACITASUAS, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 241,34 (duzentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:5A639A15

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 321, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 321, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a Servidora **MARGARIDA MAGNA DE ASSIS,** Matrícula nº 1.699, ocupante do cargo de Assistente Social - PPD, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada à cidade de Natal, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente 8.626-6, referente à diária no período do dia 07 de maio de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade – Aula Magna do CAPACITASUAS, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:7D7E5F7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 322, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 322, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a **FRANCISCO LINDEMBERG DE BRITO,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assessor Nível A, Matrícula nº 1.453, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 29.312-1, referente à diária no período do dia 07 de maio de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de maio de 2019..

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:45996EDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 323, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 323, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Nomear o(a) Senhor(a) **JANAINA ALVES DE OLIVEIRA,** para o Cargo em Comissão de Coordenador Geral - Nivel B, da Prefeitura Municipal, símbolo CC-03, com suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE MAIO DE 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:2490D65E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 324, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 323, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Nomear o(a) Senhor(a) **JANAINA ALVES DE OLIVEIRA,** para o Cargo em Comissão de Coordenador Geral - Nivel B, da Prefeitura Municipal, símbolo CC-03, com suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE MAIO DE 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E6BEB9DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 325, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 325, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1o – CONCEDER ao(a) Servidor(a) **MARIA DALVA DA SILVA**, Matrícula n.º 352-1, ocupante do cargo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, **Averbação de Tempo de Serviço** de 2.465 (dois mil, quatrocentos e sessenta e cinco) dias, correspondente a 06 (seis) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias, período de 01/02/1992 a 31/10/1998.

Art. 2º – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:EB2E0967

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 326, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Nomear o(a) Senhor(a) **AUSTERIO ANTONIO SARMENTO,** para o Cargo em Comissão de Assessor Nivel C, da Prefeitura Municipal, símbolo CC-04, com suas funções na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE MAIO DE 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:93C2637F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 327, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 327, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO decisão proferida nos Autos de n.º 0100691-92.2016.8.20.0110;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao(a) servidor(a) **MARIA JOSE DE FARIAS,** Matrícula n.º 379-1, ocupante do cargo de Professor PIII-B, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, **MUDANÇA DE CLASSE** da **Letra "B"** para a **Letra "G",** conforme preceitua a Lei Complementar n.º 02, de 11 de abril de 2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de Alexandria/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:85FC2898

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 328, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 328, DE 02 DE MAIO DE 2019.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Nomear o(a) Senhor(a) **ROSSINALDO LIMA DE OLIVEIRA,** para o Cargo em Comissão de Assessor Nivel A, da Prefeitura Municipal, símbolo CC-10, com suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 2o – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 02 DE MAIO DE 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:501760FD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 329, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 329, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I, e 45, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o Art. 34 da Lei 819, de 1º de Julho de 2003.

CONSIDERANDO pedido de exoneração do(a) servidor(a).

R E S O L V E:

Art. 1o – Exonerar a pedido o(a) servidor(a) **FERNANDA BEZERRA TRIGUEIRO,** portador(a) do CPF nº 009.047.174-10, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, Matrícula nº 107-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º – É declarada a vacância do cargo a partir da presente data.

Art. 3o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:7949B90E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 330, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 330, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no artigo 84, *caput*, da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003.

R E S O L V E:

Art. 1o – CONCEDER ao(a) Servidor(a) **JOSE FERREIRA DE LIMA**, Matrícula n.º 031, ocupante do cargo de Gari, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras, Transportes Urbanismo, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, a serem gozadas de 03 de junho a 02 de julho de 2019.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento do adicional de 1/3 (um terço) sobre a respectiva remuneração, de acordo com os artigos 83 e 85 da aludida legislação municipal.

Art. 3o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:9B2F28CC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 331, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 331, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, consubstanciado no artigo 84, *caput*, da Lei Municipal n.º 819, de 1º de Julho de 2003.

R E S O L V E:

Art. 1o – CONCEDER ao(a) Servidor(a) **MARCONDES LOBO DA SILVA**, Matrícula n.º 40, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras, Transportes Urbanismo, FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019, a serem gozadas de 03 de junho a 02 de julho de 2019.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento do adicional de 1/3 (um terço) sobre a respectiva remuneração, de acordo com os artigos 83 e 85 da aludida legislação municipal.

Art. 3o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:3C78C8FC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 332, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 332, DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE e a SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1o – Designar à servidora pública municipal **VERANEIDE RITA DA SILVA,** Matrícula 83-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desenvolver suas atividades junto ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF.

Art. 2o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, 06 de maio de 2019.

JORGE EDUARDO ANANIAS DE SOUSA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Saúde

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária Municipal de Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:158039A2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 333, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 333, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder ao Servidor **FRANCISCO VANDERLANE GONCALO,** lotado na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, ocupante do cargo de Sub-coordenador, Matrícula nº 1.593, para fazer face às despesas de viagem com seu deslocamento e estada a cidade de Natal/RN, a importância de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais), a ser creditada no Banco 001, Agência 1013-8, Conta Corrente nº 7.784-4, referente a diária no período do dia 07 de maio de 2019, quando irá tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, ficando-lhe atribuído 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 181,00 (cento e oitenta e um reais).

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:2089244A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 334, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 334, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso de suas atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I, e 45, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o Art. 34 da Lei 819, de 1º de Julho de 2003.

CONSIDERANDO pedido de exoneração do(a) servidor(a).

R E S O L V E:

Art. 1o – Exonerar a pedido o(a) servidor(a) **MARIA TERESA DE SOUSA OLIVEIRA,** portador(a) do CPF nº 053.591.294-33, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, Matrícula nº 393-1, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º – É declarada a vacância do cargo a partir da presente data.

Art. 3o – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:344BEB46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 335, DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA Nº 335, DE 06 DE MAIO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, c/c o Art. 102, § 2º da Lei Municipal 819, de 1º de julho de 2003, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais;

Considerando parecer da Assessoria Jurídica ao Processo Administrativo nº 105/2018;

R E S O L V E:

Art. 1o – Conceder a servidora **MARIA EDILMA DE LIMA MESQUITA,** Matrícula n.º 339, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, **Conversão em Tempo de Serviço** da Licença-Prêmio por Assiduidade não gozada, referente ao período de 01/06/1986 a 31/05/1998, que compreende 06 (seis) meses de licença não gozada, convertida em 12 (doze) meses de Tempo de Serviço.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 06 de maio de 2019.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

MARIA BEATRICE MOREIRA SOUSA
Secretária da Administração e dos Recursos Humanos

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:E9312F13

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

CONTABILIDADE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA N° 026/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº00008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 180726PP00021

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE ALMINO AFONSO;**CONTRATADO**:**HIAGO FRANCIMAR JÁCOME DE SOUZA**- (CNPJ nº 15.000.643/0001-02);**OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**;**VALOR GLOBAL:**R$ 5.392,10 (cinco mil, trezentos e noventa e dois reais e dez centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**2.017 – MAN. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE:33903000 – MATERIAL DE CONSUMO; FONTES: 01000.**

Almino Afonso/RN, 30 de Abril de 2019.

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio Linhares da Silva
Código Identificador:759A2716

CONTABILIDADE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA N° 027/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº00008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 180726PP00021

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE ALMINO AFONSO;**CONTRATADO**:**HIAGO FRANCIMAR JÁCOME DE SOUZA**- (CNPJ nº 15.000.643/0001-02);**OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social**;**VALOR GLOBAL:**R$ 2.787,53 (dois mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**2.019 – MAN. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:33903000 – MATERIAL DE CONSUMO; FONTES: 01000.**

Almino Afonso/RN, 30 de Abril de 2019.

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio Linhares da Silva
Código Identificador:94CF8092

CONTABILIDADE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA N° 028/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº00008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 180726PP00021

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE ALMINO AFONSO;**CONTRATADO**:**HIAGO FRANCIMAR JÁCOME DE SOUZA**- (CNPJ nº 15.000.643/0001-02);**OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Educação**;**VALOR GLOBAL:**R$ 13.503,71 (treze mil quinhentos e três reais e setenta e um centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**2.009 – MAN. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:339030 – MATERIAL DE CONSUMO; FONTES: 01000.**

Almino Afonso/RN, 30 de Abril de 2019.

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio Linhares da Silva
Código Identificador:0AA69E7F

GABINETE DO PREFEITO
CONCESSÃO DE DIÁRIA(S) Nº 05/2019

Concede diária(a) a servidor que especifica e dá outras providências.

O(a) Prefeito Municipal de Almino Afonso-RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no instituído no Decreto Municipal nº **005/2017**,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) DIÁRIAno valor unitário de R$ 100,00 (cem reais) a(o) servidor(a)VALDERIA NUNES DA SILVA, matrícula nº 64, ocupante do cargo/função deSECRETÁRIA DE ASSISTENCIA SOCIAL neste município, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação e hospedagem, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 22 da Res. nº 011/2016-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de Natal/RN, no(s) dia(s) 07 de maio de 2019, com objetivo de participar da Aula Magna que dará inicio aos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social. (CAPACITASUAS). Conforme consta especificado na Estimativa de Custos da Concessão, anexa.

Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor correspondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição do relatório de viagem (inciso III do art. 22 da Res. nº 011/2016-TCE) – Anexo V do Decreto Municipal nº 005/2017 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 22 da Res. nº 011/2016-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 22 da Res. nº 011/2016-TCE/RN.

Parágrafo Único – **Caso o(a) servidor(a) não apresente a documentação constante no caput do presente artigo, ficará impedido(a) de receber nova(s) diária(s), enquanto perdurar a irregularidade de natureza material e, passando 30(trinta) dias após o retorno sem qualquer exibição das comprovações exigidas, deverá restituí-la(s),** cabendo ainda a Secretaria Municipal de Gestão Financeira e Tributária promover o encaminhamento de notícia-fato à Controladoria Geral do Município que adotará as medidas aplicáveis à espécie, especialmente a definida no inciso V do art. 22 da Res. nº 011/2016-TCE/RN.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Almino Afonso-RN, 02 de maio de 2019.

WALDÊNIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Matheus Silva Calors
Código Identificador:3D77E12A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

O Pregoeiro do Município de Angicos/RN devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Torna Público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº 015/2019,** tipo menor preço por item, no dia **20/05/2019,** às **09H00MIN,** na sede prefeitura Municipal, objetivando **A aquisição de material permanente, conforme quantidades, especificações e requisitos mínimos e obrigatórios constantes nas cláusulas deste termo, para a Prefeitura Municipal de Angicos.** A quem interessar encontra-se à disposição, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min o Edital e seus Anexos na integra. Maiores informações pelo telefone (84) 3531-3950 ou (84) 3531-3951, ou ainda pelo e-mail: angicoslicitacao@gmail.com

Angicos/RN em 06 de maio de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:E8471997

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

O Pregoeiro do Município de Angicos/RN devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Torna Público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº 016/2019,** tipo menor preço por item, no dia **20/05/2019,** às **14H00MIN,** na sede prefeitura Municipal, objetivando **A aquisição de tablets.** A quem interessar encontra-se à disposição, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min o Edital e seus Anexos na integra. Maiores informações pelo telefone (84) 3531-3950 ou (84) 3531-3951, ou ainda pelo e-mail: angicoslicitacao@gmail.com

Angicos/RN em 06 de maio de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:FAF73BB9

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 1.121/2019, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de Subvenção Social e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, de acordo com o que determina a legislação em vigor, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Artigo 1° - Fica concedida subvenção social a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE, com sede provisória à Rua Vicente Germano nº 440, Angicos/RN, inscrita no CNPJ/MF nº 13.888.587/0001.
§ 1° - Considerando-se a relevância da referida instituição, a subvenção de que trata a presente Lei, corresponderá a R$ 26.376,00 (vinte e seis mil trezentos e setenta e seis reais), dividido em 12 parcelas iguais de R$ 2.198,00 (dois mil cento e noventa e oito reais), concessão esta que será renovada anualmente, a critério do Poder Executivo, mediante convênio firmado com a referida instituição.
§2° - A subvenção prevista no caput do artigo 1° somente terá continuidade de pagamento se for realizada, por parte da Instituição, a prestação de contas do mês anterior, devidamente instruída com as notas fiscais, para comprovação das despesas realizadas.
Artigo 2° - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, previstas para os exercícios subsequentes a aprovação da Presente Lei.
Artigo 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos (RN), 06 de maio de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:DD12F06E

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 002/2019

DIVULGA A RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA CANDIDATURA À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E ABRE PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Angicos/RN, torna público a RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020-2024.

CANDIDATOS INSCRITOS:

ALEXANDROVE FERREIRA DE SOUZA
ANA IZES TEIXEIRA BARBALHO
ANA LUCIA BORGES DE OLIVEIRA
ANDRE AVELINO DA TRINDADE JUNIOR
ANDRE AVELINO DA TRINDADE NETO
ANDREIA REGIA GEMINIANO GONÇALVES
ANDREZA MICHELLE BEZERRA CAVALCANTE LIMA
ANGELINA DE MENESES SOUSA
ARTHUR VICTOR MEDEIROS E SILVA RAMOS
CLEOMARIA FERREIRA DA COSTA DOS ANJOS
FABIOLA MARIA DOS SANTOS ALCANTARA
FRANCISCA CARLA ALVES DA COSTA
FRANCISCO GLEDSON DA SILVA
FRANKYLLENE VANESSA ANDRADE MORENO
GLORIA STEFANNY DAMASCENO DE MEDEIROS
ILANE MARIA DOS SANTOS
JOSEFINA CABRAL DE MACEDO
KAROLYNE REGINA COSTA ASSUNÇÃO
LISLIE RAYANA PINHEIRO NUNES
MANOEL XAVIER DE ANDRADE NETO
MARCONE MATHEUS DA SILVA ROCHA
MARCOS ANTONIO CRUZ ARAUJO
MARIA DAS GRAÇAS DA COSTA
MARIA DE FATIMA LOPES CAVALCANTE
MARIA IVANEIDE LOPES DE ARAUJO
MARIA SIMONY FELIX DA SILVA
MARLENE ALVES DA SILVA
MAYANA GERLANY COSTA DA SILVA
NILZA MARIA NICACIO
PAULA FRASSINETI MOREIRA DANTAS GONÇALVES
PRISCIANNY GRAZIELLY FERREIRA LOPES
RAIMUNDA RAYSA DA CUNHA BARROS
STEPHANNY KAROLLYNE PEREIRA DE MOURA
TUANY LORENA DE ALMEIDA SOUZA
VANUBIA CARLA DA SILVA BATISTA
WDENCLEIDE KARIDJJA MACEDO DE ANDRADE

II – O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 492/1997 e Resolução nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sala do CMDCA, situada na Rua Aristófanes Fernandes, nº 354, Alto do Triângulo (sede do CREAS), no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h 30min.

Angicos, 06 de maio de 2019.

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

EMANUELLA DE AZEVEDO PALHARES;

ALMIR MEDEIROS DA CUNHA;

LINDJANNE MANNUELLE DA CONCEIÇÃO ARAÚJO DE MELO.

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:E9AC6DE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 16/2019, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à **Sra. Rayuska Dayelly de Andrade**, Mat. 4081, Subcoordenadora de Ensino Especial, Comissionada, 1/2 (meia) diária para custear despesas de transporte e alimentação, com o objetivo de "participar da Oficina do Busca Ativa Escolar e Conviva Educação", no dia 08 de maio de 2019, na cidade de Açu/RN.
Art. 2º A saída está programada para 7h do dia 08 de maio de 2019 e retorno previsto para 13h desse mesmo dia.
Art. 3º O valor de meia diária para o interior do estado é de **R$ 100,00** (cem reais), para esse cargo. Assim, esse é o valor a ser concedido.
Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

LINDICLÉCIO DE MACÊDO ALVES
Secretário Municipal de Administração
Mat. 3306

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:49E855C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E LAVANDERIA HOSPITALAR.**

O Município de Angicos/RN, vem por meio deste convocar o representante da empresas: **CAVALCANTE & CIA LTDA - EPP** CNPJ: 10.655.938/0001-01 , **W T COMERCIO &REPRESENTAÇÕES LTDA**CNPJ: 35.291.038/0001-45, para assinar a Ata de Registro de Preços, na sede do Executivo Municipal, localizada a Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, Angicos/RN CEP: 59515000. No horário de 08h as 12h e 13:30h as 17:30h.Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), no prazo máximo de 05 (05) dias úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, bem como a aplicação de sanções previstas em lei.

Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

Sem mais para momento,

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Brunna Rocha da Fonseca
Código Identificador:F814DC4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

OBJETO:**AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ANGICOS/RN**

O Município de Angicos/RN, vem por meio deste convocar o representante da empresas: **A.L DE MOURA SILVA-ME** CNPJ: **18.096.101/0001-73** , **COMERCIAL T&T EIRELI-ME CNPJ:05.009.904/0001-00, ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP CNPJ:24.208.480/0001-49, F DAS CHAGAS SILVA NETO CNPJ:19.518.098/0001-00, GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELLI CNPJ:31.373.978/0001-22, RADIANY F MALHEIRO ME CNPJ:21.565.342/0001-29**, para assinar a Ata de Registro de Preços, na sede do Executivo Municipal, localizada a Av. Sen. Georgino Avelino, 118, Centro, Angicos/RN CEP: 59515000. No horário de 08h as 12h e 13:30h as 17:30h.Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), no prazo máximo de 05 (05) dias úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, bem como a aplicação de sanções previstas em lei.

Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

Sem mais para momento,

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Brunna Rocha da Fonseca
Código Identificador:8BF2DAD2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00007/2019
Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Praça Boa Esperança, 84 - Centro - Antonio Martins - RN, às 09:00 horas do dia 20 de Maio de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Aquisição de 01 (um) Caminhão zero Km com, equipamento de coletor compactador de lixo, conforme convênio nº 765.276/2011-Funasa/fms. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 3392-0209. E-mail: pmam.cpl@gmail.com.Edital: www.antoniomartins.rn.gov.br.

Antonio Martins - RN, 06 de Maio de 2019

ALANDE ALVES DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Everton Augusto de Mesquita
Código Identificador:DF0F0F54

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RESOLUÇÃO Nº: 004/2019 – DE 30 DE ABRIL DE 2019.

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº: 004/2019 – DE 30 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a Prorrogação de datas para Inscrição no edital n°001/2019 de convocação do Processo de Escolha para os Membros do Conselho Tutelar do Município de Apodi/RN, para o quadriênio 2020/2024 e da outras providências.

A Comissão Especial Eleitoral/CMDCA do Processo de Escolha para os Membros do Conselho Tutelar do Município de Apodi/RN, em cumprimento a decisão da Reunião realizada em 30 de Abril de 2019, na Sede da Casa dos Conselhos de Apodi/RN, localizada a Rua Antônio Lopes Filho, nº 158 – Centro, de Apodi/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - Ouvido o colegiado e com quórum qualificado para deliberação. A Comissão Especial Eleitoral/CMDCA decide por unanimidade:

1º: Prorrogar o recebimento das inscrições dos candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares até os dias 06; 07; 08 de maio de 2019, em virtude dos feriados do dia 1° de maio (Dia Trabalhador) 2º de maio (Morte de Francisco Pinto) 3° de maio (Ponto Facultativo) terem suprimido três dias do calendário normal do certame.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO EMERSON DE MEDEIROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:49D4792A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 001/2019 – PREFEITURAS MUNICIPAIS DE APODI/RN E ITAÚ/RN

TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº. 001/2019 – PREFEITURAS MUNICIPAIS DE APODI/RN E ITAÚ/RN

TERCEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº. 001/2019 DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE APODI/RN E ITAÚ/RN.

Alteração 1:
No Edital nº. 001/2019-Prefeituras de Apodi/RN e Itaú/RN, no Anexo II, nos conteúdos programáticos, insira-se o conteúdo específico do cargo de Médico Pediatra (cargo nº. 04):
MÉDICO PEDIATRA 1.
Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. 2. Aspectos nutricionais da criança e do adolescente. 3. Aleitamento materno. 4. Aspectos bioéticos na infância e adolescência. 5. Imunizações na criança e no adolescente. 6. Doenças respiratórias / pulmonares. 7. Doenças gastrointestinais. 8. Doenças dermatológicas. 9. Doenças neurológicas. 10. Doenças alérgicas e imunológicas. 11. Doenças reumatológicas. 12. Doenças onco-hematológicas. 13. Distúrbios endocrinológicos. 14. Doenças exantemáticas. 15. Doenças infectocontagiosas. 16. Cardiopatias congênitas e adquiridas. 17. Temas em emergência pediátrica. 18. Temas em Pediatria Ambulatorial. 19. Temas em neonatologia e assistência ao recém-nascido em sala de parto.
Alteração 2:

No Edital nº. 001/2019-Prefeituras de Apodi/RN e Itaú/RN, no Anexo II, nos conteúdos programáticos,

onde se lê: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO
Leia-se: AGENTE ADMINISTRATIVO / ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Apodi/RN e Itaú/RN, 06 de maio de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito do Município de Apodi/ RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Presidente da Comissão Especial – Apodi/ RN
Portaria Nº. 1.079/2019

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito do Município de Itaú/ RN

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F0E8CA68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1186/2019 DE 06 DE MAIO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 02/2009, de 02 de janeiro de 2009 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta município, depois observar as exigências legais, e que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) ao (a) senhor (a), **Isiany Aliny Medeiros Nogueira**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Natal/RN, no(s) dia(s), 08 de maio de 2019, para participar de Reunião do GOEGEMAS-RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 06 de maio de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:2A8E5B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1187/2019 DE 06 DE MAIO DE 2019

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta Edilidade, depois observar as exigências legais, que determine a Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 500,00 (quinhentos reais) ao (a) senhor (a) **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Natal/RN, no(s) dia(s), 08 de maio de 2019, para Participar de reunião no INCRA, para tratar de assuntos relacionados a celebração de aditivos de convenho e melhoria nos assentamentos de Apodi/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 06 de maio de 2019.

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:55708AFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1188/2019 DE 06 DE MAIO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 02/2009, de 02 de janeiro de 2009 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta município, depois observar as exigências legais, e que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 100,00 (cem reais) ao (a) senhor (a), **Ronaldo Adriano de Oliveira e Silva**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Natal/RN, no(s) dia(s), 08 de maio de 2019, conduzindo o Senhor prefeito Municipal de Apodi, para Participar de reunião no INCRA, para tratar de assuntos relacionados a celebração de aditivos de convenho e melhoria nos assentamentos de Apodi/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 06 de maio de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:880AACBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVITE EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVITE
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Alan Jeferson da Silveira Pinto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, **convida** toda comunidade para participar de audiência pública para apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2019.

A audiência será realizada no dia 24 de maio de 2019, a partir das 09h00min, no Plenário da Câmara Municipal de Apodi, sito a Rua Araça nº 123, CEP. 59700-000, Pody dos Encantos, Apodi/RN.

ALAN JEFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:39064DC2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N º 92/2019 – GP

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidora NORMA LÚCIA DE LEMOS e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

CONSIDERANDO o Artigo 79 da Lei Complementar Municipal Nº 003 de 04 de dezembro de 1997, que dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores do Município de Arez.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, pelo período de 03 (três) meses, a Servidora **NORMA LÚCIA DE LEMOS**, inscrita na matrícula de nº 960776, ocupante do cargo de Recepcionista de Consultório, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º DETERMINAR o encaminhamento desta Portaria ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arez e a Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento e demais providências que se fizerem pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF) Nº 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:1D56B41B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N º 93/2019 – GP

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidora ANA ROSEMARY DO NASCIMENTO e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

CONSIDERANDO o Artigo 79 da Lei Complementar Municipal Nº 003 de 04 de dezembro de 1997, que dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores do Município de Arez.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, pelo período de 03 (três) meses, a Servidora **ANA ROSEMARY DO NASCIMENTO**, inscrita na matrícula de nº 960764, ocupante do cargo de Recepcionista de Consultório, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º DETERMINAR o encaminhamento desta Portaria ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arez e a Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento e demais providências que se fizerem pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF) Nº 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:3CF53D54

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N º 94/2019 – GP

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidora ANA AUGUSTA FERREIRA DE OLIVEIRA e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

CONSIDERANDO o Artigo 79 da Lei Complementar Municipal Nº 003 de 04 de dezembro de 1997, que dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores do Município de Arez.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, pelo período de 03 (três) meses, a Servidora **ANA AUGUSTA FERREIRA DE OLIVEIRA**, inscrita na matrícula de nº 960594, ocupante do cargo de Dentista, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º DETERMINAR o encaminhamento desta Portaria ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arez e a Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento e demais providências que se fizerem pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF) Nº 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:49C48199

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N º 95/2019 – GP

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

CONSIDERANDO o Artigo 79 da Lei Complementar Municipal Nº 003 de 04 de dezembro de 1997, que dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores do Município de Arez.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, pelo período de 03 (três) meses, a Servidor **ANTÔNIO CÂNDIDO DA SILVA**, inscrito na matrícula de nº 960878, ocupante do cargo de

Vigilante, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos.

Art. 2º DETERMINAR o encaminhamento desta Portaria ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arez e a Secretaria Municipal de Administração e dos Recursos Humanos para conhecimento e demais providências que se fizerem pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF) Nº 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:ABCA031F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO Nº 015/2019.

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
CONSTITUIÇÃO FEDERAL
LEI FEDERAL N.º 12.858/13

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralisação de serviços essenciais aos munícipes, como por exemplo, a prestação de serviços laboratoriais, com o intuito de salvaguardar o interesse público e do bem comum, no que tange ao atendimento das Unidades de Saúde Municipais e do Hospital e Maternidade Dr. Juca.

CONSIDERANDO
que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL, para Secretaria Municipal de Saúde neste município, para a EMPRESA A. A. DE S. WANDERLEY-ME , inscrita no CNPJ sob o Nº 04.279.658/0001-35, no valor de R$ 1.816,38 (Hum mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos). correspondente a Nota Fiscal, nº 06593, série nº 000.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Em Arez/RN, Secretaria Municipal de Saúde, 06 de maio de 2019.

INGRIDY DE SOUZA CAVALCANTI
Portaria: 004/2017-GP
Secretária de Saúde

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:AD5D5B12

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO Nº 017/2019.

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 –TCE/RN;
LEI N° 8.666/93;
CONSTITUIÇÃO FEDERAL
LEI FEDERAL N.º 12.858/13

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralisação de serviços essenciais aos munícipes, como por exemplo, o fornecimento de insumos indispensáveis para a manutenção da assistência farmacêutica básica, neste município;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;

Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, para Secretaria Municipal de Saúde neste município, para a EMPRESA A. A. DE S. WANDERLEY-ME , inscrita no CNPJ sob o Nº 04.279.658/0001-35, no valor de R$ 3.562,18 (Três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos). correspondente a Nota Fiscal, nº 6592, série nº 000.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Em Arez/RN, Secretaria Municipal de Saúde, 06 de maio de 2019.

INGRIDY DE SOUZA CAVALCANTI
Portaria: 004/2017-GP
Secretária de Saúde

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:8298C40D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 115/2019, 06 DE MAIO DE 2019

Retifica a Portaria nº 434/2018, com o fito especifico de cumprir o disposto no artigo 219, §1º, da Lei Municipal nº 134/96.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO** no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 219 e seguintes da Lei Municipal nº 134/96.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a "COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR" para apuração dos fatos que constam nos autos do Processo Administrativo nº 00186 B/2018 em face dos servidores Francisco Reginaldo de Souza e Liany Barbosa Felix da Silva, no modal preconizado no artigo 214 e seguintes da Lei nº 134/96 como segue:

1 – **GUSTAVO MARTINS DE ALMEIDA** – Presidente;
2 - **LAIRTON PEREIRA VIANA -** Membro;
3 – **LUIZ CARLOS DE FREITAS** – Membro.

Art. 2º - Essa Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita

Baraúna/RN, 06 de maio de 2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO.
Prefeita do Município de Baraúna

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:F47EADC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2019, COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 318/2006

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Baraúna/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 001/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 318/2006 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 – ANA MARIA DA SILVA
02 – ANA LUCIA SILVA SOUZA
03 – CARLOS ALBERTO DA SILVA CAVALCANTE
04 – EDNA LUCIA VIEIRA SILVA
05 – FRANCISCO GILBERVANIO DE BRITO
06 – JOÃO PAULO DE MELO
07- JULIANA CARLA DA SILVA ROCHA
08 – KALINE CARLE SOUZA SILVA
09 – KARLA LIZIANNY LIMA QUEIROZ
10 – MARIA DE FATIMA BARBOSA
11 – MARIA GORETE DE OLIVEIRA
12 – MARIA MADALENA BATISTA
13 – RAQUEL ESTEVAN DA SILVA TARGINO
14 – ROSANGELA ARAUJO CAVALCANTE SILVA
15 – SANDRA CRISTINA DA SILVA SOUZA

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.

As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, situada na Av. Jeronimo Rosado, 800 (no prédio onde funciona o Conselho Tutelar), no horário das 08:00 as 13:00 horas.

Baraúna/RN, 06 de maio de 2019.

MARIA ELIZABETE DOS SANTOS DANTAS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:B10EA347

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2019, 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia os Membros da Comissão Permanente de Licitação do município de Baraúna e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Permanente de Licitação (CLP) do Município de Baraúna:

Madson Ferreira de Melo – Presidente da CPL
Aglácia Glória Silva de Moura – Membro da CPL.
José Neto de Oliveira – Membro da CPL.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua assinatura.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 01 de Abril de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:14F65B6A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2019 RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA CANDIDATURA À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Barcelona/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 322/2015 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
Clara Hirochyma De Araújo Gomes
Cristina De Cassia Ferreira
Erchelly Ingrid Da Silva
Francineide Januário De Souto
Jerdiane Keles Da Silva Cruz
João Maria Bezerra
José Israel Da Silva
José Jadson De Lima
José Maxwell Da Silva
Larisse Fonseca Ramos
Lucineide Costa Da Silva
Manoel Elias Da Silva
Marcos Fernando Bernardo Da Silva
Marcos Paulo Barreto Da Silva
Maria Da Guia De Souza Martins
Maria Salete Gomes Da Cruz
Milena Marques De Souza
Moises Da Silva Cosme
Ronnie Ricardo Da Silva
Victor Guilherme Araújo Da Costa
Rosimere Pereira da Silva
Janaine Gomes Roque
Marcelo Victor Costa Firmino
Vandeires César Borges de Luna
Josefa Raniele Rodrigues
Claudio Madson de Oliveira

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Rua Major Arthur, nº 73 Centro – Barcelona/RN, no horário das 8h às 12h

Barcelona/RN, 06 de maio de 2019.

JAINE DE MACEDO PONTES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:BB77CFBB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 092/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARCELONA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I – **CONCEDER a** Sra. **NAZUCA MARQUES DA SILVA GOMES**, matricula 171415-5 inscrito no CPF nº 637.852.004-63, Secretária Municipal de Assistência Social deste Município de Barcelona, ½ (meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), totalizando R$ 75,00 (setenta e cinco reais), para custear as despesas de deslocamento a cidade de Natal/RN, no dia 08 do corrente mês de maio, para tomar parte no evento da Assembleia Ordinária do COEGEMAS/RN.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

III – Publique-se e cumpra-se.

Barcelona/RN, 06 de maio de 2019.

VICENTE MAFRA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson de Lira
Código Identificador:FCEA28D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 080/2019 - GP

PORTARIA N° 080/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 22 de Abril de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear o Senhor FRANCISCO DAMASCENA DA SILVA JUNIOR, portador (a) do CPF: 043.941.034-79, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, lotado na Secretaria Municipal do Trabalho Habitação Assistência Social e Juventude do Município de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 22 de Abril de 2019.

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:0AB32F55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 081/2019 - GP

PORTARIA N° 081/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 22 de Abril de 2019.

Dispõe sobre a nomeacao de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. – Nomear a Senhora Suzana Silvérica da Silva Souza, portador (a) do CPF: 086.227.994-17, para exercer o Cargo em Comissão de ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, lotada na Secretaria Municipal do Trabalho Habitação Assistência Social e Juventude do Município de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 22 de Abril de 2019.

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:42CE4F3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 091/2019 - GP

PORTARIA N° 091/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 30 de Abril de 2019.

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. - **Exonerar** o Sr. **JOBSON ARON ROCHA FERREIRA**, portador do CPF: 074.896.964.-02, do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Bento Fernandes/RN.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 30 de Abril de 2019.

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:26A14AB9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 092/2019 - GP

PORTARIA N° 092/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 30 de Abril de 2019.

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento em comissão.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º. – **Exonerar** Sra. **ANNE CAROLINE PINHEIRO DE OLIVEIRA,** Portadora do CPF**: 098.958.354-69,** do o Cargo em Comissão de **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA,** lotada na Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças do Município de Bento Fernandes/RN,
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bento Fernandes/RN, 30 de Abril de 2019.

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:C447647E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 65

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1436 - **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** 29/2019 - **CONTRATO** Nº 65
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: UNILUB ATACADISTA DE LUBRIFICANTES LTDA; CNPJ: 25.089.945/0001-52
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de óleos e lubrificante para uso na frota de veículos do município de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 12.830,00 (doze mil, oitocentos e trinta reais)
DATA DE ASSINATURA: 06/05/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/05 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II e Art. 55 da Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: a Sr.ª Sarah de Farias Moisés; CPF n° 069.026.954-40
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:81AFD169

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 64

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1290 - **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** 28 - **CONTRATO** Nº 64
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: FRANCISCO CANINDÉ TERTO DA SILVA; CNPJ: 671.199.304-78
OBJETO: Locação do imóvel para o funcionamento do anexo do almoxarifado central da Prefeitura de Boa Saúde/RN.
VALOR TOTAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais)
DATA DE ASSINATURA: 30/04/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/05 a 31/12/2019*
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, X e Art. 55 da Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Francisco Canindé Terto da Silva; CPF n° 671.199.304-78
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato
*republicado por incorreção

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:90CA87AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 027 EM 30 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 027 EM 30 DE ABRIL DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a Sra. ***ÁDJA MEIRELLY DAMASCENO SOUZA***, CPF de n°. **013.243.674-40**, do Cargo em Comissão de CC–1, Secretaria Municipal de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 30 de abril de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:308BF76E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 028 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 028 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Sra. ***BEATRIZ ARAÚJO ALENCAR VERAS SALDANHA***, CPF de n°. **119.334.914-18**, para exercer o Cargo em Comissão de CC–1, Secretaria Municipal de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:D10B09DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 029 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 029 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Sra. ***RITA DE CASSIA PAZ***, CPF de n°. **048.490.804-99**, para exercer o Cargo em Comissão de CC–3, Coordenadoria de Finanças, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:F00005A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 030 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 030 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Sra. ***RITA DE CASSIA PAZ***, CPF de n°. **048.490.804-99**, para exercer o Cargo em Comissão de CC–3, Coordenadoria de Finanças, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:130DF257

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 031 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 031 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Sra. **MARIA SERAFICA PEREIRA DA SILVA**, CPF de n°. 011.705.414-37, para exercer o Cargo em Comissão de CC–2, Diretoria de Finanças, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:E1548973

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 032 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 032 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Sr. **ROBERTO CÂNDIDO DA SILVA**, CPF de n°. 063.672.374-70, para exercer o Cargo em Comissão de CC–3, Coordenadoria de Eventos Esportivos, lotado na Secretaria Municipal de Esportes.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:7BA3B233

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 033 EM 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA DE Nº. 033 EM 02 DE MAIO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Bodó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Sr. **ADRIANO PAZ DA SILVA SANTOS**, CPF de n°. 062.123.804-06, para exercer o Cargo em Comissão de CC–3, Coordenadoria de Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Turismo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se:

Cumpra-se:

Bodó RN, 02 de maio de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Município de Bodó

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:B2245196

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
BODÓ/RN
Lei Municipal nº 045/2000 e suas alterações
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Bodó/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 045/2000 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 - Lídia Rejane da Silva Macêdo
02 - Roberto Pereira Galvão
03 - Rosicleide de Fátima Santos
04 - Cancelada
05 - Lindalicy Medeiros Rodriguês
06 - José Vinícius de Carvalho Guimarães
07 - Elvira Jaciara Galvão
08 - José Rodrigues da Silva
09 - Cleide Maria de Macêdo Silva
10 - Ana Isaura dos Santos Paz
11 - Francisca Adriana de Souza da Silva
12 - Andréia Ymara da Silva Saldanha Paulino
13 - Rosinaldo Adelino da Silva
14 - Patrícia Angélica Xavier Pereira
15 - Jéssica Elaine Torquato da Silva
16 - Maria Eloíza Souza Luiz
17 - Francisco de Assis da Silva
18 - Ariane Caroline da Silva
19 - Estella Tayná da Silva Victor
20 - Daniele Palmeira Souza Macêdo
21 - Elaine Elionária de Lima Bezerra

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 a 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua: Lauro Assunção - 27, no horário das 08:00hs ás 12:00hs.

Bodó/RN, 06 de maio de 2019.

TALISSON FELIPE NUNES DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:5B469160

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO CONTRATO DE N° 48 DE 04 DE ABRIL DE 2019.

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 48 DE 04 DE ABRIL DE 2019.
CONTRATANTE: Município de Bodó/RN, inscrito no CNPJ sob n°. 01.612.374/0001-20. **CONTRATADO(A) JENNYFHER PEREIRA GALVÃO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob n°.016.668.404-08, **OBJETO: ORIENTADORA SOCIAL / SCFV**, **VIGÊNCIA: 04** de abril de 2019 a 31 de março de 2020. Amparado pela Lei de Contratação Temporária de n° 251/2018. **VALOR MENSAL:** R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) mais adicionais previstos por lei. **ORIGEM DOS RECURSOS:** Secretaria Municipal de Assistência Social, **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei Municipal n°. 251/2018.

Bodó/RN, 04 de abril de 2019.

Município de Bodó
MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:95B2496E

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO EXTRATO DO CONTRATO DE N° 113 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO EXTRATO DO CONTRATO DE N° 113 DE 02 DE JANEIRO DE 2017.
CONTRATANTE: Município de Bodó/RN, inscrito no CNPJ sob n°. 01.612.374/0001-20. **CONTRATADO(A) MARIA LÚCIA DE MACEDO**, inscrito(a) no CPF sob n°.009.555.084-44, **OBJETO: MERENDEIRA/SCFV**, **VIGÊNCIA:** 01 a 30 de abril de 2019. **VALOR MENSAL** R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) mais adicionais previstos por lei. **ORIGEM DOS RECURSOS:** Secretaria Municipal de Assistência Social, **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei Municipal n°. 225/2018.

Bodó/RN, 01 de abril de 2019.

Município de Bodó
MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:0DB9D099

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2019 COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Divulga a relação de inscritos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus - RN, torna público a relação dos inscrito para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente..

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
1 - CLAUDIA RODRIGUES DE SOUZA
2 - LIZIANE GOMES ALVES
3 - MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA CAVALCANTI
4 - SAMARA ABDIAS DE FARIAS DANTAS
5 - YARA LARISSA DE SOUZA MELO
6 - NAEDSON TAYRONE LINS DA SILVA
7 - MATHEUS VICTOR GOMES DA SILVA
8 - TULIO MARQUES DE LIMA
9 - TAMARA CAMYLA ALVES DE ASSIS
10 - MICAELE GOMES VERAS
11 - MARIA KAROLINA GOMES DE LIMA

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 390/2019 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **06 (seis) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Praça Padre João Maria, nº 91, no horário das 07 h às 13 horas.

Bom Jesus, 06 de Maio de 2019.

ANNY NAYNE FERNANDES DE OLIVEIRA
Comissão Especial Eleitoral

BRUNO XAVIER DA SILVA
Comissão Especial Eleitoral

REJANE CONFESSOR DE OLIVEIRA
Comissão Especial Eleitoral

ROZINEIDE DOS SANTOS
Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Hykkinen Lopes de Medeiros
Código Identificador:BBBC445F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA 018/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) WELTON RODRIGUES DA CUNHA, referente à SERVIÇO DE REFORMA DE ESTOFADO DE ACENTO DE BANCADA DE AUTOMOVEIS COM TROCA DE ESPUMA E MATERIAL DA COBERTURA(VANS E UTILITÁRIO) .

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). HELTON LUIZ DA SILVA DIAS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

BREJINHO - RN, 29 de Abril de 2019

JOAO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:5EBFB799

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA 019/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) A A DE S WANDERLEY, referente à AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO DE USO CONTROLADO.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). HELTON LUIZ DA SILVA DIAS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

BREJINHO - RN, 29 de Abril de 2019

GLEICY DA SILVA PESSOA GONÇALVES
Secretaria Municipal de Saude

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:6A3315EE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002/2019

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Unificada dos Membros do Conselho Tutelar de Brejinho/RN
EDITAL Nº 002/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Brejinho/RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 – Jândela Sinara Martins Costa
2 – João Paulo Franco de Oliveira
3 – Cláudia Alves de Aguiar
4 – Edna Maria da Costa
5 – Maria Eveline da Costa
6 - Andercléia Paulino Dantas
7 – Fabricio Valeriano da Silva Santos
8 – Elielson Matias
9 – Marcelo da Cruz de Albuquerque
10 – Renata Lícia Figueredo
11 – Micheline Nunes de Oliveira
12 – Maria Rosangela da Silva
13 – Aline Cristina da Silva Nascimento
14 – Aleksandra Francisco da Silva
15 – Sebastião Silva da Costa
16 – José Carlos Bezerra da Costa
17 – Cledson Luandson Albano Silva
18 – Wiliete da Silva Gomes
19 – Bruno Raniere da Silva

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 681/2015 e Resolução nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, localizada na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Antônio Alves Pessoa, S/N, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.

Brejinho/RN, 03 de maio de 2019.

MARCUS ANTÔNIO FRANÇA DE AMORIM
Presidente da Comissão Especial Eleitoral de Brejinho/RN

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:730C8566

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 034/2019-PMCN/GP

Exonera servidor que exerce o cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *EXONERAR* o servidor que exerce o cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Município de Caiçara do Norte/RN, o senhor MARIVALDO DOS SANTOS DA SILVA, matricula nº 0227-5, residente no município de Caiçara do Norte/RN, e portador do CPF (MF): 020.345.104-02.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Abril de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:81DB5E69

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2019-PMCN/GP

Nomeia para exercer Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *NOMEAR* para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete do Município de Caiçara do Norte/RN, o senhor RAFAEL LINS FREIRE DA SILVA, residente no município de Caiçara do Norte/RN, e portador do CPF (MF): 070.577.24-32.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Abril de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:08ECE927

SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 014/2019-PMCN/SEFIN

Concede diária ao servidor.

A Secretária de Finanças do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e com fulcro no Decreto Municipal nº 004/2015 de 09 de Abril de 2015:

CONSIDERANDO a necessidade do deslocamento da Secretária de Assistência Social e das Assistentes Sociais do Município de Caiçara do Norte/RN até a BR 101 KM 0 Centro Administrativo Rio Grande do Norte S/N - Lagoa Nova, RN, 59064-901, no dia 07 de Maio de 2019, para participar da Aula Magna do CAPACITASUAS 2019;

Resolve,
Art. 1º. Conceder ao Sra. AUREA MARIA GUALBERTO DE ANDRADE, mat. 0575-4, Secretária de Assistência Social do Município de Caiçara do Norte/RN, os valores correspondentes a meia diária estadual.

Art. 2º. Conceder ao Sra. ERIVANIA DA SILVA BATISTA, mat. 01251-3, Assistente Social do Município de Caiçara do Norte/RN, os valores correspondentes a meia diária estadual.

Art. 3º. Conceder ao Sra. YASKARA RAPHAELLA SOARES DO NASCIMENTO SEVERIANO, mat. 0488-1, Assistente Social do Município de Caiçara do Norte/RN, os valores correspondentes a meia diária estadual.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sede da Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 06 de Maio de 2019.

AMANDA MORAIS DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças
Matrícula: 140-6

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:1C535702

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2019 - MEIRELLES FARMA LTDA, CNPJ: 01.260.848/0001-12.

TERMO DE NOTIFICAÇÃO nº 003/2019

Ao Sr.,
Paulo Lopes Garcia
REPRESENTANTE LEGAL
MEIRELLES FARMA LTDA ME
Rua Presidente Bandeira, nº 921, Alecrim, CEP 59.040-200
Natal/RN

Assunto: **Descumprimento no fornecimento de material médico hospitalar, referente ao Pregão Presencial com Registro de Preços nº 016/2018.**

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, por intermédio do secretário subscritor,

Considerando o Pregão Presencial com Registro de Preços nº 016/2018, do qual provém a Ata de Registro de Preços;

Considerando o Memorando nº 105.2019 – SEMUS, datado em 29 de março de 2019 (Em anexo);

Considerando a Ordem de Compras nº 76/2019, datada em 12 de fevereiro de 2019 (Em anexo);

Considerando que o instrumento contratual prevê a aplicação de sanções e penalidades, por inexecução total ou parcial na execução do contrato, em sintonia com o disposto no art. 86 e no art. 87, da Lei nº 8666/93;

Considerando o disposto na Seção IV – Execução dos contratos e nos termos do Art. 66, da Lei nº 8.666/93.

NOTIFICA a empresa MEIRELLES FARMA LTDA ME, CNPJ nº 01.260.848/0001-12, através de seu representante legal, para que **CUMPRA FIELMENTE O QUE LHE FOR INCUMBIDO, NO QUE SE REFERE, AO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** ou apresente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, justificativas quanto aos motivos da inexecução dos mesmos, uma vez que a empresa RECUSA-SE a fornecer os itens solicitados na Ordem de Compras em questão e que, mesmo diante de inúmeras tentativas de contato com a referida empresa, não obtivemos nenhum tipo de resposta ou posicionamento. Outrossim, comunicamos que a falta dos itens contidos na Ordem supracitada, já está em falta, assim, trazendo grande prejuízo para o município.

No caso de inobservância da presente notificação, fica a empresa, ora notificada, advertida sobre a instauração do competente processo administrativo que poderá culminar em rescisão contratual unilateral, além da aplicação das sanções previstas pelo instrumento contratual, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

EMANOEL TUISDY DA SILVA MATA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:15CD0469

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Caiçara do Rio do Vento/RN
Lei Municipal nº 301/2005

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 301/2005 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 Rejane Bezerra da Silva;
02 Antônio Costa Ribeiro;
03 Virginia Karla do Nascimento Pereira Lisboa;
04 José Dionizio da Câmara Junior;
05 Leneide Ribeiro dos Santos;
06 Ana Raquel Faustino Pereira;
07 Ana Maria Teixeira;
08 Maria Francineide de Andrade Freitas;
09 José Alexandre Ricardo da Silva;
10 Samara Janiere de Oliveira Alves;
11 Alison José Oliveira da Silva;
12 Damiana Edilene Silva;
13 Francisco Leandro da Costa;
14 Marissônia Bezerra do Santos Costa;
15 Pedro Kácio Lisboa;
16 Geiza Agostinho da Silva;
17 Luciana Carla Mendes Pires;
18 Weybiana Weymiller Damiana Soares;
19 Maria Alexandra Felipe;
20 Marilândia Vicente Nunes Rafael;
21 Damiana Viviane Câmara de Almeida;
22 Gilvanda Felipe da Silva;
23 Udelanio Gabriel de Lima Lisboa;
24 Veronica de Melo Fernandes Confessor;
25 Dijane da Silva Barbosa;
26 Josineide Câmara Barbosa;

27 Marinez Pereira da Silva;
28 Ingridy Maricelly Pereira Lisboa

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 a 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do conselho, situada na Praça José Vitorino de Andrade, no horário das 08h às 12h.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCISCA KATIANE AVELINO DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jhessika Thuanny Fernandes de Farias
Código Identificador:74F54B6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 012/2019

Portaria de Diária nº 012/2019.

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 03 de 06 de abril de 2017.

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária a Sra. **Gilvanda Felipe da Silva**, servidora deste município, ocupante do cargo de Coordenadora do Cadastro Único, no valor unitário da diária R$ 100,00 (cem reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 50,00 (cinquenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Caiçara do Rio do Vento/RN, para a cidade de Natal/RN, com o objetivo de p**articipar da Aula Magna que dará início aos Cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), que será realizado no dia 07 de maio de 2019, na Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, no Centro Administrativo do Estado em Natal/RN.**

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de maio de 2019.

FELIPE MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:99ABDBF7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 013/2019

Portaria de Diária nº 013/2019.

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 03 de 06 de abril de 2017.

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária a Sra. **Larissa Karem da Silva Confessor**, servidora deste município, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, no valor unitário da diária R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 75,00 (setenta e cinco reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Caiçara do Rio do Vento/RN, para a cidade de Natal/RN, com o objetivo de p**articipar da Aula Magna que dará início aos Cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), que será realizado no dia 07 de maio de 2019, na Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, no Centro Administrativo do Estado em Natal/RN.**

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de maio de 2019.

FELIPE MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:786470B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 014/2019

Portaria de Diária nº 014/2019.

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 03 de 06 de abril de 2017.

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária a Sra. **Bruna Lima da Silva**, servidora deste município, ocupante do cargo de Psicóloga, no valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Caiçara do Rio do Vento/RN, para a cidade de Natal/RN, com o objetivo de p**articipar da Aula Magna que dará início aos Cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), que será realizado no dia 07 de maio de 2019, na Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, no Centro Administrativo do Estado em Natal/RN.**

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 03 de maio de 2019.

FELIPE MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:655297BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PP 028/2019- REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo Sr. Robson de Araújo, Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 028/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

FORNECEDOR VENCEDOR - JOSINA MONTEIRO NETA

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS CHEVROLET	210.700,00	19,5%

FORNECEDOR VENCEDOR - TOP PECAS LTDA

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS TRAXX	11.900,00	9%
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS HONDA	42.550,00	9%
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS YAMAHA	7.750,00	9%
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS SUZUKI	7.025,00	9%
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS VOLKSWAGEM	145.900,00	26%
8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS FORD	65.700,00	21%
9	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS TOYOTA	50.300,00	13%
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS RENAULT	16.450,00	12%
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS INTERNACIONAL	111.000,00	14%
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS FORD CAMINHÕES	279.250,00	28,5%

FORNECEDOR VENCEDOR - F. AZEVEDO JUNIOR

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
26	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS STIHL	50.000,00	8%
27	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS KAWASHIMA	8.000,00	8%
28	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MACROTOP	6.250,00	8%
31	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS COMPACT	18.500,00	10,5%

FORNECEDOR VENCEDOR - JOÃO ALVES DUTRA EIRELI

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS FIAT	234.800,00	28%
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MERCEDES BENZ CAMINHÕES	355.750,00	25%
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS VOLKSWAGEM ÔNIBUS	173.250,00	37,5%
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCOPOLO/VOLARE	197.750,00	38,5%
17	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS IVECO	70.000,00	30%

FORNECEDOR VENCEDOR - MARIA ERINALDA DOS SANTOS EIRELI

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MERCEDES BENZ SPRINTER	21.800,00	27,5%

FORNECEDOR VENCEDOR - SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVICOS LTDA

Lote	Descrição do lote	Valor total (R$)	Desconto (%)
18	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS NEW HOLAND	268.000,00	13%
19	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS LIEBHERR	104.000,00	13%
20	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS VALTRA	77.000,00	13%
21	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS CATERPILLAR	207.600,00	13%
22	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS BUDNY	77.000,00	13%
23	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS VALMET	83.800,00	13%
24	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS FORD TRATORES	97.200,00	13%
25	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS JCB	308.000,00	13%
29	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS DO EQUIPAMENTO DA PIPA DE ESGOTAMENTO	53.600,00	13%
30	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM APLICAÇÃO DE PEÇAS DO CARROÇÃO DA COLETA SELETIVA	30.250,00	13%

Caicó/RN, 03 de maio de 2019

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:23BAFF2B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA Nº 047/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MC/RN N° 2019.04.03.0056
INTERESSADO: **PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
ASSUNTO: **Abertura de processo licitatório para curso de formação e aperfeiçoamento para pregoeiros equipe de apoio e profissionais da área**.

TERMO DE DISPENSA Nº 047/2019

1 - Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
2 - HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo à empresa **OFIR LICITAÇÕES** (CNPJ nº 21.786.721/0001-49), perfazendo a importância global de **R$ 7.405,00** (sete mil quatrocentos e cinco reais).
3 - DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, II da Lei n° 8.666/93, à **Contratação de empresa especializada para curso de formação e aperfeiçoamento para pregoeiros equipe de apoio e profissionais da área,** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial retificada, as necessidades da **Procuradoria Geral do Município.**
4 - DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Caicó/RN, 03 de maio de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:CAF76998

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA Nº 048/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO SMS/CAICÓ N° 190503532

INTERESSADO: Fundo Municipal de Saúde - Município de Caicó.
ASSUNTO: **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS RENAULT MASTER FURGÃO VITRE EXTRA 2.3 16 V, ANO/MODELO 2018/2019.**

TERMO DE DISPENSA Nº 048/2019

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS – inscrita no CNPJ: 61.198.164/0001-60,** perfazendo a importância global de R$ 7.168,36 (sete mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n° 8.666/93, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SEGURO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS RENAULT MASTER FURGÃO VITRE EXTRA 2.3 16 V, ANO/MODELO 2018/2019**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da Secretaria Municipal de Saúde**.**
DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Caicó/RN, 06 de maio de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:918CF8D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
17ª CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL A SER LOCADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL A SER LOCADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PROMOVIDO POR ESTE MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN E REGIDO PELO EDITAL N° 02/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, no uso de suas atribuições legais, obedecendo a ordem de classificação, bem como de acordo com a necessidade da Administração, **RESOLVE:**

Art. 1º. **CONVOCAR** os profissionais nominados na lista do Anexo I deste edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital de Seleção nº 02/2017, a comparecer, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste, à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizada no Centro Administrativo, situado na Avenida Cel. Martiniano, 993, Centro, nesta cidade, no horário das 07h às 12h, para contratação temporária no quadro de pessoal deste Município.

Art. 2º. Para a contratação, os aprovados cujo nomes constem na lista do Anexo I, deverão apresentar todos os documentos e habilitações exigidas ao desempenho da função, conforme relação contida no Anexo II deste instrumento.

Caicó/RN, 03 de maio de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS

05º MARIA DAS GRAÇAS MAIA – CPF: 812.080.304-34.

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO: CÓPIA LEGÍVEL, ACOMPANHADA DOS ORIGINAIS:

1. CÉDULA DE IDENTIDADE (RG);
2. CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF)
3. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.
4. TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL
5. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
6. PIS/PASEP
7. REGISTRO NO ORGÃO DE CLASSE (PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:A143BA04

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS PESSOA FÍSICA

EXTRATO DO TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS PESSOA FÍSICA
O Município de Canguaretama reconhece que Ana Lucia Vieira Marinho, brasileira,pedagoga, residente e domiciliada na Av. Nilo Peçanha, 251, apto. 301, Petrópolis, Natal/RN, CEP: 59012-300, inscrita no CPF sob o n° 670.887.914-04,inscrita no CPF sob o n° 298.935.934-68, é locadora de um imóvel não residencial, localizado na RUA LUPÉRCIO LOBATO, 72, CENTRO, CANGUARETAMA/RN, onde funciona o Centro Municipal de Distribuição de Alimentos, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), mensal, com o devido respaldo contratual, MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO – Prefeita e ANA LUCIA VIEIRA MARINHO (298.935.934-68) Locadora.

Canguaretama/RN, 25/04/2019.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:91204BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019
A Comissão Permanente de Licitação declara habilitadas na Chamada Pública nº 001/2019 os seguintes produtores rareais: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA – CPF: 055.365.794-10; LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO – CPF: 812.861.714-15; JOSÉ LEOPOLDINO DA SILV ANETO – CPF: 020.914.904-31; JOSÉ MACENA DA CRUZ FILHO – CPF: 943.350.524-72; DAVI SIMÃO RIBEIRO – CPF: 049.286.224-99; MARIA REGINA LAURIANO BATISTAV- CPF: 034.289.874-46; REGINALDO MEIRELES RIBEIRO – CPF: 059.643.608-14; FRANCISCO ALDECI FELICIANO – CPRF: 428.933.304-44; JACYONE FRANCA DA SILVA – CPF: 061.264.714-58; NIZIA MARIA FAGUNDES DE SOUZA – CPF: 071.475.414-56; FRANCISCA BARBOSA GUILHERMES – CPF: 011.522.354-19; REJANE FERREIRA DA SILVA – CPR: 698.211.324-53; ANTONIO LUIZ DA SILVA – CPF: 701.860.224-68; JORGE FELIX DA COSTA – CPF: 357.906.604-87; E A EMPRESA OURO VERDE EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA – CNPJ: 19.730.954/0001-88. Ficam os produtores rurais convocados para assinarem o contrato de fornecimento, a partir das 08h30min horas do dia 08/05/2019, na sala da CPL, localizada no Palácio Octávio de Lima na Praça Augusto Severo, 242, Centro.

Canguaretama/RN, 06 de maio de 2019.

YARACELLY VERÍSSIMO DA SILVA CARVALHO
Presidente da CPL.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:2C847634

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SEC. MUNIC. DE TRAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 002/2019 – CMDCA – CARAÚBAS/RN

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARAÚBAS/RN

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Caraúbas/RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos (por ordem de inscrição):
1 –Ubirajara Silvia Praxedes,
2 –Suiany Yasnaia Pamplona,
3 –Antônio Francisco Maia,
4 –Daniela Maria de Freitas,
5 – Raimunda Queida Benevides,
6 –Marília Gabriela Costa do Vale,
7 –Fablo Tácito de Oliveira,
8 –Francicleide Linhares Silva,
9 –Francisca Kaliana Fernandes,
10 –Samuel Batista Neto,
11 – Antônia Everlane Braga Rodrigues,
12 – Roberto Rivelino da Silva Moura,
13 –Gildenira Farias de Lima,
14 –Antônia Regineide Lopes de Oliveira,
15 –Maria Flaudeane de Souza Bezerra,
16 – Adriana Rocha Santos,
17 - Francélio Bezerra do Nascimento,
18 –Denize Raquel Leite de Andrade Alves,
19 –Eilson Carlos Fernandes Pimenta,
20 –Jeomar Márcio da Silva Morais,
21 – Iarley Ferreira de Oliveira,
22 –Maria Lucirene de Lima Torres,
23 –Maria Adriana da Silva Pimenta,
24 –Jeová de Oliveira Sales,
25 –Maria Roseane Fernandes,
26 – Felipe Thawan Alves da Silva,
27 – Dauanny Azevedo Praxedes,
28 –Maria Poliana de Lima,
29 –Lisandra Mara Gurgel Pessoa.

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 1.123/2015 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Praça Reinaldo Pimenta, nº 104, Centro, Caraúbas/RN, no horário das 09:00 às 12:30horas.

Caraúbas/RN,06 de Maio de 2019.

ANTÔNIA REGINA DA CONCEIÇÃO NETA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:CE305027

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 424010/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação das empresas: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30 no valor total de R$2.100,00 (dois mil e cem reais); MEDFIX ORTOPÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.748.211/0002-50 no valor total de R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais); e CLÍNICA ORTOTRAUMA LTDA, inscrita no CNPJ: 09.624.470/0001-09, no valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R$12.300,00 (doze mil e trezentos reais),** referente ao SERVIÇO pleiteado pela Secretaria de Saúde do município de Caraúbas/RN destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando realização de procedimento cirúrgico de Fratura do Calcâneo.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação da Ilma. Sra. **WILLIANA SAMARA PRAXEDES**, Secretária de Saúde do Município de Caraúbas/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Caraúbas/RN, 06 de maio de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:E31E425A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na **modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **21 de maio de 2019, às 09:00h (horário local)** na sede da Prefeitura Municipal à Praça Cel. Reinaldo Pimenta nº 104 – Centro (Setor de Licitações). **OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para eventual aquisição de combustíveis, tipo: gasolina comum, óleo diesel S-10, óleo diesel comum, gás liquefeito de petróleo (GLP), lubrificantes, agente redutor (ARLA32), filtros e afins.** Solicitação de edital na sede da prefeitura no horário de atendimento de 07:00 as 13:00 ou licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas-RN, 06 de maio de 2019

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:97BFE371

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na **modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **23 de maio de 2019, às 09:00h (horário local)** na sede da Prefeitura Municipal à Praça Cel. Reinaldo Pimenta nº 104 – Centro (Setor de Licitações). **OBJETO: Contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de materiais de construção, especificamente: TELHA tipo trapezoidal GVLM e CUMEEIRA tipo trapezoidal GVLM.** Solicitação de edital na sede da prefeitura no horário de atendimento de 07:00 as 13:00 ou licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas-RN, 06 de maio de 2019

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:EF709160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na **modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **24 de maio de 2019, às 09:00h (horário local)** na sede da Prefeitura Municipal à Praça Cel. Reinaldo Pimenta nº 104 – Centro (Setor de Licitações). **OBJETO: contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de insumos hospitalares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** Solicitação de edital na sede da prefeitura no horário de atendimento de 07:00 as 13:00 ou licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas-RN, 06 de maio de 2019

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:24D54B62

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 424010/2019

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN, consoante autorização do Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA** Prefeito Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 424010/2019 relativo à Dispensa de Licitação n° 023/2019 referente à contratação de Pessoa Jurídica para realização de procedimento cirúrgico de Fratura do Calcâneo, junto às Pessoas Juridicas: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30** com sede à Av. Mota Neto, nº 26, Aeroporto, Mossoró/RN, CEP 59.607-310; **MEDFIX ORTOPÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.748.211/0002-50** com sede à Rua Joaquim Fabrício, nº 267, Petrópolis, Natal/RN, CEP 59.012-340; e **CLÍNICA ORTOTRAUMA LTDA, inscrita no CNPJ: 09.624.470/0001-09** com sede à Rua Duodecimo Rosado, nº 1518, Nova Betania, Mossoró/RN, CEP 59.607-020 *com fulcro no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24- É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Foi verificada a necessidade urgente de realizar-se a contratação de Pessoa Jurídica para realização de procedimento cirúrgico de Fratura do Calcâneo, junto às Pessoas Juridicas: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30**; **MEDFIX ORTOPÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.748.211/0002-50**; e **CLÍNICA ORTOTRAUMA LTDA, inscrita no CNPJ: 09.624.470/0001-09** *com base no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.*

Justifica-se a contratação acima mencionada pela necessidade de oferecer este atendimento a um cidadão de família de baixa renda, visto que o mesmo não dispõe de recursos financeiros para esse fim, bem como o seu estado de saúde requer urgentemente este procedimento, pois seu quadro clínico se agrava a cada dia, o que torna necessário e emergente a realização dessa cirurgia. A contratação deverá recair junto às empresas acima nominadas haja vista terem sido as propostas mais vantajosas, de acordo com as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentados.

Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, inciso II, da Lei n° 8666/93, e** Parecer Jurídico de lavra do Dr. Fábio Francisco da Silva Sena, Assessor Jurídico do Município de Caraúbas/RN, que em seu bojo foi favorável à contratação com as empresas: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30 no valor total de R$2.100,00 (dois mil e cem reais); MEDFIX ORTOPÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ: 01.748.211/0002-50 no valor total de R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais);** e **CLÍNICA ORTOTRAUMA LTDA, inscrita no CNPJ: 09.624.470/0001-09, no valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global de R$12.300,00 (doze mil e trezentos reais)** tendo em vista ser o menor valor dentre as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentadas, tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Caraúbas/RN, 06 de maio de 2019

WILLIANA SAMARA PRAXEDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:4FAD0981

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 1/2019

Rua Juvenal Lamartine, 200, Centro, 59.374-000
Telefone: (084)3479.2312, Fax: (084)3479.2312
CNPJ: 08.088.254/0001-15
E-mail : pmcdantas@gmail.com

DECRETO SUPLEMENTAR N° 1/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor , Prefeito Municipal de Carnaúba Dos Dantas, , no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 100/12018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA
I – anulações

02.002-GABINETE DO PREFEITO	
02.002.04.122.0002.2088.3.3.5.0.41.00.00.00|10010000 Contribuicoes	R$ 5.091,08
02.002.04.122.0002.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00
Sub-Total:	**R$ 55.091,08**
02.004-SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
02.004.04.123.0003.1001.4.6.9.0.71.00.00.00|10010000 Principal da Divida Contratual Resgatado	R$ 50.000,00
02.004.04.122.0003.2002.3.1.9.0.13.00.00.00|10010000 Obrigacoes Patronais	R$ 5.523,59
Sub-Total:	**R$ 55.523,59**
02.009-SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.009.12.361.0024.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|11110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 18.500,00
02.009.12.365.0008.2082.3.1.9.0.94.00.00.00|11110000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 6.800,91
02.009.12.361.0024.2048.4.4.9.0.52.00.00.00|11110000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 51.000,00
02.009.12.365.0008.2082.4.4.9.0.52.00.00.00|11110000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 39.000,00
Sub-Total:	**R$ 115.300,91**
02.011-SEC. MUN. DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPO	
02.011.15.452.0010.2066.3.1.9.0.04.00.00.00|16200000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 26.000,00
02.011.15.452.0010.2066.3.1.9.0.04.00.00.00|10010000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
Sub-Total:	**R$ 36.000,00**
02.013-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
02.013.13.392.0011.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de	R$

Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.000,00**
02.014-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E P	
02.014.20.606.0013.2076.3.1.9.0.94.00.00.00|10010000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 19.000,00
Sub-Total:	**R$ 19.000,00**
03.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DA	
03.001.10.301.0007.2034.3.1.9.0.94.00.00.00|12110000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 31.900,00
03.001.10.301.0007.2033.3.1.9.0.11.00.00.00|12140000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 40.000,00
03.001.10.301.0007.2034.3.1.9.0.92.00.00.00|12110000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 5.800,00
03.001.10.301.0007.2035.3.1.9.0.92.00.00.00|12140000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 11.750,00
Sub-Total:	**R$ 89.450,00**
04.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	
04.001.08.241.0005.2007.3.3.5.0.41.00.00.00|13900000 Contribuicoes	R$ 5.500,00
04.001.08.244.0016.2022.3.3.9.0.39.00.00.00|13110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 12.720,00
Sub-Total:	**R$ 18.220,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 393.585,58**
II - remanejamento	
02.011-SEC. MUN. DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPO	
02.011.17.512.0010.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|15200000 Obras e Instalacoes	R$ 85.000,00
02.011.17.512.0010.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|10010000 Obras e Instalacoes	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 100.000,00**
02.014-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E P	
02.014.20.605.0013.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|10010000 Obras e Instalacoes	R$ 4.000,00
02.014.17.511.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|10010000 Obras e Instalacoes	R$ 16.000,00
02.014.20.605.0013.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 34.061,99
02.014.17.511.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 39.523,59
Sub-Total:	**R$ 93.585,58**
03.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DA	
03.001.10.301.0007.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|12110000 Obras e Instalacoes	R$ 14.000,00
03.001.10.301.0007.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|12150000 Obras e Instalacoes	R$ 120.000,00
03.001.10.301.0007.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|12200000 Obras e Instalacoes	R$ 66.000,00
Sub-Total:	**R$ 200.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 393.585,58**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carnaúba Dos Dantas, 02 de Janeiro de 2019.

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:02096DBC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 2/2019

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor , Prefeito Municipal de Carnaúba Dos Dantas, , no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 100/12018, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

I - anulacoes	
02.002-GABINETE DO PREFEITO	
02.002.04.122.0002.2010.3.3.9.0.36.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
02.002.04.122.0002.2088.3.3.5.0.41.00.00.00|10010000 Contribuicoes	R$ 5.091,08
02.002.04.122.0002.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
Sub-Total:	R$ 30.091,08
02.005-SEC. MUNICIPAL DE FINANCAS	
02.005.04.123.0004.2004.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 11.400,00
Sub-Total:R	$ 11.400,00
02.009-SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	
02.009.12.365.0008.2082.3.1.9.0.92.00.00.00|11110000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 2.220,10
02.009.12.361.0024.2048.3.1.9.0.92.00.00.00|11110000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 1.972,05
02.009.12.361.0024.1016.4.4.9.0.51.00.00.00|11200000 Obras e Instalacoes	R$ 13.479,79
02.009.12.361.0024.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|11110000 Material de Consumo	R$ 13.397,00
02.009.12.122.0025.2081.3.3.9.0.30.00.00.00|11110000 Material de Consumo	R$ 11.000,00
02.009.12.361.0024.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|11110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.010,00
Sub-Total:	R$ 45.078,94
02.010-SEC. MUN. DE ESPORTE E LAZER	
02.010.27.812.0009.2061.3.1.9.0.92.00.00.00|10010000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 218,53
Sub-Total:	R$ 218,53
02.011-SEC. MUN. DE OBRAS, SERV. URBANOS E TRANSPO	
02.011.25.752.0010.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|16200000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 12.486,71
Sub-Total:	R$ 12.486,71
02.013-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
02.013.13.392.0011.2069.3.3.9.0.39.00.00.00|10010000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
Sub-Total:	R$ 1.000,00
02.014-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E P	
02.014.20.606.0013.2076.3.1.9.0.92.00.00.00|10010000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 3.681,51
Sub-Total:	R$ 3.681,51
03.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARNAUBA DOS DA	
03.001.10.305.0020.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|12140000 Material de Consumo	R$ 6.630,00
03.001.10.301.0007.2034.3.1.9.0.92.00.00.00|12110000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 183,03
03.001.10.301.0007.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|12110000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 27.000,00
Sub-Total:	R$ 33.813,03
04.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	
04.001.08.241.0005.2007.3.3.5.0.41.00.00.00|13900000 Contribuicoes	R$ 10.000,00
04.001.08.244.0005.2015.3.1.9.0.92.00.00.00|13900000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 229,84
04.001.08.244.0016.2018.3.1.9.0.92.00.00.00|13900000 Despesas de Exercicios Anteriores	R$ 74,34
04.001.08.244.0016.2022.3.3.9.0.30.00.00.00|13110000 Material de Consumo	R$ 360,00
04.001.08.243.0005.2089.3.3.9.0.30.00.00.00|13900000 Material de Consumo	R$ 2.802,42
04.001.08.244.0016.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|13110000 Material de Consumo	R$ 3.710,00
Sub-Total:	R$ 17.176,60
Total Parcial Suplementado: R$ 154.946,40	

II - remanejamento	
02.014-SEC. MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E P	
02.014.17.511.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 54.946,40
02.014.20.608.0013.1041.4.4.9.0.51.00.00.00|10010000 Obras e Instalacoes	R$ 6.000,00
02.014.20.608.0013.1041.4.4.9.0.51.00.00.00|15100000 Obras e Instalacoes	R$ 94.000,00
Sub-Total:	R$ 154.946,40
Total Parcial Reduzido:	R$ 154.946,40

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carnaúba Dos Dantas, 01 de Fevereiro de 2019.

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:095834FA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso das suas atribuições institucionais,
Considerando a justificativa, a definição do objeto, e demais especificações constantes no Termo de Referência – TR em anexo aos autos;

Considerando a essencialidade de vacinação do gado dos pequenos produtores rurais do município, com vistas à prevenção à saúde animal e humana, conforme determinações do MAPA;
Considerando o disposto no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de julho de 1993, nos termos seguintes:

Art. 24 – É dispensável a licitação:
[...]
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando o enquadramento da aquisição como compra de pequeno valor, enquadrando-se do dispositivo supracitado;
Considerando ser a vacinação contra a febre aftosa compulsória, ou seja, realizada por força de lei, de forma sistemática e massiva;
Considerando haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2019), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2019) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de Contabilidade;
Considerando o dever de vigilância da Administração Pública em relação ao controle e prevenção sanitária e a hipossuficiência dos pequenos pecuaristas quando da aquisição das doses do fármaco.

R E S O L V E:
I - Autorizar a realização da supracitada despesa, ficando dispensado o procedimento licitatório para aquisição de vacinas de uso veterinário contra febre aftosa (família *Picornaviridae*, gênero *aphtovirus*), a ser adquirido junto a RANCHO ALEGRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 06.098.753/0001-68, com sede à Avenida Dão Silveira, 3648, Anexo 3648-A, Natal/RN, CEP: 59066-180, denominada Contratada, empresa do ramo de fornecimento dos produtos referidos que apresentou preço mais vantajoso;
II - O município contratante pagará à Contratada, qualificada no parágrafo 1, a importância estimada, fracionada de até **R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)**, pelos itens em epígrafe;
III - Deverá ser acostada aos autos do processo a respectiva cópia da nota de serviço ou notas fiscais;
IV - O presente termo passa a produzir efeitos na data de sua publicação.

Carnaúba dos Dantas/RN, 16 de Abril de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:11BEE13B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso das suas atribuições institucionais,
Considerando a justificativa, a definição do objeto, e demais especificações constantes no Termo de Referência – TR em anexo aos autos;
Considerando a essencialidade de vacinação do gado dos pequenos produtores rurais do município, com vistas à prevenção à saúde animal e humana, conforme determinações do MAPA;
Considerando o disposto no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 de julho de 1993, nos termos seguintes:

Art. 24 – É dispensável a licitação:
[...]
II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Considerando o enquadramento da aquisição como compra de pequeno valor, enquadrando-se do dispositivo supracitado;
Considerando ser a vacinação contra a febre aftosa compulsória, ou seja, realizada por força de lei, de forma sistemática e massiva;
Considerando haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2019), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2019) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de Contabilidade;
Considerando o dever de vigilância da Administração Pública em relação ao controle e prevenção sanitária e a hipossuficiência dos pequenos pecuaristas quando da aquisição das doses do fármaco.

R E S O L V E:
I - Autorizar a realização da supracitada despesa, ficando dispensado o procedimento licitatório para aquisição de vacinas de uso veterinário contra febre aftosa (família *Picornaviridae*, gênero *aphtovirus*), a ser adquirido junto a RANCHO ALEGRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 06.098.753/0001-68, com sede à Avenida Dão Silveira, 3648, Anexo 3648-A, Natal/RN, CEP: 59066-180, denominada Contratada, empresa do ramo de fornecimento dos produtos referidos que apresentou preço mais vantajoso;
II - O município contratante pagará à Contratada, qualificada no parágrafo 1, a importância estimada, fracionada de até **R$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)**, pelos itens em epígrafe;
III - Deverá ser acostada aos autos do processo a respectiva cópia da nota de serviço ou notas fiscais;
IV - O presente termo passa a produzir efeitos na data de sua publicação.

Carnaúba dos Dantas/RN, 16 de Abril de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:BF506072

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 041/2019- GP, DE 02 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA 041/2019- GP, de 02 de maio de 2019.

Dispõe sobre delegação de Poderes perante Fundo de Saúde do Município de Carnaúba dos Dantas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER poderes específicos a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a Sra. INÊS ALINE DE ARAÚJO DANTAS NEVES, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do CPF nº 086.695.994-73 e RG nº 1254922 SSP/RN, residente e domiciliada a Rua Juvenal Lamartine, 979 – Bairro Dom José Adelino Dantas, Carnaúba dos Dantas/RN, nomeada através da portaria nº 040/2019, de 02 de maio de 2019 para assinar e movimentar as transações bancárias das contas-corrente de nºs.: 106248-4, 106249-2, 106250-6, 106855-5, 107165-3, 107260-9, 107739-2, 107747-3, 107894-1, 108039-3, 108779-7, 108929-3, 108944-7, 28983-3, 28992-2, 109087-9, 109090-9 (seguem em anexo) referentes ao CNPJ: 10292556/0001-52 do Fundo de Saúde do Município de Carnaúba dos Dantas, junto ao BANCO DO BRASIL S/A Agência 1106-1 Parelhas. Conforme critérios abaixo:

Abrir contas de depósitos;
Solicitar saldos e extratos;
Requisitar talonários de cheques;
Retirar cheques devolvidos;
Sustar/contraordenar cheques;
Cancelar cheques;
Baixar cheques;
Efetuar resgates/aplicações financeiras;
Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
Efetuar transferências por meio eletrônico;
Consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais;
Liberar arquivos de pagamento no ger. Financeiro;
Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos e op. Crédito;
Solicitar saldos/extratos de investimentos;
Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
Emitir comprovantes;
Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos contrários.

Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, em 02 de maio de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Freire de França
Código Identificador:688FDA12

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 279 DE 19 DE MARÇO DE 2019.

PORTARIA n.º 279 de 19 de março de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará - Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor **Fabio Jefferson da Silva – matrícula – 931078-9,** integrante do quadro efetivo do Município de Ceará-Mirim/RN, categoria funcional **Vigia**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 19 de março de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:66E26F5C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 447 DE 30 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA n.º 447 de 30 de abril de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder para a Câmara Municipal de Ceará-Mirim/RN, o servidor **Luiz Carlos Severo da Silva**, matrícula 006.7059-1, pertencente ao quadro de pessoal desta Prefeitura, por um período de 02 (dois) anos, com ônus para órgão cedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de junho de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 30 de abril de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:FF85F6C1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 451 DE 30 DE ABRIL DE 2019.

PORTARIA n.º 451 de 30 de abril de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará - Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Exonerar por aposentadoria a servidora **Maria Aparecida da Costa Silva – matrícula – 0002811-1,** integrante do quadro efetivo do Município de Ceará-Mirim/RN, categoria funcional **Professora**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2018.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 30 de abril de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:680D90F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 454 DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA n.º 454 de 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar da Comissão da Junta Médica da Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim, os servidores abaixo relacionados:
I. Thiago Duarte Nóbrega de Paiva
Presidente

II. Daniella Vieira Tosta
Membro

III. Rômulo Jerônimo Souza da Silva
Membro

IV. Tiago de Macêdo Leite Trindade
Secretário

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 06 de maio de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:5777CBBB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 455 DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA n.º 455 de 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para compor a Comissão da Junta Médica da Prefeitura Municipal, os servidores abaixo relacionados:

I. Maria Magdalia Santos de Oliveira
Presidente

II. Daniella Vieira Tosta
Membro

III. Rômulo Jerônimo Souza da Silva
Membro

IV. Tiago de Macêdo Leite Trindade
Secretário

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 06 de maio de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:C9521B42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 456 DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA n.º 456 de 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Edvaldo de Morais Marçal**, para o cargo de **Conselheiro Tutelar em substituição** a Cleópatra Barros de Lima Monteiro **por motivo de férias durante o mês de maio de 2019.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 06 de maio de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:E85F0620

GABINETE DO PREFEITO
LISTA DE INSCRITOS ÀS ELEIÇÕES UNIFICADAS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020-2024 DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM

LISTA DE INSCRITOS ÀS ELEIÇÕES UNIFICADAS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020-2024 DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM

Nº	INSCRITO
01	Carlos Henrique Cruz da Silva
02	Cleópatra Barros de Lima Monteiro
03	Diene Maria e Silva Cavalcanti
04	Djair Moura da Silva
05	Edizângela Moreira de Araújo
06	Edvaldo de Morais Marçal
07	Eluziete Bezerra da Costa
08	Geilza Oliveira dos Santos
09	Iranildo Gosmes da Costa Junior
10	Jailza de Paiva Pereira
11	Janaina Rodrigues Germano
12	Juliana Felix da Silva
13	Luciano Albuquerque de Freitas
14	Manoel Luiz da Silva Filho
15	Maria da Conceição dos Santos Oliveira
16	Maria da Conceição Pereira Costa
17	Maria Frassinete da Silva Dias
18	Ozeneide Freitas do Nascimento
19	Renan Cruz da Costa
20	Sandra Maria do Nascimento Silva

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:09CC575E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 460 DE 06 DE MAIO DE 2019.

PORTARIA n.º 460 de 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Exonerar **Cleoneide Maria Maciel da Silveira** do cargo comissionado de **Secretária Municipal de Educação Básica.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 06 de maio de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:33A95734

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.541, DE 02 DE MAIO DE 2019.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.541, DE 02 DE MAIO DE 2019.

Cria no âmbito municipal, a Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município de Ceará-Mirim/RN, e da outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso IV do artigo 39, da Lei Orgânica do Município e observando o disposto;

CONSIDERANDO a necessidade de se promover a análise legal das vantagens pecuniárias já incorporadas aos vencimentos dos professores do município de Ceara Mirim/RN;

CONSIDERANDO, que tais providências foram efetivadas por administrações anteriores à míngua do procedimento adequado, motivo pelo qual inexiste o ato autorizador expedido pela autoridade competente;

CONSIDERANDO que as vantagens pecuniárias incorporadas sem o indispensável ato administrativo correm o risco de perecer diante do julgamento do Egr. TCE/RN, o que irá prejudicar diretamente vários professores (as) já aposentados (as), mas com análise pendente perante a Corte Estadual de Contas;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de **análise detalhada sobre a matéria tratada**, observando-se individualmente todos os pormenores que formam cada parte de um todo, emitindo relatório descritivo para aferir a legalidade das incorporações de vantagens pecuniárias, as quais posteriormente submetidas ao crivo da procuradoria jurídica, e, logo após, encaminhado para eventual convalidação da autoridade competente**;**

DECRETA:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este decreto regulamenta o trabalho da **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município**, definindo as atividades que serão executadas sob a responsabilidade técnica de profissional de área compatível.

DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Art.2º. A **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município**, atuará realizando análise consiste no **exame detalhado sobre a matéria tratada**, observando todos os pormenores que formam cada parte de um todo, para, ao final emitir Relatório Descritivo, informando a legalidade do processo, para posteriormente ser emitido parecer, e encaminhado para emissão de portaria da autoridade competente, a fim de convalidar, ou não**,** os títulos acadêmicos que fundamentam as gratificações já implantadas.

Art. 3º. A **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos e Gratificações do Município** será composta por 06 (seis) servidores, podendo ser efetivo ou comissionado, sendo:

I – Presidente
II – 5 (cinco) membros

Parágrafo Único – Dos integrantes da **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município**, um será nomeado como presidente dentre os efetivos.

Art. 4º. A nomeação dos membros que trata o artigo anterior ficará a cargo do Prefeito Municipal que, será feito através de portaria própria da comissão e seus respectivos membros.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º. Os trabalhos serão registrados através de Atas, as quais serão assinadas por todos os membros da Comissão presentes nas reuniões.

DOS JETON'S

Art. 6º. Atendidas às disposições constantes nos artigos anteriores, os membros convocados pela **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município** receberão JETON'S pelas atribuições exercidas, em conformidade com o artigo 19 da Lei Municipal 1.639/2013.

Parágrafo único – O pagamento de JETON'S previstos no *caput* desse artigo será efetuado proporcionalmente ao período de efetiva atuação dos beneficiários, estabelecendo o número de reuniões de no máximo de 08 (oito) mensais.

Art. 7º. O valor dos JETON'S a ser concedido aos servidores designados para a **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município** será pago por reunião que o membro houver participado, sendo:

I – Ao Presidente: R$= 100,00(cem reais) por reunião;
II – Aos demais membros: R$= 100,00 (cem reais) por reunião que houver participado.

Art. 8º. Os pagamentos dos JETON'S deverão ser efetuados por meio de folha de pagamento mensal dos servidores, em seus devidos contracheques.

Art. 9º. Os JETON'S previstos neste Decreto somente serão pagos, após a comprovação das reuniões feita por meio da entrega das atas à autoridade competente administrativa.

Art. 10º. Os JETON'S autorizados por este Decreto não se incorporam aos vencimentos dos servidores para qualquer efeito, cessando o seu pagamento com o afastamento deste da **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município**.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º. Compete à Secretaria Municipal de Administração de Ceará-Mirim/RN, fiscalizar o funcionamento da **Comissão de Análise e Avaliação Para Validação dos Processos de Títulos, Letras e Gratificações do Município**.

Art. 12º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Palácio Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 02 de maio de 2019.

MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clodoneide Alves Barbosa
Código Identificador:776B709B

SAAE
RESULTADO DE JULGAMENTO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA PRIMEIRA EMPRESA CLASSIFICADA NOS LANCES DO PREGÃO PRESENCIAL C/SRP N° 002/2019

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN, através de sua Pregoeira torna público o Resultado de

Julgamento da análise da documentação de habilitação da primeira empresa classificada nos lances do Pregão Presencial C/SRP nº 002/2019. A empresa licitante FUNCERN – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o N° 02.852.277/0001-78 foi considerada INABILITADA por não apresentar o balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis acompanhado dos índices contábeis, descumprindo dessa forma as exigências do Edital de licitação, no subitem 6.2.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: letra "b" e letra "a.1" - I – Índice de Liquidez Corrente; II – Índice de Liquidez Geral; III – Índice de Endividamento Total, como também a empresa descumpriu o subitem 6.2.5, letra "c" e subitem 6.5 do Edital de sendo considerada INABILITADA. Desde já fica convocada a segunda empresa classificada nos lances: AQUANALOUS LABORATÓRIO EIRELI-EPP e demais empresas que assim o queiram para comparecer ao SAAE de Ceará Mirim, localizado à Rua General João Varela, 1071 – Centro – Ceará Mirim/RN para a sessão de abertura do envelope de habilitação da segunda empresa classificada nos lances do Pregão Presencial C/SRP N° 002/2019 que será no dia 08/05/2019, às 09h:30m. Publique-se esse Resultado no Diário Oficial da FEMURN.

Ceará Mirim/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCI OLIVEIRA MAIA DE MEDEIROS
Pregoeira

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:22D9D320

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

O Pregoeiro do Município de Ceará-Mirim/RN torna público que realizará a licitação - **Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços nº 018/2019,** no dia **21 de Maio de 2019** às **09h00min**, objetivando **o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSTERIOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇO DE ARAGEM DE TERRAS PARA PLANTIO, COM TÉCNICA DE CORTE CRUZADO, PARA ATENDER OS AGRICULTORES FAMILIARES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM/RN.** O edital, na integra, se encontra a disposição na sala da Comissão Permanente de Licitações deste Município, situada a Rua Heráclito Vilar - 697 - 1º Andar - Centro - Ceará-Mirim/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, ou poderá ser adquirido através do e-mail: cpl.cearamirim@gmail.com. Maiores informações através do telefone (84) 3274-3667.

Ceará-Mirim/RN, em 06 de maio de 2019.

DANIEL ANSELMO SOARES
Pregoeiro

Publicado por:
Yara Dantas da Silva
Código Identificador:394EC9C9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Cerro Corá/RN
Lei Municipal nº 784/2015
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.
O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Cerro Corá/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 784/2015 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 - Raimunda Alves de LIma
02 - Maria Ozanir Pereira de Medeiros
03 - Dalvanira de Lira
04 - Aildo da Silva Bernardo
05 - Diane Irisleide de Medeiros Matos
06 - Antônio Raniere Mascena Guilherme
07 - Rita de Cássia da Silva
08 - Marcos Marciel Miranda
09 - Ronivon Pereira de Araújo
10 - Antônio da Mata Vigário
11 - José Leonardo da Silva Bezerra
12 - Hoga de Cássia Rocha Melo
13 - Rosita Izadora Silva de Lira
14 - Rozineide Maria dos Santos
15 - Maria Meriane Souza
16 - Maria Vilma Ferreira Maranhão
17 - Rânia Amaro Pereira Faustino
18 - José Ediclésio Caetano da Silva
19 - Brenda Minely Silva de Oliveira
20 - Francisco Ferreira de Souza
O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 10 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CRAS Cerro Corá/ RN, situada na Rua Gracindo Deitado 271, no horário das 07h às 12h AM.

Cerro Corá/RN, 06 de maio de 2019.

YURAN ROSEVELLT DANTAS DE OLIVEIRA.
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:EFBC0C2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CELEBRADO 087/2019 - ANA PAULA PENHA DA SILVA

Contratante: **ANA PAULA PENHA DA SILVA**
Objeto: prestação de serviços temporários, como **PROFESSORA PEDAGOGA**, com carga horária de **30 horas** semanais, a ser lotada na **Secretaria Municipal de Educação**
Valor Mensal: R$ **1.006,00** (mil e seis reais)
Vigência: iniciará na sua assinatura e encerrará em 04 (quatro) meses, a contar da sua assinatura
Recursos Orçamentários: através do elemento orçamentário "3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado" constante no orçamento corrente
Recursos Financeiros**: 60% FUNDEB**
Pelo Contratado: **ANA PAULA PENHA DA SILVA**
Pelo Município: Cláudio Marques de Macêdo

Assinatura:

Publicado por:
Talita Dias da Costa
Código Identificador:1228EA1F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL Nº 09/2019 – SEGUNDA CHAMADA

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL Nº 09/2019 – SEGUNDA CHAMADA

O Município de Coronel João Pessoa, comunica aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que tem por objeto Registro de preço para contratação de empresa para recapagem de pneus, dos veículos leves e pesados pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN**.**
A Sessão se dará às**09:00min**(horário de local) do dia**20 de maio de 2019**, na sede da PMCJP/RN, O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Rua São José, 05, Centro – Coronel João Pessoa/RN, CEP: 59.930-000, a partir da publicação deste Aviso, no horário das 07h00mim às 14h00mim, como também site oficial www.coroneljoaopessoa.rn.gov.br. Ou telefone (084) 3357 0027

Coronel João Pessoa, 06 de maio de 2019.

SANDRO PESSOA DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:0984052A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 023/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2019

CONTRATO Nº: 023/2019

CONTRATANTE: Município de Coronel João Pessoa

CONTRATADA: ELETRO AIRES LTDA

PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa por Justificativa n.º **017/2019**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento fracionado de lâmpadas e reatores para suprir as demandas municipais..

VALOR TOTAL: R$ **R$ 17.250,00** (**dezessete mil e duzentos e cinquenta reais**).

DOTAÇÃO: 22 - 2 . 2003 . 4 . 122 . 8 . 2.4 . 0 . 339030 - Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 06/05/2019 à **31/12/2019**.

DATA DA ASSINATURA.....: 6 de maio de 2019

Publicado por:
Francisco Fabio Magalhães Carvalho
Código Identificador:3C8D1AF7

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS PRÉ-CANDIDATOS INSCRITOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RELAÇÃO DOS PRÉ-CANDIDATOS INSCRITOS
A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Coronel João Pessoa/RN, torna pública a relação dos pré-candidatos inscritos para Gestão 2020 – 2024.

INSCRIÇÃO Nº	NOME DO CANDIDATO
011	ALDENICE PAULINA DE ALMEIDA MAIA
030	ANA PAULA SIMÃO DA SILVA
032	ANTONIA JOCELMA DA SILVA GONÇALVES
005	BRUNA MICHELLI JALES PORFIRIO -
028	CARLA CRISTINA CHAVES CARVALHO
019	DAYSE SAMIRA MENDES DE SOUZA
003	EDNA CANDIDA DA SILVA
001	ELIANE ALVES FELIX
007	ELISABETH SOARES DE ALMEIDA
014	ETELVINA ALVES DA SILVA NETA ANDRADE
006	EVANILDO SATURNO DA SILVA
022	EVANILSON MENEZES DA SILVA FERNANDES
016	FABIANO DA SILVA NUNES
013	FRANCISCA DAIANNE BEZERRA
004	FRANCISCO ALMEIDA AMORIM
031	FRANCISCO DALLISON SOUZA DA SILVA
025	JAIZA MAURICIO DE LIMA
021	JENNETTY ALICY MARQUES DE SOUZA
002	JERUZA GOMES CHAVES
017	JESSICA EDJANE VIDAL DE SOUZA
023	JOSE WIGENES DE CARVALHO LIMA
010	LUCINEIDE MOREIRA DE QUEIROZ LIMA
026	LUZIANA SOUZA DE AQUINO
029	MANAATE JANUÁRIO DE LIMA
012	MARIA EDILENE DE CARVALHO DA SILVA
008	MARIA JOSE DE JESUS
018	MARIA LUCIELMA DE LIMA SILVA
020	MICHEL PLATINI FERNANDES LOPES
009	MILENA PEREIRA SILVA
027	MYCHAEL KEFTELLY DE SOUZA
015	OTAVIANO DA SILVA SAMPAIO
034	SILVANA OLIVEIRA CARVALHO

06 de Maio de 2019

JOSE SILVANO DE LIMA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:6C7EEF83

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA - CONTRATO Nº 30/2019

A Prefeitura Municipal de Cruzeta torna sem efeito o Extrato de Contrato publicado no Diário Oficial do Município datado, dia 17/04/2019, Edição Nº 2000, referente a Contratação de José Raimundo da Silva Neto, CPF nº 229.529.504-15, VALOR: R$8.360,00. Objeto: Contratação de serviços para apontamento e conserto de ferramentas. Processo nº 042/2019 – dispensa nº 016/2019.

Cruzeta/RN 29 de abril de 2019

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:2ED23505

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2019-GP

Concede Gratificação de Incentivo (GI) aos servidores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o inciso I do artigo 11 da Lei nº 792, de 25 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, os servidores municipais relacionados no Anexo I integrante desta Portaria, a Gratificação de Incentivo (GI), instituída pela Lei nº 792, de 25 de junho de 2002, em cujo anexo contém especificações relativa à identificação do órgão municipal de vinculação do beneficiário, vigorando os efeitos da presente Portaria à partir de 15 de abril de 2019.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta(RN), em 23 de abril de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

ANEXO ÚNICO
PORTARIA Nº 098/2019-GP

Órgão de Vinculação – SMS/PSF.

NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR DA (GI)
Gilmar Pereira de Souza da Silva	Aux. de Enfermagem, Ref. 02-A	R$ 205,47

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:51D4859A

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Cruzeta-RN publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 - KARLA LUCIANA DE BRITO
2 - ANA PAULA DA SILVA
3 - PATRICIA ROBERTO
4 - FRANCISCO MONTEIRO DANTAS
5 - HILDEBERTO DINIZ SILVA NASCIMENTO
6 - LUANNA FERREIRA DA SILVA ALMEIDA
7 - ERIKSSON DEANGELLYS ALVES DE ARAUJO
8 - JACIARA GILCACIA LOPES
9 - SARA CAROLINA QUINTINO
10 - TEREZINHA ANDREA DA SILVA NASCIMENTO
11 - JACIANA FERNANDA GOES DA COSTA
12 - MARIA DA GUIA DA SILVA MONTEIRO ARAUJO

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 700/1997 e Resolução nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Raimundo Bezerra, nº198, no horário das 07:30 às 12:00 horas.,

Cruzeta-RN, 06 de maio de 2019.

ANGELYNNA LILYANNE SANTOS SILVA BOTELHO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:505CE101

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2019-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65, inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a pessoa abaixo qualificada como "Usuário Gerenciador" da unidade jurisdicionada Instituto de Previdência do Município de Cruzeta/RN – Cruzeta-PREV, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, conforme Portaria nº 070/2019-GP/TCE:

Patrícia Luciana Pereira da Silva
Cargo: Presidente do Cruzeta-PREV
Matrícula: 486-2
CPF nº 010.xxx.xxx-63

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Cruzeta (RN), em 06 de maio de 2019.

JOSÉ SALLY DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araujo
Código Identificador:DE502858

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Currais Novos – RN, instituída pela Portaria nº 565, de 30 de abril de 2019, torna público aos interessados que fará realizar Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preço, do tipo MENOR PREÇO, sob o regime de Empreitada por Preço Global, visando a **contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia civil, para executar drenagem superficial e pavimentação em paralelepípedo de 02 ruas,** nos termo da Lei 8.666/93 e suas alterações obedecendo ao disposto no ato convocatório. O edital na íntegra e seus anexos poderão ser solicitados pelo email: licitar.pmcn@gmail.com

Data de abertura: 23 de maio de 2019
Hora: 09h – Horário Local
LOCAL: Secretaria Municipal de Administração – RUA ABÍLIO CHACON, 346, BAIRRO: JK – Piso superior do SESI - CURRAIS NOVOS– RN. Telefone: (84) 3405-2704

Currais Novos/RN, 06 de maio de 2019.

ANDREA TITO DA SILVA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:1ED92A46

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 3.426, DE 02 DE MAIO DE 2019.

"*Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de, no mínimo, 01 (uma) cadeira de rodas nas agências bancárias e instituições e serviços públicos de atendimento ao público no Município de Currais Novos e dá outras providências.*"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Currais Novos/RN aprovou o Projeto de Lei nº 001/2019, de autoria do Vereador Francisco Wilton da Silva e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As agências bancárias e as instituições e serviços públicos de atendimento ao público deverão disponibilizar, no mínimo, 01 (uma) cadeira de rodas para atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo Único - O número mínimo de cadeiras de rodas disponíveis nos órgãos e entidades abrangidas por esta Lei deverá ser proporcionalmente majorado no caso do aumento da demanda por atendimento.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 02 de maio de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:49D29285

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 3.427, DE 02 DE MAIO DE 2019.

"*Autoriza a criação do Programa "Mais Mulher" de apoio as mulheres portadoras de câncer, no Município de Currais Novos/RN, e dá outras providências.*"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Currais Novos/RN aprovou o Projeto de Lei nº 050/2018, de autoria da Vereadora Josefa Maria da Silva Moura e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o programa "Mais Mulher", de apoio às mulheres portadoras de câncer no município de Currais Novos, a ser oferecido pelos órgãos públicos de saúde.

Art. 2º - O programa, disposto no artigo anterior, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes e expedientes acometidos pelo câncer.

Art. 3º - Para o desenvolvimento do Programa, o mesmo contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos (as), psicólogos (as) e assistentes sociais, visando:

I – garantir amparo psicológico e social a mulher portadora de câncer;
II – disponibilizar local apropriado para realização de reuniões de autoajuda as mulheres que se encontrem nessa condição;
III – disponibilizar exames periódicos de ultrassonografia e mamografia, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção aos mais variados tipos de câncer;
IV – viabilizar doação de perucas às pacientes em tratamento quimioterápico;
V – estimular a criação de grupos de autoajuda, formados por pacientes voluntárias com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo psicológico e emocional às mulheres portadoras de câncer, na fase pré e pós-operatória, caso seja necessária intervenção cirúrgica.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Currais Novos-RN, Palácio Prefeito "Raul Macêdo", em 02 de maio de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:0EBF1663

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ADITIVO: 10.01.010/2014

ADITIVO: 10.01.010/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO: 01.010/2014
TOMADA DE PREÇO 10/2014 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL PARA AMPLIAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE: MARIA DAS DORES, EXPEDITO ARAUJO DE LIMA E DR. FERREIRINHA.
CONTRATADO: CONSTRUTORA NOVOLAR MT. LTDA - ME.
CNPJ: 05.074.774/0001-80
OBJETO: ADITIVO DE 17,46% DE SALDO.
BASE LEGAL: LEI 8666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

CURRAIS NOVOS, 09 de abril de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:6938270E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS - PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Doutor Severiano/RN
Lei Municipal nº 213/2015

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 01/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Doutor Severiano/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 450/205 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 – Francicleude Nato da Silva
02 – Alex Junior da Silva
03 – Joana Lobo da Cunha Rossi de Camargo
04 – Elvis Alves Ferreira Bandeira

05 – Maria Anaclécia Ferreira Leite
06 – Anéirica Rocha da Silva
07- Cornélio Antônio de Oliveira
08- Clécio Sueldo da Silva
09- Francisca Aldeiza Vieira Marques
10- Maria Joseilda da Silva Rocha
11-Francisco Fernando de Castro
12- Evaldo Peixoto de Queiroz

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Terezinha Correia Soares, n° 26-Conjunto Nova Esperança, no horário das 07:00 as 16:00 h.

Doutor Severiano/RN, 06 de maio de 2019.

MARIA ADRIELE PINHEIRO DE OLIVEIRA BENTO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:4609D1BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 006/2019.

CONTRATO N° 2019.0193

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O): D. G. DE ALMEIDA DIÓGENES - ME / CNPJ: 00.642.003/0001-29

OBJETO: SRP (Sistema de Registro de Preço), destinado a registrar os menores preços referente a aquisição quando e se necessária de material de construção, destinados a obras de pavimentação e manutenção de vias públicas no Município de Dr. Severiano/RN, conforme seguem descritos no termo de referência.

VALOR TOTAL: R$ 101.680,00 (cento e um mil seiscentos e oitenta reais).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício 2019:

Órgão 02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Projeto/Atividade 1040-RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Classificação Econômica 44.90.52.00-Material permanente
Sub Elemento 3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA: de 06 de maio a 20 de junho de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 06 de maio de 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:F99EE997

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DECLARATÓRIO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 009/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público, considerando, ainda, a necessidade de efetuar a contratação de empresa para prestação de serviços de profissionais médicos especializado em psiquiatria.
Reconhece e Autoriza a Inexigibilidade de Licitação, no valor global Previsto de R$: 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo R$ 200,00 (duzentos reais), cada consulta, a ser pago de acordo com os procedimentos realizados, correspondente a uma justa retribuição pela prestação dos serviços a serem executados. Assim, justificado o valor dos serviços cobrados pela referida empresa, encontrasse satisfeita a exigência prevista no artigo 26, parágrafo único, III, da Lei Federal 8.666/93.
A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no art. 25, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, que permitem tal procedimento, tendo em vista a inviabilidade de competição necessária à realização de prévio processo licitatório.

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – OMISSIS...
II – "para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação".

Face ao exposto, permite-nos inferir que a contratação ora pretendida deve ser efetuada diretamente com CLINISE CLINICA DE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA , inscrita no CNPJ nº 08.046.402/0001-39 com endereço a Rua Da Independência, 1943, São Benedito, Pau Dos Ferros/RN, 599000-000, por apresentar coerência com o estabelecido no objeto, portanto, os requisitos recomendáveis para uma contratação dessa espécie que visa, fundamentalmente, dar possibilidade a administração pública de cumprir com seus deveres de garantir o acesso a saúde, condizente com a realidade pública e administrativa dos tempos e situações atuais.

Doutor Severiano/RN, 02 de maio de 2019.

EDSON METHEORONE AGUIAR BEZERRA
Presidente Da CPL

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2521C2AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO ATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público; considerando, também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico apenso, ratifica e homologa o ato de inexigibilidade para a contratação de empresa para prestação de serviços de profissionais médicos especializado em psiquiatria. Para a contratação de CLINISE CLINICA DE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA inscrita no CNPJ Nº 08.046.402/0001-39, com endereço a Rua Da Independência, 1943, São Benedito, Pau Dos Ferros/RN, 599000-000, com notória especialidade nos serviços especificados no termo de referência, anexo I, no período de 12 meses, após a data de assinatura, com fundamentação técnica legal no art. 25, inciso II, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, em sua atual redação, cujo valor contratual global é de R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo R$ 200,00 (duzentos reais), cada consulta, a ser pago de acordo com os procedimentos realizados. A

despesa ocorrerá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal, através do Exercício 2019:
Unidade orçamentaria 02.004 Fundo Municipal de Saúde, Projeto de Atividade 2.036 Teto Municipal da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, Elemento de despesas: 33903900 – outros serviços de terceiros- PJ. Fonte 114. 2013. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. 33903900 - Outros serviços de terceiros - PJ. Fonte 100.

Doutor Severiano/RN, 03 de maio de 2019.

EDSON METHEORONE AGUIAR BEZERRA
Presidente Da CPL

FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2C780390

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO/RN,

CONTRATADO: CLINISE CLINICA DE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 08.046.402/0001-39.

CONTRATO Nº 2019.0194.

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS ESPECIALIZADO EM PSIQUIATRIA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A CONTRATAÇÃO SE ENCONTRA FUNDAMENTADA NO ART. 25**,**INCISO II, § 1° DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: VALOR CONTRATUAL GLOBAL PREVISTO É DE R$: 7.800,00 (SETE MIL E OITOCENTOS REAIS), SENDO R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), CADA CONSULTA, PAGO MEDIANTE NECESSIDADE DO SERVIÇO E COMPROVAÇÃO FISCAL.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: EXERCÍCIO 2019, UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE ORÇAMENTARIA 02.004 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PROJETO DE ATIVIDADE 2.036 TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR, ELEMENTO DE DESPESAS: 33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PJ. FONTE 114. 2013. MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. 33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ. FONTE 100.

VIGÊNCIA: O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE 06 DE MAIO DE 2019 E VINGERÁ ATÉ 06 DE MAIO DE 2020, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS ATÉ O LIMITE DE 60 (SESSENTA) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, DE CONFORMIDADE COM O DISPOSITIVO LEGAL CONTIDO NO ART. 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

LOCAL E DATA: DOUTOR SEVERIANO/RN, 06 DE MAIO DE 2019.

ASSINANTES: FRANCISCO NERI DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL E CLINISE CLINICA DE SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA INSCRITA NO CNPJ Nº 08.046.402/0001-39.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:C0283F74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00034/2019

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00034/2019, que objetiva: Aquisição parcelada de pneus automotivos todos novos em perfeitas condições de uso, destinados a manutenção da frota dos veículos utilizados pelo Município de Equador/RN, no exercício 2019; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: A JULIANNY LIMA DA SILVA - R$ 6.420,00; AC COMERCIO DE PNEUS LTDA - EPP - R$ 81.900,00; TOP PEÇAS VIDRO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - EPP - R$ 7.290,00.

Equador - RN, 03 de Maio de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Célia Bandeira da Silva Araújo
Código Identificador:25D92DE3

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1PP32/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada, na execução dos serviços técnicos em assessoria na elaboração, alimentação de dados nos aplicativos da redesuas, monitoramento das ações no âmbito do sistema único de assistência social- suas/consultoria, acompanhamento do cadastro único e programa Bolsa Família e demais ações da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Equador/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00032/2019. DOTAÇÃO: SECRETARIA DE TRAB. HAB. E ASSIST. SOCIAL / FMAS AÇÃO ELEMENTO FONTE 2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 001 311 001 311 2043 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 001 001 2066 - MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 001 001 311 311 2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO CONSELHO TUTELAR 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2078 - MANUTENÇÃO DOS SERV.DE SOCIAL BÁSICA 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2079 - SERV. DE CONV. E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2080 - MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2082 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2083 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA ASSIST.SOCIAL 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2084 - MANUT.GEST.DOS REC.DE APOIO E ORG.DO SUAS (IGDSUAS) 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS

SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2085 - MANUT.GEST.DOS REC.DE APOIO BOLSA FAMÍLIA (IGDPBF) 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311 2086 - MANUTENÇÃO DO ACESSUAS TRABALHO 339036 - OUTROS SERV.TERC.P.FÍSICA 339039 - OUTROS SERV.TERC.P.JURÍDICA 311 311. VIGÊNCIA: até 05/05/2020.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PP32/2019 - 06.05.19 - MOACIR DE LIMA FILHO - ME - R$ 21.600,00.

Equador 06 de Maio de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Célia Bandeira da Silva Araújo
Código Identificador:79058FC0

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 1PP33/2019

OBJETO: Aquisição de tecidos, aviamentos e material para realização de oficinas, aquisição de Kit de enxoval para Bebê e Kit de Higiene para Bebê para distribuição gratuita para atender as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade sócia e às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Equador/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00033/2019. DOTAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS AÇÃO ELEMENTO FONTE 2003 -MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AÇÃO ELEMENTO FONTE 2005 -MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 111 2009 - MANUT.DAS ATIV.DO PDDE/FNDE 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 121 2010 - MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO FUNDAM-QSE 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 120 2011 - MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO FUNDAM-40% 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 113 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE AÇÃO ELEMENTO FONTE 2022 -MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 001 SECRETARIA DE SAÚDE / FMS AÇÃO ELEMENTO FONTE 2031 -MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 211 212 SECRETARIA DE TRAB.HAB. E ASSIST.SOCIAL / FMAS AÇÃO ELEMENTO FONTE 2040 -MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 001 311 2066 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS 339030 - MATERIAL DE CONSUMO 311. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1PP33/2019 - 06.05.19 - NEVALTO DE SOUSA PEREIRA - R$ 29.404,00.

Equador 06 de Maio de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Célia Bandeira da Silva Araújo
Código Identificador:95B01003

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00028/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 00028/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN – **CONTRATADO (A)**: **KADOSHI CONFECÇOES** CNPJ N° 20.305.158/0001-47 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE NÉCESSAIRE **VALOR**: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS). – **ORIGEM DOS RECURSOS**: DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIÁRIASOCIAL - **FUNDAMENTO LEGAL**: ART 24, INCISO **II**, da Lei Federal n.º 8.666/93

Espírito Santo/RN, 03 MAIO 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:54DC3A41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2019

PROCESSO Nº 25030001/19.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HAROLDO FERREIRA DE MORAIS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 008/2019. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO. Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições de material de higiene e limpeza, para atender as necessidades das unidades administrativas pertencentes à Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referencia). Situação: HOMOLOGADO em 06/05/2019. Homologado para: RUTH ATACAREJO EIRELI – CNPJ: 29.143.973/0001-61, vencedora dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20, totalizando o valor R$ 52.737,27(cinquenta e dois mil setecentos e trinta e sete reais e vinte e sete centavos).

Felipe Guerra - RN. 06 de maio de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:7157EFB0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2019

PROCESSO Nº 25030002/19.
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HAROLDO FERREIRA DE MORAIS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 009/2019. RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO. Objeto: Registro de preços para eventuais prestações de Serviços especializados em manutenção automotiva e no fornecimento de peças automotivas originais de fabricas, para atender as necessidades da frota de carros leves da prefeitura e os sob sua responsabilidade, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Anexo I(Termo de Referencia). Situação: HOMOLOGADO em 06/05/2019. Homologado para: L E PNEUS LTDA – EPP CNPJ: 08.576.605/0001-37 vencedora dos itens nº 01, 02, 07, 08, 13, 14, 19, 20, 25 e 26, totalizando em R$ 79.700,00(setenta e nove mil e setecentos reais); DAVID RAFAEL PINHEIRO DE MOURA EIRELI – ME CNPJ: 20.048.814/0001-03 vencedora dos itens nº 05, 06, 11, 12, 17, 18, 23, 24, 29 e 30, totalizando em R$ 79.250,00(setenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais) e L D DE OLIVEIRA MENDES EIRELI – ME CNPJ: 12.226.156/0001-74

vencedora dos itens nº 03, 04, 09, 10, 15, 16, 21, 22, 27 e 28, totalizando em R$ 80.000,00(oitenta mil reais).

Felipe Guerra - RN. 06 de maio de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:F9400B46

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
DECRETO 256-2019

DECRETO Nro 00256/19, de 02 de Abril de 2019

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, o crédito suplementar no valor de R$ 12.500,00 (Doze Mil, Quinhentos Reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

O(A) gestor(a) do(a) Prefeitura Municipal de Felipe Guerra no uso de suas atribuições legais e de acordo com a autorização contida na lei nro. 00430/18

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto adicional, na forma do anexo constante do presente instrumento, o crédito suplementar no valor de R$ 12.500,00 (Doze Mil, Quinhentos Reais) para reforço de dotação(ões) orçamentária(s).

Art. 2o - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste instrumento, serão obtidos na forma do Art.43 da Lei nro. 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I - R$12.500,00 (Doze Mil, Quinhentos Reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso III, do art.43, da Lei Federal nro. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo II que é parte integrante do presente instrumento.

Art. 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com data retroativa a 02 de Abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Felipe Guerra, em 02 de Abril de 2019

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Felipe Guerra

Solicitação: CRÉDITO SUPLEMENTAR

ANEXO I a que se refere o DECRETO 00256/19 de 02 de Abril de 2019, autorizado pela LEI 00430/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
PARA:			
01 01.	Câmara Municipal		
01 031 0001 2.001	Manutenção das Atividades da Câmara		
3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. pessoa jurídica		
10010000	Recurso Ordinário		
		Anul.dotação	12.500,00
TOTAL Câmara Municipal			12.500,00
TOTAL GERAL			12.500,00

Felipe Guerra, 02 de Abril de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito

Rio Grande do Norte
Prefeitura Municipal de Felipe Guerra

Solicitação: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ANEXO II a que se refere o DECRETO 00256/19 de 02 de Abril de 2019, autorizado pela LEI 00430/18.

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTE	VALOR (R$)
DE:			
01 01.	Câmara Municipal		
01 031 0001 2.001	Manutenção das Atividades da Câmara		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		
10010000	Recurso Ordinário		
			12.500,00
TOTAL Câmara Municipal			12.500,00
TOTAL GERAL			12.500,00

Felipe Guerra, 02 de Abril de 2019.

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:659D9275

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0035/2019 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN

CONTRATADO: B TRINDADE DANTAS - ME

CNPJ: 27.677.233/0001-80

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de reparos na sede do centro de saúde Dr. Fatima Salviano.

VALOR ESTIMADO: Valor: **R$ 32.700,00 (Trinta e dois mil e setecentos reais).**

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 44.90.51 – Obras e instalações

Fernando Pedroza/RN, 15 de Abril de 2019.

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal de Fernando Pedroza

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:E54A7331

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2019

Dadas ás informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a Dispensa de licitação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN

CONTRATADA: J F DA CUNHA SOBRINHO - ME

CNPJ: 24.593.022/0001-70

OBJETO: Contratação de empresa especializada na venda de ferramentas para atender as necessidades da secretaria de obras do Município de Fernando Pedroza/RN.

VALOR ESTIMADO: Valor:**R$ 16.998,00 (Dezesseis mil novecentos e noventa e oito reais).**

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:33.90.30 – Material de consumo.

Fernando Pedroza/RN, 03 de Maio de 2019.

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal de Fernando Pedroza

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:2B2E32D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0104062/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104062/2019
Objeto:. Contratação de prestador de serviços de viagens com pessoas carentes para tratamento de saúde em Mossorol/RN
Contratado: EDVALDO LOPES DE MOURA (230.354.124-72)
Valor Total Julgado: R$ 436,84
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:876136D3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-PROCESSO: 0104063/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104063/2019
Objeto:. Serviços de fornecimento de urnas funerárias para pessoas carentes , neste município de Frutuoso Gomes.
Contratado: MARIA NEUZA DO NASCIMENTO (970.686.754-68)
Valor Total Julgado: R$ 2.105,26
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:DEFFE160

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -PROCESSO: 0104064/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104064/2019
Objeto:. Serviços como médico clinico geral atendendo a população do municipio de Frutuoso Gomes no Hospital Maternidade Severina Carlos de Andrade.
Contratado: BRUNO FERREIRA DE SOUSA VIEIRA (049.242.134-03)
Valor Total Julgado: R$ 595,24
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:FAEB88F4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-PROCESSO: 0104065/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104065/2019
Objeto:. Aquisição de Oleo Diesel B S500
Contratado: Posto Lucrecia LTDA-EPP (03.248.805/0001-47)
Valor Total Julgado: R$ 7.552,36
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:CE1CFF96

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-PROCESSO: 0104066/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104066/2019
Objeto:. Serviços de instalação e limpeza do ar condicionado da secretaria municipal de saúde.
Contratado: Fagner Paiva da Silva (052.330.024-77)
Valor Total Julgado: R$ 273,68
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:FEA0C83F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-PROCESSO: 0104067/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0104067/2019
Objeto:. Serviços de fornecimento de polpas de frutas para o hospital municipal Severina Carlos de Andrade.
Contratado: Emerson Godeiro Cavalcante Câmara (120.070.164-00)
Valor Total Julgado: R$ 442,10
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:DD9905D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 62/2019-GP/PMG

Exonerar o servidor do Cargo Comissionado de nos termos da legislação vigente e dá outras providencias.

O Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base no artigo 8º da Lei Orgânica Municipal, que preconiza:

"Art. 8º - A nomeação faz-se:
I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado, de provimento efetivo, ou de cargo de carreira;
II – em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração."

R E S O L V E:

Art. 1° -**EXONERAR,** o senhor **Sr. PAULO COUTINHO DA SILVA,** portador do CPF nº **721.365.884-00,** do cargo em comissão de A**SSESSOR DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO**, código CC-6,

da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO;**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 02 de janeiro de 2019.

Dê-se Ciência, Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Galinhos, 06 de maio de 2019.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Carlos de Oliveira Ferreira
Código Identificador:4C5265BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE GOIANINHA CONVOCAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2018

O Município de Goianinha/RN, através da Comissão Permanente de Licitação, CONVOCA a empresa ENE – EMPRESA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 35.276.005/0001-26, para a sessão de apresentação de nova proposta de preços, no próximo dia 10 de maio de 2019 ás 09:00h, objetivando a correção das falhas apontadas pela Caixa Econômica Federal, através do documento 03.0351/2013 com relação aos itens 2.5.1 e 2.6.5, (documentos enviados através de e-mail para a empresa) da planilha orçamentária da proposta de preços apresentada para TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2018, com objetivo de CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA OS SERVIÇOS REMANESCENTES DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO, conforme Termo de Compromisso nº 794893/2013 – Contrato Repasse 1011258-50/2013/Ministério do Turismo/Caixa, celebrado entre a União Federal- Ministério do Turismo e o Município. Os autos do processo encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, n.º 096, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN, CEP: 59.173-000, a partir da publicação deste aviso, das 08:00h às 14:00h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Maiores informações: Fone: (84)3243-3926/E-mail: comissao2017pmg@gmail.com.

Goianinha/RN, 06 de maio de 2019.

A COMISSÃO.

Publicado por:
Adriana Câmara Silva Oliveira
Código Identificador:C7428C90

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 639/19

A Comissão de Licitação do Município de GOIANINHA, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) RUDEMBERG HONORIO LISBOA, PREFEITO MUNICIPAL, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:
Objeto.....: Referente a Contratação de serviço técnico especializado para realização de segunda revisão obrigatória (20.000 Km) para cobertura do período de garantia de acordo com o manual do fabricante, da Ambulância Nova Saveiro Robust de placa QGO-8577/RN, lotada na Unidade Básica de Saúde do Umarí.
Contratado.....: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
Fundamento Legal...: Art. 24,inciso XVII, da Lei Federal 8666/93
Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) RUDEMBERG HONORIO LISBOA, PREFEITO MUNICIPAL.

GOIANINHA - RN, **25/04/2019.**

JOÃO CARLOS HENRIQUE DE SOUZA
Assessoria de Contratos e Compras

Publicado por:
Jaqueline Albuquerque Silva de Souza
Código Identificador:FA3F3347

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA Nº 263/2019 - EXONERAÇÃO

Goianinha/RN, 06 de Maio de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA – RN, no uso de suas atribuições legais, e como lhe faculta o inciso II, do Artigo 48 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar, a Sra. PATRICIA MORAIS DE SANTANA SOUZA, sob a portaria nº 263/2019, do cargo de Professor, Escola Municipal João Carvalho Barbalho, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 02/05/2019.

Art.3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goianinha/RN, em 06 de Maio de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denisabeth Coelho Galvão de Souza
Código Identificador:5B327E8A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PRORROGAÇAO DO PRAZO DO EDITAL 001/2019

PRORROGAÇAO DO PRAZO DO EDITAL 001/2019 PARA INSCRIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DA CIDADE DE GOIANINHA , QUADRIENIO 2020 A 2024.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNIICPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Municipal nº 689/2001, **RESOLVE:**

1 – Prorrogar as inscrições para Conselheiro Tutelar da cidade de Goianinha, para o quadriênio 2020 a 2024, de 06 de maio a 09 de maio de 2019, das 9 as 15h, na sede da Casa dos Conselho, na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 121 apt 02 Centro – Goianinha/RN.

Goianinha/RN, 03 de maio de 2019.

DIONE MARIA ALMEIDA DA SILVA
Presidente – CMDCA Goianinha/RN

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:6CB423D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2020 - REPUBLICADO

O Prefeito Municipal de Governador Dix-Sept Rosado-RN, Sr. ANTONIO FREIRE DE SOUZA FILHO, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso I, § 1º do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, e visando proporcionar a transparência da gestão fiscal, mediante incentivo à participação popular na discussão da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício anual de 2020, TORNA PÚBLICO que será realizada, a partir das **08h00min do dia 08 de maio de 2019**, no Plenário da Câmara Municipal, AUDIÊNCIA PÚBLICA necessária à participação popular, convidando os interessados e a população do Município.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 03 de maio de 2019.

Publicado por:
Francisco de Assis Araujo Silva
Código Identificador:6DA2690E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 992/2019

Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar 003/2019 – FRANCISCA GOMES VARELA DE QUEIROZ.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Francisco Adriano Diógenes Holanda, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º - Em atendimento ao despacho datado em 09/10/2018, advindo da Secretaria Municipal de Administração, fica Prorrogado por 30 (trinta) dias, o Processo Administrativo Disciplinar, para fins de apurar possível infração disciplinar pela servidora, **FRANCISCA GOMES VARELA DE QUEIROZ**, **matricula: 3215– A.S.G**, relativo à informação de possível abandono de cargo público, decorrente do Processo nº 009/2018- CPS, em afronta ao Art. 129, Paragrafo II, da Lei 501/2011.
Art. 2º - A Comissão terá 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 06 de maio de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiane Miranda dos Santos Morais
Código Identificador:7748FCF5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE N° 993/2019

Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar 001/2019 – CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Francisco Adriano Diógenes Holanda, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º - Em atendimento ao despacho datado em 23/08/2018, advindo da Secretaria Municipal de Administração, fica prorrogado por 30 (trintas) dias, oProcesso Administrativo Disciplinar, para fins de apurar possível infração disciplinar pelo servidor, **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, **matricula: 2849 – A.S. D**, relativo à informação de possível abandono de cargo público, decorrente do Processo nº 008/2018- CPS, em afronta ao Art. 129, Paragrafo II, da Lei 501/2011.
Art. 2º - A Comissão terá 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 06 de maio de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiane Miranda dos Santos Morais
Código Identificador:BDD6463E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 994/2019

Instauração de sindicância – Claudio Henrique Veríssimo de Oliveira,

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a investigar possíveis fatos relacionados no memorando nº 169/2019, oriundo da Secretaria Municipal de Administração, no qual DETERMINA apuração de possível irregularidade cometida pelo Servidor **Sr. Claudio Henrique Veríssimo de Oliveira**, MATRICULAS – 3033 e 554.

Art. 2º - Fica nomeada a servidora Tânia Leonor da Câmara Olegário – Matrícula nº 028, lotado na Secretaria Municipal de Educação para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - a Servidora citada no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 06 de Maio de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isaque Felipe de Oliveira Farias
Código Identificador:EF9B756B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136/2019-GP, DE 03 DE MAIO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 18, de 21 de março de 2013, publicada no Jornal Oficial do Município, edição de 22/03/2013.

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo de nº 2805 /2019, de autoria da servidora abaixo elencada;

CONSIDERANDO a observância aos requisitos estabelecidos no artigo 32 inciso V do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar n° 079, de 18 de dezembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - **DECLARAR VACÂNCIA** do cargo de Dentista, ocupado pela Sr.ª **ÁQUILA DANTAS**, Matrícula nº 2473, a partir do dia 06 de maio de 2019, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 32, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 079/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
REGISTRE-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 03 de maio de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAYRON RIBEIRO BARRETO
Secretário Municipal de Planejamento e Administração

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:5E35DCAA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 010, DE 30 DE ABRIL DE 2019

DESAPROPRIA IMÓVEIS DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA POR MEIO DO DECRETO Nº 009, DE 29 DE ABRIL DE 2019, QUE CONSTA PERTENCER AOS SENHORES FRANCISCO CANINDÉ DA CUNHA e JOÃO BATISTA SENA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN**, no uso das atribuições que lhe a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto no processo administrativo nº 3813/2019;

CONSIDERANDO ainda o Decreto Executivo Municipal nº 009/2019, que declarou de utilidade pública os imóveis pertencentes aos senhores FRANCISCO CANINDÉ DA CUNHA e JOÃO BATISTA SENA;

CONSIDERANDO por fim o acordo firmado nos do Inquérito Civil de nº 072.2019.000029, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Ipanguaçu.

DECRETA:

Art. 1º- Fica **DESAPROPRIADO** pelo valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) o imóvel registrado sob o nº 5216, de ordem do Cartório Único de Ipanguaçu, declarado de utilidade pública pelo Decreto nº 009/2019, de propriedade de **FRANCISCO CANINDÉ DA CUNHA** e ou de seus sucessores; e também por R$5.000,00 (cinco mil reais) o imóvel registrado sob o nº 811, de ordem do Primeiro Cartório da Comarca de Açu, de propriedade do Sr. **JOÃO BATISTA SENA** e ou de seus sucessores, ambos destinados a reforma da parede do Açude Público de Pataxó, Zona Rural do Município de Ipanguaçu/RN;

Art. 2º - A desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza URGENTE para os efeitos do art. 15 do Decreto Lei Federal nº 3.365/1941, alterado pela Lei nº 2.786/1956.

Art. 3º - As despesas com a execução do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN, em 30 de abril de 2019.

VALDEREDO BERTOLDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Alipio Lopes Neto
Código Identificador:26990394

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO/MI/RN Nº 0767/2019– PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2019

PROPONENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, CNPJ (MF) nº 08.094.708/0001-60. PROPONENTE CONTRATADA: **M B DE SOUTO - ME, CNPJ: 22.009.859.0001.02, com o valor total de R$ 224.384,23 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos),**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E GÁS DE COZINHA.** Base legal: Lei n° 10.520/2002.

Ipueira-RN, 03 de maio de 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA.
Prefeito.

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:2E5B6C75

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE ITAÚ/RN

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 437/2015
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

ATA DE DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE ITAÚ/RN

Aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2019, às 09h, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Itaú, foi realizada a reunião para análise da documentação apresentada pelos candidatos, conforme determina o item 6.1 do Edital, descritas no item 4.4 do Edital 001/2019 para escolha dos Conselheiros Tutelares, quadriênio 2020-2024, tendo comparecido toda a Comissão Especial Eleitoral, MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA (PRESIDENTE), MARIA JOSERLANE SOUZA ALVES (VICE-PRESIDENTE), DEUSALUCIA DE FREITAS LOPES, MARIA NEORIVÂNIA BEZERRA BRASIL, JANSEN DA SILVA LEITE,

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS. Foi iniciado a análise dos documentos do candidatos inscritos que foram:

Jadson Fernandes de Lima
Mateus Almeida Filgueira
Francisca Micaely Souza Silva
Jeison Kelly Silva do Nascimento
Anice Danielli de Oliveira
Rosângela Maria de Oliveira Silva
Francisco Donizete Fernandes
Emerson Anauel Leite Brasil
Anderson Felipe Rêgo Nunes
Maria Lenice de Oliveira
Luana Vanessa Andrade Silva
Diego Kellyson Custódio de Sena
Maria de Fátima Rêgo Soares Brasil
Maria Sonaria Almeida de Freitas
Antonio Diego de Oliveira Ferreira
Dianna Kelly Custódio Sena
Antônio Bento de Oliveira Junior
Tiago Alves Bacural
Antônia Girleide do Carmo

No decorrer da análise dos documentos ocorreram intercorrências e em seguida a Comissão Eleitoral tomou a deliberação, tudo nos termos relatado:

Intercorrência 01:
O candidato ANTONIO DIEGO DE OLIVEIRA FERREIRA, não apresentou nos documentos a Certidão Negativa Criminal do Juizado Especial Estadual, o que fere o item 4.4, alínea "e" do Edital 001/2019.
Deliberação:
A Comissão Especial Eleitoral deliberando sobre a intercorrência ocorrida resolveu por unanimidade eliminar o Candidato por não cumprir requisito básico determinado no item 4.4, alínea "e", qual seja, apresentar Certidão Criminal do Juizado Especial Criminal da Comarca.

Intercorrência 02:
O candidato ANTONIO BENTO DE OLIVEIRA JUNIOR, não apresentou nos documentos a Certidão Negativa Criminal do Juizado Especial Estadual, o que fere o item 4.4, alínea "e" do Edital 001/2019.
Deliberação:
A Comissão Especial Eleitoral deliberando sobre a intercorrência ocorrida resolveu por unanimidade eliminar o Candidato por não cumprir requisito básico determinado no item 4.4, alínea "e", qual seja, apresentar Certidão Criminal do Juizado Especial Criminal da Comarca.

Intercorrência 3
O candidato TIAGO ALVES BACURAU, não apresentou nos documentos a Certidão Negativa Criminal do Juizado Especial Estadual, o que fere o item 4.4, alínea "e" do Edital 001/2019.
Deliberação:
A Comissão Especial Eleitoral deliberando sobre a intercorrência ocorrida resolveu por unanimidade eliminar o Candidato por não cumprir requisito básico determinado no item 4.4, alínea "e", qual seja, apresentar Certidão Criminal do Juizado Especial Criminal da Comarca.

Intercorrência 04:
A candidata ANTONIA GIRLEIDE DO CARMO, não apresentou nos documentos a Cópia de seu Título de Eleitor, o que fere o item 4.4, alínea "d" do Edital 001/2019.
Deliberação:
A Comissão Especial Eleitoral deliberando sobre a intercorrência ocorrida resolveu por unanimidade eliminar o Candidato por não cumprir requisito básico determinado no item 4.4, alínea "d", qual seja, apresentar Cópia do Título de Eleitor.

Intercorrência 05:
A candidata DIANNA KELLY CUSTÓDIO SENA, não apresentou nos documentos a Experiência na atuação na área da infância e juventude de no mínimo 02 (dois) anos, posto que ao apresentar a ficha de comprovação de sua experiência, a mesma assinava a declaração, o que não era permitido pelas regras editalícias do Edital 001/2019.
Deliberação:
A Comissão Especial Eleitoral deliberando sobre a intercorrência ocorrida resolveu por unanimidade eliminar o Candidato por não cumprir requisito básico determinado no item 3.5, qual seja, não apresentar comprovação de experiência na atuação da área da infância e juventude de no mínimo 02 (dois) anos.

Após a análise da documentação apresentada, conforme a dicção do item 6.1, restaram aptos os seguintes cidadãos:

Jadson Fernandes de Lima
Mateus Almeida Filgueira
Francisca Micaely Souza Silva
Jeison Kelly Silva do Nascimento
Anice Danielli de Oliveira
Rosângela Maria de Oliveira Silva
Francisco Donizete Fernandes
Emerson Anauel Leite Brasil
Anderson Felipe Rêgo Nunes
Maria Lenice de Oliveira
Luana Vanessa Andrade Silva
Diego Kellyson Custódio de Sena
Maria de Fátima Rêgo Soares Brasil
Maria Sonaria Almeida de Freitas

Foi determinado então a abertura do prazo para impugnação dos candidatos aptos, que será do dia 07 à 13 de Maio das 08 às 12hs, devendo ser publicada as deliberações desta Comissão e a abertura do prazo de impugnação.
Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado o presente termo.

MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial

MARIA JOSERLANE SOUZA ALVES
Vice Presidente da Comissão Especial

DEUSALUCIA DE FREITAS LOPES
Membro da Comissão Especial

MARIA NEORIVÂNIA BEZERRA BRASIL
Membro da Comissão Especial

JANSEN DA SILVA LEITE
Membro da Comissão Especial

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:E76A3375

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA CANDIDATURA À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E ABERTURA DE PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 437/2015
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 01/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Itaú/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 001/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 437/2015 e suas alterações, torna público a **RELAÇÃO DOS INSCRITOS**, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
Jadson Fernandes de Lima
Mateus Almeida Filgueira
Francisca Micaely Souza Silva
Jeison Kelly Silva do Nascimento
Anice Danielli de Oliveira
Rosângela Maria de Oliveira Silva
Francisco Donizete Fernandes
Emerson Anauel Leite Brasil
Anderson Felipe Rêgo Nunes
Maria Lenice de Oliveira
Luana Vanessa Andrade Silva
Diego Kellyson Custódio de Sena
Maria de Fátima Rêgo Soares Brasil
Maria Sonaria Almeida de Freitas
Antonio Diego de Oliveira Ferreira
Dianna Kelly Custódio Sena
Antônio Bento de Oliveira Junior
Tiago Alves Bacural
Antônia Girleide do Carmo
II – Após a análise da documentação apresentada, conforme a dicção do item 6.1, restaram aptos os seguintes cidadãos:

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E APTOS

Jadson Fernandes de Lima
Mateus Almeida Filgueira
Francisca Micaely Souza Silva
Jeison Kelly Silva do Nascimento
Anice Danielli de Oliveira
Rosângela Maria de Oliveira Silva
Francisco Donizete Fernandes
Emerson Anauel Leite Brasil
Anderson Felipe Rêgo Nunes
Maria Lenice de Oliveira
Luana Vanessa Andrade Silva
Diego Kellyson Custódio de Sena
Maria de Fátima Rêgo Soares Brasil
Maria Sonaria Almeida de Freitas

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede da Secretaria de Assistência Social do Município de Itaú, situada na Rua Cleofas Nunes, 74, Centro, Itaú/RN, no horário das 08 às 12 hs.

Itaú/RN, 06 de maio de 2019.

MAGNÓLIA ALMEIDA DE FREITAS OLIVEIRA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:8A3EA28C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 210/2019

CNPJ Nº 08.148.553/0001-06. Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59.855-000.

PORTARIA Nº. 210 / 2019

Dispõe sobre a Exoneração da Sra. MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itaú-RN, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. **MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO**, sob CPF 030.900.744-51 e RG 1.705.387, do cargo de Presidente do Fundo Municipal de Previdência Própria do Município de Itaú-RN, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de maio de 2019.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS
Séc. de Adm., Finanças, Planejamento,

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:B108AEE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ
PORTARIA Nº 211/2019

CNPJ Nº 08.148.553/0001-06. Rua Cleofas Nunes, 74 - Centro - CEP 59.855-000.

PORTARIA Nº. 211 / 2019

Dispõe sobre a Nomeação do Sr. FRANCISCO ROGERIO MELO DE FREITAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itaú-RN, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **FRANCISCO ROGERIO MELO DE FREITAS**, sob CPF 030.786.884-29 e RG 1.714.259, para o cargo de Presidente do Fundo Municipal de Previdência Própria Social do Município de Itaú-RN.
O Presidente do Fundo Municipal de Previdência Própria do Município de Itaú-RN, possuem plenos poderes, conforme leis e regimentos, para junto ao Banco do Brasil S/A executar as seguintes atribuições:
Emitir cheques;
Abrir contas de depósitos;
Autorizar cobranças;
Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
Requisitar talonários de cheques;
Autorizar débitos em contas relativas a operações;
Retirar cheques devolvidos;
Endossar cheques;
Efetuar transferência/pagamento, exceto por meio eletrônico;
Sustar/contraordens cheques;
Cancelar cheques;
Baixar cheques;
Efetuar resgate/aplicações financeira;
Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
Efetuar saques – conta corrente;
Efetuar saques – conta poupança;
Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
Efetuar transferência por meio eletrônico;
Efetuar pagamento, exceto por meio eletrônico;

Efetuar transferência, exceto por meio eletrônico;
Efetuar movimentação financeira no RPG;
Consultar contas/aplic. Programas repasse recursos;
Liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro;
Emitir comprovantes;
Efetuar transferência p/ mesma titularidade – meio eletrônico;
Encerrar contas de depósito.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Itaú-RN, 06 de Maio de 2019.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

CIRO GUSTAVO ALVES BEZERRA
Prefeito Municipal

MARCOS ANTÔNIO MOREIRA DE MORAIS
Séc. de adm., Finanças, Planejamento, Orçamento e Tributos.

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:B0807439

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAU/RN PORTARIA N.º 001/2019, DE 30 DE ABRIL DE 2019. (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA n.º 001/2019, de 30 de abril de 2019. (Republicação por Incorreção)

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

A Sra. MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO, Presidente do Fundo de Previdência do Município de Itaú/RN, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 026/2019, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 28, da Lei Ordinária Municipal n.º 388, de 02 de Janeiro de 2012 e,

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** pela Servidora Pública Municipal, **IVANIA MARIA FERNANDES ALVES**, admitida no Serviço Público em 02 de maio de 1988, exercendo as atribuições do cargo de Professora – PIIICR8, junto a Secretaria Municipal de Educação, inscrita na matrícula n° 252, laborando com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003 à Constituição Federal de 1988, e especificamente no âmbito municipal em seu artigo 55, ressalvada a dicção do Art. 34, § 1º da Lei Municipal n° 388, de 02 de janeiro de 2012; consoante corrobora Certidão de Tempo de Contribuição emitida pela Administração Pública;

CONSIDERANDO a emissão de Parecer da Procuradoria Geral do Município de Itaú/RN pugnando pelo deferimento do pleito;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a **IVANIA MARIA FERNANDES ALVES**, brasileira, Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professora – PIIICR8, matricula n° 252**,** portadora da carteira de Identidade nº. 001.080.813 SSP/RN e CPF/MF nº.650.691.704-06, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 101.101.101-3, fixando-se os rendimentos da aposentadoria consoante disciplina o artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c o art. 55, ressalvada a dicção do Art. 34, § 1º da Lei Municipal n° 388, de 02 de janeiro de 2012**,** como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, que corresponderão a título de provento básico a remuneração básica da servidora no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, adicionando ao provento básico, em rubrica própria, o valor das verbas incorporadas, *in casu*, seis quinquênios e Referência – R8, de acordo com o artigo 62, da Lei Municipal n° 202 de 17 de novembro de 1992.

Art. 2 – A presente Portaria retroagia a data de sua elaboração.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO
Presidente do RPPS de Itaú/RN
Portaria n° 026/2019.

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:56D930A8

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAU/RN PORTARIA N.º 002 /2019, DE 30 DE ABRIL DE 2019. (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA n.º 002 /2019, de 30 de abril de 2019. (Republicação por Incorreção)

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

A Sra. MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO, Presidente do Fundo de Previdência do Município de Itaú/RN, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 026/2019, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 28, da Lei Ordinária Municipal n.º 388, de 02 de Janeiro de 2012 e,

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** pela Servidora Pública Municipal, **MARIA EDINEIDE DE FREITAS OLIVEIRA**, admitida no Serviço Público em 01 de outubro de 1994, exercendo as atribuições do cargo de Professora – PIIIBR6, junto a Secretaria Municipal de Educação, inscrita na matrícula n° 391, laborando com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003 à Constituição Federal de 1988, e especificamente no âmbito municipal em seu artigo 55, ressalvada a dicção do Art. 34, § 1º da Lei Municipal n° 388, de 02 de janeiro de 2012; consoante corrobora Certidão de Tempo de Contribuição emitida pela Administração Pública;

CONSIDERANDO a emissão de Parecer da Procuradoria Geral do Município de Itaú/RN pugnando pelo deferimento do pleito;

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a **MARIA EDINEIDE DE FREITAS OLIVEIRA**, brasileira, Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na função de Professora – PIIIBR6, matricula n° 391**,** portadora da carteira de Identidade nº. 001.080.842 SSP/RN e CPF/MF nº. 009.802.844-81, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 101.101.102-3, fixando-se os rendimentos da aposentadoria consoante disciplina o artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003 c/c o art. 55, ressalvada a dicção do Art. 34, § 1º da Lei Municipal n° 388, de 02 de janeiro de 2012**,** como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, que corresponderão a título de provento básico a remuneração básica da

servidora no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, adicionando ao provento básico, em rubrica própria, o valor das verbas incorporadas, *in casu*, quatro quinquênios e Referência – R6, de acordo com o artigo 62, da Lei Municipal n° 202 de 17 de novembro de 1992.

Art. 2 – A presente Portaria retroage a data de sua elaboração.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARILEIDE ANTUNES DE OLIVEIRA CAMILO
Presidente do RPPS de Itaú/RN
Portaria n° 026/2019.

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:1A287C82

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 257/2019/GP, DE 06 DE MAIO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas peal Lei Orgânica do Município e de acordo o Art. 33, parágrafo I da Lei Municipal nº 048/2007 de 20 de julho de 1997;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor PAULO GUSTAVO PORTUGAL DOS SANTOS, Motorista Categoria D, Matrícula n° 3670, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos, do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:E23A3322

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 258/2019/GP DE 06 DE MAIO DE 2019.

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais,e;

CONSIDERANDO o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público do Trairi (Prefeitura Municipal de Jaçanã – RN) realizado em 21 de outubro de 2018 para preenchimento de vagas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Jaçanã – RN, e devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN em 08 de fevereiro de 2019. Edição 1953;

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, em caráter efetivo, o (a) Sr (a) LORENNA SIMPLÍCIO SOARES, por ter sido aprovado (a) no Concurso Público do Trairi (Prefeitura Municipal de Jaçanã – RN), para exercer o cargo de ODONTÓLOGO, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposições funcionais da Lei Municipal 048/97 (Regime Jurídico Único e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jaçanã), para cumprir uma carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 06 de maio de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:3E8340E0

GABINETE DO PREFEITO
1° ADITIVO AO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2018 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2018), QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN E A EMPRESA FELIPE ALMEIDA DO VALE 00869847139

Por este instrumento, a **Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN**, com sede na Rua João Fernandes da Silva, 122, Centro, Jaçanã/RN, CEP 59.225-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.158.800/0001-47, representada pelo Prefeito, Sr. OTON MÁRIO DE ARAUJO COSTA, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 001.420.686 SSDS-RN, residente e domiciliado neste município, doravante denominado **MUNICÍPIO DE JAÇANÃ** ou simplesmente Prefeitura, e do outro a empresa FELIPE ALMEIDA DO VALE 00869847139, com sede na Rua Antônio Paulo da Silva, 168, Novo Horizonte, Jaçanã/RN, CNPJ n° 19.997.946/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Felipe Almeida do Vale, brasileiro, portador da carteira de identidade n° 4.592.460 DGEPOL-GO, inscrito no CPF sob o n° 008.698.471-39, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar ADITIVO ao contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas, nos termos do Art. 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pela cláusula V (item 5.2.8) da ata de registro de preço publicada na edição n° 1863 da FEMURN, de acordo com o que se segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente TERMO ADITIVO é o acréscimo dos seguintes itens até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do registrado na referida ata mencionada:

Item	Produto	Quantitativo licitado e contratado	Quantitativo Acrescido
04	Adesivo PVC 75g	50	12
05	Arame recozido para construção n° 18	15	03
12	Caixa d'água de 1000 litros (PVC)	5	01
19	Carrinho de mão para construção – Padrão Tramontina ou similar	8	02
23	Enxada de 2 (duas) libras	10	02
29	Forro PVC – Folha	2000	500
71	Tijolo 8 furos 1a linha	10000	2500

CLÁUSULA SEGUNDA– Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do presente contrato, ora aditado.
E, por assim estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Jaçanã/RN, 03 de maio de 2019.

OTON MARIO DE ARAUJO COSTA	*FELIPE ALMEIDA DO VALE 00869847139*
Prefeito Municipal de Jaçanã/RN	Contratada
Município de Jaçanã	

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:2D92705B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000001/2019-PMJ DECISÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000001/2019-PMJ
DECISÃO
(…) IV – CONCLUSÃO
Considerando o exposto e a legislação aplicável, a Pregoeira DECIDE, pelo CONHECIMENTO do Recurso protocolado pela empresa LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 29.769.351/0001-43), tendo em vista que foi protocolado tempestividade, para no mérito, DAR PROVIMENTO, declarando a empresa LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 29.769.351/0001-43) habilitada para participar da TOMADA DE PREÇOS N°. 000001/2019-PMJ.

Jandaíra/RN, 03 de maio de 2019.

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:34ED300B

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000002/2019-PMJ DECISÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000002/2019-PMJ
DECISÃO
(…) IV – CONCLUSÃO
Considerando o exposto e a legislação aplicável, a Pregoeira DECIDE, pelo CONHECIMENTO do Recurso protocolado pela empresa LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 29.769.351/0001-43), tendo em vista que foi protocolado tempestividade, para no mérito, DAR PROVIMENTO, declarando a empresa LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 29.769.351/0001-43) habilitada para participar da TOMADA DE PREÇOS N°. 000002/2019-PMJ.

Jandaíra/RN, 03 de maio de 2019.

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:A19C4D85

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96

PORTARIA Nº 96

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª a LUZIA BARBOSA DE LIMA, Diretora, 1 e 1/2 (uma e meia) diárias, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias, durante sua permanência na cidade de Natal/RN, nos dias 06 e 07 de maio de 2019, para tratar de assuntos de excepcional interesse do municipio, Participar do curso de aperfeiçoamento gerência de unidades básicas de saúde, gestão clinica e do cuidado, em conformidade com o Decreto Municipal 08 do dia 02 de fevereiro de 2017.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 06 de Maio de 2019.

MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:627C39EC

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JANDAIRA/RN LEI MUNICIPAL Nº Nº407/2019 COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
EDITAL Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Jandaira/RN
Lei Municipal nº nº407/2019
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Jandaira/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº nº407/2019 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
1 – Cassia Regina da Costa
2 – Damiana Alessandra Tavares da Silva
3 – Edilson Barbosa da Silva
4– Izerlandia Tomaz Duarte de Medeiros
5-Jocasta Cristina da Costa
6– José Cassiano da Silva Cruz
7- Josivaldo Graciano Avelino
8- João Lopes Neto
9- Joetan da Costa Silva
10- Juscelino da Silva
11-Lucicleide de Souza França
12-Maria das Graças de Araujo Matias
13- Maria Leda de Souza
14- Mercia Poliana Ferreira Viana
15- Rosilene Oliveira da Silva Santos
16- Samanda Roseli Ferreira de Souza
...

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Av Aristoafanes Fernandes no horário das 07;00 as 12:00.

Jandaíra/RN, 06 de maio de 2019.

MARIA VERONICA SILVA DE FIGUEIREDO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:A4498658

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 97

PORTARIA Nº 97

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o **Sr.** JOSÉ DE ANCHIETA LOURENÇO DOS SANTOS, Secretaria de Meio ambiente, 2 (duas) diárias, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias, durante sua permanência na cidade de NATAL/RN, nos dias 07 e 08 de Maio de 2019, para tratar de assuntos de excepcional interesse do municipio, para participar da participar da Oficina sobre Legislação de Atividade Florestais, em conformidade com o Decreto Municipal 08 do dia 02 de fevereiro de 2017.
Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 06 de Maio de 2019.

MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:0213F114

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº046-A/2019-GP.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JANDUÍS, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo **Art. 49**, **Inciso I**, Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º) **EXONERAR,** o Senhor **ELVISNEY SOARES GURGEL** do cargo de Secretário Municipal de Governo, **Pro Tempore –** Símbolo CC1 – **SEMGOV**, Lei nº. 381/2010, que dispõe sobre a Organização do Poder Executivo.

Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Janduís. Em 02 de maio de 2019.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:5CC2C485

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP SRP Nº 010/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 10/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 10/2019 com início 08 de abril de 2019, realizada em 23 de abril de 2019 (terça-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório provenciente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:
F WILTON CAVALCANTE MONTEIRO- CNPJ: 07.055.280/0001-84 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 12, 13, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 39, 50, 51, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 70, 79, 80, 81, 85, 86, 92, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110 ; totalizando o valor de **R$ 134.416,50 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)**.
W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME- CNPJ: 10.212.250/0001-49 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 6, 11, 14, 17, 19, 20, 21, 26, 34, 35, 36, 37, 40, 45, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 63, 67, 69, 74, 82, 83, 84, 91, 111, 112, 113, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 213, 214, 215, 216, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240 ; totalizando o valor de **R$ 203.799,50 (duzentos e três mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)**.
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- CNPJ: 27.029.083/0001-06 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 8, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 32, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 56, 66, 68, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 87, 88, 89, 90, 93, 97, 98, 99, 100, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 169, 170, 171, 173, 190, 191, 192, 196, 199, 200, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 217, 218, 220, 221, 222, 237, 238, 241 ; totalizando o valor de **R$ 118.710,05 (cento e dezoito mil, setecentos e dez reais e cinco centavos)**.

Janduis/RN, 25 de abril de 2019.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:4A885026

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 1217/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 1217/2019 DESPACHO ADMINISTRATIVO. ARTIGO 24, INCISO XIII, Lei nº 8.666/93. Atendendo ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com base na documentação constante do Processo em epígrafe, anexos aos autos, Ratifico a Dispensa de Licitação prevista no artigo 24, INCISO XIII dessa Lei, e Autorizo a celebração de Contrato de Prestação de Serviços com Pessoa Jurídica: **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/RN**, Inscrito no CNPJ sob o nº 03.640.285/0001-13, Situado na Rua São Tomé, 444 – Cidade Alta – CEP: 59025-030 – Natal/RN. No valor Global de R$ 3.040,00 (Três mil e quarenta reais), sendo 19 matrículas/turma - 20/h aulas. Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação temporária da Instituição de Ensino SENAC/RN para prestação de serviços, na realização do Curso de Bolos Caseiros, direcionado para famílias do Programa Bolsa Família, participantes dos grupos PAIF/CRAS, com fins de estimular a capacitação e geração de renda das mesmas. De acordo com a proposta apresentada e a minuta do contrato, também anexos aos autos. (Republicado por incorreções)

Publique-se nos termos da Lei.

Janduís 30 de abril de 2019,

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:B1BCC62D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019
Circunstanciado pelo Parecer apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Japi/RN, datado do dia 22 de Abril de 2019, venho HOMOLOGAR o resultado da Licitação – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019, à empresa SUSSUARANA ENGENHARIA E ARQUITETURA, INSCRITA NO CNPJ Nº 27.776.149/0001-13, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, com o valor global de R$ 279.617,94 (Duzentos e Setenta e Nove Mil, Seiscentos e Dezessete Reais e Noventa e Quatro Centavos), haja visto que foi a proposta mais vantajosa ao Poder Público Municipal, e estando de acordo com os preços e condições praticados no mercado, bem como com as especificações do Edital.

Japi/RN, 22 de Abril de 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Em, 22 de Abril de 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:3B2F9DD6

CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019
Circunstanciado pelo Parecer apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Japi/RN, venho ADJUDICAR o objeto da Licitação – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019, à empresa SUSSUARANA ENGENHARIA E ARQUITETURA, INSCRITA NO CNPJ Nº 27.776.149/0001-13, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA ZONA URBANA DO MUNICIPIO DE JAPI/RN, autorizando a celebração do instrumento contratual, tudo dentro das normas definidas no referido Edital.

Japi/RN, 22 de Abril de 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

Em, 22 de Abril de 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:A4E38FEF

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 003/2019– SRP – (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - Nº 003/2019– SRP – (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Japi/RN torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 20 de Maio de 2019, às 09h00min, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 - SRP, objetivando a Aquisição futura de Materiais de uso Odontológico para atender as necessidades do Município de Japi/RN, à Rua João Batista Confessor, 19, Centro, JAPI/RN, ou pelo E-mail: cpljapirn@gmail.com, no horário das 07:00 às 13:00 horas.

JAPI/RN, em 03 de Maio de 2019.

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9581506E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 089/2019 - CONCESSÃO DE DIÁRIA

O Prefeito do Município de Japi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, mormente as que lhe autoriza a Lei Orgânica do Município e, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 02/2017, que dispõe sobre a criação do Instituto das Diárias.

Resolve,

Art. 1º. Fica autorizado à concessão de diárias a Srª. CLAUDIA IVONCLEIDE LOPES BARBOSA TAVARES, portador do CPF: 761.766.064-20, ocupante do cargo/função de COORD. GERAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR, para deslocamento de Japi - RN à Natal – RN, com permanência de (01) um dia(s), no período de 06 de Maio de 2019, no valor base de R$ 50,00 (Cinquenta Reais) por meia diária, totalizando R$ 50,00. para Participar da Oficina do Busca Ativa Escolar e da Plataforma Conviva Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Japi/RN, em 06 de Maio de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josefa Jeilza Soares Medeiros da Paz
Código Identificador:8562B164

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO N° 088/2019 (CONVOCAÇÃO 007/2019)

Rua João Batista Confessor, 19 – Centro - CEP: 59213-000
CNPJ. 08.159.071/0001-43 - Telefone: 84-3297-0040
E-mail: prefeitura.japirn@gmail.com
PORTARIA N° 088/2019-PMJAPÍ.

EMENTA: Procede à nomeação de candidatos aprovados no concurso público regido pelo edital nº 001/2018, convocado através do edital de convocação

nº 007/2019, que atenderam aos requisitos legais no prazo da convocação.

O Prefeito Constitucional do Município de Japi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67 XIII da Lei Orgânica do Município de Japi,
CONSIDERANDO a regra constitucional posta no artigo 37 II, de provimento dos cargos ligados à administração através de concurso público;
CONSIDERANDO o resultado do concurso público organizado por consórcio público de
Municípios - sobretudo da região do Trairi- regido pelo edital n º 001/2018, homologado pelo Município de Japi através do decreto nº 038/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN aos 22/01/2019;
CONSIDERANDO o edital de convocação nº 007/2019, publicado no diário oficial da FEMURN do dia 22 de Abril de 2019 e sua posse no dia 30 de Abril de 2019;
CONSIDERANDO que o candidato listado em anexo da presente portaria apresentou a totalidade dos documentos exigidos, estando apto ao exercício do cargo para o qual se candidatou no certame.

RESOLVE:
Art.1º - Nomear, nos termos dos artigos 8º e 9º da Lei Complementar Municipal nº 001/1997, os novos servidores listados no anexo da presente portaria, conforme ordem de classificação do concurso público homologado pelo decreto nº 038/2019 e em razão da suficiência dos documentos apresentados pelos candidatos quando de sua convocação.
Art. 2º - A contar da data do efetivo exercício no cargo, o servidor atravessará um período de 3 (três) anos de estágio probatório nos termos do artigo 41 da Constituição Federal.
Parágrafo único. Depois do período do estágio probatório, adquirirá o servidor estabilidade após avaliação de desempenho por comissão instituída para este fim específico, conforme § 4º do artigo 41 da Constituição Federal.
Art. 3º- O servidor está lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município, tomando posse na data da publicação.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique e cumpra-se.

Japi-RN, 30 de Abril de 2019

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal de Japi

ANEXO

Fisioterapeuta		
Classificação	Nome	CPF
2°	Vagner Alexandre dos Santos	074.249.794-18

Publicado por:
Josefa Jeilza Soares Medeiros da Paz
Código Identificador:92763F94

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACIONAL
RETIFICAÇÃO - EDITAL Nº 01/2019 – CMDCA

EDITAL RETIFICADO Nº 01/2019 – CMDCA JAPI/RN
LEI MUNICIPAL Nº 228/2006 REFORMULADA PELA LEI Nº 013/2014

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Japi/RN torna público o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, disciplinado com base na Lei nº 8.069/90 (ECA), na Resolução nº 139/2010 alterada pela Resolução nº 170/2014 do CONANDA, na Resolução 118/2019 do CONSEC/RN, na Lei Municipal nº 228/2006 reformulada pela lei 013/2014 e na Resolução nº 01/2019 do CMDCA, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, mediante as condições estabelecidas neste Edital.
2. CONSELHO TUTELAR
Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
Em cada Município haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
O processo de escolha para a função de conselheiro tutelar será para o preenchimento de cinco membros titulares e cinco suplentes.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS
3.1. Reconhecida idoneidade moral, atestada por duas pessoas alistadas eleitoralmente no município ou área de jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, observados os impedimentos legais relativos ao grau de parentesco disposto na Resolução 01/2019 do CMDCA.
3.2. Idade superior a vinte e um anos no ato da posse;
3.3. Residência no município, conforme prevê o Estatuto da Criança e Adolescente, assim como a Lei Municipal nº 228/2006 reformulada pela lei 013/2014;
3.4. Apresentação das certidões negativas da Justiça Estadual e Justiça Federal, em âmbito cível e criminal;
3.5. Comprovada atuação na área da infância e juventude de, no mínimo, 02 (dois) anos, relacionada à promoção, proteção, protagonismo, controle social e gestão política dos direitos da criança e adolescente em pelo menos (01) uma instituição reconhecida legalmente;
3.6. Solicitação da candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;
3.7. Ensino médio completo, concluído até a data da inscrição;
3.8. Estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar, devidamente atestada por profissionais habilitados, como prevê a Lei Municipal 013/2014.
3.9. Ser aprovado em processo avaliativo.
4. DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS
4.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.
4.2. A inscrição somente será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente situada à Rua Manoel Medeiros, 21. Centro. Japi/RN pelo período de: **22/04/2019 a 14/05/2019**, das 8h00min às 17h00min.
4.3. As informações prestadas na inscrição são de total responsabilidade do candidato.
4.4. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos a seguir:
a) Pedido de inscrição individual devidamente preenchida; (conforme modelo a ser adotado pelo CMDCA em anexo)
b) Documentos de identidade pessoal com foto (RG, carteira de habilitação, carteira de trabalho ou identidade funcional) e CPF;
c) Certificado de Conclusão do Ensino Médio emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
d) Comprovante de residência, título de eleitor e Certidão emitida pela Justiça Eleitoral atestando o domicílio no Município do processo de escolha;
e) Certidão negativa de antecedentes expedida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, cível e criminal;
g) Atestado/declaração de idoneidade moral, assinada por duas pessoas, alistadas eleitoralmente no município ou área de jurisdição do respectivo Conselho Tutelar (modelo a ser fornecido pelo CMDCA em anexo);
h) Declaração de pelo menos 01 (uma) instituição da área da infância e juventude, que comprove atuação do candidato por, no mínimo, 01 (um) ano na promoção, proteção, controle social e gestão política dos direitos da criança e do adolescente (Modelo da Declaração fornecido pelo CMDCA em anexo);

i) Declaração de responsabilidade acerca das informações prestadas ou Cláusula constante do termo de inscrição onde o candidato se responsabilize pelas informações prestadas no momento da inscrição. (Modelo da declaração fornecido pelo CMDCA)
j) Atestado Médico que comprove a condição física e psíquica do candidato para o exercício de suas funções.

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

5.1. Inscrições e entrega de documentos no período de 22/04/2019 a 14/05/2019;
5.2. Publicação da relação dos candidatos inscritos: Até 15/05/2019;
5.3. Prazo para impugnação de candidatura: 15/05/2019 a 21/05/2019;
5.4. Apresentação de defesa pelo candidato impugnado: 22/05/2019 a 27/05/2019;
5.5. Julgamento das impugnações: até 29/05/2019;
5.6 Publicação da relação das candidaturas deferidas: até 30/05/2019;
5.7. Prazo para recurso junto ao CMDCA: 30/05/2019 a 31/05/2019;
5.8 Publicação definitiva das candidaturas deferidas, inclusive com o julgamento do eventual recurso pelo CMDCA: 04/06/2019;
5.9 Exame de conhecimento específico com caráter eliminatório, contendo questões de caráter objetivo sobre a Lei 8.069/1990, considerando-se apto o candidato que acertar no mínimo 50% da prova: 07/07/2019;
5.10. Prazo para publicação do gabarito e relação dos aprovados: até 10/07/2019;
5.11. Prazo para recurso: 11/07/2019 a 15/07/2019;
5.12. Publicação da relação dos candidatos habilitados e do resultado dos recursos: até 22/07/2019;
5.13. Reunião formal para conhecimento das normas do processo de escolha: até 24/07/2019;
5.14. Divulgação dos locais do processo de escolha: até 16/09/2019;
5.15. Data do processo de escolha unificado: 06/10/2019;
5.16. Divulgação do resultado: até 07/10/2019
5.17. Formação inicial: 04/11/2019 a 13/12/2019;
5.18. Posse: 10/01/2020

6. DA PRIMEIRA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

O CMDCA, por meio de sua Comissão Especial, procederá à análise dos documentos apresentados em consonância com o disposto no item 4.4 do presente Edital, seguida da publicação da relação dos candidatos inscritos dentro do prazo previsto.
O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.
Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso, conforme disposição do art. 13, §1º da Resolução nº 170/2014 – CONANDA.
Caso não se atinja o número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, realizar-se-á o certame com o número de inscrições que houver.

7. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS

A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos inscritos poderá qualquer cidadão, acima de 18 (dezoito) anos e dotado de capacidade civil, requerer, no prazo consignado, à Comissão Especial Eleitoral a impugnação de candidaturas, em petição fundamentada.
O candidato que teve sua candidatura impugnada poderá apresentar defesa no prazo consignado nesse edital.
A comissão especial analisará a defesa apresentada, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar diligências, conforme art. 11, §3º, I e II, da Res. 170/2014 do CONANDA.
O resultado da análise da impugnação pela comissão especial será divulgado até o dia 29/05/2019.

8. DA SEGUNDA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

O exame de conhecimento específico ocorrerá no dia 07/07/2019 (domingo).
O exame de conhecimento específico consistirá em prova objetiva de caráter eliminatório com as seguintes regras:
I – A prova versará exclusivamente sobre a Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
II – O exame de conhecimento constará de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 10 (dez) pontos no total;
III – Será aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 05 (cinco) pontos;
IV – A prova será elaborada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de uma comissão a ser instituída especificamente para esse fim e será composta por profissionais com notório e reconhecido conhecimento sobre a Lei Federal nº 8.069/90.
O resultado do exame será publicado até o dia 10/07/2019.
Do resultado do exame caberá recurso à comissão especial no prazo estipulado neste edital: 11/07/2019 a 15/07/2019.
Após análise pela Comissão Especial, será divulgada lista dos candidatos aptos à eleição.

9. DA TERCEIRA ETAPA – DIA DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

O dia da escolha dos conselheiros ocorrerá em data unificada em todo o território nacional: **06 de outubro de 2019**, das 08:00 horas às 17:00 horas.
O voto será facultativo e secreto.
A divulgação dos locais de escolha ocorrerá até o dia 16 de setembro de 2019 e caberá ao CMDCA fazer ampla divulgação dos locais, utilizando todos os meios de comunicação possíveis.

10. DAS CONDUTAS VEDADAS

No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato, antes e durante as votações, a prática das seguintes condutas:
I - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
II - o favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública e/ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da administração pública municipal;
III - a composição de chapas ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado (art. 5º, II, da Resolução 170/2014, CONANDA);
IV – a realização de propaganda eleitoral por meio de jornal, rádio, televisão, *out-doors* ou espaço na mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores;
V – a arregimentação de eleitor, a propaganda de boca de urna, uso de alto-falantes ou similares e distribuição de material de propaganda no dia da eleição;
VI - o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, tanto durante a campanha eleitoral quanto durante o desenrolar da votação, notadamente:
a) a doação, oferta, promessa ou entrega aos eleitores de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas;
b) o transporte e alimentação aos eleitores, inclusive no dia da eleição;
c) práticas desleais de qualquer natureza;
VII – receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:
a) entidade ou governo estrangeiro;
b) órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
c) concessionário ou permissionário de serviço público;
d) entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
e) entidade de utilidade pública;
f) entidade de classe ou sindical;
g) pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
h) entidades beneficentes e religiosas;
i) entidades esportivas;
j) organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
l) organizações da sociedade civil de interesse público.

11. COMISSÃO ESPECIAL

Fica criada a comissão especial, de formação paritária, composta por 4 membros, sendo 02 (dois) conselheiros representantes do governo municipal e 02 (dois) conselheiros representantes da sociedade civil.
São impedidos de servir na comissão especial os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. Estende-se o impedimento ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária

e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

12. QUARTA ETAPA - FORMAÇÃO
Esta etapa consiste na capacitação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos classificados, em no mínimo 75% da carga horária ofertada, o que será confirmado através de lista de presença, sob pena de sua eliminação.
A Comissão divulgará o local e a hora de realização da capacitação que ocorrerá no período de 04/11/2019 a 13/12/2019.

11. EMPATE
Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente: o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico, com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; ou, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

12. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
Ao final de todo o processo, a Comissão Especial divulgará o nome dos 05 (cinco) conselheiros tutelares escolhidos e dos suplentes.
13. DOS RECURSOS
13.1. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha e protocolados na Secretaria do CMDCA, respeitados os prazos estabelecidos neste Edital;
13.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha;
13.3. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Especial do Processo de Escolha é irrecorrível na esfera administrativa.
14. DA POSSE
14.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal no dia **10 de janeiro de 2019**.
14.2 A partir da data da posse o candidato eleito deverá ter disponibilidade para exercer a função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sem possibilidade de qualquer cumulação com outro cargo, emprego ou função.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e nas Leis Municipais nº 228/2006 e 013/2014.
15.2. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares.
15.3. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato do pleito.

COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO ELEITORAL
Maria Félix da Silva Pontes – Secretaria Municipal de Assistência Social
Luzia Cristina da Cunha Silva Dantas (Presidente do CMDCA);
Alcimar Nicolau Soares (Conselheiro CMDCA governamental)
Joime José de Lima (Conselheiro CMDCA Sociedade Civil)

Japi/RN, 06 de Maio de 2019

ANEXOS

PEDIDO DE INSCRIÇÃO INDIVIDUAL

Dados de Identificação
Nome:_____
Data de Nascimento_____/_____/_____.
Sexo F ( ) M ( )
Número do RG _____
Número do CPF_____
Estado civil: _____ Possui filhos? ( ) Não ( )Sim. Quantos? ____
Endereço:
Rua _____, _____.
Bairro:_____ Cidade: _____Estado:_____ CEP_____
Tel. Cel. ( )_____
Naturalidade: _____
E-mail:_____
Escolaridade
( ) Ensino Médio Completo
( ) Graduação completa ou cursando – curso: _____
( ) Outro _____

ATESTADO/DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, DECLARAMOS para os devidos fins, que conhecemos o (a) Sr.(a) _____ portador (a) do documento de identidade _____ há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão (ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Japi/RN, _____ de _____ 2019.

Assinatura das testemunhas:
Nome: _____
Endereço: _____

Nome: _____
Endereço: _____

DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PELO MENOS 01 (UMA) INSTITUIÇÃO DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Eu, _____, portador(a) do CPF: _____, declaro que atuei na _____ (Instituição da área da infância e adolescência) no período de _____ a _____ no município de Japi/RN desenvolvendo atividades como _____.

Dados da Instituição
Endereço:_____
Telefone: _____
E-mail: _____

Responsável pelo acompanhamento e atesto da realização do(s) serviço(s):

ASSINATURA/CARIMBO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ACERCA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

Eu, _____, portador do RG n°_____, do C.P.F _____ residente no endereço_____ Bairro _____, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias dos documentos entregues para o processo de escolha do Conselho Tutelar.

_____
ASSINATURA

(conforme documento de identificação)

Publicado por:
Josefa Jeilza Soares Medeiros da Paz
Código Identificador:CAE7B974

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 138/2019

PORTARIA Nº 138/2019 - GP

Revoga portaria de publicação 133 de 2019, desta municipalidade que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:

Art.1º - Fica revogada a portaria 133/2019, a qual foi publicada no diário da FEMURN em 02 de maio de 2019 **sob Código Identificador BB2852A0** pela pessoa de Francisco Leonardo da Silva.

Art. 2º - Revolgam-se as disposições contrárias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:9016C380

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 139/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 139, DE 06 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 0,5 (meia diária) a servidora Renata Câmara Barreto, Matrícula nº 3573, valor unitário da diária R$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando em R$ 90,00 (noventa reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do dia 07 de maio do corrente ano, tendo em vista a participação na Aula Magna do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CAPACITASUAS), NA Escola do Governo, Centro Administrativo, Natal/RN, conforme Memorando nº 031/2019 – SMAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:64641180

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 140/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 140, DE 06 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 0,5 (meia diária) o servidor Alexsandro Alencar Pereira, Matrícula nº 2232, valor unitário da diária R$ 180,00 (cento e oitenta reais), totalizando em R$ 90,00 (noventa reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do dia 07 de maio do corrente ano, tendo em vista a participação na Aula Magna do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CAPACITASUAS), NA Escola do Governo, Centro Administrativo, Natal/RN, conforme Memorando nº 034/2019 – SMAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:0843D91F

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 141/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 141, DE 06 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 0,5 (meia diária) a servidora Izabela Nobre de Melo, Matrícula nº 2313, valor unitário da diária R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando em R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do dia 07 de maio do corrente ano, tendo em vista a participação na Aula Magna do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CAPACITASUAS), NA Escola do Governo, Centro Administrativo, Natal/RN, conforme Memorando nº 032/2019 – SMAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na

hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:9241F39C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 142/2019 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA-GAB Nº 142, DE 06 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de diária

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 88, inciso XXXVI, da Lei Orgânica do Município, bem como em observância ao Decreto nº 003/2013, que dispõe sobre a regulamentação da concessão de diárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 0,5 (meia diária) a servidora Priscilla Dórate Abreu Silva, Matrícula nº 1260, valor unitário da diária R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando em R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) referente ao valor solicitado, para cobrir suas despesas do dia 07 de maio do corrente ano, tendo em vista a participação na Aula Magna do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CAPACITASUAS), NA Escola do Governo, Centro Administrativo, Natal/RN, conforme Memorando nº 033/2019 – SMAS.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e, passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se,
Cumpra-se.

Jardim de Angicos/RN, em 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:916D5356

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 143/2019

PORTARIA Nº 143/2019 - GP

Exonera Coordenador de Vigilância Epidemiológica, que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar o Senhor, **José Nobre Barreto Junior**, matricula nº 2526 ocupante do cargo comissionado de Coordenador de Vigilância Epidemiológica, do município conforme portaria de nomeação nº 83/2019, publicada no diário oficial dos municípios – FEMURN, em 25 de março de 2019. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 30 de abril de 2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições contidas na portaria de nº 83/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:4BDEA9F2

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 144/2019

PORTARIA Nº 144/2019 - GP

Nomeia Coordenador de Endemias Vigilância Sanitária, desta municipalidade que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o Senhor **José Nobre Barreto Junior** para o cargo comissionado de Coordenador de Endemias e Vigilância Sanitária, desta Prefeitura por tempo indeterminado, nomeação esta com efeitos retroativos a 01 de maio de 2019.

Art. 2º - O servidor designado exercerá as funções inerentes ao cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:F6479C5D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 145/2019

PORTARIA Nº 145/2019-GAB

Dispõe sobre a relação de desligamento dos inscritos no Programa Emergencial Bolsa Auxilio Desemprego-Frente de Trabalho do município de Jardim de Angicos/RN,

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município,

RESOLVE:

Art. 1º - publicar lista de desligados do Programa Bolsa Auxilio Desemprego- Frente de Trabalho. A saber:

FRANCISCA KAINARA CÂMARA

Art. 2º - Efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:2E507650

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 146/2019

PORTARIA Nº 146/2019 - GP

Nomeia Coordenadora do Setor de Limpeza e Manutenção, desta municipalidade que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a Senhora, **Francisca Kainara Câmara**, para o cargo comissionado de Coordenadora do Setor de Limpeza e Manutenção, desta Prefeitura por tempo indeterminado, nomeação esta com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Art. 2º - A servidora designada exercerá as funções inerentes ao cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 06 de maio de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:8D87AD09

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 012/2019 CONVOCAÇÃO Nº 002/2019

O município de Jardim de Piranhas/RN, por seu representante legal, tendo em vista à homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado destinado a contratação de diversos cargos para o município,

RESOLVE:

1 – CONVOCAR o candidato relacionado no ANEXO I deste edital, para fins de contratação, o qual, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial da FEMURN, deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos, como sede na Avenida Governador Dix-Sept Rosado, nº 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, das 8h às 12h, munidos das documentações conforme item 11.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2019.
2 – O não pronunciamento do convocado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação no Diário Oficial da FEMURN, permitirá a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN convocar o próximo candidato habilitado, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2019.
3 – Os documentos que comprovem os requisitos básicos para investidura do cargo serão exigidos no ato da contratação, conforme itens 11.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2019.
4 – Será tornado sem efeito o ato de convocação se o candidato não se apresentar dentro do prazo, permitindo a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, convocar o próximo candidato aprovado, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2019.

Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 313/2019 - GP

Dispõe sobre a convocação do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 012/2019 do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR o candidato relacionado, para fins de contratação, o qual, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial da FEMURN, deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos, como sede na Avenida Governador Dix-Sept Rosado, nº 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, das 8h às 12h, munidos das documentações conforme item 11.4 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 012/2019.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ANEXO I
CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA – (CÓDIGO 101)

NOME	INSCRIÇÃO Nº
ROGIVALDO NASCIMENTO BORGES	02

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 03 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:846D8966

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 309/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **CARMEM LÚCIA DA SILVA GUEDES**, Assistente Social lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, no dia 07 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:745E6AB7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 309/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **EVERSON MARTINS DUTRA**, Diretor de Serviços lotado na Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, no dia 07 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:7F248685

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 306/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **ROCHAEL DANTAS DA SILVA**, Motorista de Ambulância lotado no Hospital Geral Francisca Pereira Mariz da Secretaria Municipal de Saúde, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Alexandria/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 03 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 02 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:86D09404

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 307/2019 - GP

Dispõe sobre Licença Prêmio de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no artigo 65, II, VII e X da Lei Orgânica Municipal e em observância a Lei Complementar nº 001, de 19.12.1997, Capítulo V, Seção X, Art. 105,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados, Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, a partir de 02 de maio de 2019, a **VERA LÚCIA DUTRA DE OLIVEIRA**, Professora do Quadro Único de Servidores deste Município, referente ao quinquênio ocorrido no período de 30.06.2000 a 30.06.2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 02 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:DB64D8AF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 312/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **ALCICLEIDE ALMEIDA DE OLIVEIRA,** Secretária Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, no dia 07 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:41119EBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 310/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em

comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **FRANCICLEIDE DA SILVA GUEDES**, Coordenadora da Proteção Social Básica lotada na Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, no dia 07 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:7493DD80

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 305/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **ALCIMAR FELIPE DOS SANTOS**, Motorista de Ambulância lotado no Hospital Geral Francisca Pereira Mariz da Secretaria Municipal de Saúde, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 03 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 02 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:FE933CC6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 304/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **ARDENES RODRIGUES GOMES DA SILVA,** Coordenador de Pessoal e Serviços Gerais desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Administração do município, nos dias 02 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 30 de abril de 2019.

ELIDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:A8E872E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 308/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **ALCIMAR FELIPE DOS SANTOS**, Motorista de Ambulância lotado no Hospital Geral Francisca Pereira Mariz da Secretaria Municipal de Saúde, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Natal/RN, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 05 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 03 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:A46DC491

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 303/2019 - GP

Dispõe sobre a concessão de diárias aos Agentes Políticos, ocupantes de cargos de provimento em comissão, servidores públicos municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar no Artigo 65, Incisos II, VII e X, da Lei Orgânica Municipal, de 03.04.1990.

RESOLVE:

CONCEDER, na forma da Legislação vigente a **JOÃO PAULO PEREIRA DA COSTA**, Motorista de Ambulância lotado no Hospital Geral Francisca Pereira Mariz da Secretaria Municipal de Saúde, desta cidade, 01 (uma) diária para cobertura de despesas de viagem a Fortaleza/CE, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 01 de maio de 2019.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 30 de abril de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:26DC40B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 314/2019 - GP

Tornar "Sem Efeito" a Portaria nº 253/2019-GP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município,
Considerando a não aprovação de candidatos nos Processos Seletivos Simplificados para substituição da servidora no período de sessão;

RESOLVE:

Art. 1º - "TORNAR SEM EFEITO" a Portaria nº 253/2019- GP, Dispõe sobre a sessão de servidor municipal e dá outras providências.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, em 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:F750BE89

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº. 889, DE 06 DE MAIO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA DO CONVÍVIO COM A FAMÍLIA DE ORIGEM, DENOMINADO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, de acordo com o que determina a legislação em vigor, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças e Adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado "Serviço Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Jardim de Piranhas/RN, atendendo ao que dispõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à garantia dos direitos da Criança e do Adolescente previstos na Lei nº8.069/90 e ao Plano Nacional, Estadual e Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à convivência Familiar e Comunitária.

Art. 2ºO Serviço Família Acolhedora constitui-se na guarda de crianças ou adolescentes por famílias previamente cadastradas no Serviço e habilitadas, residentes no Município de Jardim de Piranhas/RN, que tenham condições de recebê-las e mantê-las condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos necessários ao processo de crescimento e desenvolvimento, oferecendo meios necessários à saúde, educação e alimentação, com acompanhamento direto da Assistência Social e da Vara Única da Comarca de Jardim de Piranhas/RN.

Art. 3º Considera-se criança a pessoa com menos de 12 (doze) anos de idade, e adolescente aquele entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade incompletos.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, compreende-se por crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem aqueles que tenham seus direitos ameaçados ou violados, em caso de abandono, negligência, maus tratos, ameaça e violação dos direitos fundamentais por parte dos pais ou responsáveis, destituição de guarda ou tutela, suspensão, perda do poder familiar e desde que verificada a impossibilidade de colocação sob guarda ou tutela na família extensa.

Art. 5ºO Serviço Família Acolhedora objetiva:

I- garantir às crianças e aos adolescentes, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias acolhedoras, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;
II- oportunizar condições de socialização, através da inserção da criança, do adolescente e das famílias em serviços sócio-pedagógicos, promovendo a aprendizagem de habilidades e de competências educativas específicas correspondentes às demandas individuais deste público;
III- oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;
IV- oportunizar às crianças e aos adolescentes acesso aos serviços públicos, na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;
V- contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Art. 6ºO Serviço Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de (Jardim de Piranhas/RN, que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, e em situação de abandono) e que necessitem de proteção, sempre com autorização judicial.

Art. 7º Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Serviço Família Acolhedora.

CAPITULO II
DOS PARCEIROS

Art. 8ºO Serviço ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo parceiros:

I– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II – Vara Única da Comarca de Jardim de Piranhas/RN;
III– Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual;
IV- Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 9º As crianças ou adolescentes cadastrados no Serviço receberão:

I- com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;
II- acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Serviço Família Acolhedora;
III- estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade.

CAPITULO III
CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 10A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço Família Acolhedora será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço consoante anexo I, apresentando os documentos:

I- Carteira de Identidade;
II- Certidão de Nascimento ou Casamento;
III- Comprovante de Residência;

IV- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara Única da Comarca de Jardim de Piranhas/RN, Juizado Especial Criminal e da Polícia Civil.
Parágrafo Único- Não se incluirá no Serviço pessoa com vínculo de parentesco com criança ou adolescente em processo de acolhimento.

Art. 11 As pessoas interessadas em participar do Serviço Família Acolhedora deverão atender aos seguintes requisitos:

I- não estar respondendo a processo judicial nem apresentar potencialidade lesiva para figurar no cadastro;
II- ter moradia fixa no Município de Jardim de Piranhas/RN, há mais de 1 (um) ano;
III- ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio às crianças e aos adolescentes;
IV- ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
V- ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o acolhido;
VI- gozar de boa saúde;
VII- declaração de não ter interesse em adoção;
VIII- apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 anos que vivem no lar;
IX- apresentar parecer psicossocial favorável.

§ 1ºA seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial, de responsabilidade da equipe técnica do Serviço Família Acolhedora.

§ 2ºO estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Serviço, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Serviço Família Acolhedora.

§ 4º Em caso de desligamento do Serviço, as famílias acolhedoras deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 12 As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do Serviço, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças e adolescentes.

Parágrafo Único- A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I- orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II- participação nos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem doEstatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intra-familiares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III- participação em cursos e eventos de formação.

CAPITULO IV
PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 13 O período em que a criança ou adolescente permanecerá na família acolhedora será o mínimo necessário para o seu retorno à família de origem ou encaminhamento à família substituta.
Parágrafo Único- O tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na Família Acolhedora não deverá ultrapassar 06 (seis) meses, salvo situações extremamente excepcionais, a critério da autoridade judiciária, em decisão fundamentada.
Art. 14 Os profissionais do Serviço Família Acolhedora efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 15 Cada família acolhedora deverá receber somente uma criança ou adolescente de cada vez, salvo se grupo de irmãos.

Art. 16 Oencaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade Concedido à Família Acolhedora", determinado judicialmente.

Art. 17 Os técnicos do Serviço acompanharão todo o processo de acolhimento através de visitas domiciliares e encontros individuais ou em grupos, com objetivo de facilitar e contribuir com o processo de adaptação da criança ou adolescente e da família acolhedora.
Parágrafo Único - Na impossibilidade de reinserção da criança ou adolescente acolhido junto à família de origem ou família extensa, quando esgotados os recursos disponíveis, a equipe técnica deverá encaminhar relatório circunstanciado à Vara da Infância e Juventude para verificação da inclusão no cadastro nacional de adoção.

Art. 18A família acolhedora será previamente informada quanto à previsão do tempo do acolhimento da criança ou adolescente para o qual foi chamada a acolher.

Art. 19 Otérmino do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I- acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II- acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança, atendendo às suas necessidades;

III- orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

IV- envio de ofício à Vara Única da Comarca de Jardim de Piranhas/RN, comunicando quando do desligamento da família de origem do Serviço.

Art. 20A escolha da família acolhedora caberá à equipe técnica, após determinação judicial.

CAPITULO V
RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 21A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos enquanto estiverem sob sua proteção, responsabilizando-se pelo que se segue:

I- todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do artigo33doEstatuto da Criança e do Adolescente;

II- participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III- prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV- manter todas as crianças e/ou adolescentes regularmente matriculados e frequentando assiduamente as unidades educacionais, desde a pré-escola até concluírem o ensino médio;

V- contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço Família Acolhedora;

VI- nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança acolhida até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;

VII- a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

CAPITULO VI
DO SERVIÇO

Art. 22 Deverá ser criada uma equipe para o acompanhamento da família acolhedora e da criança e adolescente, que será composta no mínimo por:

I- 01 (um) Assistente Social;

II- 01 (um) Psicólogo.

§ 1º – a cada 30 (trinta) crianças ou adolescentes acolhidos no Serviço família acolhedora deverá ser acrescido 1 (um) profissional da Assistência Social e 1 (um) psicólogo.

Art. 23A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e ao adolescente acolhidos e à família de origem, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único – Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela equipe técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento.

Art. 24 Oacompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

I- visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II- atendimento psicológico;

III- presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 25 Oacompanhamento à família de origem, à família acolhedora, à criança ou ao adolescente em acolhimento e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pelos profissionais do Serviço Família Acolhedora.

§ 1ºOs profissionais acompanharão as visitas entre criança/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 2ºA participação da família acolhedora nas visitas será decidida em conjunto com a família.

§ 3ºA equipe técnica fornecerá ao Juízo da Vara Única relatório mensal sobre a situação da criança ou adolescente acolhido.

§4º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitada a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.
§ 5º Todo processo de acolhimento e reintegração familiar se dará por autorização judicial, nos termos da Lei 8.069/1990.

CAPITULO VII
DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

Art. 26 As famílias cadastradas no Serviço Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança ou adolescente em acolhimento, nos seguintes termos:

I- nos casos em que o acolhimento familiar for inferir a 1 mês, a família acolhedora receberá proporcionalmente a bolsa-auxílio ao tempo de acolhida;

II- nos acolhimentos superiores a 1 (um) mês, a família acolhedora receberá bolsa-auxílio integral a cada 30 dias de acolhimento, conforme estabelecido em Decreto pelo Poder Público com recursos em dotação orçamentária específica;

III – Na hipótese da família acolher grupo de irmãos, o valor da bolsa-auxílio para cada criança ou adolescente poderá ser diminuído.

Art. 27O valor da bolsa-auxílio não será inferior a 1(um) Salário Mínimo.

Art. 28A bolsa-auxílio será repassada por criança ou adolescente às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, e será subsidiada pelo Município de Jardim de Piranhas/RN.

Parágrafo Único. A bolsa-auxílio também poderá ser custeada mediante os recursos alocados ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), desde que haja deliberação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nesse sentido.

Art. 29A família acolhedora que tenha recebido a bolsa-auxílio e não tenha cumprido as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.
Parágrafo Único – Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social processar e julgar casos de descumprimento da presente Lei pelas famílias acolhedoras, bem como desatendimento aos direitos da criança e adolescente.

CAPITULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Odescumprimento de qualquer das obrigações contidas no artigo33doEstatuto da Criança e do Adolescente, bem como de outras estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei, implicará o desligamento da família do Serviço, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Jardim de Piranhas, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Manoela Vieira da Silva
Código Identificador:556FD14D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 88/2019

Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN CEP: 59324000
CNPJ: 08.096.604/0001-95

Processo n.º 1.313/2019
Dispensa de Licitação n.º 88/2019
Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação declara dispensada de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei n. 8.666/93, a despesa referente ao objeto **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE CERCA DE ARAME FARPADO COM 10 FIOS NO ENTORNO DO ANTIGO "LIXÃO" DESTE MUNICÍPIO."** em favor dos proponentes abaixo descritos:

RESUMO DO PROCESSO			
Licitação nº 00088/2019			
Dispensa de Licitação nº 49/2019			
Credor: IRAILDO PEREIRA DE ARAÚJO			
CPF/CNPJ: 056.264.424-56			
Valor Final: R$ 6.100,00(seis mil e cem reais)			
1 - 0013224 - SERVIÇO PARA EXECUÇÃO DE CERCA DE ARAME FARPADO COM 10 FIOS NO ENTORNO DO ANTIGO "LIXÃO" DESTE MUNICÍPIO.	1,00	SV	6.100,00

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:**

Unidade Orçamentária	11.001	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Função	01	Administração
Ação	2038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Classificações Econômicas	3.3.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte Dos Recursos	10010000	Recursos Ordinários

AMPARO LEGAL: Art. 24, inc. II da Lei Federal nº. 8.666/1993. **"**para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez"**;**

JUSTIFICATIVA: A contratação do objeto acima mencionado através de procedimento de dispensa de licitação, com arrimo legal no inciso II, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, mostra-se necessário. Quanto aos preços, foi realizada a pesquisa mercadológica com profissionais especializadas nos na área dos serviços solicitados, a partir da qual foi apurado o preço médio praticado no mercado. Verificamos que o Ordenador de Despesas (Prefeito Municipal) autorizou a realização da presente contratação. Foram preenchidos todos os requisitos para atender ao interesse público, restando demonstrada acima de tudo a vantajosidade da contratação.
Jardim de Piranhas/RN, 02 de maio de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS BORGES
Secretário Mun.. De Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:56995453

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 025/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN PROC. DE DESPESA N° 117.025/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** Contratação de serviços de locação de estrutura para eventos sociais, teatros ou shows**; DATA DA ASSINATURA:** 06 de Maio de 2019; **VIGÊNCIA**: 06 de Maio de 2019 e termo final em 06 de Maio de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **PROMITENTE CONTRATADA:** T. D. DE L. MEDEIROS EVENTOS - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.767.112/0001-60; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 30.740,00 (Trinta mil, setecentos e quarenta reais).

Jardim do Seridó/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:2A65F36F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 023/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN PROC. DE DESPESA N° 213.006/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** Contratação dos serviços de assessoria técnica especializada na área da saúde**; DATA DA ASSINATURA:** 01 de Abril de 2019; **VIGÊNCIA**: 01 de Abril de 2019 e termo final em 01 de Abril de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **PROMITENTE CONTRATADA:** G. P. DE ARAÚJO - ME**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.128.851/0001-70; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais).

Jardim do Seridó/RN, 01 de Abril de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:00FCD06B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 026/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN PROC. DE DESPESA N° 124.010/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de forro em gesso com instalação, fornecimento de peças e acabamento, reparos, incluindo construção de paredes em gesso, para atender as secretarias do Município de Jardim do Seridó/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 03 de maio de 2019; **VIGÊNCIA**: 03 de maio de 2019 e termo final em 03 de maio de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **PROMITENTE CONTRATADA:** MANOEL AZEVEDO DE OLIVEIRA 47897937453, inscrita no CNPJ sob o nº 30.933.025/0001-09; **VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Jardim do Seridó/RN, 03 de maio de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:89A7FE7F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 019/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN PROC. ADMINISTRATIVO N° 320.315/2018

ONDE SE LÊ:
VALOR DO CONTRATO: R$ 12.176,69 (Doze mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

LEIA-SE:
VALOR DO CONTRATO: R$ 11.926,11 (Onze mil, novecentos e vinte e seis reais e onze centavos).

Jardim do Seridó/RN, 12 de Abril de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:26D206E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 405.003/2019

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando no dia 21 de Maio de 2019, às 08hs00min, na Sala de Licitações, localizada no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019, Sistema de Registro de Preços - *do tipo menor preço por item*, visando a contratação de empresa especializada em fornecimento, sob demanda, de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha), acondicionado em cilindro de P-13 – botijão 13 kg, e vasilhame visando atender as necessidades das secretarias Municipais de Jardim do Seridó/RN, com itens de

participação exclusiva para MEI, ME e EPP. O Edital encontra-se disponível Sala de licitações, no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira e no endereço eletrônico:
https://www.jardimdoserido.rn.gov.br/paginas/licitacoes/336. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: **cpl_js@outlook.com** ou pelo **Fone: (84) 3472-3900**.

Jardim do Seridó/RN, em 06 de maio de 2019.

WALQUÍRIA SANTOS NÓBREGA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:B5A0FE85

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESPOSTA DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 422.011/2019

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – TEMPESTIVA. CONHECIDA E IMPROVIDA.

Trata-se de impugnação encaminhada no dia 06/05/2019 pela empresa AUTO POSTO MACEDO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º -08.399.054/0001-83, onde resumidamente alega que o edital do processo de licitação n.º 422.011/2019 fere a competitividade do certame.

RESPOSTA:

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A presente Impugnação encontra-se tempestiva conforme dispõe o edital, no item 20.4 do instrumento convocatório **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

(...)20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

20.4 – Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

O prazo para apresentação de Impugnação é de até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, conforme previsto no Edital (Item 20.4).

O recebimento do documento da Impugnação, que originou este expediente, ocorreu em 06/05/2019 às, através de e-mail, sendo, portanto, *tempestiva*, uma vez que a sessão pública ocorrerá, no dia 08.05.2019.

Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta".

Então, para o cidadão comum o momento fatal para apresentar sua impugnação é *até o último minuto do horário de expediente do 02º dia útil que antecede a abertura da licitação*. Conta-se de trás para frente, invocando novamente a regra do art. 110 da Lei 8.666/93, ou seja, a contagem é como no processo civil, excluindo-se o dia do início e computando o do término.

A Impugnante se limita a informar que o edital da licitação está restringindo a competitividade, uma vez que, nos seus argumentos, obriga a empresa vencedora a ter sede, no município, o que não condiz com a realidade dos fatos, uma vez, que a administração pública busca os menores custos (princípio da economicidade), nas suas aquisições.

O que acontece, na realidade, é que a administração não exige que o fornecedor tenha sede, na cidade de Jardim do Seridó, mas sim, que os produtos sejam entregues, na zona urbana do município de Jardim do Seridó, uma vez que não justifica, por exemplo, que uma máquina pesada tenha o seu abastecimento em outra cidade. O custo do deslocamento dessa máquina (ida e volta), torna inviável o seu abastecimento. A empresa pode até ter sede em outro local, contando, que os produtos licitados sejam fornecidos na cidade de Jardim do Seridó/RN, uma vez que o município não deve se deslocar até o produto, quando, existe a possibilidade de ser feito o caminho inverso.

Essa opção do fornecimento do combustível, no âmbito do município de Jardim do Seridó/RN está devidamente justificado, na solicitação de despesa.

DECISÃO

Decide esta Pregoeira e sua Equipe de Apoio receber e conhecer a peça impugnatória pela sua tempestividade, e, no mérito, julgá-la improcedente**,** devendo manter todos os termos do Edital, bem como a data de abertura do referido certame, qual seja, dia 08/05/2019 às 08:00 para realização da sessão referente ao Pregão Presencial 017/2019 (Processo Licitatório 422.011/2019).

Logo, julgo pertinente, pelos fatos e motivos elencados, contudo, decide-se remeter ao Ordenador de Despesa, para que tome conhecimentos dos fatos e para que se pronuncie a respeito da presente DECISÃO.

Publique-se.

WALQUÍRIA SANTOS NÓBREGA
Pregoeira da CPL/MJS/RN

Publicado por:
Walquíria Santos Nóbrega
Código Identificador:8CEAA314

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108, DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **AMANDA AZEVEDO DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Chefe de Serviço – CC4 do Gabinete do Prefeito, 01 diária parcial na importância de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Caicó/RN no dia 08 de maio de 2019 para participar do "Encontro Regional de Escola Itinerante sob o tema: Projeto Redesenhando a Gestão Pública (do planejamento ao controle).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 06 de maio de 2019.

MANOEL LUCIO DE MEDEIROS FILHO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:CB50DC8E

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Jardim do Seridó - RN, publica a relação dos candidatos inscritos.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 – AZEMIR AZEVEDO FILHO
2 – SIMONE PEREIRA DE AZEVEDO
3 – MARIA ANA DE ARAÚJO
4 – SÍLVIA CRISTINA DE OLIVEIRA ARAÚJO
5 – MAYARA CRIS SILVA VASCONCELOS
6 – TARCÍSIO JOSÉ DOS SANTOS DANTAS
7 – ILMA SILVA DA COSTA
8 – LUIZ MATIAS DA SILVA NETO
9 – VALBIANO MEDEIROS DO NASCIMENTO
10 – LUCILA DANTAS DOS SANTOS COSTA
11 – JOSINETE DOS SANTOS MEDEIROS DE AZEVEDO
12 – MARIA DILMA DOS SANTOS
13 – JACINTO SEVERO DA SILVA
14 – LINETE VILAR DE ALBUQUERQUE
15 - MARIA DE LOURDES DE MEDEIROS
16 – RENATA THAYZE ALVES DE MEDEIROS
17 – GALTIERI CUNHA DA SILVA

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 744/2005, alterada pela Lei Municipal N° 995/2015; e Resolução Nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.

III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada à Rua Otávio Lamartine, nº 269, Centro desta cidade, no horário das 8:00 às 12:00 horas.

Jardim do Seridó – RN, 06 de Maio de 2019.

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:1240C195

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109, DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **MICHELE ARAÚJO DA SILVA**, ocupante do cargo de Controladora do Município, 01 diária parcial na importância de R$ 120,00 (cento e vinte reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Caicó/RN no dia 08 de maio de 2019 para participar do "Encontro Regional de Escola Itinerante sob o tema: Projeto Redesenhando a Gestão Pública (do planejamento ao controle).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 06 de maio de 2019.

MANOEL LUCIO DE MEDEIROS FILHO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:4BCBBE37

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001/2019- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE JARDIM DO SERIDÓ.

Estabelece normas para a participação na I Olímpiada Histórica das Escolas de Jardim do Seridó.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições, resolve tornar pública a abertura de inscrições e das normas para participação na **I OLIMPIADA HISTÓRICA DAS ESCOLAS DE JARDIM DO SERIDÓ**, conforme disposições a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
1.1 **I OLIMPIADA HISTÓRICA DAS ESCOLAS DE JARDIM DO SERIDÓ** é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura, que tem como objetivo geral estimular o estudo acerca de fatos, personalidades e momentos históricos relacionados ao município de Jardim do Seridó/RN, nos estudantes do Ensino Fundamental II do município, por meio de pesquisas, estudos, produção textual (gênero paródia) e produção artística (desenho). Tem como objetivos específicos: a) fomentar o desenvolvimento da proficiência na leitura e na escrita; b) elevar a autoestima dos estudantes jardinenses; c) incentivar pesquisas nas áreas das Ciências Humanas; d) despertar o interesse pelo conhecimento histórico, geográfico e cultural do nosso município; e, e) fomentar produções artísticas (desenho) e escritas (paródia).
1.2 Este Edital é destinado a todas as escolas da cidade de Jardim do Seridó - RN

2. ETAPA DE ENSINO E CATEGORIA PARTICIPANTE DA OLIMPIADA
2.1 **Categoria 1** – Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano.

3. DAS INSCRIÇÕES
3.1 As inscrições acontecerão nos dias 09 e 13 de maio de 2019, na própria escola, mediante o preenchimento de formulário específico que será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Cultura.
3.2 Cada escola irá escolher 02 (dois) alunos de cada ano do ensino fundamental II, que apresentarem maior coeficiente de rendimento escolar, os quais irão compor a equipe que representará a instituição na olimpíada.
3.3 Cada equipe deverá ser composta por 8 (oito) integrantes.

4. DA ORGANIZAÇÃO
4.1 É de responsabilidade da SEME, Secretaria Municipal de Cultura e das escolas, a divulgação deste Edital para a comunidade escolar, prioritariamente entre estudantes e professores.
4.2 As escolas participantes da **I OLIMPIADA HISTÓRICA DAS ESCOLAS DE JARDIM DO SERIDÓ** devem promover atividades e leituras acerca de fatos, personalidades e momentos históricos relacionados ao município de Jardim do Seridó/RN, com o objetivo de estimular produção de textos, desenhos e o estudo dirigido do material sugerido no ANEXO I, sob a tutoria dos professores de História , Língua Portuguesa e Artes.
4.3 As escolas devem planejar atividades de pesquisa e discussão sobre a temática da olimpíada de modo a preparar os alunos para suas

produções, bem como, para que obtenham um melhor desempenho nas provas de perguntas e respostas, conforme descritas no ANEXO II. Essas ações podem ter caráter interdisciplinar, com enfoque em fatos históricos e geográficos na perspectiva de despertar o sentimento de pertença e identidade do aluno à terra jardinense.

5. ORIENTAÇÕES GERAIS
5.1 A Olimpíada será realizada em frente ao Sobrado Padre Justino, na Rua Cel. Felinto Elisio, nº 20, centro, no dia 15.05.2019, com início às 8h da manhã.
5.2 A equipe deverá comparecer ao local com 30 (trinta) minutos de antecedência.
5.3 Vencerá a equipe que obtiver uma maior pontuação ao final das provas.

6. **PREMIAÇÃO**
6.1 Serão premiadas as equipes que conquistarem o 1º e 2º lugar.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
11.1 A logística das atividades referentes à premiação será organizada pela Secretaria Municipal de Cultura.
11.2 Os participantes da olimpíada concordam, desde já, com a utilização de seus nomes, imagens e som de voz, em qualquer tipo de mídia e peça promocional, para fins de divulgação, sem que isso traga qualquer tipo de ônus para a Secretaria Municipal de Cultura.
11.3 As questões não explicitadas neste Edital serão devidamente analisadas e julgadas pela Secretaria Municipal de Cultura.

Jardim do Seridó/RN, 06 de maio de 2019.

OZIRES BORGES VILAR NETO
Secretário Municipal De Cultura, Esportes E Turismo.

ANEXO I

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

LIVRO	AUTOR
UM PASSO A MAIS NA HISTÓRIA DE JARDIM DO SERIDÓ.	**JOSÉ NILTON DE AZEVÊDO**
VULTOS POPULARES DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.	**JOSÉ NILTON DE AZEVÊDO**
PADRE FRANCISCO JUSTINO PEREIRA DE BRITO	**ADAUTO GUERRA**

ANEXO II
DAS PROVAS

PROVAS	PESO
PARÓDIA SOBRE JARDIM DO SERIDÓ A ESCOLA DEVE ELABORAR UMA PARÓDIA ENALTECENDO A HISTÓRIA E POVO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.	**500**
DESENHO AUTORAL DE PONTO TURISTICO DA CIDADE A EQUIPE DEVERÁ APRESENTAR NO DIA DA OLIMPIADA DESENHO AUTORAL DE ALGUM PONTO TURISTICO DA CIDADE, DE ESCOLHA LIVRE.	**500**
BIOGRAFIA DA ESCOLA QUE ESTUDA DEVERÁ SER MONTADO CARTAZ CONTENDO A HISTÓRIA DA ESCOLA EM QUE A EQUIPE ESTUDA, PARA SER APRESENTADO NO DIA DA OLIMPIADA.	**500**
ASSOCIAÇÃO IMAGEM- NOME DOS VULTOS POPULARES SERÃO APRESENTADOS EM UM QUADRO 03 FOTOS E NOMES ALEATÓRIOS DE VULTOS CONTIDOS NO LIVRO "VULTOS POPULARES DE JARDIM DO SERIDÓ/RN". 02 (DOIS) INTEGRANTES DA EQUIPE DEVERÃO ASSOCIAR AS FOTOS AO NOME CORRETO. CADA ACERTO PONTUARÁ 100 PONTOS.	**300**
PERGUNTAS E RESPOSTAS SERÃO FEITAS PERGUNTAS A EQUIPE REPRESENTANTE DA ESCOLA ACERCA DE FATOS, PERSONALIDADES E MOMENTOS HISTÓRICOS RELACIONADOS AO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN. SENDO ESTAS: 02 FÁCEIS, 01 MÉDIA E 01 DIFÍCIL, PONTUANDO 50 PONTOS CADA ACERTO. A PERGUNTA NÃO RESPONDIDA, NÃO PODERÁ SER REPASSADA E TERÁ PONTUAÇÃO NÃO COMPUTADA.	**200**
TOTAL	**2.000**

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:246918A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 372/2019- GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA, no uso de suas atribuições legais que lhe são proferidas no art. 56 Inciso V da lei orgânica desde município.
RESOLVE:

ART. 1º - Nomear os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, conforme descriminação abaixo e representações.
I- Do Poder Executivo:
Titular: Jéssica Lamonielly Peixoto Epifânio de Lima CPF: 096.016.344-10
Suplente: Tatiane Inácio de Araújo CPF: 067.825.564-48
II- Trabalhadores da Educação:
Titular: Acylino dos Santos Lima CPF: 790.481.024.72
Suplente: Jean Mary Alves das Chagas CPF: 751.382.714-15
Titular: Deilma Garcia da Silva CPF: 852.092.784-15
Suplente: Waldete Silva e Souza CPF: 792.393.074-00
III- Dos Pais dos Alunos das Escolas Públicas Municipais:
Titular: Eliete da Silva CPF: 065.589.004-16
Suplente: Daniel Nunes da Silva CPF: 312.561.554-20
Titular: Napoleão Barbosa de Oliveira CPF: 293.376.904-20
Suplente: Maria da Silva Meneses CPF: 082.953.034-73
IV- Dos Alunos das Escolas Públicas Municipais:
Titular: Walmir Quirino Barbosa CPF: 043.714.954-04
Suplente: Diogo Rafael Gonsalves do Nascimento CPF: 029.265.444-99
V- Entidades Civis Organizadas:
Titular: Kelly Cristine da Silva Andrade CPF: 022.831.184-50
Suplente: José Gilberto da Silva CPF: 369.632.594-53
Titular: Francisco Matias CPF: 423.295.744-87
Suplente: Luilson Santos da Cunha CPF: 075.212.494-37
Titular: Dênison Ricardo da Costa Barbosa CPF: 043.155.324-60
Suplente: Maiuza Lopes Silva CPF: 041.781.644-81

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 30 de Abril de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:8A39F1E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PP 011.2019

PREGÃO PRESENCIAL n°. 011/2019-PP-SRP
OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA, por intermédio do setor de licitação, consoante atribuições previstas na legislação vigente, vem informar aos interessados acerca do recebimento de Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 011/2019-PP-SRP, em epígrafe interposta pela empresa A M DOS SANTOS DA SILVA - ME, consoante disposto no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

João Câmara - RN, 02 de maio de 2019.

JADSON MEDEIROS SANTANA
Setor de Licitação

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:34D1569D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO – TERMO DE CONTRATO Nº 03050001/2019 REF., PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2018 TERMO DE ADESÃO (CARONA) – MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN

CONTRATANTE: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN – CNPJ Nº 08.309.536/0001-03

CONTRATADA: CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL – LTDA, CNPJ nº 09.234.399/0001-40.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS EM SAÚDE.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)
00001	1.200	UND	Coleta, transporte e Incineração de Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde dos Grupos "A", "B" e "C" (RESÍDUOS HOSPITALAR)	RECOZIL	85,00

VALOR TOTAL ESTIMADO:R$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais).

VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO: 02/05/2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, conforme preconiza o artigo nº 57, da Lei Federal nº 8.666/1993, caso haja necessidade e interesse da CONTRATANTE em epígrafe.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO: 02 de maio de 2019.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de João Câmara/RN, Quinta-feira, em, 02 de maio 2019.

Prefeitura Municipal De João Câmara/RN
MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Constitucional/João Câmara/RN
Pela/Contratante

Cril Empreendimento Ambiental – LTDA
CNPJ nº 09.234.399/0001-40.
HERRYSON BRUNO DANTAS VITAL
RG: 1959537-ITEP/RN
Pela/Contratada

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:CB3B2B6A

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
LISTA DE INSCRITOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020-2024 DO MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA/RN

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 498/2015, de 06 de Abril de 2015, através da Comissão Especial Eleitoral, e o EDITAL N° 001/2019 do Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar do Município de João Câmara/RN para o quadriênio 2020 – 2024, faz pública, para conhecimento dos interessados, em conformidade ao subitem 5.2 do respectivo Edital, a listagem dos inscritos conforme a tabela seguir:

N°	LISTA DOS INSCRITOS
01	Patrício Adriano de Freitas
02	Paulo Ronaldo Ferreira de Andrade
03	Jadson Nascimento Silva
04	Antônio Magno Faustino
05	Maria Vilma Bezerra Barros
06	Ariel Antunes Soares da Silva
07	Francisca Maria Batista de Miranda
08	Pedro Henrique de França
09	Maria Carlla dos Santos da Silva
10	Elisângela Paulino da Silva
11	Patrício Januário da Silva
12	Ana Claudia Aguiar de Souza
13	Dalva Maria Paulino da Silva
14	Antonia Nilda de Paula
15	Maria Adriana França de Souza
16	Elidiana Oliveira da Silva
17	Rideilson Araújo Dantas
18	Daciara Taina da Silva Braz
19	Wallace Vieira da Silva
20	Tatiane Inácio de Araújo
21	Maria Gessicleide Cruz da Silva
22	José Ailton Dias da Silva
23	Helton Diogo Vale da Silva
24	Cayro Thiago de Lima
25	Maria do Carmo Paulino da Silva
26	Misael Pereira de Araújo
27	Thiago Augusto Torres Damasceno
28	Luilson Santos da Cunha
29	Francivanio da Silva Oliveira
30	Francisco André da Silva de Lima

Publicado por:
George Samy Claudino da Silva
Código Identificador:0F930130

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 002/2019 RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

EDITAL Nº 002/2019RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constituída na forma daResolução CMDCA/JP nº 005/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA/RN, torna público neste dia 06 (seis) de maio de 2019 a relação dos candidatosinscritos.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 001/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de José da Penha/RN, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos (sequência conforme ordem do nº da ficha de inscrição):

001	Adlany Fontes Oliveira
002	Iara Jácome Bispo
003	Aucivânia Jacielma de Morais
004	Rogério Evangelista da Costa
005	Júlia Heloísa Maia Estêvam
006	Ricardo Ferreira Fontes
007	Gerlândia Maria Gonçalves e Silva
008	Alifen Eduardo Maia de Lima
009	Diêgo Alves de Oliveira Silva
010	Jairon Lima Campos
011	Raquel Fontes
012	Maria Daniele Maia da Silva
013	Patricia Kelly da Costa Eduvirgens
014	Alysson Maia da Silva
015	Karla Alessandra Fontes
016	Anna Paula Fernandes
017	Antônia Nair da Silva Batista
018	Hingredi Maia Silva
019	Josilene da Costa
020	Darliany Borges Soares
021	Rússia Gabriella Fontes de Oliveira
022	Jéssica Ruriely de Fontes
023	Josimere Bezerra Varela
024	Francisco Wágner da Costa Bispo
025	Samuel Maia de Souza
026	Vanesca Rodrigues Camilo
027	Alice Vieira de Souza
028	Katiane da Rocha Campos

II - O Ministério Público Estadual ou qualquer cidadão de José da Penha/RN, acima de dezoito anos de idade, que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 173/2019, Resolução nº 005/2019 e Edital nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à

Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 04 (quatro) dias, no período de 07/05 a 10/05/2019, devidamente instruída com as provas que tiver.
III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no espaço que que acolhe o CMDCA, que é a Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Pedro Simplício, sn, BR 405, no horário de 07:00 às 13:00 horas.

José da Penha/RN, 06 de maio de 2019.

GIANNE ALVES COSTA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

VERA LÚCIA FERREIRA SIMÃO
Membro da Comissão Especial Eleitoral

JOSIAS LEITE FONTES
Membro da Comissão Especial Eleitoral

ANAIAS DE LIMA LEITE
Membro da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Josias Leite Fontes
Código Identificador:6321E5C6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO: 06050001/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 06050001/2019

Objeto: Aquisição de produtos (Oleo Sint Sae 5 e Filtro Oleo Mot), destinado ao veículo modelo Toro Freedom 2.0 AT9 4x4 de placa QGT4A92/RN, pertencente a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de José da Penha/RN.

Contratado: DICAL-DISTRIBUIDORA DE VEICULOS CAJAZEIRAS LTDA (35.503.721/0003-60), **com Valor Total Julgado: R$ 280,23**

Base legal: artigo 24, da Lei 8.666/93.

José da Penha/RN, 06/05/2019

Publicado por:
Josias Leite Fontes
Código Identificador:CED29185

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. PROCESSO: 03050001/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 03050001/2019

Objeto: Serviços de confecção de um par de placas mercosul para o veículo Renault/Master Transf A de placa: QGU5H04.

Contratado: AUTOPLAC INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (09.302.478/0003-02), com Valor Total Julgado: R$ **R$ 198,00**

Base legal: Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93.

José da Penha/RN, 03/05/2019

Publicado por:
Josias Leite Fontes
Código Identificador:977E972D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF. PROC. ADM. MJ/ RN N° 002/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N º 024/2019

OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de material de limpeza hospitalar.

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO protocolado pela empresa licitante: **CAVALCANTE & CIA LTDA EPP** (CNPJ nº 10.655.938/0001-01) contra a decisão do Pregoeiro que julgou legal a participação da empresa licitante **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES EPP** (CNPJ nº 09.109.547/0001-02).

I – DA TEMPESTIVIDADE E DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa licitante **CAVALCANTE & CIA LTDA EPP** (CNPJ nº 10.655.938/0001-01) encaminhou suas razões recursais no dia 24 de abril de 2019 em complementação a sua manifestação oral do interesse em recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro dentro do prazo regulamentar.

Assim, o presente RECURSO INTERPOSTO se apresenta TEMPESTIVO e ADMISSÍVEL.

II - DAS RAZÕES RECURSAIS

Alega a empresa recorrente **CAVALCANTE & CIA LTDA EPP** (CNPJ nº 10.655.938/0001-01) que dita decisão foi contrária ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça por estar a empresa recorrida impedida de licitar e contratar com o Município de São Rafael, infringindo o subitem editalício 2.5.2.

Não junto ao processo a decisão punitiva à empresa recorrente.

III – DAS IMPUGNAÇÕES

Em se de IMPUGNAÇÕES às razões recursais, a empresa recorrida alegou que a empresa recorrida não comprovou a alegação suscitada e apresentou decisões sobre o alcante da aplicação da penalidade apenas para os órgãos do ente punitivo.

IV - DOS FUNDAMENTOS

Em estrito cumprimento ao Princípio Administrativo da Vinculação do Instrumento Convocatório, Legalidade, Isonomia, o Pregoeiro verificou toda a documentação apresentada pelas empresas licitantes, permitindo a participação da empresa **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES EPP** (CNPJ nº 09.109.547/0001-02) por não haver decisão transitada em julgado que a declare INIDÔNEA.

Vejamos:
2 - DA PARTICIPAÇÃO
2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados doramo de atividade pertinente ao objeto da contrataçãoque preencherem as condições constantes deste Edital.
(...)
*2.5 - No entanto, **não poderão concorrer neste Pregão Presencial**, por razões de interesse público, pessoas jurídicas:*

*2.5.1. Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou responsáveis técnicos mantenham qualquer vínculo empregatício com o **Município de Jucurutu/ RN**;*
*2.5.2. **Que estejam impedidas ou suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, e que, por estas, tenham sido declaradas inidôneas;***
2.5.3. Que estejam em Recuperação Judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

Não é licito ao Pregoeiro, proferir decisão divorciada das previsões editalícias, em estrito cumprimento ao Princípio Administrativo da Vinculação do Instrumento Convocatório, disciplinado nos arts. 3º e 41 da Lei Geral das Licitações, que dispõem:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
Art.41.A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

E por se tratar de Direito Público, a conduta do agente público está adstrita à previsão legal.

Assim, diante da ausência de comprovação do alegado, não há sustentação legal, normativa e editalícia para o provimento do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa recorrente **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES EPP (CNPJ nº 09.109.547/0001-02)**.

Frente ao todo o exposto, **RATIFICAMOS** a decisão proferida nos autos deste processo, para declarar apta a participar do presente certame a empresa licitante recorrida **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES EPP (CNPJ nº 09.109.547/0001-02).**

Encaminhem-se os presentes autos para apreciação do Exmº Sr Prefeito Municipal.

Jucurutu/ RN, 03 de maio de 2019.

JUCIMAR PEREIRA DANTAS
Pregoeiro

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:2592A977

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROC. ADMINIST. MJ/ RN N° 366/2019 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DAS ARQUIBANCADAS DO ESTÁDIO DE FUTEBOL ANDRIÉLIO LOPES - LOPÃO.

CONSIDERANDO, o julgamento do recurso interposto, permanecendo inalterada a decisão da comissão;

CONVOCAMOS a empresa licitante HABILITADA: **GTA CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ Nº 05.487.212/0001-69)**, a comparecer por seu representante credenciado, e demais interessados, à Sessão de Abertura dos envelopes PROPOSTA, que será realizada no **dia 10 de maio de 2019, às 09:00 horas**, na Sala de Licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN, localizada na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14 – Centro – CEP: 59.330-000.

Jucurutu/ RN, 06 de maio de 2019.

GEÍSA DA SILVA FELICIANO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:C8968AB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 366/2019

OBJETO: Contratação dos serviços de Conclusão da obra de Construção das arquibancadas do Estádio de Futebol Andriélio Lopes - LOPÃO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO protocolado pela empresa licitante **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00), devidamente qualificada, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que a declarou INABILITADA neste certame por não atender aos itens editalícios: 7.1.3.2 e 7.1.3.3 por apresentar atestado e acervo **incompatíveis** com o objeto da licitação, no que se refere ao item orçamentário: ALAMBRADO P/ QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, COM COSTURA, DIN 2440, DIAMETRO 2",COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM) .

I – DA TEMPESTIVIDADE E DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa licitante **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00) protocolou seus memorais de razão recursal, dentro do prazo legal.

O recurso administrativo é ato material praticado pelo licitante inconformado com as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, revestido de todas as formalidades que reclamam a condução dos trabalhos desenvolvidos pela Administração Pública.

Para tanto, deve ser protocolado, devidamente subscrito pelo representante legal ou por procurador habilitado, demonstrando-se os dispositivos legais, normativos ou principiológicos que abalizam seu inconformismo.

II - DAS RAZÕES RECURSAIS

Alegou a empresa recorrente **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA** (CNPJ nº 08.487.196/0001-00) que apresentou atestados onde se comprovam de forma expressa a sua aptidão para a execução do serviço e tendo em vista que seus atestados técnicos apresentados versam sobre serviços de **alvenaria** mais complexos que os que deverão ser executados, ferindo o Princípio da Competitividade, da Razoabilidade, da Livre Concorrência e da Seletividade.

III – DA IMPUGNAÇÃO ÀS RAZÕES RECURSAIS

As demais empresas licitantes não apresentaram IMPUGNAÇÃO às razões do recurso administrativo interposto.

IV – DOS FUNDAMENTOS

A empresa **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00) foi declarada **INABILITADA** porque apresentou atestado de capacidade técnica (qualificação técnico-operacional) e acervo do responsável técnico (qualificação técnico-profissional) **incompatíveis** com o objeto da licitação, no que se refere ao item orçamentário (ALAMBRADO P/ QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, COM COSTURA,DIN 2440, DIAMETRO 2",COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM).

Assim disciplina o Edital sobre a qualificação técnica das empresas licitantes:

7.1.3. Da documentação relativa à Qualificação Técnica:
(...)
*7.1.3.2. Prova da **capacitação técnico-operacional** – A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação. Para tanto, deve demonstrar, através de atestados emitidos pela contratante, que já executou para pessoas jurídicas de direito público ou privado, **obras ou serviços compatíveis com o objeto desta licitação**.*

*7.1.3.3. Prova da **capacitação técnico-profissional** – Demonstração de capacitação técnico-profissional, mediante comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos envelopes de Habilitação e Proposta, na condição de Responsável*

*Técnico, **engenheiro civil** devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrada no CREA, **OU arquiteto e urbanista,** devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrada no CAU, a partir da data de criação deste, por **execução de obras ou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.***
(Grifos acrescidos)

A execução dos serviços de Alambrado, por ser peculiar e apresentar características próprias, reclama a comprovação da qualificação técnica através de atestados e acervos para o mesmo serviço, em quantidade, época ou local quaisquer.

A atividade é única, com código SINAPI próprio, sendo sua compatibilidade limitada ao mesmo serviço por questões lógicas.

A Constituição Federal de 1988, dita constituição cidadã, assim disciplina:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:*
(...)
*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que **assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/1993) determina o estrito cumprimento ao Princípio Administrativo da Vinculação do Instrumento Convocatório, e o faz com a previsão nos artigos que se seguem:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**.*

Art.41.A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital,ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]
XI -a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Todos os Princípios da Administração Pública e de Licitações foram cumpridos, ao se fixar regramento para todas as possíveis empresas licitantes, com exigências contidas nas determinações legais da Lei Geral das Licitações.

Assim, não há sustentação legal, normativa e editalícia para o provimento do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa recorrente **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00).

V – DA DECISÃO

Frente ao exposto, **RATIFICAMOS** a decisão proferida nos autos deste processo, para **INABILITAR** a empresa recorrente **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00), na **Tomada de Preços nº 001/2019**.

Encaminhamos o presente processo, devidamente informado, ao Exmº Sr Prefeito Municipal.

Jucurutu/ RN, 06 de maio de 2019.

GEÍSA DA SILVA FELICIANO DE LIMA	
Presidente	
WENDEL OLIVEIRA FELIPE	***JANAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS***
Membro	Membro

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:2680196D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 101/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 101/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:

NOME: **SEBASTIÃO BELARMINO PEREIRA FILHO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**
CPF: **937.538.534-53**
MATRÍCULA: **1546**
DESTINO: **Caicó-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhar paciente em transferência para a cidade de Caicó-RN.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **03 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **1/2 (meia) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (Cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:2C464D34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 102/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 102/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **SEBASTIÃO BELARMINO PEREIRA FILHO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**
CPF: **937.538.534-53**
MATRÍCULA: **1546**
DESTINO: **Mossoró-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhar paciente em transferência para a cidade de Mossoró-RN.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **03 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **1/2 (meia) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (Cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:E86547BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 103/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 103/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **SEBASTIÃO BELARMINO PEREIRA FILHO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**
CPF: **937.538.534-53**
MATRÍCULA: **1546**
DESTINO: **Caicó-RN**
JUSTIFICATIVA: **Acompanhar o paciente Fabiano Medeiros, em transferência para a cidade de Caicó-RN.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **04 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **1/2 (meia) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 100,00 (Cem reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 50,00 (Cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:9158902B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 104/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 104/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **ANTÔNIO ROBERTO LOPES DE MELO**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
CPF: **966.866.184-20**
MATRÍCULA: **0079669**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **Participar da Aula Magna que dará início aos cursos do programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), e da Assembleia ordinária do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Rio Grande do Norte – COEGEMAS/RN, que acontecerá no auditório da EMATER, Centro Administrativo, em Natal-RN**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **07 e 08 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **01 (uma) diária e ½ (meia)**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 200,00 (Duzentos reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 300,00 (Trezentos reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:BF01BED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 105/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 105/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **LINDOELSON CLEMENTINO DE MORAIS**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **MOTORISTA**
CPF: **897.737.304-25**
MATRÍCULA: **2773**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **fazer o translado do Secretário Municipal de Assistência Social que irá participar da Aula Magna que dará início aos cursos do programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), e da**

Assembleia ordinária do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Rio Grande do Norte – COEGEMAS/RN, que acontecerá no auditório da EMATER, Centro Administrativo, em Natal-RN
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **07 e 08 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **01 (uma) diária e ½ (meia)**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:EB91FABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 106/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 106/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **AUKLLEY MEDEIROS CABRAL**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **PSICÓLOGO**
CPF: **083.246.224-11**
MATRÍCULA: **2773**
DESTINO: **NATAL-RN**
JUSTIFICATIVA: **Participar da Aula Magna que dará início aos cursos do programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), em Natal-RN**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **07 de maio de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **01 (uma) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**

Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:BA1CEA5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
REF. PROC. ADM. MJ/ RN N° 002/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N º 024/2019

OBJETO: Registro de preços para possível aquisição gradativa de material de limpeza hospitalar.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que preceitua a Lei das Licitações Públicas:

R E S O L V E

Conhecer o recurso interposto pela empresa licitante **CAVALCANTE & CIA LTDA EPP** (CNPJ nº 10.655.938/0001-01) por ser tempestivo e admissível, e no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, acatando a decisão fundamentada do **Pregoeiro Oficial do Município de Jucurutu/ RN,** permanecendo inalterada a decisão que julgou APTA a participar do referido certame a empresa licitante **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES EPP** (CNPJ nº 09.109.547/0001-02).

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 03 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:115B9925

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 366/2019

OBJETO: Contratação dos serviços de Conclusão da obra de Construção das arquibancadas do Estádio de Futebol Andriélio Lopes - LOPÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que preceitua a Lei das Licitações Públicas:

R E S O L V E

CONHECER o RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa licitante **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00), por ser tempestivo para, NO MÉRITO, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, permanecendo inalterada a decisão da Comissão Permanente de Licitação, pela **INABILITAÇÃO** da empresa licitante **RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA (**CNPJ nº 08.487.196/0001-00) por não atender aos itens editalícios: 7.1.3.2 e 7.1.3.3, haja vista a apresentação de atestado de capacidade técnica e acervo profissional **incompatíveis** com o objeto desta licitação.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 06 de maio de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:9889D477

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2019

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato e seu aditivo de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou na contratação de Locação necessária para a família do beneficiário a Srª **ELIZETE BARBOSA SILVA,** pois a mesma não possui casa própria, estando sem condições financeiras de custo com aluguel, à família foi identificada e estudada pela Assistente Social do município (documentos em anexo) se encontra dentro dos critérios da lei municipal de benefício eventuais de nº 290/2018, com referência ao art. 25.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 15.033.017/0001-12
CONTRATADO: AURINEIDE CARVALHO DE FREITAS SILVA
CPF: 068.366.254-69
ORIGEM: Dispensa nº 012/2019
BASE LEGAL: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO: 02 de maio de 2019.

Jundiá/RN, 02 de maio de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Lucivaldo Nascimento de Lima
PELA CONTRATADA: Aurineide Carvalho de Freitas Silva

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:F91DAAD6

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000062/2019

PROCESSO Nº 00000000100/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000062/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 15.033.017/0001-12
CONTRATADO: CARLOS GUTEMBERGUE MOREIRA DA SILVA
CPF: 066.478.974-96
OBJETO: Locação de imóvel para beneficiário de aluguel social, situada na Rua Anderson Paulino de Souza, nº s/n, Centro, Jundiá/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 960,00 (Novecentos e Sessenta Reais).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **PROGRAMA:** 0001 – Programa de Gestão; **AÇÃO:** 2082 – Prog. De Benef. Eventuais da Assist. Social Lei nº 241/2015; **NATUREZA:** 3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; **SUB-ELEMENTO**: 015 – LOCAÇÃO DE IMOVEL **FONTE:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 Jundiá.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93.

Jundiá/RN, 02 de maio de 2019.

LUCIVALDO NASCIMENTO DE LIMA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:EF21C17C

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000063/2019

PROCESSO Nº 00000000101/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000063/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 15.033.017/0001-12
CONTRATADO: EDUARDO PAULINO DE SOUZA
CPF: 071.199.514-16
OBJETO: Locação de imóvel para beneficiário de aluguel social, situada na Rua Bernardo Vieira, nº 179, Centro, Jundiá/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **PROGRAMA:** 0001 – Programa de Gestão; **AÇÃO:** 2082 – Prog. De Benef. Eventuais da Assist. Social Lei nº 241/2015; **NATUREZA:** 3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; **SUB-ELEMENTO**: 015 – LOCAÇÃO DE IMOVEL **FONTE:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 Jundiá.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso X da Lei Federal nº 8.666/93.

Jundiá/RN, 02 de maio de 2019.

LUCIVALDO NASCIMENTO DE LIMA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:F9CA78BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 055/2019 - GP

Jundiá/RN, em 02 de abril de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

1. Nomear Membros representantes do Governo Municipal e Prestadores de Serviços para o Conselho Municipal de Saúde da Prefeitura de Jundiá

Representantes do Profissionais de Saúde:
TITULAR: ANA MARIA BARROS
SUPLENTE: ADILSON CHAVES DE SOUZA
TITULAR: LAISA ALIRA SOUZA
SUPLENTE:CINARA DE OLIVEIRA FREITAS

Representantes dos Usuários:
Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus
TITULAR: JOAB ELOI DO NASCIMENTO SUPLENTE: JOSÉ ELOI DO NASCIMENTO
Igreja Católica
TITULAR: MARIA DA PIEDADE PRAZERES DE LIMA
SUPLENTE: VIVIANE SILVA DE SOUZA
Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agricultores Rurais do Distrito Santa Fé
TITULAR: FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA NASCIMENTO
SUPLENTE: ÂNGELA MARIA DA SILVA NASCIMENTO
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Jundiá –RN
TITULAR: DIOMAR ALVES DE MELO SUPLENTE: AULENICE LEITÃO DE SOUZA
Representante do Governo Municipal
TITULAR: NATALIA DUARTE DA SILVA
SUPLENTE: ANA CRISTINA OLIVEIRA
TITULAR: ANA PAULA LIMA
SUPLENTE: LIDIANE LUCIA MEIRELES
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá-RN em 02 de abril de 2019

JOSE ARNOR DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:4EBDBEA5

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000000049/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

Na qualidade de **Prefeito Constitucional do Município** de Jundiá/RN, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, o resultado da CPL quanto aos recursos apresentados.

Considerando, finalmente que preconizado no inciso VII, do artigo 38º, da Lei Federal nº 8.666/93.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da empresa:

H & M CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 01.233.506/0001-03, saiu vencedora com o valor global de **R$ 822.431,62 (Oitocentos e vinte e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos)**.

Jundiá/RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:6C27F564

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0000000049/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

Na qualidade de **Prefeito Constitucional do Município** de Jundiá/RN, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando, os atos praticados pelo Presidente da CPL, conjuntamente com os Membros, inclusive a expedição do ato do resultado de licitação.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso VII, do artigo 38º, da Lei Federal nº 8.666/93.

HOMOLOGO o presente procedimento em favor da empresa:

H & M CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 01.233.506/0001-03, saiu vencedora com o valor global de **R$ 822.431,62 (Oitocentos e vinte e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos)**.

Jundiá/RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:42AD84B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
***EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2019**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes à **pavimentação em paralelepípedo com drenagem superficial da Rua Projetada 01 do Município de Jundiá/RN**, em conformidade com o Projeto Básico, Memoriais Descritivos, Planilhas e demais anexos deste Edital.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN.
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADO: CONSTRUPAV EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 30.251.160/0001-74
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 198.939,76 (Cento e noventa e oito mil novecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos).
ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2019
BASE LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 26 de abril à 31 de dezembro de 2019.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.001 – Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos; **FUNÇÃO:** 15 – URBANISMO; **SUB-FUNÇÃO:** 452 – SERVIÇOS URBANOS; **PROGRAMA:** 0001 – Programa de Gestão; **AÇÃO:** 1022 – Pavimentação, Drenagem Superficial e Recuperação de Calçamentos/Ruas; **NATUREZA:** 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES; **FONTE DE RECURSO:** 15100000 – Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União; 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 26 de abril de 2019.

Assinam pelas partes:

PELO CONTRATANTE: José Arnor da Silva
PELO CONTRATADO: João Vitor de Souza Torres Cabral

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:CE7A8DA3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL N° 002/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal nº 282/2015

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Lagoa D'anta/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal n° 282/2015 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

ADEILSON RODRIGUES DA SILVA
ANDRÉ FELIPE DA CRUZ RIBEIRO
GEANILDO DE OLIVEIRA RODRIGUES
IZEME PEREIRA DA SILVA SANTOS
JOSEMILDO ROMUALDO DE MEDEIROS
MARIA APARECIDA MENDES
MARIA DA LUZ FLORENTINO
RAYSSA CARLA ALMEIDA PADILHA
RENATO CANDIDO DE MORAIS

VALQUÍRIA FREIRE DA SILVA

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07/05/2019 à 13/05/2019 de Maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua da Matriz, no horário das 07:00 às 13:00hs.

Nome do Município/RN, 06 de maio de 2019.

Comissão Eleitoral

_____
LUCIEL PEREIRA DOS SANTOS

_____
JAIANA LORENNA LAURENTINO VIDAL

_____
CRITÓVAN LUIZ CAMPOS

_____
MARIA NÚBIA DE ASSIS CRUZ

_____
DORGIVAL MAGALHÃES DA SILVA

_____
LUCINETE MONTEIRO FREIRE

Publicado por:
Sanderson Felipe Laurentino dos Santos
Código Identificador:12B3D612

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2019

PROCESSO Nº 1704201901/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
CNPJ: 12.985.726/0001-00
CONTRATADO(A): LOISA ROSANA SILVA
CPF: 123.420.554-80
OBJETO: Contratação de profissional na prestação de serviços para realização de oficinas de culinária e gastronomia com crianças, adolescentes e idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, neste município de Lagoa de Velhos/RN, por um período de 08 meses no exercício de 2019.
VALOR TOTAL: R$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019. Exercício 2019 **Unidade:** 0802 – Fundo Municipal de Assistência Social; **Atividade:** 08.244.0038.2054 – Piso Básico Variável –PBV (SCFV); **Classificação Econômica:** 3.3.90.36.00 – Outros Serv. Terceiros- PF; **Fonte:** 311 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

FUNDAMENTO LEGAL: de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

Lagoa de Velhos/RN, 22 de abril de 2019

SÔNIA MARIA DE SOUZA RIBEIRO
Gestora do Fundo Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:21ED7537

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Lagoa de Velhos publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
1 – FRANCISCO MACIEL DA COSTA
2 - MARIA GIESI DA SILVA BARROS
3 – VANESSA SILVA COSTA
4 – VERONICA APARECIDA DA SILVA DIAS
5 – JOSÉ IVONALDO PEREIRA
6 – EDMILSON RAFAEL DE ANDRADE
7 – PATRÍCIA DE OLIVEIRA
8 – VALDERI DAMASCENA BEZERRA
9 – BEATRIZ SANTOS DA SILVA
10 – FIAMA SOUZA DA SILVA
11 – JOSÉ ERIVAN DA SILVA LIRA
12 – JAÉCIO HEITOR DE LIMA BEZERRA
13 – JOÃO PAULO LOTÉRIO FERNANDES
14 – KLEBER MANOEL DA SILVA
15 – JORDAN FRANCISCO DA SILVA
16 – JOSÉ LADINELSON DA SILVA
17 – WESLY FIRME DE CARVALHO GOMES
18 – SAMANTHA ÍNGRID DA SILVA LIMA
19 – EWERTON DOS SANTOS ARAÚJO

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 227/2002 e Resolução nº 02/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua DERSON ORTIZ n º 588, no horário das 08 às 11 horas.

Lagoa de Velhos, 06 de maio de 2019.

JOÃO MARIA DAMASCENA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:56D64786

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 192/2019 - GP ERRO FORMAL

Portaria nº 192/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 03 de maio de 2019.

"Concede Férias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas na Lei Municipal 600/2017 de 22 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **LUCIANO SILVA SANTOS,** matrícula nº: **1643 Prefeito Municipal** de Lagoa Nova/RN, em conformidade com a Lei Municipal 600/2017, que dispõe sobre a concessão de férias e 13º salário ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e Secretários do Município de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de férias referencia ano **2017/2018,** com período de gozo divididos em dois períodos, sendo o primeiro período

de 13 de maio de 2019 a 19 de maio de 2019, interrompendo este primeiro período excepcionalmente no dia **20 de maio de 2019,** devendo retomar a gozo de férias do dia 21 de maio de 2019 a 28 de maio de 2019, e o segundo período de 23 de setembro de 2019 a 07 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação revogando disposições contrárias.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

RONIERY SULAMITA ACIOLE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:076D20E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0194/2019 - GP

Portaria nº 0194/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 06 de maio de 2019.

"Concede diárias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 544/2018, de 07 de novembro de 2018.
.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária com valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), conforme valor unitário para Natal/RN (Capital do Estado) de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas da Sra. **SUÉLLEN DÁVILA DE SOUTO RODRIGUES**, Matricula nº **3227**, Cargo de Subcoordenadora da Assistência Social, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Em viagem a Natal/RN, para participação da aula inaugural do Programa Nacional Capacita SUAS, cujo o tema: " A conjuntura Brasileira e os Desafios para Efetivação do SUAS e para a Capacitação Permanente dos Trabalhadores". No dia 07 de maio de 2019 as 09h na Escola do Governo- Centro Administrativo do Estado - BR 101, Km 0 - Bairro Lagoa Nova - CEP 59064-390 - Natal / RN

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:C39BC917

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0195/2019 - GP

Portaria nº 0195/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 06 de maio de 2019.

"Concede diárias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 544/2018, de 07 de novembro de 2018.
.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária com valor a ser pago de R$ 50,00 (cinquenta reais), conforme valor unitário para Natal/RN (Capital do Estado) de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas da Sra. **LUCIANA FIRMINA DA SILVA MATOS**, Matricula nº **008**, Cargo de Coordenadora do Centro Referência de Assistência Social - CRAS, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Em viagem a Natal/RN, para participação da aula inaugural do Programa Nacional Capacita SUAS, cujo o tema: "A conjuntura Brasileira e os Desafios para Efetivação do SUAS e para a Capacitação Permanente dos Trabalhadores". No dia 07 de maio de 2019 as 09h na Escola do Governo- Centro Administrativo do Estado - BR 101, Km 0 - Bairro Lagoa Nova - CEP 59064-390 - Natal / RN

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:4411D52E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0193/2019 - GP

Portaria nº 0193/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 06 de maio de 2019.

"Altera a Portaria nº 331, de 07 de novembro de 2018, que designou servidores para integrarem a Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo, do Município de Lagoa Nova/RN."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito Constitucional do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 173/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 331, de 07 de novembro de 2018, que designou integrantes da Comissão Permanente de Licitação-CPL, do Poder Executivo do Município de Lagoa Nova/RN, responsáveis pela direção e julgamento das licitações, a qual passará a ser composta pelos seguintes servidores:

• Wallyson Alves Moreira – Presidente;
• Maria Alcijeane Feliz Pereira – membro;
• Elcilene Edineide da Silva Lima – membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:777246E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363,

CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **FRANCISCO FERNANDES DE MACÊDO**, BRASILEIRO, CASADO**, MÉDICO** - PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 119.186 - ITEP/RN, INSCRITO NO CPF SOB O Nº 130.732.814-87, DOMICILIADO NA RUA JOSÉ FERREIRA DA COSTA, 72, CENTRO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO, A PARTIR DO DIA 06 DE MAIO DE 2019, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **MÉDICO - ESF**, DECORRENTE DO **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2018**, FIRMADO EM 04 DE JUNHO DE 2018.

JUSTIFICATIVA: O PRESENTE DESLIGAMENTO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

BASE LEGAL: ARTIGOS 78, INCISO XII E 79, INCISO II DA LEI Nº. 8.666/93

LAGOA NOVA/RN, 06 DE MAIO DE 2019

RONIERY SULAMITA ACIOLE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:B07ECB16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 117/2019 – SMS

Portaria nº 117/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede diária ao servidor lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê a concessão de Diárias,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **02 (duas)** diárias no valor de **R$ 100,00 (cem reais)** cada, ao Servidor **MARLIO CLÁUZIO DA SILVA GONZAGA**, matrícula n° **3262** ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao deslocamento à cidade de FORTALEZA/CE, para o Hospital SARAH no transporte do paciente ARTHUR DANIEL ULISSES PAULINO para a continuidade do seu tratamento de saúde no dia 10/05/2019 e retorno no dia 11/05/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:F20FCE3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 118/2019 – SMS

Portaria nº 118/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **FRANCIÉLIO FERNANDES S. OLIVEIRA**, matrícula n° 1451, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3A48	Caicó/RN	03/04/2019	R$ 20,00	Paciente segue para UTI de Caicó.
QGR 6I12	Santa Cruz/RN	08/04/2019	R$ 20,00	Paciente foi encaminhado para HRM, para Santa Cruz com IDE, pós-dativo.
QGR 6I12	Natal/RN	10/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com quadro suspeito de AVEI necessitando de tomografia computadorizada e avaliação neurológica.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:57BDF73E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 119/2019 – SMS

Portaria nº 119/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS MEDEIROS**, matrícula n°178, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	02/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura na perna, para Hospital Walfredo Gurgel.
QGR 6I12	Natal/RN	02/04/2019	R$ 40,00	Remoção de paciente após alta hospitalar.
QGT 3 A48	Natal/RN	12/04/2019	R$ 20,00	Remoção de paciente após alta hospitalar.
QGT 3 A48	Natal/RN	12/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com tumor de meninges, vai para consulta no ambulatório de neurologia do Hospital Onofre Lopes.
QGT 3 A48	Natal/RN	18/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura exposta, necessitando de assistência especializada.
QGR 6I12	Natal/RN	21/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação ortopédica no Hospital Walfredo Gurgel.
QGR 6I12	Caicó/RN	22/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para realizar tomografia computadorizada no Instituto de Radiologia de Caicó.
QGT 3 A48	Santa Cruz/RN	25/04/2019	R$ 20,00	Conduzir primigesta para avaliação obstétrica em Santa Cruz/RN
QGR 6I12	Natal/RN	30/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para revisão cirúrgica em Natal/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:63E5D379

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 120/2019 – SMS

Portaria nº 120/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º- Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **ITAMAR GUIMARÃES DOMINGOS**, matrícula n°780, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	01/04/2019	R$ 40,00	Fazer paciente para consulta em HUOL.
QGR 6I12	Natal/RN	05/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para consulta com cirurgião em Hospital Luiz Antônio – Natal.
QGT 3 A48	Natal/RN	06/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação ortopédica no hospital Walfredo Gurgel.
QGR 6I12	Caicó/RN	12/04/2019	R$ 20,00	Revisão do carro FIORINO, na AUTOBRAZCOM.DEVEICULOS LTDA em Caicó/RN.
QGT 3 A48	Natal/RN	20/04/2019	R$ 40,00	Pegar paciente após alta hospitalar.
QGT 3 A48	Caicó/RN	22/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para realizar exame tomográfico de crânio.
QGT 3 A48	Santa Cruz/RN	30/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para avaliação obstétrica em Santa Cruz/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:A31BE904

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121/2019 – SMS

Portaria nº 121/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **SYLVIO JUSSYÊ RIBEIRO D. DA SILVA**, matrícula n° 1516, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3 A48	Caicó/RN	05/04/2019	R$ 20,00	Paciente segue para tomografia em Caicó/RN.
QGR 6I12	Natal/RN	15/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para internação em Hospital especializado.
QGR 6I12	Natal/RN	16/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura em patela, segue para avaliação ortopédica.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:0C6B6FCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 122/2019 – SMS

Portaria nº 122/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **JOSAILTON RAIMUNDO COSTA**, matrícula n° 3259, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	07/04/2019	R$ 40,00	Paciente segue para avaliação pediátrica em hospital de referência.
QGR 6I12	Natal/RN	11/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente que estava internada em Hospital de Currais Novos, para realizar cateterismo no Hospital do Coração em Natal.
QGR 6I12	Natal/RN	17/04/2019	R$ 40,00	Paciente vem após alta hospitalar.
QGR 6I12	Natal/RN	25/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação com neurologista no HUOL.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:3E3C9955

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 123/2019 – SMS

Portaria nº 123/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **ADRIMÁRIO DIÓGENES L. GUIMARÃES**, matrícula n° 821, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	04/04/2019	R$ 40,00	Paciente com quadro de dengue, tendo alteração importante em hemograma, encaminhado para hospital de pediatria.
QGR 6I12	Natal/RN	09/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente vítima de queda de moto, para avaliação com poli trauma.
QGT 3A48	Natal/RN	11/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação com cirurgião vascular.
QGT 3A48	Natal/RN	16/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente ferido por cão, para avaliação do cirurgião plástico.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:54C82E58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 124/2019 – SMS

Portaria nº 124/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) ao Servidor **JOSÉ MARIANO DE MEDEIROS**, matrícula n°191, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3A48	Natal/RN	04/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação neurológica.
QGT 3A48	Natal/RN	14/04/2019	R$ 40,00	Remoção de paciente com alta hospitalar no Deoclécio Marques.
QGR 3I12	Natal/RN	19/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente, vítima de queda de própria altura para avaliação ortopédica.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:5EAFD64C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 125/2019 – SMS

Portaria nº 125/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) o Servidor **AURICÉLIO ROBERTO DO NASCIMENTO**, matrícula n° 1899, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Santa Cruz/RN	08/04/2019	R$ 20,00	Paciente foi encaminhado do HRM, para Santa Cruz com IDE, pós-dativo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:4A5B7983

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 126/2019 – SMS

Portaria nº 126/2019 – SMS
Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **MARIA DIVA FAGUNDES DOS SANTOS**, matrícula n° 3304, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	01/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para consulta no HUOL.
QGR 6I12	Natal/RN	02/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura na perna, para Hospital Walfredo Gurgel.
QGT 3A48	Natal/RN	04/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação neurológica.
QGR 6I12	Natal/RN	05/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para consulta com cirurgião em Hospital Luiz Antônio - Natal.
QGR 6I12	Natal/RN	16/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura em patela, segue para avaliação ortopédica.
QGT 3A48	Natal/RN	16/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente ferido por cão, para avaliação do cirurgião plástico.
QGR 6I12	Natal/RN	21/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação ortopédica no Hospital Walfredo Gurgel.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:F1178034

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2019 – SMS

Portaria nº 127/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **VALDILENE BARROS DE MACÊDO**, matrícula n° 3253, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3A48	Caicó/RN	05/04/2019	R$ 20,00	Paciente segue para tomografia em Caicó/RN.
QGR 6I12	Natal/RN	09/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente vítima de queda de moto, para avaliação com poli trauma.
QGR 6I12	Natal/RN	15/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para internação em Hospital especializado.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:41A5D863

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 128/2019 – SMS

Portaria nº 128/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **MARINÊS AMBRÓSIO DE ARAÚJO**, matrícula n° 3364, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	04/04/2019	R$ 40,00	Paciente com quadro de dengue, tendo alteração importante em hemograma, encaminhado para hospital de pediatria.
QGR 6I12	Natal/RN	07/04/2019	R$ 40,00	Paciente segue para avaliação pediátrica em hospital de referência.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:D69D45B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 129/2019 – SMS

Portaria nº 129/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **MARIA JOSÉ MARTINIANO DIAS**, matrícula n° 3305, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3 A48	Natal/RN	06/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação no hospital Walfredo Gurgel.
QGR 6I12	Natal/RN	10/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com quadro suspeito de AVEI necessitando de tomografia computadorizada e avaliação da neurologia.
QGR 6I12	Natal/RN	19/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente, vítima de queda de própria altura para avaliação ortopédica.
QGR 6I12	Caicó/RN	22/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para realizar tomografia computadorizada no Instituto de Radiologia de Caicó.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:0D31EB7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 130/2019 – SMS

Portaria nº 130/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **RITA DE CÁSSIA D. F. MEDEIROS**, matrícula n° 130, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3 A48	Santa Cruz/RN	30/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para avaliação obstétrica em Santa Cruz/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:D2825B22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 131/2019 – SMS

Portaria nº 131/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **MARIA VERÔNICA DA SILVA**, matrícula n° 0138, ocupante do cargo de

AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3A48	Caicó/RN	22/04/2019	R$ 20,00	Conduzir paciente para realizar exame de tomografia de crânio.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:E17337BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 132/2019 – SMS

Portaria nº 132/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **SERÁFIA ALDA M. SOUZA**, matrícula n° 3243, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGR 6I12	Natal/RN	11/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente que estava internada em Hospital de Currais novos, para realizar cateterismo no Hospital do Coração em Natal.
QGT 3A48	Natal/RN	18/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente com fratura exposta, necessitando de assistência especializada.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:25D2A613

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 133/2019 – SMS

Portaria nº 133/2019 – SMS Lagoa Nova/RN, 06 de Maio de 2019.

"Concede indenização (reembolso) ao servidor lotado no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, nos termos disposto no Art. 10 do Decreto Municipal nº 544/2018, o que se especifica e da outras providencias."

O Secretário Municipal de Saúde do município de Lagoa Nova/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria n° 309/2018 de 16/10/2018 e pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto no Art. 10 do Decreto Municipal n° 544/2018, o qual prevê indenização (reembolso) ao deslocamento inesperado realizado por servidor do Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho,

Resolve:

Art. 1º - Conceder indenização (reembolso) a Servidora **MARIA LURDISMAR APRÍGIO**, matrícula n° 3251, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Maternidade Garibaldi Alves Filho, referente ao deslocamento de forma inesperada e/ou imprevisível da seguinte forma:

Veículo/Placa	Destino	Data	Valor Indenizatório	Justificativa
QGT 3A48	Natal/RN	11/04/2019	R$ 40,00	Conduzir paciente para avaliação com cirurgião vascular.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:A76292D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2019 – SMADMRH

Portaria nº 032/2019 – SMADMRH Lagoa Nova / RN, 06 de maio de 2019.

"Concede Férias aos Funcionários do Município de Lagoa Nova/RN".

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue na tabela abaixo os servidores que irão gozar férias no período de maio de 2019.

MAT.	NOME	CARGO	SECRETARIA DE LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
N° 1454	Edmilson da Costa França	ASG	Secretaria Municipal de Agricultura	04/05/2018 a 03/05/2019	06.05.2019 a 04.06.2019
N° 1443	Paulyana Pryscilla de Melo Freire	Cirurgiã Dentista	Secretaria Municipal de Saúde	04/05/2018 a 03/05/2019	06.05.2019 a 04.06.2019
N° 1433	Wellison Pereira de Araújo	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	04/05/2018 a 03/05/2019	06.05.2019 a 04.06.2019

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

RONIERY SULAMITA ACIOLE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:5A493E41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

ADJUDICAÇÃO:
Para que a HOMOLOGAÇÃO procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta na, presente Tomada de Preços, efetuamos a ADJUDICAÇÃO ao licitante: **D´LEON COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP -** CNPJ/MF sob nº. 24.295.246/0001-04, estabelecida à Rua Sub Oficial Farias, 372, Monte Castelo, Parnamirim/RN, por apresentar a proposta menor ao valor estimado do Edital Tomada de Preços n° 001/2019 com o valor de **R$ 484.201,93 (Quatrocentos e oitenta e quatro mil duzentos e um reais e noventa e três centavos)**, do objeto da Tomada de Preços N° 001/2019, o que tem por finalidade Obras e serviços de Engenharia de Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de melhorias sanitárias domiciliares em residências no Município de Lagoa Salgada/RN. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Lagoa Salgada/RN, 06 de maio de 2019.

OSIVAN SÁVIO NASCIMENTO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:976DF80A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

HOMOLOGAÇÃO:
HOMOLOGO pelo presente procedimento de licitação realizado através da Tomada de Preços N° 001/2019, uma vez que, de acordo com os instrumentos ora apresentados no presente processo e no parecer da Comissão de Licitação, tudo transcorreu dentro da legalidade e nos preceitos da Lei N° 8.666/93 e suas demais alterações, e como não há qualquer recurso pendente, hei por bem HOMOLOGAR o presente procedimento.
Assim, nos termos da Legislação vigente, fica o presente processo HOMOLOGADO.

Lagoa Salgada/RN, 06 de maio de 2019.

OSIVAN SÁVIO NASCIMENTO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:D3ECC78B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 116/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **Pedro Joventino Alves**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Comunicação, e Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil, matrícula 1457, **1/2 (meia)**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), com o objetivo de **Participar da Reunião da Defesa Civil sobre o Plano de Contingência**, em Natal/RN, no dia 29 de Abril de 2019.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:0A0B136F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 117/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **João Maria Salviano de Oliveira**, ocupante do Cargo de Motorista, matrícula 1434, **½ (meia diária)**, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), com o objetivo de acompanhar os servidores que irão participar de uma **Reunião no INCRA,** no dia 29 de Abril de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:1FD16EB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 118/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Maria Bernadete Morais de Souza**, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula 1450, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), com o objetivo de tratar de assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, em Natal/RN, no dia 29 de Abril de 2019.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:0A1CDC00

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 119/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Maria Eliana Dantas dos Santos**, ocupante do cargo de Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, matrícula 1601, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), com o objetivo de participar de uma capacitação de solicitação de vistoria e de perdas do Garantia Safra 2018/2019, em Assú/RN, no dia 26 de Abril de 2019.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:873995B8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 120/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **Raimundo Denilson Barbosa**, ocupante do Cargo de Viveirista, matrícula 1351, **½ (meia diária)**, no valor de R$ 70,00 (setenta reais), com o objetivo de participar de uma **Reunião no INCRA,** no dia 29 de Abril de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:6B2E0452

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 121/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Mara Fabiane Medeiros de Lima**, ocupante do Cargo de Coordenadora de Desenvolvimento Rural, matrícula 1351, **½ (meia diária)**, no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), com o objetivo de participar de uma **Reunião no INCRA,** no dia 29 de Abril de 2019, em Natal/RN
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:C203013F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 061/2019 - GP

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 061/2019 - GP

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR - os membros abaixo relacionados, para compor a Comissão de **SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** para contratação temporária de excepcional interesse público de contratação de PSICOPEDAGÓGO para composição da equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO:
Vércia Natália Avelino da Silva;
Francisca Irene Martins Gomes;
Juliane Kelly Figueiredo Freitas.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:8F9633F8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2019 - N° 1595/2019

Processo nº 1595/2019
Interessado: Secretaria Municipal de Administração
Assunto:**Pagamento de Inscrição de Curso**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN
CONTRATADO:**RN CONSULTORIA, ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO E PROJETOS EIRELLI**

OBJETO: Pagamento de 03 (três) inscrições no curso "eSocial na Administração pública e suas Empresas - Estratégia para Implantação Funcionamento e Procedimentos", para os servidores: Rauan Hiago da Silva -Subsecretário de Pessoal e RH, Maria da Conceição de Lima – Coordenadora de Pessoal e RH, e Orlando Palhares da Silva – Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, o evento ocorrerá em Naral, nos dias 07 e 08 de Maio de 2019.
BASE LEGAL: artigo 25,*caput*da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações,
Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor: R$ 3.000,00 (três mil reais).

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:E5F26DB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO - EDITAL Nº 002/2019

O MUNICÍPIO DE LAJES – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, representado pelo senhor Prefeito **JOSÉ MARQUES FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, torna pública a abertura de Processo Seletivo Simplificado para fins de seleção de PSICOPEDAGOGO em eventual necessidade de contratação por tempo determinado, cujos critérios serão regidos pelas normas constantes neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido por este edital, coordenado por uma Comissão de Seleção e Avaliação, instituída e nomeada através da Portaria Municipal nº. 061/2019 - GP.
1.2. O processo seletivo simplificado visa contratação, para necessidade temporária de excepcional interesse público de contratação de PSICOPEDAGOGO para composição da equipe multiprofissional desta secretaria.
1.3. A seleção para composição da equipe multiprofissional de que trata este edital será realizada mediante avaliação curricular, experiência comprovada para a função concorrida e entrevista.
1.4. Os pré-requisitos para contratação, carga horária, descrição sumária das atividades e remuneração encontra-se descritos no quadro abaixo:

QUADRO I

Vaga (s)	Função	Descrição Sumária das atividades	Pré-requisitos	Carga Horária	Remuneração
01	Psicopedagogo	Realizar atendimento à alunos com dificuldades de aprendizagem, junto a equipe multiprofissional	Graduação em pedagogia e pós-graduação em psicopedagogia	30hs	R$ 1.800,00

1.5. Para a comprovação dos pré-requisitos, com referência à capacitação profissional, como também de cursos de específicos, o candidato deverá apresentar cópia dos respectivos certificados à comprovação.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.
2.1 Certificado de Graduação em pedagogia e pós-graduação e psicopedagogia
2.2.Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;
2.3.Estar em dia com as obrigações eleitorais;
2.4. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
2.5. Apresentar, além dos documentos necessários para à comprovação da qualificação, cópia da Carteira de Identidade, cópia do CPF e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
2.6. No ato da entrega do currículo não serão verificados os comprovantes das condições da participação. No entanto, o candidato que não as satisfizer será eliminado do processo seletivo simplificado.
2.7. Cumprir as determinações deste edital.

3. DA INSCRIÇÃO.
3.1.A inscrição deverá ser efetuada, durante os dias 09 e 10 de maio de 2019, das 08:00 às 12h, por meio da entrega do currículo*vitae* atualizado, conforme modelo constante no ANEXO II e ficha de inscrição padronizada, conforme modelo constante do ANEXO I, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Avenida José Edson Martins, 08, Lajes/RN.
3.1.1 É IMPRESCINDÍVEL O PREENCHIMENTO DO CURRÍCULO*VITAE*,CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO II.
3.1.2. As inscrições deverão ser feitas pelo próprio candidato ou por procuração simples com firma reconhecida em cartório.
3.1.3. O Procurador deverá se identificar por meio de cédula de identidade, entregando uma fotocópia juntamente com a procuração com firma reconhecida em Cartório.
3.2. Só serão avaliados os currículos entregues no período estipulado no subitem
3.3. Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição.
3.4. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão de Seleção e Avaliação do direito de excluir do processo seletivo simplificado os currículos*vitae*que não estiverem de acordo com o modelo especificado e preenchido de forma incompleta, incorreta e/ou ilegível.
3.5. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento.

4. FASE 1 DA AVALIAÇÃO CURRICULAR.
4.1. O candidato deverá preencher o currículo padronizado e anexar as cópias dos comprovantes dos requisitos exigidos para a função concorrida, conforme descrito no quadro I;
4.2. Será eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que deixar de entregar quaisquer documentos solicitados.
4.3. Os documentos encaminhados fora dos padrões definidos neste Edital não serão analisados.
4.4- Os pontos serão apurados conforme o descrito no quadro abaixo:
4.5 - Resultados dos habilitados para a fase 2 de que trata esse edital será no dia 14 de maio de 2019.

QUADRO II

QUALIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
Exercício de atividade profissional na administração pública ou privada, em emprego/cargos/ou função a qual concorre.	05 PONTOS por cada ano completos no máximo 50,0 PONTOS.	50,0
Entrevista		50,0
Valor máximo de Pontos	50 pontos	***100,0***

5. FASE 2 DA ENTREVISTA:
5.1 O candidato habilitado na fase 1ª da analise curricular deverá comparecer na data, hora e local para a 2ª fase desse processo seletivo simplificado.
5.2 – A entrevista com os candidatos habilitados na fase 1 de que trata este edital será realizada pela comissão de análise e avaliação no dia 16 de maio de 2019.
5.3 – O local da entrevista será na sala de reuniões na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Avenida José Edson Martins, 08.
5.4 O candidato deverá comparecer as 08:30 horas e será entrevistado de acordo com a ordem de chega.

6. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO QUALIFICAÇÃO.
6.1. Para receber a pontuação relativa à experiência profissional o candidato deverá apresentar uma das seguintes opções:
a)Declaração/certidão de tempo de serviço, em papel timbrado, e, obrigatoriamente, com CNPJ da empresa, que informe o período e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas.
b)Contrato de prestação de serviços, em papel timbrado, e, obrigatoriamente, com CNPJ da empresa ou recibo de pagamento autônomo (RPA), acrescido de declaração que informe o período e a espécie dos serviços realizados, no caso de serviço prestado como autônomo.
6.2. Cada comprovante será pontuado uma única vez.

6.3. Caso a documentação apresentada não cumpra as exigências estabelecidas neste edital, os comprovantes não serão pontuados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO.
7.1. A classificação dos candidatos para o cargo de PSICOPEDAGÓGO, será feita com base na soma dos pontos obtidos na avaliação curricular e entrevista em ordem decrescente de pontuação.
7.2. No caso de empate, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:
a)Maior pontuação na experiência profissional;
b)Maior idade.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO.
8.1. O resultado final do processo seletivo simplificado para necessidade temporária de excepcional interesse público de contratação de PSICOPEDAGOGO para composição da equipe multiprofissional desta secretaria, será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn) e afixado em mural da Prefeitura e da Secretaria de Educação até o dia**20 de Maio de 2019.**

9. DOS RECURSOS.
9.1. Serão admissíveis recursos contra decisão da Comissão de Seleção quanto ao resultado final do Processo Seletivo Simplificado no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data da divulgação.
9.2. O recurso deverá ser dirigido à Presidência da Comissão de Seleção e protocolado no protocolo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
9.3. Os recursos serão julgados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e o respectivo resultado será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do RN (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn) e afixado em mural na Prefeitura Municipal.

10. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO.
10.1. A convocação para contratação obedecerá à rigorosa ordem de classificação dos candidatos, e será efetuada de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação do município.
10.2. A convocação para contratação dar-se-á por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios do RN (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn).
10.3. O candidato que no prazo de 03 (três) dias úteis não atender à convocação de que trata o item anterior será considerado como desistente e eliminado da lista de chamada do Processo Seletivo Simplificado Cadastro Reserva.
10.4. São condições para a contratação:
a) Ter sido aprovado no processo seletivo simplificado.
b) Apresentar documentação completa, conforme relação a ser divulgada por ocasião da convocação;
c) Apresentar aptidão, sem qualquer restrição, no exame médico admissional, realizado em data e local a ser definido posteriormente;
d) Não ser servidor da administração direta ou indireto da união, dos Estados, do Distrito Federal e/ou dos Municípios, nem empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações de cargos/empregos previstos na Constituição Federal.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.
11.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo simplificado no Diário Oficial dos Municípios do RN (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn).
11.2. O candidato poderá obter informações referentes ao processo seletivo simplificado na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
11.3. A aprovação do candidato no processo seletivo gera, tão somente, a expectativa de direito à contratação.
11.4. A contratação fica condicionada às condições estabelecidas no Regime Jurídico Único do Município de Lajes/RN, e Constituição Federal e nas demais cominações legais.
11.5. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Avaliação, que poderá solicitar parecer da procuradoria jurídica do município.
11.6. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste edital somente poderão ser feitas por meio de outro edital.

Lajes/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito

MARIA LEDA FERNANDES PAULO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

VERCIA NATÁLIA AVELINO DA SILVA
1º Membro - Presidente da Comissão

FRANCISCA IRENE MARTINS GOMES
2º Membro da Comissão

JULIANE KELLY FIGUEIREDO DE FREITAS
3º Membro da Comissão

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:0D234CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 006/2019 - SRP 006/2019 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNA FUNERÁRIA + TRANSLADO)

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 06 de Maio de 2019, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial N° 006/2019, a(s) empresa(s):

ALEXSANDRO RABELO TORRES - CNPJ: 26.437.189/0001-78, com valor global de R$: 81.800,00 (Oitenta e um mil e oitocentos reais).

Tudo conforme o mapa de apuração anexo ao processo para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNA FUNERÁRIA + TRANSLADO) para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Lajes/RN, tudo dentro das normas definidas no referido edital.

Lajes/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSE MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:34E61D3A

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO DO PP 006/2019 - SRP 006/2019 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNA FUNERÁRIA + TRANSLADO)

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes, datado do dia 06 de Maio de 2019, venho **ADJUDICAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial N° 006/2019, a(s) empresa(s):

ALEXSANDRO RABELO TORRES - CNPJ: 26.437.189/0001-78, com valor global de R$: 81.800,00 (Oitenta e um mil e oitocentos reais).

Para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS (URNA FUNERÁRIA + TRANSLADO) para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Lajes/RN.

Lajes/RN, em 06 de Maio de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:B9B4E0B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN, através da **Comissão Permanente de Licitação**, torna público oresultado do(a) **Pregão Presencial Nº 009/2019,** conforme descrito: objeto: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal. Empresa(s) Vencedora(s): **K. N. B. ADRIANO ME**- CNPJ: 03.059.555/0001-05 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3, 4, 16, 19, 22, 26, 43, 52, 54, 64, 69, 71, 85, 103, 106, 119, 133, 134, 143, 145, 147, 148, 149, 155, 161, 162, 163; totalizando o valor de **R$ 25.329,00 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais)**. **ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP** - CNPJ: 24.208.480/0001-49, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 5, 9, 10, 15, 18, 23, 29, 33, 38, 39, 41, 44, 46, 50, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 82, 83, 90, 109, 112, 115, 129, 131, 135, 136, 137, 139, 146, 150, 152, 156, 158; totalizando o valor de **R$ 33.992,00 (trinta e três mil, novecentos e noventa e dois reais)**. **J. I. C. DE CARVALHO – ME** - CNPJ: 09.439.791/0001-25, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 7, 14, 25, 27, 34, 37, 45, 47, 70, 78, 79, 86, 104, 108, 124, 138, 141, 142, 144; totalizando o valor de **R$ 56.700,80 (cinquenta e seis mil, setecentos reais e oitenta centavos)**.
RADIANY F MALHEIRO ME - CNPJ: 21.565.342/0001-29, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 6, 11, 12, 13, 17, 20, 21, 28, 31, 32, 35, 48, 49, 51, 55, 65, 68, 72, 80, 81, 84, 92, 93, 94, 95, 97, 105, 110, 117, 118, 125, 126, 127, 130, 140, 153, 154, 157, 159, 160, 165; totalizando o valor de **R$ 51.239,50 (cinquenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)**. **MASTER COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI** - CNPJ: 30.659.723/0001-68, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 24, 36, 42, 56, 57, 58, 74, 75, 76, 77, 99, 123, 151; totalizando o valor de **R$ 22.973,50 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**. **RAMON F. DE OLIVEIRA** - CNPJ: 32.759.332/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 8, 30, 91, 96, 98, 107, 111, 113, 114, 116, 120, 121, 122, 128, 132 ; totalizando o valor de **R$ 22.953,10 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos)**.

Sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN, em, 03 de maio de 2019.

O Pregoeiro.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:AB17E103

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores da Pregão Presencialnº 009/2019, realizada em 26/04/2019, a saber: Objeto: **Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal. K. N. B. ADRIANO ME** - CNPJ: 03.059.555/0001-05, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3, 4, 16, 19, 22, 26, 43, 52, 54, 64, 69, 71, 85, 103, 106, 119, 133, 134, 143, 145, 147, 148, 149, 155, 161, 162, 163; totalizando o valor de **R$ 25.329,00 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais)**. **ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP** - CNPJ: 24.208.480/0001-49, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 5, 9, 10, 15, 18, 23, 29, 33, 38, 39, 41, 44, 46, 50, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 82, 83, 90, 109, 112, 115, 129, 131, 135, 136, 137, 139, 146, 150, 152, 156, 158; totalizando o valor de **R$ 33.992,00 (trinta e três mil, novecentos e noventa e dois reais)**. **J. I. C. DE CARVALHO – ME** - CNPJ: 09.439.791/0001-25, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 7, 14, 25, 27, 34, 37, 45, 47, 70, 78, 79, 86, 104, 108, 124, 138, 141, 142, 144; totalizando o valor de **R$ 56.700,80 (cinquenta e seis mil, setecentos reais e oitenta centavos)**. **RADIANY F MALHEIRO ME** - CNPJ: 21.565.342/0001-29, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 6, 11, 12, 13, 17, 20, 21, 28, 31, 32, 35, 48, 49, 51, 55, 65, 68, 72, 80, 81, 84, 92, 93, 94, 95, 97, 105, 110, 117, 118, 125, 126, 127, 130, 140, 153, 154, 157, 159, 160, 165; totalizando o valor de **R$ 51.239,50 (cinquenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)**. **MASTER COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI** - CNPJ: 30.659.723/0001-68, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 24, 36, 42, 56, 57, 58, 74, 75, 76, 77, 99, 123, 151; totalizando o valor de **R$ 22.973,50 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**. **RAMON F. DE OLIVEIRA** - CNPJ: 32.759.332/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 8, 30, 91, 96, 98, 107, 111, 113, 114, 116, 120, 121, 122, 128, 132; totalizando o valor de **R$ 22.953,10 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos)**.

Lajes Pintadas/RN, em 03 de maio de 2019

CARLOS ANTÔNIO DE PONTES
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:EE8006D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 009/2019 com início 15 de abril de 2019, realizada em 26 de abril de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir: **K. N. B. ADRIANO ME** - CNPJ: 03.059.555/0001-05, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3, 4, 16, 19, 22, 26, 43, 52, 54, 64, 69, 71, 85, 103, 106, 119, 133, 134, 143, 145, 147, 148, 149, 155, 161, 162, 163; totalizando o valor de **R$ 25.329,00 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais)**. **ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP** - CNPJ: 24.208.480/0001-49, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 5, 9, 10, 15, 18, 23, 29, 33, 38, 39, 41, 44, 46, 50, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 82, 83, 90, 109, 112, 115, 129, 131, 135, 136, 137, 139, 146, 150, 152, 156, 158; totalizando o valor de **R$ 33.992,00 (trinta e três mil, novecentos e noventa e dois reais)**. **J. I. C. DE CARVALHO – ME** - CNPJ: 09.439.791/0001-25, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 7, 14, 25, 27, 34, 37, 45, 47, 70, 78, 79, 86, 104, 108, 124, 138, 141, 142, 144; totalizando o valor de **R$ 56.700,80 (cinquenta e seis mil, setecentos reais e oitenta centavos)**. **RADIANY F MALHEIRO ME** - CNPJ: 21.565.342/0001-29, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 6, 11, 12, 13, 17, 20, 21, 28, 31, 32, 35, 48, 49, 51, 55, 65, 68, 72, 80, 81, 84, 92, 93, 94, 95, 97, 105, 110, 117, 118, 125, 126, 127, 130, 140, 153, 154, 157, 159, 160, 165; totalizando o valor de **R$ 51.239,50**

(cinquenta e um mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). **MASTER COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI** - CNPJ: 30.659.723/0001-68, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 24, 36, 42, 56, 57, 58, 74, 75, 76, 77, 99, 123, 151; totalizando o valor de **R$ 22.973,50 (vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)**. **RAMON F. DE OLIVEIRA** - CNPJ: 32.759.332/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 8, 30, 91, 96, 98, 107, 111, 113, 114, 116, 120, 121, 122, 128, 132; totalizando o valor de **R$ 22.953,10 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos)**.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ANTÔNIA FERREIRA LIMA FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:D3678F19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA

PORTARIA Nº 35/2019. Lajes Pintadas/RN, 06 de maio de 2019.

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A prefeitura do Município de Lajes Pintadas/RN, no uso de suas atribuições legais de conformidade com os Artigos do *Decreto Municipal Nº 0027/2014, de 10/02/2014.*

Resolve:
1 – Conceder 01 (uma) diária sem pernoite ao Sr. JUCELE MARIA GOMES ROCHA DE MORAIS, servidor deste município, no valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), custear despesas com alimentação e deslocamento urbano na cidade de Natal/RN, para participar de Aula Magna do "CapacitaSUAS", na Escola de Governo – Centro Administrativo, no dia 07 de maio de 2019.
2 – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Publique-se Registre-se Cumpra-se

MARCOS ANTONIO DANTAS GOMES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fábio José de Araújo Silva
Código Identificador:C6ACA45A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E APOIO COMUNITÁRIO
EDITAL Nº 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUCRÉCIA RN
EDITAL Nº 02/2019
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES
A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 02/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Lucrécia RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
1. ALINE PEREIRA DA SILVA
2. ANA MIRELI DA SILVA
3. CLEBERSON DANTAS DA SILVA
4. ELIZANGELA FERREIRA DA SILVA
5. JÉSSICA MORAIS DA SILVA
6. JESSILMA MARIA SILVA
7. JUSCELINO EDUARDO DE CARVALHO E SILVA
8. MARIA DE FÁTIMA CÂNDIDO DA SILVA
9. MARIA DE FÁTIMA LIMA DE MORAIS
10. MÁRCIA MARIA LEITE
11. MARTA SAMARA PAULO DIAS
12. MICHAEL BENTO DE ALENCAR
13. MISLENE ALVES DA COSTA
14. NOÊMIA PATRÍCIA DE OLIVEIRA
15. RACHEL AMARAL DA SILVA
16. THAISA GABRIELLA DA COSTA
17. WALLACE DA SILVA SOARES

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 594/2017 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Avenida Luiz Solano, nº 245, no horário das 14:00 às 17:00 horas.

Lucrécia, 06 de maio de 2019.

MARGARIDA MARIA DE QUEIROZ ALVES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:F1239864

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 344/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) a Servidora **Maria do Socorro Araújo Cunha**, CPF nº 018.482.454-08, RG 957.122 ITEP/RN, Matrícula 120410-6, **Secretária Municipal de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante sua permanência em Natal/RN, neste dia 06 de maio de 2019, resolver assuntos na SESAP e Hospitais Estaduais, referente à transferência de paciente hospitalizado.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 06 de maio de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:7FFE0ABF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 345/2019 – PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ao Servidor **Thompson de Oliveira**, CPF nº 178.480.768-06, RG 2.783.757 ITEP/RN, Matrícula 120414-9, ocupante do cargo de**Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas com alimentação durante sua permanência em Natal/RN, neste dia 06 de

maio de 2019, realizar o transporte de paciente para consulta na HAPVIDA.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia – RN, 06 de maio de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:E41CB473

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES

GABINETE DO PREFEITA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 2019.01.21.005.01

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2019.01.21.005.01, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN e a empresa F R DA SILVA LIMA EIRELI ME, através de adesão a ata de Registro de Preços nº 2019.01.21.005.01, decorrente do Pregão Presencial nº 2019.01.21.005RP, realizado pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para eventual fornecimento fracionado de "armação para óculos e lentes de uso oftalmológico", a fim de atender demanda específica da administração municipal de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2019/2020. A publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 2010 de 03 de Maio de 2019, site www.femurn.org.br e no Jornal Oficial da Prefeitura Municipal de Luís Gomes, edição nº 1.145, também do dia 03 de maio de 2019, site www.luisgomesrn.gov.br. A Comissão de Licitação esclarece aos interessados que no Extrato do Contrato Publicado:

ONDE SE LÊ:

ASSINANTES:
Thales André Fernandes - CONTRATANTE
Cynthia Kelly Medeiros Dantas – CONTRATADA

LEIA-SE:

ASSINANTES:
Mariana Mafaldo de Paiva Fernandes - CONTRATANTE
Cynthia Kelly Medeiros Dantas – CONTRATADA

Luís Gomes/RN, 06 de Maio de 2019.

LINDONJONHSON DA SILVEIRA BATISTA
Pregoeiro – Portaria nº 006/2019

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:262BFE41

GABINETE DO PREFEITA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 2019.01.21.005.02

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO REFERENTE AO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2019.01.21.005.02, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN e a empresa A M D PEREIRA ME, através de adesão a ata de Registro de Preços nº 2019.01.21.005.01, decorrente do Pregão Presencial nº 2019.01.21.005RP, realizado pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para eventual fornecimento fracionado de "armação para óculos e lentes de uso oftalmológico", a fim de atender demanda específica da administração municipal de Luís Gomes/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2019/2020. A publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, edição nº 2010 de 03 de Maio de 2019, site www.femurn.org.br e no Jornal Oficial da Prefeitura Municipal de Luís Gomes, edição nº 1.145, também do dia 03 de maio de 2019, site www.luisgomesrn.gov.br. A Comissão de Licitação esclarece aos interessados que no Extrato do Contrato Publicado:

ONDE SE LÊ:

ASSINANTES:
Thales André Fernandes - CONTRATANTE
Alfredo Márcio Dantas Pereira – CONTRATADA

LEIA-SE:

ASSINANTES:
Mariana Mafaldo de Paiva Fernandes - CONTRATANTE
Alfredo Márcio Dantas Pereira – CONTRATADA

Luís Gomes/RN, 06 de Maio de 2019.

LINDONJONHSON DA SILVEIRA BATISTA
Pregoeiro – Portaria nº 006/2019

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:24EDDAC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 09/2019

PORTARIA Nº 09/2019 06 de Maio de 2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI.
RESOLVE:
Art. 1º- Conceder 15 (quinze) dias de Férias a servidora **Zilmar Galdino da Rocha,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de coordenadora pedagógica, referente ao período aquisitivo de 2019, no período compreendido entre 06 a 20 de maio de 2019.
Art.2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, cumpra-se

Marcelino Vieira- RN, 06 de maio de 2019.

NORMA LUCIA DIÓGENES ALVARENGA
Secretária Municipal de Educação
Portaria 0032017

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:B02CBE75

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2019

PORTARIA Nº 073/2019

O PREFEITO MUNCNIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02(dois) anos de Licença sem remuneração para tratar de interesse particular ao servidor **Wandison Teixeira de Almeida**, conforme Art. 105 da Lei nº 036-A/96 de 22 de outubro de 1996 (Regime Jurídico Único),

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 03 de maio de 2019;

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:5987F972

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2019

PORTARIA Nº 074/2019

Determina Viagem e concede diária a Secretária Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Kerles Jácome Sarmento, Prefeito do município de Marcelino Vieira-RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do município;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora, **Arli Débora Pereira Paiva**, Secretária Municipal de Assistência Social, empreenda viagem a Natal-RN, a serviço deste município, a fim de participar da AULA MAGNA que dará inicio aos Cursos do Programa Nacional de capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CAPACITASUAS), que acontecerá no dia 07 de maio de 2019;

Art.2º – Fica determinado que a Secretaria Municipal da Fazenda libere 01(Uma) diária no valor unitário de R$ 200,00(Duzentos Reais), para fins de custeio com alimentação, hospedagem e locomoção urbana;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 06 de maio de 2019.

KERLES JÁCOME SARMENTO
Prefeito

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:27CD3909

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
EDITAL Nº 02/2019

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Marcelino Vieira – RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 004/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 153/2005 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 – Elizoelma Costa Dias
02 – Maria Gilsicleide Fernandes
03 – Maria Francisca de Souza Soares
04 – Maria Patricia Fernandes
05 – Joana Darc Pontes Silva
06 – Maria Jailza de Oliveira
07 – Francisca Elizângela Fontes da Silva
08 – Elizama Cibelly Batista Pontes
09 – Francisca Sárdia do Céu Costa
10 – Maria José Cosmo da Conceição
11 – Francisco Everaldo de Oliveira Aquino
12 – Raimundo Cleildon da Silva
13 – Amanda Cristina Fernandes
14 – Francisco Ewverton Fernandes
15 – Josefa Francisca Cleia de Paulo Fontes
16 – Janaécia Martins da Silveira
17 – Francisca Meires Fernandes de Queiros Costa
18 – Ritânia Cássia Honório de Medeiros
19 – Alvaro Díogenes Vidal Alvarenga
20 – Marilia Daniela da silva
21 – Wilton Marques Leite de Souza
22 – Francisca Luciene Fernandes
23 – Maria do Socorro Morais da Silva
24 – Jeruslândia Monaria da Silva
25 – Iandra Karine da Silva Rego
26 – Elias Neto Fernandes

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Antônio Fernandes de Oliveira, nº 79, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

Marcelino Vieira – RN, 06 de Maio de 2019.

THIAGO ANANIAS SOUZA GALDINO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Vandygna Emiliana Chaves da Silva
Código Identificador:E76A9D18

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 20190401001

Fica reconhecida e ratificada a dispensa de licitação da despesa abaixo especificada, em observância ao art. 24, II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, conforme art. 38, VI, do referido diploma legal.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em iluminação cênica para evento cultural e religioso da Encenação da Paixão de Cristo e Festividades Juninas de Maxaranguape 2019.

CONTRATADO: DIEGO FELIPE DE MORAIS 08957981403 (REIS ILUMINAÇÕES)
CNPJ: 30.267.403/0001-62
VALOR: R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

Maxaranguape/RN, em 17 de abril 2018.

Reconhecimento e Ratificação:

LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA
Prefeito

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:AF7E9EB5

GABINETE DO PREFEITO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2019

Contratante:MUNICÍPIODE MAXARANGUAPE
Contratada: JAIRO ROSA MEI, CNPJ: 15.245.149/0001-08
Objeto: O CONTRATO tem por objeto a prestação dos serviços de **borracharia para veículos pertencentes a frota da prefeitura municipal de Maxaranguape**.
Dotação:
ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE: 0206- Sec. Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0003.2.006 – Manutenção da Sec. Mun. de Infraestrutura e Mob. Urbana
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE: 10010000 – Recursos Ordinários
ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE: 0205- Sec. Mun. de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE: 10 301 0003 2.039 – Manutenção da Sec. Municipal de Saúde
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE: 10010000 – Recursos Ordinários
ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE: 0207- Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes
PROJETO/ATIVIDADE: 12 361 0003 2.091 – Manut. da Sec. Mun. de Educação e Cultura
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE: 11110000 – Receitas de Impostos e de Transf. à Educação
ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE: 0204 - Sec. Mun. de Trabalho Serv. Social / Habitação
PROJETO/ATIVIDADE: 08 122 0003 2.020 – Manutenção das Ativ. da Sec. Mun. Trab. Habitação e Assistência Social
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE: 10010000 – Recursos Ordinários
ÓRGÃO: 02 – Poder Executivo
UNIDADE: 0211 - Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário
PROJETO/ATIVIDADE: 0.606.0005.2.128 – Manutenção da Sec. Mun. de Desenvolvimento Agrário
ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE: 10010000 – Recursos Ordinários
Valor global: R$ **10.260,00 (dez mil, duzentos e sessenta reais)**
Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, ou seja, contado a partir de 21/05/2019, podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração.
Fundamentação: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 com as alterações posteriores e Decreto federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, art. 22.
Assinaturas: Pela Contratada, JAIRO ROSA, e Pela Contratante, LUIS EDUARDO BENTO SILVA – PREFEITO.

Publicado por:
Rivailton Maria Santana da Paschoa
Código Identificador:82DAC564

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Maxaranguape, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que está **CANCELADA** a licitação na modalidade *Pregão Presencial SRP n°. 003/2019*, processo administrativo nº. 20190103001, cujo objeto é o Registro de Preços objetivando a contratação de pessoa jurídica para cessão de direito de uso de Sistemas Integrados de Orçamento, Finanças e Contabilidade Pública, Licitação, Compras e Contratos, Diárias e Passagens Aéreas, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo Geral e Digitalização, Tributação, voltados para atender as necessidades e atividades da Prefeitura de Maxaranguape/RN e suas Secretarias, bem como a prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa dos softwares, de acordo com as alterações legais da legislação brasileira, além da migração dos dados existentes nos sistemas em produção, treinamento das novas soluções, e suporte técnico as unidades operacionais integradas do Ente. **O motivo:** em atendimento a comunicação interna da Secretaria Municipal de Administração, solicitando o cancelamento do Pregão, devido à vícios no Termo de Referência e Pesquisa Mercadológica.

Maxaranguape/RN, 06 de maio de 2019.

RIVAILTON MARIA SANTANA DA PASCHOA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:81B29B08

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EDITAL Nº 003/2019

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 03/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Messias Targino/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 003/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 578/2019 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
Luís Alex de Oliveira
Damião Cesar Xavier de Almeida
Willa Cardoso Monteiro
Ana Clara Xavier
Camilla Kelle de Araújo Dutra
Geilza Cardoso Jales Bezerra
Jussara Francinete de Medeiros
Wilma Carlos Dantas
Maria de Fatima Jales de Lira Cunha
Francisco Lucena Sobrinho
Antônio Torquato da Silva Filho
Flaviano Jenner de Almeida Ferreira
Paula Valeria Jacome Carias
Ruanda Cardozo Régis
Ritônio Fernandes Barros

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tomem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, situada na Rua

Miguel Arcanjo de Almeida no horário das 08h00min às 12h00min horas.

Messias Targino/RN, 06 de maio de 2019.

ISLINY TUIZA DANTAS TARGINO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:EA3B0449

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2019

O Município de Messias Targino - RN, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que**às 08h30min do dia 28 de maio de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, realizará a**Chamada Pública Nº 001/2019, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios EXCLUSIVO para agricultura familiar e de empreendedor familiar rural ou suas organizações,** visando atender as necessidades da alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE Nº 26/2013 e Resolução CD/FNDE Nº 04/2015. Os interessados que atenderem às exigências do edital deverão apresentar os documentos de habilitação e projeto de venda**atéàs 08:30 horas do dia 28 de maio de 2019**, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal. O Edital poderá ser retirado na sede da Prefeitura Municipal de Messias Targino - RN, Av. Miguel Arcanjo de Almeida, 468, Centro, Messias Targino RN. Demais informações poderão ser obtidas pelo Tel.: (84) 3365-0157, no horário de 07:00 às 13:00 horas.

Messias Targino, 04 de maio de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:C881D66E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000090/2019

PROCESSO Nº 118/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000090/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: SEC PUBLICIDADE LTDA
CNPJ: 08.381.234/0001-38
OBJETO: Serviços de publicação de Ato Administrativo em Jornal de Grande Circulação e Diário Oficial do Estado do RN (DOE).
VALOR GLOBAL: R$ 1.064,00 (Um mil e sessenta e quatro reais).
ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município 2019.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – Secretaria Municipal de Administração; **FUNÇÃO:** 04 – ADMINISTRAÇÃO; **SUB-FUNÇÃO:** 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; **AÇÃO:** 2003 – Manut. das Atividades da Sec. Mun. de Administração; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Montanhas.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso XVI da Lei 8.666/93.

Montanhas/RN, 02 de maio de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:548E5C7C

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 000090/2019

PROCESSO Nº 118/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 000090/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: SEC PUBLICIDADE LTDA
CNPJ: 08.381.234/0001-38
OBJETO: Serviços de publicação de Ato Administrativo em Jornal de Grande Circulação e Diário Oficial do Estado do RN (DOE).
VALOR GLOBAL: R$ 1.064,00 (Um mil e sessenta e quatro reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XVI da Lei 8.666/93.

Montanhas/RN, 02 de maio de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:DAC9C077

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

Na publicação do dia 03/05/2019, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, edição de nº 2010, Código Identificador 95E341AC, onde dizia "... A abertura dos envelopes de está prevista para o dia **21 de MAIO de 2019 às 10h00min"**, será dia "**03 de JUNHO de 2019 às 10h00min**...".

Montanhas/RN, 06 de maio de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Presidente da PMM/RN

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:6E680864

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2019
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Montanhas/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE** com fundamento no Decreto Municipal nº. 002/2010 e no inciso XXII, do art. 4°, da Lei nº. 10.520/2002, **HOMOLOGAR** todo o procedimento licitatório, incluindo o ato de **ADJUDICAÇÃO**, relativo ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000009/2019**, tipo **" MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS DE VEÍCULOS LEVES, MOTOCICLETAS, ÔNIBUS, TRATORES E MAQUINAS PESADAS**, conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência), no qual as empresas **ANGELO MARCOS DAS S GURGEL – ME - CNPJ: 26.798.936/0001-01**, saiu vencedora nos Lotes: 01 VEÍCULOS LEVES com desconto de 55% (cinquenta e cinco) por cento, 02 MOTOCICLESTAS com desconto de 27% (vinte e sete) por cento e 04 TRATORES E MAQUINAS PESADAS com desconto de 23% (vinte e três) por cento e a empresa **REI DO CAMINHÃO EIRELI - ME- CNPJ: 21.255.865/0001-79,** saiu vendedora nos Lotes: 03 ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS com desconto de 26% (vinte e seis) por cento e 05 CAMINHÃO PIPA com desconto de 26% (vinte e seis) por cento.

Montanhas/RN, 06 de maio de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:7E79AC7A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

Circunstanciado pelo Parecer datado do dia 29 de abril de 2019, venho ADJUDICAR o objeto da "CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019", para fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, autorizando a celebração do instrumento contratual, tudo dentro das normas definidas no referido Edital.

Monte Alegre/RN, em 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:BB942153

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

Circunstanciada pelo Parecer datado do dia 29 de abril de 2019, venho HOMOLOGAR o resultado da "CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019", para fornecimento de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, estando os preços ofertados de acordo com os praticados no mercado e sendo atendidas as especificações do Edital.

Monte Alegre/RN, em 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:5E654CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO FINAL – CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

O Município de Monte Alegre/RN, através da**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, torna público o resultado final da Chamada Pública nº 001/2019, instaurada objetivando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme a seguir detalhado: A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES PRONAFIANOS DE BREJINHO - CNPJ: 12.069.785/0001-38 foi classificada para os itens: 9, 10, 11, 12, 13, 15, 24, 26, 28, 31; JORGE FELIX DA COSTA - CPF: 357.906.604-87, foi classificado para os itens: 1, 6, 15, 21, 24; COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE MONTE ALEGRE - CNPJ: 30.187.211/0001-46, foi classificada para os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33. Os documentos que ensejaram nessa decisão estão franqueados aos interessados.

Monte Alegre/RN, em 29 de abril de 2019.

Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:F7CF1227

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO. Nº 77/2019

Processo de Despesa nº: 144/2019.
Espécie: Dispensa de Licitação. nº 77/2019. Base Legal: Art. 24, II, da Lei federal 8.666/93.Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. Contratado: JOÃO VICTOR DOS SANTOS DE PAIVA. Objeto: Contratação de Serviços de pessoa física ou jurídica para executar serviço de manutenção de fogão industrial com quatro bocas (pintura e troca de componentes), geladeira (recarga de gás e troca de componentes) e freezer horizontal com 02 portas (pintura e troca de componentes) na Escola Municipal Evaldo Gomes, a qual atende alunos na modalidade Ensino Fundamental na zona urbana do nosso município.; Preço Global: R$ 1.000,00(um mil reais). **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2086 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	0614 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Natureza da Despesa:	3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte de Recurso:	11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
Região:	0001 - Monte Alegre

.Monte Alegre/RN, Em 06/05/2019 por:

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:0C99CF2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO. Nº 78/2019

Processo de Despesa nº: 145/2019.
Espécie: Dispensa de Licitação. nº 78/2019. Base Legal: Art. 24, II, da Lei federal 8.666/93.Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. Contratado: JOÃO VICTOR DOS SANTOS DE PAIVA. Objeto: Contratação de Serviços de pessoa física ou jurídica para executar serviço de manutenção de fogão industrial com quatro bocas (manutenção do forno, pintura e troca de componentes), na Escola Municipal Professora Maria Nilza Xavier Marques, a qual atende alunos na modalidade Ensino Fundamental na zona urbana do nosso município.; Preço Global: R$ 500,00(quinhentos reais). **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária:	02 .005 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	2086 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Função:	12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função:	361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Programa:	0614 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Natureza da Despesa:	3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte de Recurso:	11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
Região:	0001 - Monte Alegre

.Monte Alegre/RN, Em 06/05/2019 por:

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:CD23CD15

SECRETARIA MUN. TRAB. HABIT. E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL N° 02/2019

Divulga a relação dos inscritos para candidatura á membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 03/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Monte Alegre, publica a relação dos candidatos inscritos, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020-2024.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 – Joaquiciana Cordeiro de Oliveira .
2 – Andressa Rafaela da Silva Galdino
3 – Severino do Ramo Augusto
4 – Thales Ramon Vitaliano Silva Bezerra
5 – Francisca de Azevedo Souza
6 – Henrique Francisco dos Santos
7 – Marcelo Bernardo do nascimento
8 – Iran Lourenço Mesquita
9 – Joana Vanessa de Brito
10 – Emanuel Dantas de Oliveira
11 – Ana Cristina Arruda
12 – Juarez Fernandes de Oliveira
13 – Maria Aparecida Melo do Nascimento
14 – Eliana Cristina Peixoto da Silva
15 – Severino Ramos dos Santos
16 – Maria Gabriela G. da silva Oliveira
17 – Francilaine Araújo da silva
18 – Josilda Pedro da Silva
19 – Romildo Pereira de Melo
20 – Juscélio Pinheiro da silva
21 – Ana Paula Pereira Gurgel Pinto
22 – Carlos Eduardo Andrade dos santos
23 – Luiz Edilberto do N. Coriolano
24 – Claúdia Emanuele Marques da Silva
25 – Rebeca Caroline da silva Santos
26 – Carlito Lourenço da silva
27 – Sueli Francisca da Silva
28 – Marineide Francisca Ferrara
29 – Genilda Soares da silva
30 – Leticia Celina da silva Martins
31 – Bartolomeu Marques da silva
32 – Talita Maria Nascimento dos santos
33 – Othon Wellington Leandro da silva
34 – Iranilda Xavier da silva
35 – Bruno Antonio dos Anjos
36 – Aline Rafaela Pereira de Lima
37 – Lúcia Margareth Bezerra de Góis
...

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 789/2015 e Resolução nº 03/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.

III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Avenida João de Paiva, S/N, centro, no horário das 08h às 12h horas.

Monte Alegre, 06 de Maio de 2019.

EDUARDO LINCOLN NEVES
Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:A9024251

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Lei Municipal nº 336/2014

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

EDITAL Nº 04/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Monte das Gameleiras/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 03/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 336/2014 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 – Juliana Figueredo da Silva
02 – Elizabete Maria Rodrigues de Figueredo
03 – Maria Eponina Crizanto Pinheiro de Lima
04 – José Erivaldo Leonardo
05 – Cícera Pinheiro Felix do Nascimento
06 – Margarida Rodrigues de Araújo
07 – Josevania do Nascimento Pontes
08 – Joab Rodrigues de Pontes
09 – Helmisson de Souza
10 – Flávia Maria de Medeiros
11 – Janildo Fernando Gomes
12 – Paulo Ferreira da Silva Júnior
13 – Manoel Ferreira da Silva Neto
14 – José Roberto Pontes Viana
15 – Luzia Gois de Freitas

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sala de atendimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situada na Rua: Arthur Antunes de Coimbra, S/N, Centro, no horário das 08:00 (oito horas) ás 12:00 (doze horas).

Monte das Gameleiras/RN, 06 de maio de 2019.

HILÁRIO JOSÉ MOREIRA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Josivaldo Rodrigues Felix
Código Identificador:A54DE470

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA LICITAÇÃO

AVISO - PPRP Nº10/2019
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, VIGILÂNCIA**

EPIDEMIOLÓGICA E DEMAIS SETORES DESTA SECRETARIA
O Pregoeiro do Município de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais adjudica e torna público o resultado da licitação acima mencionado. Logrando como vencedoras as Empresas: **COLORCOPY GRAFICA RAPIDA E IMPRESSAO DIGITAL- CNPJ: 17.668.111/0001-73,** saiu vencedora nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65; **COPY ARTE GRÁFICA & SERIGRAFIA LTDA ME- CNPJ: 02.795.095/0001-02,** saiu vencedora nos itens: 45, 50, 64; **GRAFCOLOR LTDA- CNPJ: 14.685.775/0001-52,** saiu vencedora nos itens: 13, 49, 51; **MARIA L. CAMINHA DA SILVA - ME- CNPJ: 18.658.386/0001-99,** saiu vencedora no item: 43.E convoca a empresa: **MARIA L. CAMINHA DA SILVA - ME- CNPJ: 18.658.386/0001-99** para assinatura da Ata de Registro de Preço e contrato no horário de 08:00 às 13:00 horas. O Processo com as instruções encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitação do Município, situado à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, centro,

Sala das Licitações, 06/05/2019.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA,
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:FDE71592

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 884/2019-GP/PMNF

Altera a redação do Art. 3º, C da Lei nº 871/2018 - GP/PMNF, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 3º, C da Lei nº 871/2018 -GP/PMNF, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:
c) 02 (dois) representantes de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso;
Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nísia Floresta/RN, 24 de abril de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito do Município de Nísia Floresta

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:ADF68BD4

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 885/2019-GP/PMNF

Institui a Campanha de Prevenção aos Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, denominada de ABRIL VERDE no âmbito do Município de Nísia Floresta/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente pelo artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Nísia Floresta/RN, a campanha de prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, denominada "Abril Verde", a ser comemorada anualmente durante o mês de Abril, com o objetivo de sensibilizar a população quanto à importância da prevenção dos Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais.
Parágrafo único. O Símbolo da campanha aludida no caput deste artigo será um "laço na cor verde".
Art. 2º Durante o mês de campanha, objetivo será divulgar os direitos assegurados pela Lei de nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, alterando o Capítulo V da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) relativo Segurança e Medicina do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e pela Portaria de nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do MTB (Ministério do Trabalho), aprovando as normas regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do Trabalho.
Art. 3º O mês a ser comemorado anualmente passa a integrar o calendário oficial de Eventos da Cidade de Nísia Floresta/RN.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nísia Floresta/RN, 24 de abril de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito do Município de Nísia Floresta

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:19979360

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 069/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE OLHO D' ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 010/2017, de 18 de janeiro de 2017, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 008/2019, de 06 de maio de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando R$900,00 (novecentos reais), à Srª. Maria Helena Leite de Queiroga, ocupante do cargo de Eletivo de Prefeita Constitucional, para fazer face as despesas com locomoção para cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Dia **07/05/2019 às 09:00h:** Participar de Reunião na Federação dos Município do Estado do Rio Grande do Norte - FEMURN, às 15:00h Reunião na Superintendência Estadual da FUNASA, tratar de assuntos relativos aos Convênios. Dia **08/05/2019 às 09:00:** Resolver assuntos de interesse do Município, no Escritório de R.J Assessoria a Municípios LTDA Rua Jose Freire de Souza nº 13 Lagoa Nova - Natal, CEP 59075140 e às 14:00h, Assinatura de Convênio Seguro Safra junto à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE.

Local de destino: Capital do Estado, nas localidades acima referidas.

Período do Afastamento: Saída dia 07 de maio 2019 às 05:00hs, e retorno dia 08 de maio 2019 às 18:00hs.

Art. 2º- A servidora beneficiária de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Olho D'Água do Borges/RN, em 07 de maio de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:42F22823

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 002/2019

A Prefeitura do Município de Ouro Branco/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento torna público, para conhecimento do interessado, o Servidor Público FLÁVIO MEDEIROS DE AZEVEDO, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula n° 800, o presente edital de chamamento público que visa dar conhecimento da abertura de Processo Administrativo em conformidade ao art. 204 e seguintes disposto no Estatuto dos servidores públicos do Município de Ouro Branco/RN, Lei Complementar n° 01, de 31 de dezembro de 2009.

Dessa forma, fica o servidor NOTIFICADO para, querendo, no prazo legal de 05 (cinco) dias, apresentar defesa aos termos do memorando n° 014/2019 – SMASHT.

Ouro Branco/RN, 06 de maio de 2019.

JOSEANE SILVA DE AZEVEDO
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Douglas Medeiros de Araujo
Código Identificador:A26145FD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA 31/2019

PROCESSO Nº 42/2019
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019
A Comissão de Licitação do Município de Paraú, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento à ratificação procedida pela Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU/RN
Contratado.....:MULTIVERSO SOLUÇÕES LTDA, CNPJ/CPF sob o nº 26.042.681/0001-44,
Valor.....: R$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal.

PARAÚ - RN, 23 DE ABRIL DE 2019

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:3E457D96

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019 - SRP
O Município de Paraú/RN, através da Prefeitura Municipal, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **09:00 horas do dia 17 de maio de 2019**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinado ao REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARAÚ/RN**, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Paraú/RN.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na **Rua Padre Amaro, 111 – Centro – Paraú/RN**, podendo ser solicitado através do **e-mail: departamentolicitacaoparau@gmail.com**, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Paraú - RN, 06 de maio de 2019.

RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE AZEVEDO HOLANDA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:9E459DC6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação, cumprindo determinação da Prefeita Municipal, torna público que está**SUSPENSO**a Tomada de Preço nº 002/2019, objetivo:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E SINALIZAÇÃO VERTICAL DAS RUAS VICENTE FREIRE DA CUNHA, GIRASSOL, JOSÉ LEAL, ROSÁLIA GONDIM E TENENTE ZUMBA, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, para análise das Planilhas, para uma possíveleventuais adequações. Serárepublicado o edital, com eventuais adequações e com os novos prazos, nos termos do disposto § 4° do art. 21 da Lei Federal de Licitações n° 8.666/93 e demais alterações posteriores, conforme documento em anexo.

Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação localizada na Rua Padre Amaro, 111 – Centro – Paraú/RN, sede da Prefeitura Municipal ou através do E-mail:departamentolicitacaoparau@gmail.com.

Paraú/RN 03 de maio de 2019

FABÍOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da CPL

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:DB057C90

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. 31/2019

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores, para a contratação com MULTIVERSO SOLUÇÕES LTDA, inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº 26.042.681/0001-44,cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU/RN., no valor total de **R$7.200,00** (sete mil e duzentos reais)

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilustríssima Sra. FABÍOLA DE ARAÚJO MORAIS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

PARAÚ - RN, 23 DE ABRIL DE 2019

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:9E06E744

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO 37/2019 DISPEN. 31/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 037/2019
ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019
CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN
CONTRATADA(O).....: MULTIVERSO SOLUÇÕES LTDA, CNPJ/CPF nº 26.042.681/0001-44
OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU/RN
VALOR TOTAL.....: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA.....:23 DE ABRIL DE 2019 a 31 de dezembro de 2019
DATA DA ASSINATURA.....: 23 DE ABRIL DE 2019

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:E6E10C9D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 028/2019

PORTARIA Nº 028/2019 06 DE MAIO DE 2019.

Nomeia a Sra. Andreiza Santana da Rocha Peixoto, para o cargo de Chefe de Departamento de Pavimentação, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra. **Andreiza Santana da Rocha Peixoto**, inscrita no CPF/MF nº 055.969.884-48, para o cargo de **Chefe de Departamento de Pavimentação,** a partir desta data.

PARAGRAFO ÚNICO – Os efeitos pecuniários retroagirão ao dia 02 de maio de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Paraú – RN, em 06 de maio de 2019.

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:1A2A23A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 026/2019-ADM

PORTARIA Nº 026/2019-ADM

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **ANTONIA DANIELLY PEIXOTO SILVA,** Secretária Municipal de Assistência Social, 01 (Uma) diária no valor total de R$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, para participar da Aula Magna que dará início aos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CAPACITASUAS, que ocorrerá no dia 07 de Maio de 2019 na Escola do Governo, Natal/RN.
Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 06 de Maio de 2019.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:664C98F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 027/2019-ADM

PORTARIA Nº 027/2019-ADM

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **MARIA LUZIA VIEIRA BATISTA,** Psicóloga, 01 (Uma) diária no valor total de R$ 120,00 (Cento e Vinte Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, para participar da Aula Magna que dará início aos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CAPACITASUAS, que ocorrerá no dia 07 de Maio de 2019 na Escola do Governo, Natal/RN.
Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e

Cumpra-se.

Paraú/RN, em 06 de Maio de 2019.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:E7E72F07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 028/2019-ADM

PORTARIA Nº 028/2019-ADM

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **ANTONIA DANIELLY PEIXOTO SILVA,** Secretária Municipal de Assistência Social, 01 (Uma) diária no valor total de R$ 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, para participar da Assembleia Ordinária do Coegemas/RN, tendo a seguinte pauta: Resumo do encontro Regional do COEGEMAS; Apresentação do Novo Formato do Programa do Leite. Que ocorrerá no dia 08 de Maio de 2019 no auditório da EMATER- Centro Administrativo, Natal/RN.
Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 06 **de Maio de 2019.**

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:E57B7C9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2019-ADM

PORTARIA Nº 029/2019-ADM

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **MAGNA MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA,** Coordenadora de Sistema Educacional, 02 (Duas) diárias no valor total de R$ 140,00 (Cento e quarenta Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Parnamirim /RN, para participar de um encontro NAMEI - Núcleo de Apoio aos Municípios para a Educação Integral, que ocorrerá nos dias 08 e 09 de maio na Câmara de Vereadores de Parnamirim situada na Avenida Castor Vieira Regis, Parnamirim/RN.
Art. 2º - Determinar o Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 06 de Maio de 2019.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:8662BBEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019

Processo Administrativo nº 18030002/2019
Pregão Presencial nº 008/2019
DECISÃO
Ementa: **Recurso interposto, Pregão Presencial nº 008/2019.**
Recorrente: LEONARDO COSTA DOS SANTOS ME. CNPJ Nº 11.183.984/0001-00
Recorrida: FERNANDA THAÍS SILVA DO VALE ME, CNPJ Nº 17.644.369/0001-30.
1 – Relatório
Foi constado em ata que, mesmo tendo sido franqueado as propostas dos licitantes para rubricarem, nada vieram a questionar sobre as propostas no tempo hábil para o devido procedimento. Depois de superada essa fase, surgiu o questionamento ora mencionado após a fase de conclusão da habilitação.
Diante disso, ultrapassada a fase de habilitação, não é mais cabível a desclassificação de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.
Lei 8666/93
Art.43.A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:
I-abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;
II-devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
III-abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
§5oUltrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II)e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

II-DOS FATOS
A empresa licitante **LEONARDO COSTA DOS SANTOS ME**., impetrou recurso administrativo, com fundamento nos itens 7.2 e o subitem 7.2.5 da Apresentação da Proposta de Preço do Pregão Presencial nº 008/2019**,** referente a descrição dos itens 01, 02, 03, 10, e 11 informando que as marcas dos produtos não atendem as especificações constantes do termo de referência do Edital.
Requer análise técnica, apresentação da documentação comprobatória fornecida pelas detentoras das marcas para a verificação das respectivas especificações.
Verificados os requisitos de admissibilidade, quais sejam tempestividade, legitimidade e interesse, passamos a análise do pleito.
III-FUNDAMENTAÇÃO
Com fundamento nos incs. IV e V do art. 43 da legislação de licitações, que dispõem que a Administração deverá verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, bem como

somente poderá classificar propostas que estiverem de acordo com os critérios de avaliação previstos no ato convocatório.

III-CONCLUSÃO

Com assento nos elementos acima discorridos, entendemos por procedente analisar os requisitos formulados pela empresa Recorrente, LEONARDO COSTA DOS SANTOS ME.

Diante disto, solicitamos a empresa FERNANDA THAÍS SILVA DO VALE ME, trazer amostra dos produtos em conformidade ao **ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA** para a devida analise e critérios exigidos na descrição dos itens, 01, 02, 03, 10, e 11.

III- DECISÃO

Diante do exposto, dou provimento no mérito ao recurso impetrado.

Parazinho/RN, 23 de abril de 2019.

RUTEMBERG DE MELO GONZAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:D24AAF0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 002, DE 18 DE ABRIL DE 2019 - ALTERAR ART. 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 001, DE 02 DE ABRIL DE 2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (COMDICA) DE PARAZINHO - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 18 DE ABRIL DE 2019

Alterar Art. 2º, da Resolução nº 001, de 02 de abril de 2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) de Parazinho.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (COMDICA)**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 370, de 28 de junho de 2012, e;

CONSIDERANDO a Resolução n° 001, de 02 de abril de 2019, que institui os Membros da Comissão Especial Eleitoral, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a finalidade de organizar e coordenar o processo de escolha para membros do Conselho Tutelar por meio do Edital 001/2019;

CONSIDERANDO carta de renúncia remetida a esse conselho por Edivania Lucas Dias , membro da Comissão Especial Eleitoral até o presente momento;

RESOLVE:

Art. 1º Remover Edivania Lucas Dias da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar 2020/2024, bem como de todas as atividades referentes ao processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parazinho, 18 de Abril de 2019.

AMANDA GOMES MORAIS
Presidente do COMDICA

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:C684E94F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS CANCELAR PORTARIA POR NÃO COMPARECIMENTO

PORTARIA Nº 182 DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE**:**

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº PORTARIA Nº 176 DE 03 DE MAIO DE 2019, por motivo de não comparecimento.

Parelhas (RN), 06 de maio de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Claudete de Azevedo Dantas
Código Identificador:68101C62

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS CANCELAR PORTARIA POR NÃO COMPARECIMENTO

PORTARIA Nº 183 DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE**:**

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº PORTARIA Nº 178 DE 03 DE MAIO DE 2019, por motivo de não comparecimento.

Parelhas (RN), 06 de maio de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Claudete de Azevedo Dantas
Código Identificador:BFFE4BD8

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS CANCELAR PORTARIA POR NÃO COMPARECIMENTO

PORTARIA Nº 184 DE 06 DE MAIO DE 2019.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE**:**

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº PORTARIA Nº 181 DE 03 DE MAIO DE 2019, por motivo de não comparecimento.

Parelhas (RN), 06 de maio de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Claudete de Azevedo Dantas
Código Identificador:9B78D14E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem tratar da ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: *"relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".*
No entanto, para o caso em tela, existe uma ordem de credores a receber até que, depois de liquidados os débitos sejam supridos a demanda ora em objeto. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada sem a prestação do serviço.
Por conseguinte, justifica-se o pagamento dos seguintes empenhos:

Empenho nº 322001/2019, com nota fiscal de número 004, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a empresa: ECO VIDA ENGENHARIA LTDA - ME CNPJ: 19.899.140/0001-71.

Publique-se.

Parelhas/RN, 06 de maio de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:C7A7276E

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 275/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Jucilene da Costa Barbosa da Silva			
MATRÍCULA: 120669-9			
RG: 2.283.275			
CARGO: Secretária de Assistência Social e da Habitação			
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Participar da Aula Magna que dará inicio aos cursos do Programa Nacional de capacitação do sistema único da Assistência Social (CAPACITASUS) e no dia 08/05 participar de reunião ordinária do colegiado de gestores municipais de assistência Social – COEGEMAS.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 07 e 08/05/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	150,00	150,00
01	Com pernoite	300,00	300,00
Total a pagar			**450,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 06 de maio de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:B1E82616

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 276/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

A SECRETÁRIA CHEFE DO GABINETE CIVIL, do Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Alexandre Carlo de Medeiros Dantas			
MATRÍCULA: 120864-0			
RG: 1.413.742-SSP/RN			
CARGO: Prefeito Municipal			
LOTAÇÃO: Gabinete Civil			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: tratar de assuntos de interesse desta municipalidade junto a CAERN.			
DESTINO: Natal/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 06/05/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	sem pernoite	200,00	200,00
Total a pagar			**200,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), de 06 de maio de 2019.

FRANCICLEIDE MARIA DE SOUZA
Secretária Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:748B19C2

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 277/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Adeilza Dantas de Macedo Azevedo Valentim			
MATRÍCULA: 100.053-5			
RG: 1.349.148-SSP/RN			
CARGO: Controladora Geral do Município			
LOTAÇÃO: Controladoria Geral do Município			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RN: ENCONTROS REGIONAIS – ESCOLA ITINERANTE – TEMA: (PROJETO REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08/05/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	50,00	50,00
Total a pagar			50,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 06 de maio de 2018.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:2D75BA6B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 278/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): FRANCISCO GENIDSON DE AZEVEDO DANTAS			
MATRÍCULA: 100.012-8			
RG: 1.092.892-SSP/RN			
CARGO: Operador de Computador			
LOTAÇÃO: Controladoria Geral do Município			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RN: ENCONTROS REGIONAIS – ESCOLA ITINERANTE – TEMA: (PROJETO REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08/05/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	35,00	35,00
Total a pagar			35,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 06 de maio de 2018.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:121B666A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 279/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): JOCIELMA PEREIRA DOS SANTOS			
MATRÍCULA: 120.565-0			
RG: 1.741.314-SSP/RN			
CARGO: Analista de controle interno			
LOTAÇÃO: Controladoria Geral do Município			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: PARTICIPAR DE CAPACITAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RN: ENCONTROS REGIONAIS – ESCOLA ITINERANTE – TEMA: (PROJETO REDESENHANDO A GESTÃO PÚBLICA DO PLANEJAMENTO AO CONTROLE.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 08/05/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	35,00	35,00
Total a pagar			35,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 06 de maio de 2018.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:4339AF1A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

ANEXO VIII
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 003/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº01 /2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO de Parelhas/RN, publica a relação dos candidatosinscritos.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº003 /2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Parelhas/RN, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

01	ALDO ARIS PEREIRA DE ARAUJO
02	ALEKSANDRO BERETTA DE LIMA
03	ANADILHA MARIA DE ARAUJO
04	CYNTIA CIBELE ROQUE LIMA DE MEDEIROS
05	EDNETE FERNANDES DA SILVA
06	EVANEIDE ARAUJO DE SOUZA MENDONÇA
07	GERALDO DA SILVA GOMES
08	GLEIBSON DOS SANTOS NASCIMENTO
09	ITAMAR PEREIRA DANTAS
10	JEANDE DE SOUZA PERREIRA SANTOS
11	JOSEMARIA OLIVEIRA QUEIROZ
12	JOSIVAN DE SOUZA AZEVEDO
13	MARIA DA CONÇEIÇÃO
14	MARIA DAS GRAÇAS DE ASSIS SILVA
15	MARIA JOSÉ DE SOUZA COSTA
16	MARIA NAZARÉ DE OLIVEIRA LOPES CARDOSO
17	MARIANA ALVES DA SILVA
18	RUZINETE DA COSTA SILVA
19	SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA
20	SUYANNE MAROYSE DA CRUZ
21	THAYSA THATTYANNY DANTAS DINIZ
22	VALQUIRIA MEDEIROS DE MELO
23	VITORIA MARIA DE ARUJO GARCIA
24	WILDIMA DO NASCIMENTO CARVALHO

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimentode fatos ou circunstânciasque tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 1090/2004 e 2394/2015, Resolução nº 001/2019 e Edital nº001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.
III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Severino Rodrigues de Sena, nº 89, Bairro Maria Terceira no horário de 08 as 12 horas.

Parelhas/ RN 06 de Maio de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DINIZ LIMA
Presidente (a) da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:5309F287

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001-02/01/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **GORETE HIGINIO DE LIMA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 630.350.064-15, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Executivo**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 02 de janeiro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:7FF08624

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002-17/01/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MARIA DO SOCORRO BRITO GALDINO**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 114.504.794-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Especial**, do Gabinete do Prefeito do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 17 de janeiro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:70F72BCE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 003-07/01/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JAINE CHACON FERREIRA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 106.687.524-32, para exercer o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO**, do **Gabinete do Prefeito** do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 07 de janeiro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:E2D49041

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 005-04/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **MARIA JOSÉ CHACON DE LIMA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 091.752.584-12, do cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Assistência ao Idoso**, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 30 de abril de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:0501E425

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 004-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **MARCOS ANDRÉ PRAZERES MUNFORD**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 915.902.484-49, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Especial de Meio Ambiente**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Exonerar, **JUCYARA DEBORA DO NASCIMENTO MARTINS**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 052.227.974-06, do cargo de provimento em comissão de Assessor Executivo, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 3º - Exonerar, **JANAINA GUEDES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 010.223.274-10, do cargo de provimento em comissão de **Sub Coordenadoria de Assistência ao Agricultor**, da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 4º - Exonerar, **EWERTHON MAGNO ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 053.856.974-35, do cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Endemias**, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia **31/12/2017** revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 11 de janeiro de 2018

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:D1082772

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 006-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 089.730.544-22, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Subcoordenadoria do Programa Bolsa Família**, da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Nomear, **HUGO DA TRINDADE CHACON**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 010.584.384-92, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Programas de Assistência Social**, na Secretaria da Assistência Social, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 3º - Nomear, **MARIA RAFAELLA DA SILVA ANDRADE**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 100.206.074-58, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria Pedagógica**, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 4º - Nomear, **ANA FLÁVIA ANDRADE DE MORAIS**, inscrita no CPF/MF sob o n.º **011.968.894-81**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Técnico Administrativo**, do Gabinete do Prefeito do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 5º Nomear, **MANUEL GERALDO FAGUNDES DE OLIVEIRA BEZERRA,** inscrito no CPF/MF sob o n.º **089.261.574.58**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário Especial de Meio Ambiente**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 6º Nomear, **MARCOS ANDRÉ PRAZERES MUNFORD**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 915.902.484-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Executivo**, do Gabinete do Prefeito do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 7º Nomear, **JUCYARA DEBORA DO NASCIMENTO MARTINS, INSCRITA NO CPF/MF** sob nº 052.227.974-06, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Controlador Geral Adjunto**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar nº 015/2013.

Art. 8º - Nomear, **JANAINA GUEDES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 010.223.274-10, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Finanças e Orçamento**, da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 9º - Nomear, **ALESSANDRA MAGNA ALVES**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 029.144.484-90, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Endemias**, da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 10º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a **02 de janeiro de 2018**, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 11 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:ACF3AAB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 007-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **HIGOR GUSTAVO BARRETO DE LIMA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 103.163.474-69, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica**, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Nomear, **JOSÉ JOELSON DA SILVA GALDINO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 109.515.024-33, para o cargo de provimento em comissão de **Sub Coordenadoria de Empenho e Pagamento**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 3º - Nomear, **LENILTON DIAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 054.498.074-20, para o cargo de provimento em comissão de **Assessor de Política Especial**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 4º - Nomear, **JOÃO JOSÉ DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 154.635.164-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Compras**, da Secretaria Municipal de Administração, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a **08 de janeiro de 2018**, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 11 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:DD58672A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 008-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **MARIA LUCINEIDE DA COSTA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 030.806.784-35, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Contabilidade**, da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 11 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:221F1856

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 010-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **GILDENE TOMAZ DA SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 066.921.224-09, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria Administrativa**, na Secretaria Municipal de Administração do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:5EF8B45A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 011-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JOSÉ FERREIRA SOBRINHO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 429.447.244-87, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Técnico Administrativo**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:45AC7B9D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 012-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JOSÉ MILTON FORTUNATO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 751.674.684-34, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Assessor Especial**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:72D47ECA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 013-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **JAMERSON MICHEL DA COSTA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 098.359.314-02, para exercer o cargo de provimento em comissão de **SUB COORDENADORIA DE ESPORTES**, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:294B84CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 014-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **FABIANA BEZERRA DO NASCIMENTO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 087.730.014-30, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Subcoordenadoria de Projetos e Apoio Técnico**, da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:D5FFCB0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 015-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **NAZARENO IRINEU CAETANO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 706.055.684-21, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Abastecimento**, da Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:B4F51D0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 016-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **FLAVIANA VIDAL DANTAS**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 086.787.694-83, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria do Programa Saúde da Família**, da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:0C9F16F4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 017-01/2018 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **ROSENILDA FERREIRA DOS SANTOS GOMES**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 052.758.674-92, do cargo de provimento em comissão de **Coordenadoria de Unidades de Saúde**, da respectiva secretaria, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 15 de janeiro de 2018.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:5A2128A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 001- 06/05/2019

Em, 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Passagem, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder meia diária, ao valor unitário de **R$ 100,00 (cem reais)** para a servidora **SELÊNIA OFÉLIA BARRETO FAGUNDES**, CPF Nº 789.632.144-00, matricula nº 0777/08**,** (***Secretária Municipal de Assistência Social***), para deslocar-se à cidade do **NATAL-RN**, afim de participar da **AULA MAGNA DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL (CAPACITASUAS)**, à realizar-se no dia 07 de maio de 2019

Publique-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:BA301B22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 002- 06/05/2019

Em, 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Passagem, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder meia diária, ao valor unitário de **R$ 50,00 (cinquenta reais)** para a servidora **MARIA AILA ARARUNA SOARES**, CPF Nº 100.682.034-54, matricula nº 0910/08**,** (***Secretária Adjunta de Assistência Social***), para deslocar-se à cidade do **NATAL-RN**, afim de participar da **AULA MAGNA DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CAPACITASUAS)**, à realizar-se no dia 07 de maio de 2019

Publique-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:D237293D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 003- 06/05/2019

Em, 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Passagem, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação vigente,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder meia diária, ao valor unitário de **R$ 50,00 (cinquenta reais)** para a servidora **LETICIA HELENA DE OLIVEIRA BARBALHO**, CPF Nº 102.477.194-63, matricula nº 0826/08**,** (***Assistente Social***), para deslocar-se à cidade do **NATAL-RN**, afim de participar da **AULA MAGNA DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTENCIA SOCIAL (CAPACITASUAS)**, à realizar-se no dia 07 de maio de 2019

Publique-se e Cumpra-se.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:B1494A68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 02/2019

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 02/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE Passagem/RN, publica a relação dos candidatosinscritos.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 001/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Passagem/RN, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:
1 – Carlos André de Lima
2 – Edmilson Camilo de Souza
3 – Juliana Maria da Silva
4- Fábio Marciel Vicente de Lima
5- Jiunara Silva Conceição
6- Luiz Carlos de Lima
7- Joelma Andrade Marinho de Souza
8- Luiz Antônio Leandro de Bastos
9- Luiz Carlos Balbino da Silva
10- Jean Silva de Albuquerque
11- Maria Cristina de Lima Oliveira
12- Adriana Piedade da Silva
13- Edenilson Tavares da Silva
14- João Batista Narciso
15- Maria Aparecida dos Santos Silva
16- Lucilene Cristina Silva Oliveira
17- Luciana Barbosa da Silva Chacon
18- Máximo Francisco Chacon
19- Ivanildo de Lima Ferreira
20- José Cláudio da Silva
21- Rosilene Gomes Narciso Lima
22- Felipe Mateus da Silva Costa
23- Ivani Lima de Aguiar
24- Fabiana Bezerra do Nascimento
25- Manoel Ailson da Silva

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimentode fatos ou circunstânciasque tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 058/2005, Resolução nº 001/2019 e Edital nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias (de 07 à 13/05/2019), contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.
III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no CRAS, situado na Rua Ana Izabel Chaves, 25, Cipoal, Passagem/RN, no horário de 8 às 14 horas.

Passagem/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ AUGUSTO DE MORAIS
Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:1C5993F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

EDITAL Nº 02/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 02/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PATU, publica a relação dos candidatos inscritos.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 01/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Patu, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

ORDEM DE INSCRIÇÃO	NOME
01	FRANCISCO RANIERY DE MOURA ALVES
02	EDIVÂNIO SOARES DE LIMA
03	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
04	ISAAC DE MOURA MELO
05	JOSÉ LEMOS ALVES
06	CARLOS ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA
07	JOSÉ IVANILSON DA COSTA
08	FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES OLIVEIRA
09	LILIAN MORAIS DO NASCIMENTO
10	JACKSON CUSTEAU SARAIVA CORTEZ
11	MARIA TERZINHA BATISTA DO NASCIMENTO
12	JANIELLY PEREIRA DE MOURA MENDES
13	LUIGE MAYK DE LUNA NASCIMENTO
14	SANDRILEUZA ETELVINA DA COSTA
15	CAIO RODRIGUES TEIXEIRA ALVES
16	ZILMAR MARTINS
17	LINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS NETO
18	RUTH MARIA FÉLIX AZEVÊDO DE LIRA
19	ANDRÉ GOMES DE LIMA
20	ODENIR CALIXTA VIEIRA COSTA
21	FRANCISCO DE ASSIS RAMOS
22	ROBISON FÉLIX AZEVEDO DE LIRA FILHO
23	JUSSARA SOARES CORDEIRO

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados nas Leis Municipais nº 127/2003; 135/2004 e 381/2015, Resolução nº 02/2019 e Edital nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.

III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Doutor José Augusto, nº 20, Bairro Centro, no horário de 08 às 11h e de 14 às 16h, dos dias úteis de 07 a 13 de maio de 2019.

Patu/RN, 06 de maio de 2019.

MILENA CELÂNDIA RODRIGUES SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:DEE88D72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2019 Nº CONTRATO 0027/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU.
Contratado: **NECY G. DA SILVA - EPP**, inscrita no CNPJ Nº 70.319.678/0001-17.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATU/RN.
Fundamento Legal: art. 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em consonância com o Decreto Federal nº 9.412/2018.
Valor: **R$ 17.059,35 (Dezessete mil, Cinquenta e nove reais e Trinta e cinco centavos).**
Dotação Orçamentária:
02060-Secretaria Municipal de Saúde
10 301 1001 2030-Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
3390.30-Material de Consumo
10010000-Recursos Ordinários

Vigência: De 23/04/ 2019 até 31/12/2019.

RIVELINO CÂMARA
Prefeito Municipal

*Republicado por Incorreção

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:C765883A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082/2019.

Nomeia os Membros para compor a comissão em PRIMEIRA INSTÂNCIA do Contencioso Administrativo Fiscal do Município e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PEDRA GRANDE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a LEI 332/2011- Código Tributario do Municipio de Pedra Grade/RN, Artigo 305,Inciso I, Letra e) - Alterado Pela Lei Complementar Nº 444/2018.

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros para compor a **Comissão Municipal de Julgamento Administrativo Fiscal em Primeira Instância**.

Senhor. **MARTINIANO PERERIRA DE CASTRO NETO**, **CPF: 054.999.464-50.**

Senhor. **PEDRO SANTANA DA SILVA NETO CPF:064.479.434-86**.

Senhor. **WELLINGTON LIMA DO NASCIMENTO, CPF: 028.037.764-99.**

Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

Pedra Grande/RN, 02 de maio 2019.

JOÃO MARIA DA SILVA FERREIRA
Secretário Municipal de Tributação

Publicado por:
Airton Lopes da Costa Araujo
Código Identificador:C12AADE7

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001/2019- RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE PEDRA GRANDE/RN publica a relação dos candidatosinscritos.

I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 001/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pedra Grande/RN, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

1 – Eudiana Beatriz Belo de Araújo
2 – Jeane Pereira de Oliveira
3 – Anselmo da Silva Miranda
4 – Jéssica Santana Fonsêca da Silva
5 – Maria Samara Melo de Lima
6 – Conceição Pereira da Silva
7 – Rosineide Oliveira da Silva
8 – Francileide Araújo da Silva
9 – Leide Karollainy Cruz da Silva
10 – Aubertina da Silva Luiz da Costa
11 – Kátia Patrícia Lima de Paula
12 – Camila Oliveira de Melo
13 – Jéssica Oliveira de Araújo
14 – Marta Veloso torres
15 – Edna Maria Barbosa Silva de Oliveira
16 – Jazia de Melo Araújo
17 – Evilene Gomes da Silva
18 – Anderson da Silva Santana
19 – Claudine Melo da Costa
20 – Livia Caroline Lima de Oliveira
21 – Jany Erika Fonseca de Oliveira
22 – Maria Paula Teixeira da Silva
23 – Jairo de Castro Meira Júnior
24- Juliana Jane da Silva

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimentode fatos ou circunstânciasque tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal Complementar nº 378/2015, Resolução nº 001/2019 e Edital nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com as provas que tiver.

III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do COMDICA, situada na Rua Severino Ferreira, nº 712, no horário de 08:00h às 12:00hs e das 14:00 às 17:00 horas.

Pedra Grande/RN, 06 de Maio de 2019.

MARCIA OLIVEIRA DE MENEZES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Airton Lopes da Costa Araujo
Código Identificador:4AC775C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 24. Inciso II da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, *verbis*:

Art. 24 – É dispensável a Licitação

II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

CONSIDERANDO ainda que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa mercadológica constante no auto do processo;

RESOLVE:
1 – Fica dispensado o procedimento licitatório, aquisição de (02) duas lavadoras de roupas para utilização em higienização dos itens de cama, e fardamento dos funcionários das unidades de emergência.

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2019, **Recursos consignados no orçamento de 2019 - 06.901 –** Fundo Municipal de Saúde; **10 –** Saúde; **301 –** Atenção Básica; **0102 –** Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde; **2030 –** Manutenção do Fundo de Saúde; **Elemento de Despesa: 44.90.52** – Equipamentos e matéria permanente. Demais documentos em anexo ao processo físico.

3 – Contratar a empresa: MARCOS JULIANO DA SILVA, CNPJ: 12.633.952/0001-21, Rua: RN 117, nº 2770, Planalto Martinense, Martins/RN.

4 – Valor global da contratação R$ 3.380,00 (três mil, trezentos e oitenta reais).

5 – A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento, após o trâmite normal do processo da despesa.

Pedra Preta - RN, 06 de maio de 2019.

VENCERLAU RÔMULO FERREIRA FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:8D1E52E9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 138/2019

PORTARIA Nº138/2019

DISPOE SOBRE A CONCESSAO DE DIARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e conforme Decreto 014/2018.
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	IVONE TEODORO DA TRINDADE
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	SECREATARIA DE TRABALHO H. E A. SOCIAL.
CPF: 104.452.964-45	MATRICULA: **155**

QUANT.	DESTINO	PERIODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
½	NATAL/RN	**07 de Maio de 2019**	R$ 125,00	R$ 125,00
( ) diárias com pernoite		Total		**R$ 125,00**
(x) diárias sem pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio de participar da aula magna do capacitaSUAS, que será realizado no dia 07 de Maio deste ano em curso, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se e cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussier Carlos de Souza
Código Identificador:7ACCD925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 139/2019

PORTARIA Nº139/2019

DISPOE SOBRE A CONCESSAO DE DIARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e conforme Decreto 014/2018.
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	FRANCISCO ELTON DA TRINDADE
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	SUBSECRETARIO DE TRABALHO H. E A. SOCIAL.
CPF: 066.394.644-11	MATRICULA: 567

QUANT.	DESTINO	PERIODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
½	Natal/RN	**07 de Maio de 2019**	R$100, 00	R$100,00
( ) diárias com pernoite		Total		**R$ 100,00**
(x) diárias sem pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio de participar da aula magna do capacitaSUAS, que será realizado no dia 07 de Maio deste ano em curso, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se e cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussier Carlos de Souza
Código Identificador:6F450BE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 140/2019

PORTARIA Nº140/2019

DISPOE SOBRE A CONCESSAO DE DIARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e conforme Decreto 014/2018.
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:	FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:	CHEFE DE GABINETE.
CPF: 045.124.314-54	MATRICULA: 626

QUANT.	DESTINO	PERIODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
½	Natal/RN	**07 de Maio de 2019**	R$125, 00	R$125,00
( ) diárias com pernoite		Total		**R$ 125,00**
(x) diárias sem pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio de participar da aula magna do capacitaSUAS, que será realizado no dia 07 de Maio deste ano em curso, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se e cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussier Carlos de Souza
Código Identificador:74BCAA17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 98/2019-GAB, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Torna-se sem efeito a exoneração do Sr. ELIAS DE LIMA SANTOS, do cargo de provimento Comissionado de CHEFE DE UNIDADE DE ESPORTES MASCULINOS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 37, II, da Constituição Federal, o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal,
R E S O L V E
Art. 1º. Torna-se sem efeito a exoneração do Sr. **ELIAS DE LIMA SANTOS**, CPF: 046.476.594-37, RG: 1896480 SSP/RN, Mat: 0002324, do cargo de provimento Comissionado de **CHEFE DE UNIDADE DE ESPORTES MASCULINOS.** O mesmo foi exonerado pela Portaria nº 88/2019-GAB, de 30 de abril de 2019, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 06/05/2019. Edição 2011.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 06 de maio de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:DF86078C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 23/2019-SECADM, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Concede diária a servidor que específica e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO, nomeador pela Portaria nº 097/2017**,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 100/2010, de 08 de setembro de 2010,
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) **CARLA PATRICIA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO**, matrícula nº 0001789, lotado Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, ½ diária, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano, durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no período de **07/05/2019** a **07/05/2019**, para de conformidade com a solicitação participar da **CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS PELA EFETIVAÇÃO DO SUAS E PARA CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES.** O evento acontecerá no Auditório que fica localizado na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, n° 97, Candelária, Natal/RN.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 06 de maio de 2019.

LUCIANO PEIXOTO TARGINO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:F3FCAB83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 24/2019-SECADM, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Concede diária a servidor que específica e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO, nomeador pela Portaria nº 097/2017**,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 100/2010, de 08 de setembro de 2010,
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) **THIAGO MITCHEL FELIX MARTINS**, matrícula nº 0001741, lotado Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de **COORDENADOR**, ½ diária, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano, durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no período de **07/05/2019** a **07/05/2019**, para de conformidade com a solicitação participar da **CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS PELA EFETIVAÇÃO DO SUAS E PARA CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES.** O evento acontecerá

no Auditório que fica localizado na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, n° 97, Candelária, Natal/RN.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 06 de maio de 2019.

LUCIANO PEIXOTO TARGINO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:732ECCFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 25/2019-SECADM, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Concede diária a servidor que específica e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO, nomeador pela Portaria nº 097/2017**,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 100/2010, de 08 de setembro de 2010,
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) **PATRICIA CARVALHO SANTIAGO**, matrícula nº 0003484, lotado Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de **ORIENTADOR SOCIAL**, ½ diária, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano, durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no período de **07/05/2019** a **07/05/2019**, para de conformidade com a solicitação participar da **CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS PELA EFETIVAÇÃO DO SUAS E PARA CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES.** O evento acontecerá no Auditório que fica localizado na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, n° 97, Candelária, Natal/RN.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 06 de maio de 2019.

LUCIANO PEIXOTO TARGINO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:8A9E6BED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 26/2019-SECADM, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Concede diária a servidor que específica e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, MUNICÍPIO DE PEDRO VELHO, nomeador pela Portaria nº 097/2017**,** no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 100/2010, de 08 de setembro de 2010,
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) **TIAGO DE CASTRO SILVA**, matrícula nº 0001788, lotado Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de **COORDENADOR DA VIGILANCIA SOCIAL**, ½ diária, para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano, durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no período de **07/05/2019** a **07/05/2019**, para de conformidade com a solicitação participar da **CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS PELA EFETIVAÇÃO DO SUAS E PARA CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS TRABALHADORES.** O evento acontecerá no Auditório que fica localizado na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, n° 97, Candelária, Natal/RN.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 06 de maio de 2019.

LUCIANO PEIXOTO TARGINO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:20BED4CA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 018/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO Nº 018/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019
RESULTADO DA LICITAÇÃO/ TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O Pregoeiro do Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33, **TORNA PÚBLICO** que na licitação acima descrita, que tem por **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE FOSSAS SÉPTICAS, REALIZADO ATRAVÉS DE CAMINHÃO COM SUCÇÃO A VÁCUO. Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório, foi declarada vencedora a empresa: **CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA - ME,** CNPJ nº 14.022.963/0001-09, do item 01: Valor Unitário: **R$ 850,00** (oitocentos e cinquenta reais), totalizando o valor global estimado em **R$ 102.000,00** (cento e dois mil reais). Oportunidade em que **ADJUDICO** nos termos do Art. 4º XX da Lei 10.520/02, o objeto da licitação a referida empresa na condição de pregoeiro oficial do município.

Pendências/RN: 02/05/2019.

JOAO LUIZ DA LUZ BEZERRA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:EF803395

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO Nº 018/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO Nº 018/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

Chegam-me os autos do processo administrativo relativo à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE FOSSAS SÉPTICAS, REALIZADO ATRAVÉS DE CAMINHÃO COM SUCÇÃO A VÁCUO.** Da incursão procedida nos autos, observei que foi rigorosamente cumprido o rito legal estabelecido na Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, em casa externa do processo, respeitando-se o direito de impugnação e de recurso, conforme o caso. Após examinar todos os procedimentos administrativos contidos nos autos pertinentes ao certame licitatório em epígrafe, **HOMOLOGO** a proclamação de vencedora da empresa: **CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA - ME,** CNPJ nº 14.022.963/0001-09, item 01: Valor Unitário: **R$ 850,00** (oitocentos e cinquenta reais), totalizando o valor global estimado em **R$ 102.000,00** (cento e dois mil reais).

Pendências/RN, 06/05/2019.

FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
CPF nº 498.120.094-34
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:FC164815

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°016/2018 DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019.

EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°016/2018 DO MUNICIPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS **CONTRATADA:** WALBER CESAR MELO DA ROCHA - ME, CNPJ Nº 13.920.428/0001-02 - **OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de material de expediente diversos para atender às necessidades das secretarias do Município VALOR DO CONTRATO:** R$ 91.793,84 (noventa e um mil setecentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

Pendências, 29 de Abril de 2019.

Pela Contratante:
FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
Prefeito Municipal.
CPF nº 498.120.094-34

Pela Contratada:
WALBER CESAR MELO DA ROCHA - ME
CNPJ Nº 13.920.428/0001-02.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:0EF14D71

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 078/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°016/2018 DO MUNICIPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019.

EXTRATO DO CONTRATO N° 078/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°016/2018 DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS **CONTRATADA:** ESCOLA & ESCRITÓRIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA – ME, CNPJ N° 00.800.611/0001-14 **OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de material de expediente diversos para atender às necessidades das secretarias do Município VALOR DO CONTRATO:** R$ 130.441,98 (cento e trinta mil quatrocentos e quarenta e um real e noventa e oito centavos).

Pendências, 29 de Abril de 2019.

Pela Contratante:
FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
Prefeito Municipal.
CPF nº 498.120.094-34

Pela Contratada:
ESCOLA & ESCRITÓRIO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA – ME
CNPJ N° 00.800.611/0001-14.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:AE0DFC93

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 016/2018 DO MUNICIPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019.

EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS/RN ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 016/2018 DO MUNICÍPIO DE GAMELEIRAS-RN - CARONA Nº 004/2019. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS **CONTRATADA:** LEONARDO COSTA DOS SANTOS – ME, CNPJ N° 11.183.984/0001-00 **OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de material de expediente diversos para atender às necessidades das secretarias do Município VALOR DO CONTRATO:** R$ 107.533,60 (cento e sete mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

Pendências, 29 de Abril de 2019.

Pela Contratante:
FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
Prefeito Municipal.
CPF nº 498.120.094-34

Pela Contratada:
LEONARDO COSTA DOS SANTOS – ME,
CNPJ N° 11.183.984/0001-00.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:14A81EBB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Poço Branco-RN, no uso de suas atribuições legais torna público a quem interessar, que realizará no dia 20.05.2019 às 11:00 horas, licitação modalidade Pregão Presencial sob o nº 009/2019, nos termos da Lei Federal n 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal n 8.666/93, e alterações posteriores. Objeto Registro de preços para Contratação de empresa especializada, para Cessão de uso de Licença de Software Web, de uma ferramenta para gerenciamento e publicações de Atos Administrativos oficiais em plataforma WEB, com publicações ordinárias de frequência diária e extraordinárias, publicações em tempo real em páginas do site oficial do município, com certificação digital, garantindo a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos procedimentos de publicações, atualização de informações na plataforma web, o sistema também deverá contemplar o acesso para a versão mobile e a medida provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001. O edital e seus anexos estará disponível aos interessados na sala de licitação, sede desta prefeitura de segunda a sexta-feira das 08:00h as 14:00 horas, horário local.

Poço Branco-RN, 06 de Maio de 2019

FÁBIO FRANCISCO VIANA
Pregoeiro

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:377AF268

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000057/19

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN comunica aos interessados que está lançado o Edital para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, QUE SERÃO DESTINADOS À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN,

OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, A SEREM USADOS NO TRATAMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DO SUS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. **INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: 08h00min.do dia 08/05/2019. **FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** as 09h00min. do dia 22/05/2019. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: as 09h:00min. do dia 22/05/2019, na plataforma do site comprasnet.gov.br. O horário de referência para esta disputa será o horário de Brasília. O Procedimento Licitatório se dará na modalidade pregão eletrônico Nº 09/2019 do objeto supra citado. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital bem como cadastrar suas propostas no site comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do Fone (84)3377-2241/ 2196.

PORTALEGRE/RN, 06 de maio de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:92C20B8C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000051/19

O Pregoeiro da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO de empresa do ramo de construção civil para prestar serviços na execução da Construção de Cobertura em um Vão do Centro Administrativo do município de Portalegre/RN. Com abertura prevista para o dia 06 de maio de 2019, às 09h:00min, foi declarada DESERTA. Maiores informações na sede da PMP, situada na Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro de Portalegre-RN ou pelos Fones: (084) 3377. 2241/2196.

Portalegre/RN, 06 de maio de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:67B55011

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000059/19

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará as 14h:00min no dia 21 de maio de 2019, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, com o seguinte objeto: **Registro de Preço para locação de veículos com capacidade mínima de cinco (05) passageiros, incluso motorista, para prestar serviço de transporte, locomovendo pacientes e acompanhantes, do Setor Chã de Vila – Portalegre/RN para a sede município e vice-versa; e, do Setor Lajes – Portalegre/RN para a cidade de Pau dos Ferros/RN**. Aquisição e informações do edital na sede da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000.

PORTALEGRE/RN, 06 de maio de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:9AF8C027

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000055/19

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, torna público para conhecimento dos interessados a prorrogação de prazo da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tendo em vista a necessidade de Retificação do Edital. A Sessão de abertura foi prorrogada para as 09h:00min no dia 21 de maio de 2019. Objeto: CONTRATAÇÃO de Pessoa Física ou Jurídica, especializada no ramo de engenharia para elaboração dos Projetos para Reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde do Sítio Estrondo, do CEMEI, e da quadra esportiva pertencente a edificação da Escola Municipal Alfredo Silvério. Aquisição e informações do edital retificado, na sede da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, Rua José Vieira Mafaldo - 122 – Centro – CEP 59810-000.

PORTALEGRE/RN, 06 de maio de 2019.

EGLIMAR CARLOS PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:A34144BE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 109/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Alison José Alves da Silva** CPF nº **080.830.484-45 ,** matrícula nº 521**,** ocupante do cargo de **Motorista**, 0,5 **(meia**) diária(s), ao preço unitário de **R$ 100,00 (cem reais)** perfazendo a quantia de **R$ 50,00 (cinquenta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Patos/PB**, no (s) dia (s) **03** do **05 ,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, a paciente Terezinha Paula de Assis até a cidade de Patos/PB para submeter-se a cirurgia de litotripsia na clinica Lab Vita**, conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **02 de maio 2019.**

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:59C9DD10

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 110/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Francisco João Leonardo Fernandes de Paiva CPF nº 011.193.754-01 ,** matrícula nº **405,** ocupante do cargo de **Motorista**, **1,0 (uma)** diária(s), ao preço unitário de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de **R$ 120,00**

(cento e vinte reais), para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de Natal/**RN,** no dias 03 e 04 do **05,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, o paciente, Afonso Felipe Costa Cavalcante, para submeter-se a consulta especializada ortopédica, na Clínica de Fratura em Natal/RN,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, 02 de maio de 2019.

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:3C63AB35

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 111/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Francisco João Leonardo Fernandes de Paiva CPF nº 011.193.754-01 ,** matrícula nº **405,** ocupante do cargo de **Motorista**, **1,0 (uma)** diária(s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN,** no dias 04 e 05 do **05,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, o paciente, Carloto Martins de Moura, trasferido de Hospital Regional de Pau dos Ferros/RN ao Hospital Tarcísio Maia em Mossoró/RN,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, 03 de maio de 2019.

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:C2EA6F2E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019.005.003.003 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, inscrito(a) no CNPJ SOB O nº 11.283.265/0001-60, neste ato representado pela Sra. Aline Cristina Albuquerque Pinto, apenas denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: RODRIGUES & BONFIM LTDA, CNPJ nº 20.495.725/0001-05, com endereço na Rua Quintino Bocaiúva, nº 699, Alto do Açude, Cons.02, Pau dos Ferros/RN, neste ato representado(a) por THAISA JACOME RODRIGUES SARMENTO, doravante denominado CREDENCIADO(A), por preencher todos os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Objeto: Prestação do(s) serviço(s) de Consultas, ultrassonografias e encefalogramas, requerido(s) pelo(a) CREDENCIANTE, conforme relação dos itens dos quais credenciou-se, anexo ao contrato. Vigência: Com base nas disposições contidas no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo. Signatários: **ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO** e THAISA JACOME RODRIGUES SARMENTO.

Portalegre/RN, 06 de maio de 2019

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:AC65C2CE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019.005.003.001- CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, inscrito(a) no CNPJ SOB O nº 11.283.265/0001-60, neste ato representado pela Sra. Aline Cristina Albuquerque Pinto, apenas denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: C H V SAÚDE LTDA, CNPJ nº 11.983.401/0001-25, com endereço na Rua JOSÉ ALVES DE QUEIROZ, nº 101, Aluizio Diogenes, Pau dos Ferros/RN, neste ato representado(a) por HENIO SUASSUNA FERREIRA, doravante denominado CREDENCIADO(A), por preencher todos os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Objeto: Prestação do(s) serviço(s) de Consultas, ultrassonografias, histeroscopias, colposcopias, cauterizações e biopsias, requerido(s) pelo(a) CREDENCIANTE, conforme relação dos itens dos quais credenciou-se, anexo ao contrato. Vigência: Com base nas disposições contidas no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo. Signatários: **ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO** e **HENIO SUASSUNA FERREIRA**.

Portalegre/RN, 06 de MAIO de 2019

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:9F3348CF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019.005.003.004 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, inscrito(a) no CNPJ SOB O nº 11.283.265/0001-60, neste ato representado pela Sra. Aline Cristina Albuquerque Pinto, apenas denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: POLI & SARMENTO LTDA, CNPJ nº 09.240.822/0001-14, com endereço na Rua Quintino Bocaiúva, nº 699, Alto do Açude, Pau dos Ferros/RN, neste ato representado(a) por THAISA JACOME RODRIGUES SARMENTO, doravante denominado CREDENCIADO(A), por preencher todos os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Objeto: Prestação do(s) serviço(s) de tomografias, requerido(s) pelo(a) CREDENCIANTE, conforme relação dos itens dos quais credenciou-se, anexo ao contrato. Vigência: Com base nas disposições contidas no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo. Signatários: **ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO** e THAISA JACOME RODRIGUES SARMENTO.

Portalegre/RN, 03 de maio de 2019

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:363D458B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 112/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **Darimar Anastácio Silvério**, RG nº **1.677.556 – SSP/RN,** matrícula nº **060,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária(s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN**, no dia **06** do **05,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista o paciente Francisco Valmar Campos da Costa, para submeter -se ao procedimento de quimioterapia no Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer na cidade de Mossoró/RN,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **03 de maio de 2019**

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:D50049BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2019-GP/PMP

Portalegre, 06 de maio de 2019.

DISPÕE ACERCA DA CARGA HORÁRIA ININTERRUPTA DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a jornada de trabalho de forma ininterrupta de servidor público com carga horária de 40h/s;

CONSIDERANDO o processo Administrativo de Readaptação, atuado sob o nº 001/2019, instituído pela Portaria nº 066/2019, da servidora Sandra Maria de Paiva Florentino, matrícula nº 366, devido limitação sofrida em razão de doença,

CONSIDERANDO o disposto no art. 24 da Lei Municipal nº. 181/2007.

R E S O L V E

Art. 1º Fica determinado em 06 (seis) horas/diária, ininterruptas, o cumprimento da carga horária de 40horas/semanais, da servidora SANDRA MARIA DE PAIVA FLORENTINO, matrícula nº 366, para assumir a função de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, em conformidade com o art. 24 da Lei Municipal nº. 181/2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:855059B2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2019.005.003.002 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Partes: O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, inscrito(a) no CNPJ SOB O nº 11.283.265/0001-60, neste ato representado pela Sra. Aline Cristina Albuquerque Pinto, apenas denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: MTR CLINICA MEDICA EIRELI, CNPJ nº 27.844.454/0001-03, com endereço na Rua QUINTINO BOCAIÚVA, nº 699, ALTO DO AÇUDE, Pau dos Ferros/RN, neste ato representado(a) por MARIA TARCINARA RODRIGUES SARMENTO OLIVEIRA, doravante denominado CREDENCIADO(A), por preencher todos os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório. Objeto: Prestação do(s) serviço(s) de Consultas, exames de audiometria, otoemissões, videolaringoscopias e videonasofaringoscopias, requerido(s) pelo(a) CREDENCIANTE, conforme relação dos itens dos quais credenciou-se, anexo ao contrato. Vigência: Com base nas disposições contidas no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento terá vigência de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo. Signatários: **ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO** e **MARIA TARCINARA RODRIGUES SARMENTO OLIVEIRA**.

Portalegre/RN, 06 de MAIO de 2019

ALINE CRISTINA ALBUQUERQUE PINTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:A7ABB771

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2019-GP/PMP

Portalegre, 06 de maio de 2019.

O PREFEITO MUNCIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 22, Inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº. 001/2019, da Diretora do Centro de Saúde Municipal, relatando supostas infrações funcional da servidora;
CONSIDERANDO a necessidade apurar possíveis irregularidades cometidas por servidores no exercício da função pública;
CONSIDERANDO os termos do art. 145 da Lei Municipal nº. 181/2007, que prevê a instauração de sindicância administrativa para apura possível irregularidade em ato administrativo ou infração funcional cometido por servidor público;
CONSIDERANDO por fim**,** que o servidor público terá o irrestrito direito a garantia do contraditório e da ampla defesa, em conformidade com o disposto no art. 145 e 155 da Lei 181/2007 cumulado com o art. 5º, LV da Constituição Federal.
RESOLVE
Art. 1º Fica instaurado a Sindicância Administrativa atuada sob o nº**. 004/2019**, através de comissão sindicante, em face da servidora, **Antônia Lúcia da Silva,** matrícula nº. 149, cargo de **Auxiliar de Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que tem como objeto investigar e apurar infração funcional em no desempenho de sua função, e, empós, oferecer relatório conclusivo, com os elementos, suas circunstâncias, fundamentos jurídicos e sanções, eventualmente a ser aplicadas.
Art.2º- Fica nomeada a Comissão Processante, nos termos do art.151 da Lei Municipal nº. 181/2007, que será composta pelos seguintes servidores:

I- Ana Valéria Marques Gouvêa da Costa, servidora Pública municipal, lotada na Secretaria de Administração e Recursos Humanos.
II- Carla Dannielle dos Santos Leite, servidora pública municipal, lotada na Secretaria de Administração e Recursos Humanos.
III- Ana Raquel Lucena Costa Rego, servidora pública municipal, lotada na Secretaria Municipal Saúde e Saneamento.
Parágrafo único. Caberá ao servidor elencado no inciso I do artigo supra a Presidência da Comissão, nos termos do art. 151 da Li nº. 181/2007.
Art.3º A comissão terá o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.
Art.4º A Comissão poderá a seu critério convocar Assessorias do Município para colaborar nos trâmites do processo disciplinar.
Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Portalegre

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:0513CF67

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.004.026.001 - REFERENTE A(O) PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000028/19

Partes:A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 08358053/0001-90, localizada a RUA JOSÉ VIEIRA MAFALDO, Nº 122 – PORTALEGRE / RN, neste ato representado(a) por seu Ordenador de Despesas, o Sr. **MANOEL DE FREITAS NETO**, apenas denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Juridica: **FRANSUYLTON PEREIRA ROCHA 07191556498**, com endereço na R RAIMUNDO RODRIGUES TORRE, 13, PORTALEGRE/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 28.913.772/0001-33, doravante denominado CONTRATADO(A). Objeto: CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ATENDA AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL QUE COMPÕEM A REDE DE ENSINO DE PORTALEGRE. Valor total: R$ 66.420,00 (sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais). Vigência: O Presente contrato terá vigência a partir de 06 de maio de 2019, data de sua assinatura, e se encerrará em 31 de dezembro de 2019, ou enquanto decorrer a prestação dos serviços dentro da vigência do mesmo, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante termo aditivo, observados os limites previstos na Lei nº 8.666/93. Signatários: MANOEL DE FREITAS NETO e FRANSUYLTON PEREIRA ROCHA.

PORTALEGRE/RN, 26 de ABRIL de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenado(a) de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:43F12332

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 06050001/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de PUREZA/RN, CNPJ: 08.290.223/0001-42.
CONTRATADO(A): Cirne Irmãos & Cia Ltda – CNPJ. 08.326.720/0001-53.

Valor Global: R$ 3.107,20 (Três mil, cento e sete reais e vinte centavos);

OBJETIVO: Aquisição de brindes para distribuição nas festividades do dia das mães, com alunos das escolas municipais Jarbas Passarinho, Isabel Lucas de Brito, Maria do Livramento, Henrique Fagundes, Olinto Paulino dos Santos e Francisco de Assis Amaral Rocha, a serem realizadas no dia 10/05/2019.

ORIGEM DOS RECURSOS: Orçamento Geral do Município.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de consumo
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 24, II.

PUREZA/RN, 06 de maio de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.
Contratante

CIRNE IRMÃOS & CIA LTDA
CNPJ. 08.326.720/0001-53.
Contratada

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:C91C6B55

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 06050002/19

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde-Pureza/RN - CNPJ: 11.924.499/0001-40
CONTRATADO(A): Cirne Irmãos & Cia Ltda - CNPJ. 08.326.720/0001-53

Valor Global: R$ 419,30 (Quatrocentos e dezenove reais e trinta centavos);

OBJETIVO: Aquisição de brindes para distribuição nas festividades do dia das mães, com o grupo de mães assistidas pelo Núcleo de Apoio à Saude da Família - NASF deste município.

ORIGEM DOS RECURSOS: FMS
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.32.00: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 24, II.

PUREZA/RN, 06 de Maio 2018.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.

ROSE MARY MAGNA GOMES FONSECA MOURA
Secretaria Municipal de Saúde
Contratante

CIRNE IRMÃOS & CIA LTDA
CNPJ. 08.326.720/0001-53
Contratado

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:DFC8199B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

Rua José Martins de Oliveira 178 – Centro – Rafael Fernandes

CNPJ: 08.357.675/0001-02 – Tel.: (84) 3358 - 0099

PORTARIA Nº 016/2019

Dispõe sobre cadastro de USUÁRIO GERENCIADOR junto ao TCE/RN

O Prefeito Constitucional do Município de Rafael Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas competências outorgadas pela Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Designar a pessoa abaixo qualificada como "Usuário Gerenciador" da unidade jurisdicionada PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES, na operação do Portal do Gestor do TCE-RN, conforme Portaria n° 070/2019-GP/TCE:

Francisco Rogério de Oliveira
Cargo: Técnico em Contabilidade, matricula 275 portador de CPF 941.872.584-34

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE
REGISTRE-SE
CUMPRA-SE

Rafael Fernandes-RN, em 06 de Maio de 2019.

FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:3667EE8B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EDITAL Nº 02/2019

EDITAL Nº 02/2019
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES
A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 04/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Rafael Godeiro/RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
Meima Maiana de Oliveira
Luana Cortez de Lima
Maria Betânia de Oliveira Ferreira
Maria Izabel de Souza Neta
João Pedro Oliveira França
Márcio Paiva Santos
Josivan dos Santos Oliveira
Daniely Raianny Vieira da Silva
Katiana Batista Vieira
Francisca Regicleide Felipe
Maria Elizanlia Oliveira Paiva
Terezinha Maia de Paiva Neta
Pedro Henrique Maia de Medeiros
Girlene Cavalcante da Costa
Leila Kelly de Paiva Lima
Ronara Dantas da Silva
Mismilane Batista Alves
Adriana Aglaine de Souza Cortez
Emanuel Eduardo Paiva Batista
Vanessa Mabel da Silva Ferreira
Marcondes Augusto Ferreira
Francisca de Paiva Sobrinha
Fabricia Clemente da Silva
Pricila Caroba da Silva
Maria Lubes Fernandes Maia Rocha
Jaksandro Pereira Silva
Rodrigo Rodrigues Ferreira

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 265/2005 e Resolução nº 04/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Pedro Holanda Montenegro, nº 142, no horário das 8h às 12h horas.

Rafael Godeiro, 06 de maio de 2019.

WANECI BARBOZA RODRIGUES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:D0ED60A7

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 016 - LICENÇA PRÊMIO - SOLÍGIA RÉGIA BATISTA

PORTARIA Nº. 016/2019 – Gabinete da Prefeita

Rafael Godeiro – RN, 06 de maio de 2019.

A PrefeitA Municipal de Rafael Godeiro / RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a **Lei 221/96, capítulo II do Art. 103 do Código dos Servidores Públicos do Município de Rafael Godeiro – RN**.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder **licença PRÊMIO PELO PERÍODO DE 3 (TRÊS) MESES: 06/05 a 06/08/2019**, conforme solicitado através de Requerimento emitido pela servidora pública municipal **SOLÍGIA RÉGIA BATISTA**, professora, portadora do **CPF nº 030.904.214-37, RG nº 1.677.002/ITEP/RN**, integrante do Quadro de **Servidores Efetivos da Secretaria Municipal de Educação**, desempenhando suas atividades profissionais na Escola Municipal Professor Raimundo Nonato de Lima, neste município.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

LUDMILA CARLOS A. ARAÚJO ROSADO
CPF nº 011.867.934-14
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:86D6CE1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE CONTRATO N.º 09040001/2019

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 09040001/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz E EDIVAN BORGES DE SOUSA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz, com sede na: Rua Camilo de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.921.556/0001-08, neste ato representado por TEMISTOCLES MAIA DE LUCENA, Secretário, inscrito no CPF sob o n.º 028.658.164-78, doravante denominada CONTRATANTE, e EDIVAN BORGES DE SOUSA – ME, CNPJ. 03.936.626/0002-83, Inscrição Estadual 20.439.642-5, Rua São João, 336 – São Benedito – Pau dos Ferros/RN, CEP. 59.900-000, representada neste ato pelo

Senhor Edivan Borges de Sousa, CPF. 785.891.264-04 e RG. 1.216.685 – SSPRN, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 017/2018 - PP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é: Registro de Preços para possível contratação de empresa para a aquisição de carga de gás de oxigênio medicinal destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Discriminação do objeto:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	10754 - GÁS COMPRIMIDO, OXIGÊNIO, INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, O2, 31,99 G/MOL, TEOR MÍN. 99,5% V/V, USO MEDICINAL	M³	3.610	10,90	39.349,00
Total Geral					**39.349,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 09/04/2019 e encerramento em 31/12/2019, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 39.349,00 (trinta e nove mil e trezentos e quarenta e nove reais)**.**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:

8 - Fundo Municipal de Saúde de Riacho da Cruz
8000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
8001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
10 – Saúde
122 - Administração Geral
17 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MULNIICIPAL DE SAUDE E SENEAMENTO
2.107 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
20 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
3 - RECURSOS PROPRIO SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

O preço contratado é fixo e irreajustável.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLAUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É eleito o Foro da cidade de Portalegre/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 9 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz
CNPJ/MF nº 12.921.556/0001-08
TEMISTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário
CPF n.º 028.658.164-78
Contratante

EDIVAN BORGES DE SOUSA
CNPJ/MF nº 03.936.626/0002-83
Contratado

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:632A855A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO 035/2019

PORTARIA DE AJUDA DE CUSTO Nº 035/2019 de 02 de maio de 2019.

"Concede Ajuda de Custo a pessoa carente do Município".

A Prefeita Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto na Lei Municipal n. º 323/2013

Considerando o Requerimento expedido pela Sra . Cristiane Mayara Alves Lopes e analisado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Resolve:

Art. 1º Conceder ajuda de custo no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) em favor da Senhora Cristiane Mayara Alves Lopes CPF: 103.700.424-84, residente e domiciliada neste município, para custear despesas com uma passagem para São Paulo onde conseguiu uma oportunidade de trabalho e por ser uma pessoa carente e não ter condições financeiras de arcar com todas as despesas.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 02 de maio de 2019.

MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ciena Maria Paiva Diogenes Rego
Código Identificador:045C88AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2019 ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RIACHO DA CRUZ - RN

RESOLUÇÃO Nº 002/2019.
RIACHO DA CRUZ RN, 06 DE MAIO DE 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIACHO DA CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº**8.069, de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal n°.180/1997,** torna público a Relação dos Candidatos inscritos ao Cargo de Conselheiro Tutelar e abertura de prazo para impugnações.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº.01/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE RIACHO DA CRUZ - RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
CONSIDERANDO que foi encerrado o prazo previsto no Edital nº 001/2019, que dispõe sobre a eleição unificada para conselheiro tutelar, aprovado, editado e publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Riacho da Cruz - RN;
CONSIDERANDO que o Ministério Público Estadual ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº. 180/1997, Resolução nº 001/2019 e do Edital nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral;
CONSIDERANDO a necessidade de tornar público todos os atos inerentes ao processo eleitoral em pauta.

RESOLVE:
Art. 1°. As impugnações e denúncias contra candidatos inscritos, deverão ser formalizadas no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação desta Resolução, devidamente instruída com as provas que tiver. Compreendendo o período de 07/05/2019 a 13/05/2019;

Art. 2°. As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas com as devidas provas, na sede do CMDCA, Rua Julieta Gomes de Paiva, S/N, Centro, Riacho da Cruz- RN, no horário de 08h00min às 11h00min, nos dias mencionados no caput do artigo anterior.

Art. 3°. Encerradas as inscrições, apresenta-se a relação preliminar dos candidatos inscritos para concorrer ao pleito, os referidos inscritos estão disposto em ordem alfabética, acompanhado pelo o número da ficha de inscrição:

Nº	Nome Completo do Candidato	Nº Inscrição
01	Antonia Aparecida Oliveira	05
02	Antonia Soares Pereira Paiva	08
03	Dalila de Paiva Soares Oliveira	04
04	Francisca Itamara Soares Rêgo	10
05	Francisco Mardonio de Souza	07
06	Laís Michelle da Silva Souza	15
07	Marcos felipe Gomes das Chagas	09
08	Manoel do Nascimento Lima	06
09	Renata Thays Ribeiro Borges	03
10	Romario Nogueira	01
11	Shirley Gardenia Ribeiro	12
12	Valdeny Paiva Silva	02

Riacho da Cruz – RN, 06 de maio de 2019.

REGYANA DE PAIVA NUNES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ciena Maria Paiva Diogenes Rego
Código Identificador:C9A295EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2019 REABERTURA DO PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA CANDIDATURAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

A Comissão Especial Eleitoral do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE do município de Riacho de Santana/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução CMDCA/RS nº 002/2019 e, considerando que apenas 07 (sete) pessoas se escreveram para concorrer a eleição para membros do Conselho Tutelar no período estabelecido no Edital 001/2019, o que inviabiliza a continuidade do certame, conforme preceitua os dispositivos legais do §1º do Art. 13 da Resolução 170/2014 do CONANDA e do Art. 50 da Lei Municipal 312/2019. Desta forma, torna-se público por meio deste Edital, a reabertura das inscrições para a candidatura de novos interessados/as a concorrer às eleições para membros do Conselho Tutelar (quadriênio 2020-2024) e o novo calendário que regerá o Processo de Escolha.

1. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

1.1. Será reaberto, **no período de 13 a 24 de maio de 2019**, a inscrição para novas candidaturas a eleição para membros do Conselho Tutelar de Riacho de Santana/RN (quadriênio 2020-2024).
1.2. As inscrições serão realizadas no espaço que acolhe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é a Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, localizada

na Prefeitura Municipal, Rua Manoel de Souza Lima, 350, das 8:00h às 13:00h.

1.3. As exigências para candidatura e os documentos a serem apresentados no ato da inscrição continuam a ser os exigidos pelo Edital 001/2019.

1.4. A suspenção do trâmite do processo de escolha, para reabertura do prazo para inscrição de novas candidaturas não trará prejuízo da garantia de posse dos membros eleitos, conforme previsto no Edital 001/2019.

2. DO CALENDÁRIO DO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1. Tendo em vista a reabertura do período de inscrição para novas candidaturas a eleição para membros do Conselho Tutelar de Riacho de Santana/RN (quadriênio 2020-2024), revoga-se o calendário apresentado pelo Anexo I do Edital 001/2019, passando a vigorar o calendário abaixo apresentado:

CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2019	
Divulgação do Edital de Reabertura das Inscrições	**06/05/2019**
Período de Inscrições com entrega dos documentos	**13/05/2019 a 24/05/2019**
Divulgação da relação dos inscritos	**27/05/2019**
Período para Impugnação de Candidatura	**28/05/2019 a 31/05/2019**
Apresentação de Defesa pelo Candidato Impugnado	**05/06/2019 a 07/05/2019**
Julgamento das Impugnações pelo CMDCA	**10/06/2019 a 11/06/2019**
Divulgação da lista preliminar de Candidaturas Habilitadas	**14/06/2019**
Período de Recursos ao CMDCA	**17/06/2019 a 18/06/2019**
Publicação da relação definitiva dos Candidatos aptos ao Exame de Conhecimento, com o resultado dos eventuais recursos.	**21/06/2019**
Exame de conhecimento específico com caráter Eliminatório sobre a Lei 8.069/1990	**07/07/2019**
Divulgação do gabarito e Relação preliminar dos Aprovados	**10/07/2019**
Prazo para recurso	**11/07/2019 a 15/07/2019**
Resultado dos recursos e Divulgação da lista definitiva dos candidatos habilitados a concorrerem a Eleição para o Conselho Tutelar	**22/07/2019**
Reunião com os candidatos para repasse das normas do Processo de Escolha	**24/07/2019**
Período de Campanha Eleitoral	**29/08/2019 a 29/09/2019**
Divulgação dos locais de votação e apuração	**16/09/2019**
Data do Dia da Eleição	**06/10/2019**
Divulgação do Resultado Final	**Até 07/10/2019**
Posse dos Conselheiros Tutelares	**10/01/2020**

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Todos os demais trâmites, exigências e condução do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Riacho de Santana/RN (quadriênio 2020-2024) não alterados por este Edital, continuam a seguir o disposto do Edital 001/2019.

Riacho de Santana/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCISCO DAS CHAGAS JUNIOR
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

ANTONIO BATISTA FELIX
Membro da Comissão Especial Eleitoral

IANDRA CAROLINE DA COSTA FERNANDES
Membro da Comissão Especial Eleitoral

HENRIQUE SUEVERTON CAJÉ DA SILVA
Membro da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:4F4408F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 006-0503.201-9

JUSTIFICATIVA POR QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Termo de Justificativa Nº 006-0503.201-9

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento do Fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.287.738/0001-06**, sediada á Rua Alto do Garcia Dantas, nº 1318, Nações Unida, Pau dos Ferros/RN, referente à Nota de Empenho **nº 190219013**, Nota de Liquidação **nº 01032/2019**, datada de 02/05/2019, no valor de **R$ 2.947,56** (*dois mil novecentos e quarenta sete trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos*), correspondente a Nota Fiscal de Serviço **nº 01501**, emitida em 02 de maio de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de pagamento encontrasse perfeitamente respaldada com base no Art. 15, inciso V, da Resolução nº 032/2016 - TCE/RN, uma vez que existe notoriamente interesse coletivo relevante, pois trata-se do pagamento de despesas de Aquisição de Combustível, para os veículos destinados ao atendimento das Secretarias municipais em conformidade com o objeto do **Processo de Licitação nº 2019118568**, o qual corresponde ao Processo Administrativo nº **001/2019**, que tem como fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA, CNPJ: nº 11.287.738/0001-06.**

A não aquisição dos Itens fornecidos pelo credor supracitado irá comprometer todo o funcionamento e atendimentos realizados pelas secretarias municipais a falta de abastecimento trazendo inúmeras preocupações aos usuários que necessitam do serviço.

Dessa forma o pagamento do referido fornecedor torna-se imprescindível e indispensável para manter o funcionamento e a continuidade dos serviços ora citados, por se tratar de um risco de não atendimento de urgência e emergência aos que necessitam.

É do conhecimento de todos que desde que entrou em vigor a Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, desta forma esclarecemos que, trata-se da análise do ponto de vista da viabilidade de retirada da despesa aqui mencionada da Ordem Cronológica de recebimento determinada instituição que possui valores a receber desta Administração.

Entendendo que a Justificativa encontra-se dentro do que preceitua a Resolução N 032/2016 do TCE/RN, assim vejamos a seguir:

"Art. 15. Far-se-á admissível a quebra da ordem cronológica de pagamentos tão somente em caso de:
I - grave perturbação da ordem;
II - estado de emergência;
III - calamidade pública;
IV - decisão judicial ou do Tribunal de Contas que determine a suspensão de pagamento; e
V - relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
§ 1º As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado de autoridade competente.
§ 2º O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidades, relativamente a qualquer das hipóteses previstas nos incisos do caput, deverá ser precedido de justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador de despesas, fazendo-se obrigatória a publicação da mesma na imprensa oficial."

Dessa forma entendemos que por haver urgência no pagamento para o fornecedor supracitado, e por compreender que a demora no pagamento poderá ensejar no corte do fomecimento, que tal corte irá prejudicar a população, assim sendo, urge a necessidade que tais pagamentos sejam adiantados na fila da ordem cronológica, para que não haja o risco iminente de colapso no atendimento aos usuários dos serviços públicos deste município.

Riacho de Santana/RN, 03 de maio de 2019.

JESSE NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:4FC36F98

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 005-0503.201-9

JUSTIFICATIVA POR QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Termo de Justificativa Nº 005-0503.201-9

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento do Fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.287.738/0001-06**, sediada á Rua Alto do Garcia Dantas, nº 1318, Nações Unida, Pau dos Ferros/RN, referente à Nota de Empenho **nº 190219015**, Nota de Liquidação **nº 0994/2019**, datada de 03/05/2019, no valor de **R$ 1.319,95** (*um mil trezentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos*), correspondente a Nota Fiscal de Serviço **nº 01495**, emitida em 02 de maio de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de pagamento encontrasse perfeitamente respaldada com base no Art. 15, inciso V, da Resolução nº 032/2016 - TCE/RN, uma vez que existe notoriamente interesse coletivo relevante, pois trata-se do pagamento de despesas de Aquisição de Combustível, para os veículos destinados ao atendimento das Secretarias municipais em conformidade com o objeto do **Processo de Licitação nº 2018316309**, o qual corresponde ao Processo Administrativo nº **03094/2018**, que tem como fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA, CNPJ: nº 11.287.738/0001-06.**
A não aquisição dos Itens fornecidos pelo credor supracitado irá comprometer todo o funcionamento e atendimentos realizados pelas secretarias municipais a falta de abastecimento trazendo inúmeras preocupações aos usuários que necessitam do serviço.
Dessa forma o pagamento do referido fornecedor torna-se imprescindível e indispensável para manter o funcionamento e a continuidade dos serviços ora citados, por se tratar de um risco de não atendimento de urgência e emergência aos que necessitam.
É do conhecimento de todos que desde que entrou em vigor a Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, desta forma esclarecemos que, trata-se da análise do ponto de vista da viabilidade de retirada da despesa aqui mencionada da Ordem Cronológica de recebimento determinada instituição que possui valores a receber desta Administração.
Entendendo que a Justificativa encontra-se dentro do que preceitua a Resolução N 032/2016 do TCE/RN, assim vejamos a seguir:
"Art. 15. Far-se-á admissível a quebra da ordem cronológica de pagamentos tão somente em caso de:
I - grave perturbação da ordem;
II - estado de emergência;
III - calamidade pública;
IV - decisão judicial ou do Tribunal de Contas que determine a suspensão de pagamento; e
V - relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
§ 1º As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado de autoridade competente.
§ 2º O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidades, relativamente a qualquer das hipóteses previstas nos incisos do caput, deverá ser precedido de justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador de despesas, fazendo-se obrigatória a publicação da mesma na imprensa oficial."

Dessa forma entendemos que por haver urgência no pagamento para o fornecedor supracitado, e por compreender que a demora no pagamento poderá ensejar no corte do fornecimento, que tal corte irá prejudicar a população, assim sendo, urge a necessidade que tais pagamentos sejam adiantados na fila da ordem cronológica, para que não haja o risco iminente de colapso no atendimento aos usuários dos serviços públicos deste município.

Riacho de Santana/RN, 03 de maio de 2019.

JESSE NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:E63C4533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 004-0503.201-9

JUSTIFICATIVA POR QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Termo de Justificativa Nº 004-0503.201-9

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento do Fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.287.738/0001-06**, sediada á Rua Alto do Garcia Dantas, nº 1318, Nações Unida, Pau dos Ferros/RN, referente à Nota de Empenho **nº 190219012**, Nota de Liquidação **nº 0993/2019**, datada de 03/05/2019, no valor de **R$ 1.672,48** (*um mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos*), correspondente a Nota Fiscal de Serviço **nº 01494**, emitida em 02 de maio de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de pagamento encontrasse perfeitamente respaldada com base no Art. 15, inciso V, da Resolução nº 032/2016 - TCE/RN, uma vez que existe notoriamente interesse coletivo relevante, pois trata-se do pagamento de despesas de Aquisição de Combustível, para os veículos destinados ao atendimento das Secretarias municipais em conformidade com o objeto do **Processo de Licitação nº 2018316309**, o qual corresponde ao Processo Administrativo nº **03094/2018**, que tem como fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA, CNPJ: nº 11.287.738/0001-06.**
A não aquisição dos Itens fornecidos pelo credor supracitado irá comprometer todo o funcionamento e atendimentos realizados pelas secretarias municipais a falta de abastecimento trazendo inúmeras preocupações aos usuários que necessitam do serviço.
Dessa forma o pagamento do referido fornecedor torna-se imprescindível e indispensável para manter o funcionamento e a continuidade dos serviços ora citados, por se tratar de um risco de não atendimento de urgência e emergência aos que necessitam.
É do conhecimento de todos que desde que entrou em vigor a Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, desta forma esclarecemos que, trata-se da análise do ponto de vista da viabilidade de retirada da despesa aqui mencionada da Ordem Cronológica de recebimento determinada instituição que possui valores a receber desta Administração.
Entendendo que a Justificativa encontra-se dentro do que preceitua a Resolução N 032/2016 do TCE/RN, assim vejamos a seguir:
"Art. 15. Far-se-á admissível a quebra da ordem cronológica de pagamentos tão somente em caso de:
I - grave perturbação da ordem;
II - estado de emergência;
III - calamidade pública;
IV - decisão judicial ou do Tribunal de Contas que determine a suspensão de pagamento; e
V - relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
§ 1º As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado de autoridade competente.
§ 2º O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidades, relativamente a qualquer das hipóteses previstas nos incisos do caput, deverá ser precedido de justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador de despesas, fazendo-se obrigatória a publicação da mesma na imprensa oficial."

Dessa forma entendemos que por haver urgência no pagamento para o fornecedor supracitado, e por compreender que a demora no pagamento poderá ensejar no corte do fornecimento, que tal corte irá prejudicar a população, assim sendo, urge a necessidade que tais pagamentos sejam adiantados na fila da ordem cronológica, para que não haja o risco iminente de colapso no atendimento aos usuários dos serviços públicos deste município.

Riacho de Santana/RN, 03 de maio de 2019.

JESSE NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:558081F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 003-0503.201-9

JUSTIFICATIVA POR QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Termo de Justificativa Nº 003-0503.201-9

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento do Fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.287.738/0001-06**, sediada á Rua Alto do Garcia Dantas, nº 1318, Nações Unida, Pau dos Ferros/RN, referente à Nota de Empenho **nº 190219013**, Nota de Liquidação **nº 0992/2019**, datada de 03/05/2019, no valor de **R$ 3.915,53** (*três mil novecentos e quinze reais cinquenta três centavos*), correspondente a Nota Fiscal de Serviço **nº 01492**, emitida em 02 de maio de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de pagamento encontrasse perfeitamente respaldada com base no Art. 15, inciso V, da Resolução nº 032/2016 - TCE/RN, uma vez que existe notoriamente interesse coletivo relevante, pois trata-se do pagamento de despesas de Aquisição de Combustível, para os veículos destinados ao atendimento das Secretarias municipais em conformidade com o objeto do **Processo de Licitação nº 2018316309**, o qual corresponde ao Processo Administrativo nº **03094/2018**, que tem como fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA, CNPJ: nº 11.287.738/0001-06.**
A não aquisição dos Itens fornecidos pelo credor supracitado irá comprometer todo o funcionamento e atendimentos realizados pelas secretarias municipais a falta de abastecimento trazendo inúmeras preocupações aos usuários que necessitam do serviço.
Dessa forma o pagamento do referido fornecedor torna-se imprescindível e indispensável para manter o funcionamento e a continuidade dos serviços ora citados, por se tratar de um risco de não atendimento de urgência e emergência aos que necessitam.
É do conhecimento de todos que desde que entrou em vigor a Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, desta forma esclarecemos que, trata-se da análise do ponto de vista da viabilidade de retirada da despesa aqui mencionada da Ordem Cronológica de recebimento determinada instituição que possui valores a receber desta Administração.
Entendendo que a Justificativa encontra-se dentro do que preceitua a Resolução N 032/2016 do TCE/RN, assim vejamos a seguir:
"Art. 15. Far-se-á admissível a quebra da ordem cronológica de pagamentos tão somente em caso de:
I - grave perturbação da ordem;
II - estado de emergência;
III - calamidade pública;
IV - decisão judicial ou do Tribunal de Contas que determine a suspensão de pagamento; e
V - relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
§ 1º As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado de autoridade competente.
§ 2º O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidades, relativamente a qualquer das hipóteses previstas nos incisos do caput, deverá ser precedido de justificativa circunstanciada emanada do pertinente ordenador de despesas, fazendo-se obrigatória a publicação da mesma na imprensa oficial."

Dessa forma entendemos que por haver urgência no pagamento para o fornecedor supracitado, e por compreender que a demora no pagamento poderá ensejar no corte do fornecimento, que tal corte irá prejudicar a população, assim sendo, urge a necessidade que tais pagamentos sejam adiantados na fila da ordem cronológica, para que não haja o risco iminente de colapso no atendimento aos usuários dos serviços públicos deste município.

Riacho de Santana/RN, 03 de maio de 2019.

JESSE NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:2BC93C7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 002-0503.201-9

JUSTIFICATIVA POR QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Termo de Justificativa Nº 002-0503.201-9

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento do Fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.287.738/0001-06**, sediada á Rua Alto do Garcia Dantas, nº 1318, Nações Unida, Pau dos Ferros/RN, referente à Nota de Empenho **nº 190219005**, Nota de Liquidação **nº 0676/2019**, datada de 02/04/2019, no valor de **R$ 9.823,95** (*nove mil oitocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos*), correspondente a Nota Fiscal de Serviço **nº 01443**, emitida em 27 de março de 2019.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de pagamento encontrasse perfeitamente respaldada com base no Art. 15, inciso V, da Resolução nº 032/2016 - TCE/RN, uma vez que existe notoriamente interesse coletivo relevante, pois trata-se do pagamento de despesas de Aquisição de Combustível, para os veículos destinados ao atendimento das Secretarias municipais em conformidade com o objeto do **Processo de Licitação nº 2018316309**, o qual corresponde ao Processo Administrativo nº **03094/2018**, que tem como fornecedor **ANDRE FERNANDEZ DE OLIVEIRA, CNPJ: nº 11.287.738/0001-06.**
A não aquisição dos Itens fornecidos pelo credor supracitado irá comprometer todo o funcionamento e atendimentos realizados pelas secretarias municipais a falta de abastecimento trazendo inúmeras preocupações aos usuários que necessitam do serviço.
Dessa forma o pagamento do referido fornecedor torna-se imprescindível e indispensável para manter o funcionamento e a continuidade dos serviços ora citados, por se tratar de um risco de não atendimento de urgência e emergência aos que necessitam.
É do conhecimento de todos que desde que entrou em vigor a Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, desta forma esclarecemos que, trata-se da análise do ponto de vista da viabilidade de retirada da despesa aqui mencionada da Ordem Cronológica de recebimento determinada instituição que possui valores a receber desta Administração.
Entendendo que a Justificativa encontra-se dentro do que preceitua a Resolução N 032/2016 do TCE/RN, assim vejamos a seguir:
"Art. 15. Far-se-á admissível a quebra da ordem cronológica de pagamentos tão somente em caso de:
I - grave perturbação da ordem;
II - estado de emergência;
III - calamidade pública;
IV - decisão judicial ou do Tribunal de Contas que determine a suspensão de pagamento; e
V - relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
§ 1º As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado de autoridade competente.
§ 2º O pagamento em desacordo com a ordem cronológica de exigibilidades, relativamente a qualquer das hipóteses previstas nos incisos do caput, deverá ser precedido de justificativa

circunstanciada emanada do pertinente ordenador de despesas, fazendo-se obrigatória a publicação da mesma na imprensa oficial."

Dessa forma entendemos que por haver urgência no pagamento para o fornecedor supracitado, e por compreender que a demora no pagamento poderá ensejar no corte do fornecimento, que tal corte irá prejudicar a população, assim sendo, urge a necessidade que tais pagamentos sejam adiantados na fila da ordem cronológica, para que não haja o risco iminente de colapso no atendimento aos usuários dos serviços públicos deste município.

Riacho de Santana/RN, 03 de maio de 2019.

JESSE NILDO DANTAS DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Bento de Souza
Código Identificador:57989D17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO FOGO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2019

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Fogo/RN,

CNPJ: 14.809.570/0001-31,

Contratado: Ademilza Vasconcelos- **CPF**: 009.414.714-03;
Objeto do contrato: Contratação de locação de 01(um) imóvel localizado na rua: Josafá Ribeiro, 129, centro- Rio do Fogo/RN – CEP: 59.578- 000- destinado para funcionamento das atividades do programa Bolsa Família do Município de Rio do Fogo/RN / RN;
Vigência: 02 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019;

Valor mensal: R$ 1.000,00 (mil reais);

Valor global: R$ 8.000,00 (oito mil reais);

Fundamentação: Inciso X, do art. 24 da lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações).
Assinaturas:
Pela contratante:

• Laerte Ney de Paiva Fagundes- CPF: 022.831.484-48 (prefeito municipal);

• Shirllene Maia de Freitas Paiva Fagundes- CPF: 027.049.594-04 (Gestora do Fundo M. de Assistência Social de Rio do Fogo/ RN);

Pela contratada: Ademilza Vasconcelos- **CPF**: 009.414.714-03.

Rio do Fogo/RN, 03 de maio de 2019.

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:EA8EB545

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO FOGO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Fogo/RN,
CNPJ: 14.809.570/0001-31,

Contratado: Ademilza Vasconcelos- **CPF**: 009.414.714-03;

Objeto do contrato: Contratação de locação de 01(um) imóvel localizado na rua: Josafá Ribeiro, 129, centro- Rio do Fogo/RN – CEP: 59.578- 000- destinado para funcionamento das atividades do programa Bolsa Família do Município de Rio do Fogo/RN / RN;

Vigência: 02 de maio de 2019 a 31 de dezembro de 2019;

Valor mensal: R$ 1.000,00 (mil reais);

Valor global: R$ 8.000,00 (oito mil reais);

Fundamentação: Inciso X, do art. 24 da lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações).

Assinaturas:

Pela contratante:

• Laerte Ney de Paiva Fagundes- CPF: 022.831.484-48 (prefeito municipal);

• Shirllene Maia de Freitas Paiva Fagundes- CPF: 027.049.594-04 (Gestora do Fundo M. de Assistência Social de Rio do Fogo/ RN);

Pela contratada: Ademilza Vasconcelos- **CPF**: 009.414.714-03.

Rio do Fogo/RN, 03 de maio de 2019.

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:BEA92485

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIVULGA A RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA CANDIDATURA À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E ABRE PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº **01/2005** e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Ordem de Inscrição	INSCRITOS
20	ALECIA DE BRITO FERREIRA
06	ANA PATRICIA DOS SANTOS DE MIRANDA
10	ANDRA MARYANO NERY CIRIACO
14	ANDREA SILVA
21	ANDREIA BATISTA GOMES
16	DALIANA MOREIRA DE OLIVEIRA
01	DEISE SOARES BATISTA
23	EMANOEL LIMA ALVES
08	ERICA GOMES DOS ANJOS

09	FABIANA CHACON DA SILVA
12	HERICA JULIANA FELIX DOS SANTOS
33	ISABEL CRISTINA ALVES DA SILVA LOPES
30	ISABEL CRISTINA DOS SANTOS FERREIRA
11	ITAMAR PEREIRA DA CRUZ
19	IVANIZE DOS SANTOS
17	JECIA ALVES QUERINO
05	JECICLEIDE ALVES BEZERRA
18	JOSILENE DE FREITAS MIGUEL
04	KLEJAK VIEIRA DE LUCENA
03	LARIANE LINO DA SILVA
15	LARISSA DA COSTA REGIS
13	LENIRA SERAFIM DOS SANTOS DA CRUZ
28	LUZIMARIA MATEUS SOARES
02	MARIA IRLENE RODRIGUES
24	MILENA JOVINA RODRIGUES DA SILVA
22	NILCELIIA ANDRADE DE OLIVEIRA
26	PEDRO RICARDO DE SOUZA PEREIRA
27	RANNERSON NONATO DA SILVA
32	RENATA SILVA DE SOUZA
07	SCARLET ALVES DA CUNHA
25	VALERIA LUCAS URBANO
31	VALERIA MONTEIRO DE OLIVEIRA
29	YTALLA THAYNNA DO NASCIMENTO SILVA

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situada na Rua Júlio Lopes, 229, Praça dos Pescadores, Centro, Rio do Fogo/RN, no horário das 09h ás 15h.

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

LAÉRCIA BRENDA DE OLIVEIRA RÉGIS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:1849E941

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

Considerando que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e serviços essenciais que atuam indiretamente ou diretamente no bem estas das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial (fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município), **para o fornecedor:** F BATISTA DA SILVA - ME - **CNPJ:** 27.141.629/0001-08. , **referente empenho nº** 307001, **nota fiscal nº** 0234, **data de emissão:** 16/03/2019, no valor de R$ 551,80 (quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:9504C4D8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

Considerando que o não pagamento da referida despesa implicara na paralização do fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município.

Considerando que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e serviços essenciais que atuam indiretamente ou diretamente no bem estas das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial (fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município), **para o fornecedor:** F BATISTA DA SILVA - ME - **CNPJ:** 27.141.629/0001-08. , **referente empenho nº** 301001, **nota fiscal nº** 0237, **data de emissão:** 16/03/2019, no valor de R$ 3.670,40 (três mil seiscentos e setenta reais e quarenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:89117F3C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

Considerando que o não pagamento da referida despesa implicara na paralização do fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município.

Considerando que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e serviços essenciais que atuam indiretamente ou diretamente no bem estas das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial (fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município), **para o fornecedor:** F BATISTA DA SILVA - ME - **CNPJ:** 27.141.629/0001-08. , **referente empenho nº** 201008, **nota fiscal nº** 0232, **data de emissão:** 16/03/2019, no valor de R$ 7.643,60 (sete mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:6475B691

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

Considerando que o não pagamento da referida despesa implicara na paralização do fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município.

Considerando que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e serviços essenciais que atuam indiretamente ou diretamente no bem estas das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços essenciais de fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial (fornecimento de refeições para os plantonistas da Unidade Mista de saúde deste Município), **para o fornecedor:** F BATISTA DA SILVA - ME -

CNPJ: 27.141.629/0001-08. , **referente empenho nº** 121001, **nota fiscal nº** 0225, **data de emissão:** 08/02/2019, no valor de R$ 2.722,40 (dois mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:1EC6991E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Secretário Municipal de Urbanismo, Recursos Hídrico e Meio Ambiente, o Senhor Marcio Luiz Pereira Barbosa, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade urgente e constante para garantir um nível aceitável de qualidade de vida a população, onde os cidadãos possam habitar sem sofrer agressões de odores desagradáveis, acarretando sujeiras dos mais diversos tipos, insetos e roedores transmissores de doenças, além de saneamento básico e saúde pública.
CONSIDERANDO o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;

CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralização de serviços essenciais aos munícipes, como por exemplo, a falta de coleta de lixo domiciliar e outros, acarretando assim diversos problemas, como inclusive de saneamento básico e saúde pública.

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações aos munícipes, que atuam direta e indiretamente na saúde e no bem-estar das pessoas;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços de limpeza urbana contínuos e essenciais para o bem estar e a qualidade de vida dos munícipes, para o fornecedor: A. D. EMPREEDIMENTOS & CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CNPJ: 23.466.869/0001-21, referente nota fiscal nº 000000156, data da Emissão: 06/05/2019, no valor de R$ 146.998,71 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos).

Rio do Fogo/RN, 06 de maio de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Secretário Municipal de Urbanismo, Recursos Hídrico e Meio Ambiente

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:7C2805EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 289/2004 com alterações na Lei 447/2015, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01	PEDRO JÚNIOR DOS SANTOS FERREIRA
02	MARCOS DOUGLAS LIMA DE SOUZA
03	EDNISIO VIANA DE SOUZA
04	PAULA EVELY DE MOURA
05	MANOEL JEFFSON DE LIMA
06	GENILSON MARTINS GARCIA
07	FRANCISCO AMBROSIO DA SILVA
08	TEREZA CRISTINA DOS SANTOS BEZERRA
09	MARIA JOSE DE MOURA ARAUJO
10	ERIK DE FRANÇA BARBOSA
11	MARIA LUCIENE DA SILVA
12	ROSELI CÂNDIDO DE MOURA
13	FELIPE RENAN FERNANDES
14	KÉVIA KALLINE RIBEIRO DE ANDRADE
15	ALYNE RODRIGUES DE MOURA E SOUZA
16	ANA KELLY DA SILVA
17	IVANUZIA CASSIANO DE ARAÚJO
18	MARIA JOSÉ FEITOSA DA SILVA
19	MAYRA LAISE CÂMARA CARDOSO
20	FELIPE MARTINS BRAZ DA SILVA
21	JOSEFA DANILY RODRIGUES DA SILVA
22	BRENDA VIRGINIO DIAS
23	RENATO SOARES DA SILVA
24	ADAILZA MENDES DE SOUZA TEIXEIRA
25	KLEITON PEGADO
26	KATIANA QUERINO CANDIDO DE LIMA
27	JUDSON PEREIRABEZERRA
28	VITORIA ANDEZA RODRIGUES
29	EIANE MARTINS DA SILVA

30	MARIA BETANIA BARBOSA DIAS
31	MARIA RICELY EMANUELE CARDOSO DOS SANTOS
32	ROBSON HERY PEGADO

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07/05/2019 à 13/05/2019, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal Assistência Social, situada na Rua Joel Gomes de Melo, 60 – Centro, Ruy Barbosa/RN, no horário das 08h ás 13h.

Ruy Barbosa/RN, 06 de maio de 2019.

MANOEL JOSE DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Danilo Rodrigues Barreto
Código Identificador:D5719F6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SANTA CRUZ/RN - LEI MUNICIPAL Nº 404/2001

EDITAL Nº 03/2019

Divulga a Relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Santa Cruz/RN, no uso de suas atribuições e considerando o que dispõe a Lei nº 8.069/90 (ECA), a Resolução nº 139/2010 alterada pela Resolução nº 170/2014 do CONANDA, a Resolução 118/2019 do CONSEC/RN, bem como a Lei Municipal nº 404/2001 e suas alterações, torna público a **RELAÇÃO DOS INSCRITOS** para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Cruz/RN para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Ana Paula da Silva Oliveira
Ana Paula de Lima Costa
Bruno Helideifson Silva Maia
Cassia Marone de Medeiros
Edna Telma de Oliveira
Ekcell Crystian Pereira Maia
Emerson Gustavo Barbosa dos Santos
Emmily Lidyanne Silva Constantino
Jaciane Iara de Lima Gomes
Jailson de Lima
José Wilson de Lima
Joselita Gomes da Silva
Lúcia Ramos da Silva
Marcos Maciel Cardoso Dantas
Maria Betânia Confessor
Maria de Fátima dos Santos Gonzaga
Maria Luriane da Silva Confessor
Rita de Cássia de Lima Bezerra
Rodrigo Bezerra de Lima
Washington Nascimento dos Santos

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de **07/05/2019 a 13/05/2019**, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Sede do CMDCA situada na Rua Antônio Henrique de Medeiros, 219, Centro, no horário das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, excetuando-se a sexta-feira cujo expediente ocorre das 8 às 13 horas.

Santa Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

DAYSE MARTINS DO NASCIMENTO SOARES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:39488A2A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 327/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **três diárias e meia, no valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)** ao Secretário Municipal de Eportes e Lazer, **JACKSON JAEDYSON DA SILVA**, **CPF: 058.434.754-50**, para cobrir suas despesas durante o período de **08 a 11 do corrente mês e ano**, a fim de resolver assuntos ligados à Prefeitura, na cidade de **Curitiba/PR**, onde participará do IV Seminário Internacional de Gestão e Políticas para o Esportes, conforme solicitação **nº 36**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:54494359

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, representada pelo(a) Prefeito Municipal o (a) Senhor(a) IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO, inscrito no CPF sob nº 336.516.634-34,brasileiro, casado, residente e domiciliado n município de Santa Cruz/RN. **CONTRATADO**: FRANQUE ALVES DO NASCIMENTO - ME, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.641.205/0001-68, com sede à RUA OLAVO BILAC, Centro, Santa Cruz/RN. **OBJETO**: Registro de preços objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem dos veículos, motocicletas, máquinas pesadas, agrícolas e implementos da frota municipal. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Elemento de Despesa: 3.3.90-39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ**. VALOR TOTAL**: R$ **36.616,00** (trinta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais).

Santa Cruz/RN, 01 de abril de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO.
Prefeito Municipal
Contratante e

FRANQUE ALVES DO NASCIMENTO
P /contratado.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:797A4D02

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº. 328/2019 – GAB

O Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder **meia diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais)** à Secretária Municipal de Assistência Social, **DAYSE MARTINS DO NASCIMENTO SOARES**, **CPF: 060.617.434-67**, para cobrir suas despesas durante o dia **08 do corrente mês e ano**, a fim de resolver assuntos ligados à Prefeitura, na cidade de Natal/RN, onde participará de Assembléia Ordinária do COEGEMAS/RN, conforme Solicitação **nº 329**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito

Publicado por:
Arivaldo Silva dos Santos
Código Identificador:F4A6E322

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.358.889/0001-95. **ADJUDICATÁRIO:** POSTO DE COMBUSTIVEL PALMEIRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.140.795/0001-57, com sede à AVENIDA TRAIRI, SANTA CRUZ /RN. OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o equilíbrio econômico financeiro do valor registrado, tendo em vista o aumento do combustível praticado pelo Governo Federal, conforme Ata de Registro de Preços 043/2019, celebrada em 09/04/2019, oriundo da Licitação – Pregão Presencial nº 018/2019, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unid. Medida	Preço Licitado	% de acréscimo	Preço c/acréscimo
3	Gasolina comum. Especificações: Combustível comum, norma CNPQ, aspecto límpido e isento de impurezas	Lt	4,44	6,08%	4,71

DO VALOR ALTERADO A MAIOR: R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais). **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

SANTA CRUZ/RN, 02 de maio de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito Municipal
P/Órgão Gerenciador e

SAMUEL RODRIGO SOUZA SALES
P/Adjudicatária.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:FC29664E

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

Espécie: PRIMEIRO TERMO ADITIVO.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.358.889/0001-95. **ADJUDICATÁRIO:** POSTO DE COMBUSTIVEIS STOPCAR LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.133.992/0001-41, com sede à PC PRESIDENTE KENNEDY, 60, Santa Cruz/RN. OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o equilíbrio econômico financeiro do valor registrado, tendo em vista o aumento do combustível praticado pelo Governo Federal, conforme Ata de Registro de Preços 042/2019, celebrada em 09/04/2019, oriundo da Licitação – Pregão Presencial nº 018/2019, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Item	Descrição	Unid. Medida	Preço C/acréscimo	% de acréscimo	Preço c/acréscimo
1	Óleo diesel Comum. Especificações: Combustível comum, norma CNPQ, aspecto límpido e isento de impurezas.	LT	3,55	7,04%	3,80

DO VALOR ALTERADO A MAIOR: R$ 62.500,00 (Sessenta e dois mil e quinhentos reais). **DA RATIFICAÇÃO**: As demais Cláusulas da Ata em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Santa Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito Municipal
P/Órgão Gerenciador e

JOSÉ CARLOS SILVINO
P/Adjudicatária.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:00AE0BF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 - AVISO DE CONVOCAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, torna público a quem interessar que está CONVOCANDO a empresa HELLEN M. MACIEL COSTA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.345.635/0001-63, declarada, inicialmente, classificada no presente certame, para fazer a amostra do Sistema Tributário, na sede da Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação, localizada a Rua Antônio Henrique de Medeiros, 219, Centro, Santa Cruz/RN, a ser realizada no dia 13 de maio de 2019, a partir das 14h30min. De igual modo, fica NOTIFICADA a empresa TINUS INFORMÁTICA LTDA, através de seu representante, para querendo, acompanhar a amostra do Sistema Tributário.

Santa Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

O Pregoeiro.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:0C4E6D93

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 048/2019 - CAE

Portaria N° 048/2019 Santa Maria/RN, 06 de Maio de 2019.

O PREFEITO DO MUNICIPIO de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições em conformidade com a lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1° Nomear os seguintes membros para fazerem parte do CONSELO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- CAE do município de Santa Maria- RN

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

CONSELHEIRO TITULAR: EMANOEL JORGE DE SOUZA MARTINS
CONSELHEIRO SUPLENTE: MARCIA MOTA FERNANDES

REPRESENTANTE DOS DOCENTES

CONSELHEIRO TITULAR: VANIA NERI DIAS DE SOUZA
CONSELHEIRO SUPLENTE: PEDRO FIRMO
CONSELHEIRO TITULAR: JOSE ADILSON DA SILVA
CONSELHEIRO SUPLENTE: CELIA MARIA BATISTA

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BASICA

CONSELHEIRO TITULAR: FRANCISCO LUCAS DA SILVA NETO
CONSELHEIRO SUPLENTE: MARIA ROZENI DE FARIAS
CONSELHEIRO TITULAR: RONALDO FERNANDES SOARES
CONSELHEIR SUPLENTE: JOSE ANSELINO BARBOSA CAMARA

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL

CONSELHEIRO TITULAR: LENILSON ELIAS TEXEIRA
CONSELHEIRO SUPLENTE: CARLOS DE ALMEIDA LOPES
CONSELHEIRO TITULAR: HILDENCLECIO NELO DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO SUPLENTE: ELIZANGELA MARIA DA SILVA

Art. 2°- Apresente portaria entrara em vigor nesta data, revogando todas as demais disposições contrário.

Dê-se ciência, publique-se nos locais de costume, e compra-se.

PEDRO HENRYQUE OLIVEIRA URBANO
Prefeito

Publicado por:
José Ítalo Soares da Silva
Código Identificador:1EDCEB6C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE APOSTILAMENTO N° 05, ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 010/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSM/ RN Nº 1475/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019.

Trata o presente do 5º Termo de Apostilamento a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°. 010/2019**, firmada entre o **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN** e a empresa **POSTO CAJARANA COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA**, de acordo com o constante nos autos do respectivo processo, com o objetivo de reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preço, em observância às normas legais aplicáveis, às quais as partes sujeitam-se a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente APOSTILAMENTO tem como objeto a repactuação dos valores da ATA DE REGISTRO DE PREÇO em epígrafe com efeitos a partir da data de sua assinatura, o qual passará a ter os valores abaixo especificados:

VALORES ATUAIS			
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**	**UNID**	**VALOR UNIT**
016620	GASOLINA COMUM	LT	R$ 4,86

VALORES REPACTUADOS				
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**	**UNID**	**VALOR UNIT**	**MAJORAÇÃO %**
016620	GASOLINA COMUM	LT	R$ 4,99	2,67 %

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2. A Apostila, como instrumento próprio para formalização de atualizações de preços, está prevista no §8º do artigo 65 da Lei n° 8.666/1993:

Art. 65. [...]
§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO
3. Em vista da presente repactuação, o valor da Gasolina Comum, passará a ser como demonstrado na cláusula primeira deste apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA
4. A vigência do presente Apostilamento terá início em 06 de maio de 2019.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
5. Ficam ratificadas as demais cláusulas da ata de registro de preço não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana do Matos/ RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:A94AC00E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°611/2019

Portaria de diária nº 611/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ERISVAN RODRIGUES DA SILVA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matricula nº 298**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a Clínica Viver, no dia 26 de Abril de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:A8B1E08F

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO - REF. PROCESSO ADM. MSM/ RN Nº 1475/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019 INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS ASSUNTO: REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

DESPACHO

No uso de minhas atribuições legais, notadamente as previstas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, **CONSIDERANDO** a solicitação da apuração do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em referência, no que concerne ao preço da Gasolina Comum. **AUTORIZO** a atualização do valor unitário dos itens conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	PERCENTUAL CONCEDIDO	PREÇO UNITÁRIO ATUALIZADO
16620	GASOLINA COMUM	LT	2,67 %	R$ 4,99

Recomposição de valores para os preços praticados na Bomba do Estabelecimento Comercial.

Ficam integralmente mantidas todas as demais condições pactuadas na **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 010/2019**, oriundo do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019**.

Publique-se.

Santana do Matos/ RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:72551D4C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°612/2019

Portaria de diária nº 612/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ERISVAN RODRIGUES DA SILVA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matricula nº 298**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Pronto Socorro Clovis Sarinho, no dia 01 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:468512EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°613/2019

Portaria de diária nº 613/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **JOSÉ ERIBERTO GUIMARÃES**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula Nº 378**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Hospital Almeida Castro, no dia 30 de Abril de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:00C42048

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°614/2019

Portaria de diária nº 614/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **JOSÉ ERIBERTO GUIMARÃES**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula Nº 378**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Hospital Walfredo Gurgel, no dia 01 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:ACECE70E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°615/2019

Portaria de diária nº 615/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **MANOEL THOMÉ DE MACEDO NETO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula nº 214**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de transportar paciente até o Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 01 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:72C6A956

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°616/2019

Portaria de diária nº 616/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transporta paciente até a CDA, no dia 01 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:B09DCC35

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°617/2019

Portaria de diária nº 617/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transporta paciente até a Clínica do Rim LTDA, no dia 02 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:C1CB5084

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°618/2019

Portaria de diária nº 618/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014.

Resolve:

1.Conceder ½ (meia) diária a Sra .**ELIEUMA FÉLIX DE SOUSA**, servidora deste município, ocupante do cargo de **AUX. DE ENFERMAGEM**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN, com o objetivo de acompanhar paciente para atendimento especializado no Hospital Maternidade Almeida Castro, no dia 30 de Abril de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:0F243AD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°619/2019

Portaria de diária nº 619/2018

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **CLEBIO MANOEL SOARES**, servidor deste município, ocupante do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS URBANOS, TRANSPORTES E MEIO AMBIENTE,** Valor unitário da diária R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 100,00 (cem reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de tratar de assuntos relacionados a Iluminação Pública, no dia 08 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:1E5E451B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°620/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **GILBERTO MEDEIROS DA CUNHA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula nº 564**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transporta paciente até a LIGA, no dia 02 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:DD99B0E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°621/2019

Portaria de diária nº 621/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária a Sra. **EUDA PORFIRIO DE AZEVEDO ANSELMO** servidora deste município, ocupante do cargo de **AUX. DE ENFERMAGEM, com matrícula nº 170**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de acompanhar paciente para atendimento especializado na Maternidade Almeida Castro, no dia 01 de Maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:17FD0BCF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°622/2019

Portaria de diária nº 622/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1 (meia) diária ao Sr. **RAIMUNDO RIBAMAR DA SILVA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matrícula 567,** com matricula nº 567. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00(quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a Hosp. Tarcisio Maia, no dia 30 de Abril de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:40D48483

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N°610/2019

Portaria de diária nº 610/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade como Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder 1/2 (meia) diária a Sra. **BRUNA NICOLE LUCIANO SILVA** servidora deste município, ocupante do cargo de **ENFERMEIRA, com matrícula Nº 2066**. Valor unitário da diária R$80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de acompanhar paciente até o Hospital Tarcisio maia, no dia 30 de Abril de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 06 de Maio de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Saul Cavalcanti de Macedo
Código Identificador:88EBB316

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 207/2019 – GP

Santana do Matos, 06 de maio de 2019.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a Licença Prêmio de 03 meses, referente ao período aquisitivo de 01/02/2012 a 01/02/2017.

CONSIDERANDO o requerimento do servidor e a concordância da Secretaria da Pasta, a qual o servidor exercer suas atividades:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER 03 meses de Licença Prêmio ao Servidor Municipal, Sr. **LUIZ TOMAZ DA SILVA**, cargo de Motorista, matrícula n° 63 e CPF nº 490.315,894-20, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fin. e Administração, a partir de

06/05/2019 a 04/08/2019, reassumindo suas funções a partir do dia 05 de agosto de 2019.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:F83E762E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 208/2019 – GP

Santana do Matos, 06 de maio de 2019.

CONSIDERANDO a Homologação dos aprovados em concurso publico realizado por esta Prefeitura em 05/08/2018;
CONSIDERANDO também, que o candidato foi aprovado e entregou toda documentação de acordo com Edital do concurso 001/2018;

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. LUCIANO BARROS DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 342.423-SSP/RN e do CPF: 200.808.404-34, para exercer o cargo de MÉDICO, para uma carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na ESF do Distrito de São Jose da Passagem, para exercer a função definido no CBO: 2251-42 – Médico da estratégia de saúde da família, a partir desta data.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:6A2BFBB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 335 de 25 de agosto de 2004
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Santana do Seridó/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução de nº 01 de 26 de março de 2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal 335 de 25 de agosto de 2004 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01-JOADIVA DE FÁTIMA OLIVEIRA
02- LUANA GABRIELA TRINDADE DE M. RODRIGUES
03- FRANCINEIDEAZEVEDO DOS SANTOS
04- LEANDRO MAGNO FERNANDES DE ARAUJO
05-JULIANA AZEVEDO DA SILVA
06-TÚLIO ARAÚJO DE LIMA
07- ANDRÉIA ROCHELLE BEZERRA DOS SANTOS
08- LUCIANA PEREIRA DASILVA
09- LUZINETE DA COSTA SOUZA
10-JOYCE DOS SANTOS SILVA
11-MARIA APARECIDA DE A. MARCOLINO
12-MIKAELA DOS SANTOS BATISTA
13-ALAN VITOR NASCIMENTO LIMA
14-SERGIO SATURNINO DE LIMA
15-SAMARA KELLY BEZERRA CABRAL DE MORAIS
16- SILVANA CABRAL DOS SANTOS
17- RAFAELA ROQUE BATISTA
18-LEANDRO ARAUJO OLIVEIRA
19-LUIZ CARLOS SOARES DE MACEDO

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07/05/2019 a 10/05/2019 do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Casa dos conselhos, situada na Avenida Zezé Aprígio nº 294, no horário das 08h as 12h.

Santana do Seridó/RN, 06 de maio de 2019

NAIR DE SOUZA BARRETO AZEVEDO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

LUIZ BEZERRA DA CUNHA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:E7819413

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA Nº 001/2019 - QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA 001/2019

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, obrigação trazida pela lei nº 8.666/93.
Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de:*"relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".*
Assim sendo, considerando que o município vem obtendo uma das maiores colheitas de milho e feijão dos últimos anos, tendo em vista vista uma regular distribuição na precipitação pluviométrica. Com a colheita do milho já em fase quase final, estamos incentivando a prática de ensilagem utilizando a palha do milho objetivando armazenar e posterior oferecer aos rebanhos uma forragem de boa qualidade no período crítico de escassez de alimentos, evitando a mortalidade e a redução dos rebanhos que são responsáveis pela geração de emprego e renda das famílias de pequenos produtores familiares.
Diante do problema exposto, fica evidente a essencialidade da aquisição em questão para que o município consiga dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo executados.
No entanto, para o caso em tela, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em objeto. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem

cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada sem a devida prestação do serviço público.
Por conseguinte, justifica-se o pagamento da nota fiscal de números 000046761, no valor de R$ 1.480,00(um mil, quatrocentos e oitenta) reais ao fornecedor Floresta Máquinas e Motores Ltda, CNPJ: 09.197.203/0001-94,referente a aquisição de Peças, objetivando a recuperação da máquina ensiladeira pertencente ao nosso município.

Publique-se.

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:025778CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN

DISPENSA N° 030/19 - FMAS
PROCESSO N° 29030004/19

CONTRATANTE: – Fundo Municipal de Assistência Social de Santana do Seridó/RN. CNPJ: 14.259.820/0001-07

CONTRATADO – R. CASTILHO DA SILVA-ME – CNPJ: 14.810.684/0001-00

OBJETO: Confecção de viseiras femininas em tecido tactel personalizado, para as festividades em alusão ao Dia das Mães.

VALOR GLOBAL: R$ 4.690,00 (quatro mil, seiscentos e noventa)

BASE LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

RECONHECIMENTO: Em 06/05/2019 - *Solange Regina de Azevedo Brito – CPF: 466.830.114-00*

RATIFICAÇÃO: Em 06/05/2019

HUDSON PEREIRA DE BRITO
CPF N° 155.925.454-87
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:DB91A0F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 630/2019-GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais, com fulcro nos artigos 29 e 30 da CF/88 e atribuições legais, e combinando com o artigo 5º, inciso II da Lei Orgânica do Município vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os membros para composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS do Município de Santo Antônio/RN, regulamentado pela Lei nº 1.238/2009.

SEGMENTO DOS USUÁRIOS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GRAVATÁ

Titular: Genival Tomaz de Aquino
RG: 1.385.144 / CPF: 913.806.264-04

Suplente: João Maria Cândido
RG: 756.080 / 704.008.064-87

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LAJEDO DO PAIVA

Titular: Edinaldo Araújo dos Santos
RG: 451.258 / CPF: 322.520.484-68

Suplente: Elizandra Assindino dos Santos
RG: 1.884.692 / CPF: 070.353.034-80

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAJAZEIRAS

Titular: Mauriceia da Silva
RG: 2.330.493 / CPF: 063.054.574-09

Suplente: Gilvaneide Siqueira de Lima
RG: 2.177.060 / CPF: 045.306.434-50

INSTITUTO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTO ANTÔNIO – ICODESSA

Titular: Geiza Janaíza Roberto de Lima
RG: 1.596.924 / CPF: 012.537.364-30

Suplente: José Heriberto Barbosa de Oliveira
RG: 2.272.693 / CPF: 045.899.794-38

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Titular: Maria das Dores Alves de Oliveira
RG: 26.696.774-9 / CPF: 153.302.415-50

Suplente: Alexandra Maria da Silva Souza
RG: 1.668.064 / CPF: 037.394.704-61

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RN – SINTE/RN

Titular: Roseli Aparecida Pereira da Silva
RG: 948.473 / CPF: 595.344.194-00

Suplente: Marcelo Firmino da Silva
RG: 2.018.044 / CPF: 051.316.114-74

SEGMENTO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO

Titular: José Wilson do Carmo de Lima
RG: 1.575.322 / CPF: 023.120.814-66

Suplente: Maria José Alves Bezerra
CPF: 969.533.814-34

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO NORTE – COREN/RN

Titular: Josemar Gomes da Silva
RG: 2.058.608 / CPF: 012.376.284-74

Suplente: Radir José de Souza Silva
CPF: 496.377.974-91

SINDICATOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE – SINDAS/RN / SINDSAÚDE/RN

Titular: Joaquim Pedro Neto da Costa (SINDAS/RN)
RG: 1.724.709 / CPF: 050.181.284-96 Rua Ana de Pontes, 136 – Centro – Santo Antônio/RN – CEP: 59255-000 – Tel: (84) 3282-2427

E-mail: cmssantoantonio@rn.gov.br / Página Eletrônica: conselhosaudesa.blogspot.com

Suplente: Maria Aparecida Vicente de Lima Sousa (SINDSAÚDE/RN)
RG: 1.341.689 / CPF: 828.657.014-68

SEGMENTO DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Jurandir Custódio Ferreira
CPF: 029.078.914-13
Suplente: Aurélia de Oliveira Bento
RG: 2.993.211 / CPF: 105.244.914-02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Samille Fernandes Silva
RG: 1.814.734 / CPF: 064.155.074-00

Suplente: Wilma Gonçalves Fontoura Vieira
CPF: 029.042.544-12

HOSPITAL REGIONAL LINDOLFO GOMES VIDAL

Titular: Estácio Rubinstein de Medeiros Costa
CPF: 663.469.324-20
Suplente: Ana Dóris Bezerra de Souza Morais
CPF: 243.250.904-87

Art. 2º - A duração dos respectivos mandatos terá o prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da publicação da Portaria na Imprensa Oficial, qualquer substituição de membros indicados pelos segmentos devem ser solicitados no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência junto à Presidente do referido Conselho.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se assim a Portaria nº 262/2017-GP, que dispõe sobre a antiga composição.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:90E3978E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

CONSIDERANDO a Recomendação Ministerial expedida nos autos do **Inquérito Civil 082.2019.000272** para que o município implemente a composição da carga horária fixada na Lei n.º 11.738/2008 aos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, com base na hora relógio, com a finalidade de que os professores cumpram 2/3 da carga horária em sala de aula, e 1/3 em atividades de não interação com o educando, de modo que, para a jornada de trabalho semanal de 30 horas, considerando a hora-aula de 50 (cinquenta) minutos, a carga horária ficará assim distribuída: **HORA-AULA: 50 minutos; ATIVIDADES DE INTERAÇÃO COM ALUNOS: 20 horas, 1.200 minutos ou 24 horas-aula; ATIVIDADES EXTRACLASSE: 10 horas ou 600 minutos.**

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que os profissionais do magistério da Rede Pública Municipal de Ensino cumpram a carga horária semanal (30 horas), distribuídas da seguinte forma: **2/3** em **atividades de interação com alunos** (**20 horas** ou **24 horas-aula** de **50 minutos cada**), e **1/3** em **atividades extraclasse** (**10 horas**).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 30 de abril de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:DC44D57B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 451/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. TEÓFILO PAULINO DE LIMA, inscrito no CPF: nº 026.192.424-95 e portador do RG 001.616.664-SSP/RN, atualmente ocupante do cargo em comissão de livre nomeação de **SECRETÁRIO DE CULTURA**, para interinamente auxiliar os trabalhos da Secretaria Municipal de Transportes no que se refere à utilização de veículos, máquinas pesadas e transportes do Município de Santo Antônio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 26 de Março de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:0EE9017D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 450/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. FRANCISCO PAULINO DOS SANTOS, inscrito no CPF: nº 092.142.194-00 e portador do RG 2.740.113-SSP/RN, atualmente ocupante do cargo em comissão de livre nomeação de **SECRETÁRIO DE ESPORTES E TURISMO**, para interinamente fiscalizar o cumprimento dos contratos celebrados por este Município com empresas, auxiliando ainda nos trabalhos da controladoria verificando o percentual de adimplemento das obrigações e controlando o saldo remanescente das mesmas inclusive estando autorizando a emitir ordem de entrega de produtos sob sua fiscalização.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 26 de Março de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:D9702BB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 570/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais, com fulcro nos artigos 29 e 30 da CF/88 e atribuições legais, e combinando com o artigo 5º, inciso II da Lei Orgânica do Município vigente,

CONSIDERANDO o resultado das Eleições ocorridas em 04 de outubro de 2015, processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a indisponibilidade do cargo de conselheiro tutelar, o qual não pode ficar vago sob pena de prejuízo de a continuidade da prestação dos serviços públicos notadamente para preservação dos direitos da criança e do adolescente preconizados no ECA Lei nº 8069/90.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Conselheiro Suplente **JOÃO PAULO RODRIGUES DOS SANTOS,** CPF: 085.914.164-06, para compor o Conselho Tutelar de Santo Antônio/RN, em substituição à conselheira Ivoneide Vicente de Lima que gozará o direito de licença maternidade e ao referido mês de férias.

I – O conselheiro substituto assumirá o cargo no período de 01 de abril de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Parágrafo Único – O conselheiro em exercício receberá a remuneração dos membros do Conselho Tutelar originários do Executivo Municipal.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio/RN, 23 de abril de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:B0189593

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 152/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - NOMEAR o Sr. ORLANDO FERREIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF: nº 175.666.904-00 e portador do RG 173.170-SSP/RN, para exercer o cargo em comissão de livre nomeação de **SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS** do Município de Santo Antonio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 01 de Fevereiro de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:FDF75CD8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 151/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Srª. MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO FERREIRA, servidora pública municipal, inscrita no CPF: nº 489.784.004-00 e portadora do RG 820.295, para exercer o cargo em comissão de livre nomeação de **SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO** do Município de Santo Antonio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 01 de Fevereiro de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:736E926F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 501/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Nº 2018/0000166269, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e o Município de Santo Antônio/RN;

CONSIDERANDO a sanção da Lei Municipal nº 1.464/2018, que dispõe sobre o Serviço de Acolhimento Familiar provisório de crianças e adolescentes em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, denominado SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para compor a **EQUIPE TÉCNICA DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA,** conforme Lei Municipal nº 1.464/2018 e Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Nº 2018/0000166269:

I – **ADRIANA CANDIDO DA SILVA SANTOS**, portadora do CPF nº. 966.629.484-20, que exercerá a função de **Coordenadora da Equipe Técnica;**

II – **JERONILDO JERÔNIMO VICENTE DOS SANTOS**, portador do CPF nº. 023.161.424-19, que exercerá a função de **Psicólogo da Equipe Técnica**;

III – **FLÁVIO LUIZ DA SILVA**, portador do CPF nº. 010.542.224-01, que exercerá a função de **Assistente Social da Equipe Técnica.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, ficando revogada a **Portaria nº 951/2018-GP/PMSA**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 03 de Abril de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:DA8C38DC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE
EDITAL Nº 02/2019 - COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
São Bento do Norte/ RN
Lei Municipal nº 364 de 17 de Novembro de 2003

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de São Bento do Norte/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução Nº 01 de 25 de Março de 2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 364 de 17 de Novembro de 2003 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 – Eudismar Xavier de França
02 - .Francilucia de Góis
03 - .Lindervânia F. do Nascimento
04 - .Brena Késia A. da Silva
05 - .Rosana Ferreira da Silva
06 – Rosa Mirtes de Souza
07- Liliane Severiano da S. Paulino
08- José Alison Feliciano Pereira
09.- Edilson Pereira Câmara
10- Rosicleide da Cruz da S. Barbosa
11- Juliana de Araújo Montenegro
12- Francilane Joyce de Lima Lemos
13- Gustavo Lourenço de Vasconcelos

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social , situada na Rua Ursulino Silvestre, Nº 421, no horário das 08h às 14 horas.

Nome do Município/RN, 06 de maio de 2019.

ERIBERTO FREIRE TOMAZ
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:78652CDC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL N° 174 DE 29/04/2019

LEI MUNICIPAL N° 174 DE 29/04/2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI (RN) A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL, PARA FINS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA, VISANDO O CUSTEIO COMPLEMENTAR E SUBSIDIÁRIO DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA A SEREM EXECUTADAS EM SEU TERRITÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO TRAIRI – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os interessados que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1°. Fica autorizado o Município de São Bento do Trairi (RN) a celebrar convênio com o Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Defesa Social, para fins de cooperação financeira, visando o custeio complementar e subsidiário das atividades de segurança pública a serem executadas em seu território.
Art. 2°. No instrumento de cooperação mútua, a ser celebrado com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e da Defesa Social, obrigar-se-á o município de São Bento do Trairi, atendidas a discricionariedade administrativa e as suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, a promoção das ações necessárias á manutenção e o funcionamento dos serviços de segurança pública no âmbito de seu território, complementando o custeio das despesas com: a) o pagamento das diárias operacionais de que trata a Lei Estadual n° 7.754, de 18 de novembro de 1999, com as alterações da Lei Complementar n° 406, de 24 de novembro de 2009, a serem pagas aos Policiais Civis e Militares que exercem atividades delegadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte; b) a conservação e recuperação das instalações físicas das unidades operacionais situadas em seu território; c) materiais de expediente, higiene e limpeza; d) combustíveis e lubrificantes para as viaturas, bem como a manutenção preventiva e corretiva delas; e, por fim, e) alimentação e hospedagem para os policiais, somente quando estiveram em serviço e não residirem no município.

Art. 3°. O valor unitário da diária operacional será revisto em conformidade com os parâmetros legais estabelecidos pelo Estado do Rio Grande do Norte, seguindo idêntica renumeração e mesma vigência.
§ 1°. Fica a cargo do Comandante do Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, responsável pelo destacamento de São Bento do Trairi, e do Chefe de Polícia Civil no âmbito do Município, fornecem a relação dos Policiais escalados, em período de folga, na atividade delegada, a serem cumpridas em cada evento específico.
§ 2°. O valor da diária operacional será creditado diretamente na conta bancária do policial que tiver executado o serviço extraordinário. As despesas de que tratadas nas alíneas: b, c, d, e, do Art. 2°, deverão ser comprovadas mediante apresentação de notas fiscais até o dia 5(cinco) do mês subsequente, bem como a relação dos policiais que fizeram jus as respectivas diárias operacionais.
Art. 4°. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando desde já autorizado um Crédito Especial, conforme detalhamento a seguir.

03.001 – SECRETARIA DE ADM. E PLANEJAMENTO			
122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL			
2118 – Cooperação funcional para custeio complementar e subsidiário das Atividades de Segurança Publica do Território do Munic. de São Bento do Trairi.			
CÓDIGOS	ESPECIE	FONTE DE RECURSO	VALOR R$

339014.00	Diárias – PF	1001000	30.000,00
339030.00	Material de Consumo	1001000	10.000,00
339036.00	Outros Serv. Terceiros – PF	1001000	10.000,00
339039.00	Outros Serv. Terceiros – PJ	1001000	10.000,00
339093.00	Indenização e Restituição	1001000	5.000,00
TOTAL			65.000,00

Art. 5°. Serão aceitos para fins de repasse de pagamento, no máximo 20(vinte) diárias operacionais por policial, independentemente de suas atribuições ordinárias desempenhadas serem operacionais ou administrativas.
Art. 6°. O acompanhamento e o controle social sobre a aplicação dos recursos destinados a execução das obrigações assumidas através do presente instrumento serão exercidos pelo conselho a ser instituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação, no diário oficial do Estado do Rio Grande do Norte, no extrato desse convênio.
Parágrafo único. O conselho será instituído pelos seguintes membros:
Um servidor público municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo que será seu presidente.
Um membro pertencente à Unidade Policial Militar de São Bento do Trairi e da policia Civil.
Um membro do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo presidente da Câmara de Vereadores do município retro.
Um membro pertencente a qualquer área da Segurança Pública, indicado pelo Chefe do Poder Executivo.
Art. 7°. Os registros contábeis e os processos de contratação das despesas relativos aos recursos despendidos pelo município nas atividades de segurança pública deverão ser previamente disponibilizados para o conselho. Estando o processo em ordem, será emitido parecer favorável, caso contrário será promovido diligencia ao controle interno da municipalidade.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas tácita e expressamente as disposições em contrário.

São Bento do Trairi/RN, 29 de abril de 2019.

JOSE ARACLEIDE DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:A86BF673

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 056/2019 - GP

Portaria nº 056/2019 - GP

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e conforme lhes confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a senhora **MARCIA CRISTINA DE SOUZA ARAÚJO**, Secretária de Assistência Social, inscrita no CPF/MF, sob o nº 032.322.254-46, portadora da cédula de Identidade nº 1.696.667, SSP/RN, 1/2 (meia) diária Nacional no valor de R$ 100,00 (cem reais), importando no valor total de R$ 100,00 (cem reais) para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no dia 07 de maio do corrente ano, para participar da Aula Magna que dará início aos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), que acontecerá às 9:00 horas, na Escola de Governo no Centro Administrativo em Natal/RN.

Art. 2º. Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, após verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, que seja efetuado o pagamento do valor autorizado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se.

São Bento do Trairi/RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ ARACLEIDE DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:0715473E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 057/2019 - GP

Portaria nº 057/2019 - GP

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Trairi, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e conforme lhes confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **IAGO JOSE SOUZA BEZERRA**, Secretário Adjunto de Assistência Social, inscrito no CPF/MF, sob o nº 017.153.084-50, portador da cédula de Identidade nº 2.859.977, SSP/RN, 1/2 (meia) diária Nacional no valor de R$ 40,00 (quarenta reais), importando no valor total de R$ 40,00 (quarenta reais) para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante sua permanência na cidade de Natal/RN, no dia 07 de maio do corrente ano, para participar da Aula Magna que dará início aos cursos do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CAPACITASUAS), que acontecerá às 9:00 horas, na Escola de Governo no Centro Administrativo em Natal/RN.

Art. 2º. Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, após verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, que seja efetuado o pagamento do valor autorizado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se.

São Bento do Trairi/RN, 06 de maio de 2019.

JOSÉ ARACLEIDE DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:6A9E2D08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 01/2019 RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
São Bento do Trairi/RN
Lei Municipal nº 233/2004
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 01/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de São Bento do trairi/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 03/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 233/2019 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 – Francisco Romário dos Santos Silva
02 – Josimeire de Azevedo
03 – Edineide Cassiano da Silva
04 – Abdiel de Almeida Souza
05 – Fernanda Micaely Bernardo de Moraes
06 – Ivoneide Silva de Medeiros
07 – Débora da Silva Dantas de Medeiros
08 – Maria Micarla dos Santos Medeiros
09 – Lidia Silva Dantas de França
10 – Elaine Rayssa Farias
11 – Ádila de Araújo Barbosa
12 – Walison Michael Guedes de Souza
13 - Lindomar Barroso de Lima
14 – Adriano Gonsalves de Medeiros
15 – Clivaneide Confessor da Silva
16 – Marcelo Carlos Medeiros de Lima
17 – Alzenir Silva Justino
18 – Maria Gorete Dias
19 – Danielle Assunção Silva

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no (No prédio da assistência social), situada na (Na Avenida Progresso), no horário das (Dás 08 ao 12h).

São Bento do trairi/RN, 06 de maio de 2019.

ADENILDA ALVES DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:54812442

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 431/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: SUZINETE ARAUJO DE AZEVEDO NOBREGA 01009084461 **CNPJ/CPF**: 30.756.162/0001-15 **OBJETO:** Contratação de empresa para locação de câmeras de segurança, gravação e armazenamento de imagens transmitidas pela internet, por meio de monitoramento urbano, no município de São Fernando-RN. Este vídeo monitoramento com gravação em nuvem, permite ao usuário acesso ás câmeras de segurança, de modo que possa verificar em tempo real as imagens geradas pela empresa, ou ainda acessar as gravações em períodos de tempos anteriores para recuperação de imagens gravadas. Vale salientar que o referido sistema ficará sob a responsabilidade do destacamento de policia local, onde possam ter acesso 24 horas por dia, contribuindo para a segurança deste município, haja vista está ocorrendo casos de vandalismo, como também furtos. Dessa forma o destacamento de Policia possa ter acesso em tempo real sobre qualquer atitude suspeita. Com isso garantir mais segurança a nossa população. V**ALOR GLOBAL DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$11.200,00(Onze mil e duzentos reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 161 - 2 . 4001. 4 . 122 . 7 . 2.5 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:30 de Abril de 2019. **Vigência**:30 de Abril de 2019 a 31 de Dezembro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, SUZINETE ARAUJO DE AZEVEDO NOBREGA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 30 de Abril de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geildo Bezerra Dantas
Código Identificador:A96967A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 409/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: AUTOBRAZ COMERCIO DE VEICULOS LTDA **CNPJ/CPF**: 70.166.350/0002-99 **OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de itens para a revisão de 30.000(trinta mil) quilômetros do veículo Fiat/Fiorino Hard working 1.4, placas QGO 1286, do município de São Fernando/RN. Proceder a compra dos referidos itens: Filtro de óleo, Filtro de combustível, Tutela paraflu (aditivo orgânico) Up, elemento de filtragem, elemento de filtro de ar novo, vela ignição uno 1.4 FS II, pastilhas limpa parabrisa, óleo selenia K sinthetic sae 5w 40 1 lt, jogo de pastilhas, agua destilada e Kit Pivô PL-SI-PL WEEK. Tais objetos relacionados, se faz necessário em virtude de serem utilizados neste serviço, tendo em vista a garantia do referido veículo do município. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$1.041,74(um mil e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 512 - 3 . 17001 . 10 . 301 . 75 . 2.59 . 0 . 339030 - Material de Consumo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. XVII, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:24 de Abril de 2019. **Vigência**:24 de Abril de 2019 a 24 de Maio de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, EDUARDO DE OLIVEIRA CARLOS DA SILVA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 24 de Abril de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geildo Bezerra Dantas
Código Identificador:19497436

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO (EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA)

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE DURAÇÃO DETERMINADA EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO (PREFEITURA MUNICIPAL), E DO OUTRO, O SENHOR REYES DAVID ACSAMA AMURRIO.

Pelo presente instrumento de contrato individual de trabalho o ***MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO – RN (PREFEITURA MUNICIPAL)****, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º 08.096.612/0001-31, representado pelo seu representante legal – Senhor* ***POLION MEDEIROS MAIA****, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.338.338 SSP – 2ª via, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob n.º CPF n.º 761.893.414-20, residente e domiciliado na Rua. Francisco Dantas Fernandes, n.º 14, centro, São Fernando - RN, doravante denominado EMPREGADOR, e o Senhor* **REYES DAVID ACSAMA AMURRIO***, boliviano, Médico, portador da Cédula de Identidade n.º*

G274141-0 – DPF/POR/SP e do CPF nº 078.719.171-02, CRM n.º 198135/SP, doravante denominada CONTRATADO OU EMPREGADO, com amparo basilar na Lei Municipal nº 0562, de 02 de setembro de 2009 e suas alterações, especificamente o art. 2º, inciso IV e considerando que o Município de São Fernando-RN não pode ficar sem Médico Clínico Geral para desenvolver as ações no Programa Atenção Básica, já que o Médico Titular encontra-se em férias, firmam o presente contrato de emergência nos termos a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

§ 1o. - O EMPREGADO se obriga a prestar ao EMPREGADOR, conforme os efeitos da legislação aludida, seus préstimos na função de MÉDICO para desenvolver as ações no Programa Atenção Básica, além de desempenhar todas as atribuições já definidas em lei, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2o. - O EMPREGADO sujeitar-se-á as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de São Fernando/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DOS VENCIMENTOS**

Parágrafo único - O EMPREGADOR se compromete a pagar ao EMPREGADO a importância de R$ 6.000,00 (Seis mil reais) pelos dias determinados no contrato, com permissão das deduções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

Parágrafo único – O pagamento será realizado após o fim dos dias determinados de vigência, juntamente com a folha de pagamento dos demais barnabés da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA: **DO EMPENHO DAS DESPESAS**.

As despesas geradas com o presente contrato serão empenhadas agora na rubrica **Prog. Atenção Básica - PAB Fixo – BLAT. Basic, 10.301.0075.2.46, Elemento de despesa 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Fonte 1214**, inserta no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

Parágrafo único: São obrigações do EMPREGADOR:
I – Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, diariamente, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;
II - Proporcionar todas as facilidades para que o SERVIDOR possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;
III – Notificar o EMPREGADO, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços pactuados, fixando o prazo para sua correção;
IV – Fornecer o EMPREGADO, sem qualquer ônus financeiro para este, todos os equipamentos, utensílios e materiais de expediente necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;
V – Prestar todas as informações solicitadas pelo EMPREGADO, relacionadas diretamente com o objeto deste contrato, a fim de que o mesmo possa desempenhar suas obrigações contratuais;

VI – Estabelecer o cronograma laboral a ser executado pelo EMPREGADO;
VII – Outras estabelecidas por lei.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADO

Parágrafo único: Na execução do objeto do presente contrato, envidará o EMPREGADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequada cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:
I - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando o EMPREGADOR do resultado das inspeções;
II - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado.
III - Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo EMPREGADOR e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações deste;
IV – Cumprir todas as determinações, recomendações e orientações legais emanadas do EMPREGADOR, bem como cumprir rigorosamente a jornada de trabalho estipulada neste contrato;
VI – Responsabilizar-se, quando em serviço, pela conservação dos equipamentos, materiais e documentos de propriedade do EMPREGADOR que estiverem sob os seus cuidados.
VII – Obedecer as demais normas impostas aos servidores públicos municipais;
VIII – Outras estabelecidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO e DA RESCISÃO:

Parágrafo único - Este instrumento contratual tem vigência de 30 (trinta) dias, isto é, a partir da data de sua assinatura (22 de abril de 2019) até o dia 22 de maio de 2019, podendo em caráter excepcional ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, e também poderá ser rescindido antes do prazo final, sem qualquer indenização para as partes, visando o interesse público, desde que haja a comunicação prévia.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

Parágrafo único – O EMPREGADOR se encarregará de fazer a publicação do presente contrato, por extrato, nos locais de costume.

CLÁUSULA NONA: **DO FORO**

Parágrafo único – Fica eleito o foro da Justiça Especial do Trabalho, especialmente da Única Vara do Trabalho sediada em Caicó – RN, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

São Fernando – RN, 22 de abril de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Contratante

REYES DAVID ACSAMA AMURRIO
Contratado

TESTEMUNHAS:
_____
CPF n.º
_____
CPF n.º

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:56A53A70

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO (EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA)

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO DE DURAÇÃO DETERMINADA EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO (PREFEITURA MUNICIPAL), E DO OUTRO, A SENHORA JARINE CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA.

*Pelo presente instrumento de contrato individual de trabalho o **MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO – RN (PREFEITURA MUNICIPAL)**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º 08.096.612/0001-31, representado pelo seu representante legal – Senhor **POLION MEDEIROS MAIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.338.338 SSP – 2ª via, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob n.º CPF n.º*

761.893.414-20, residente e domiciliado na Rua. Francisco Dantas Fernandes, n.º 14, centro, São Fernando - RN, doravante denominado EMPREGADOR, e a Senhora ***JARINE CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA****, brasileira, Assistente Social, potiguar, portadora da Cédula de Identidade n.º 2.178.666 - SSP/RN e do CPF nº 012.833.604-89, CRESSRN n.º 6115, doravante denominada CONTRATADA OU EMPREGADA, com amparo basilar na Lei Municipal nº 0562, de 02 de setembro de 2009 e suas alterações, especificamente o art. 2º, inciso V, alínea "c" e considerando que o Município de São Fernando-RN não pode ficar sem Assistente Social para prestar serviços à Secretaria Municipal de Assistência Social, mais especialmente no tocante a assistência prestada no centro de referência de assistência social – CRAS, fazendo o monitoramento dos problemas sociais, elaborando projetos na área social, dando palestras, assinando laudos e pareceres, e o acompanhamento de programas contendo políticas da assistência social do município, firmando avaliações técnicas e participando da elaboração dos planejamentos de programas, já que a Assistente Social Titular encontra-se em licença maternidade, firmam o presente contrato de emergência nos termos a seguir expostos:*

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

§ 1o. - O EMPREGADO se obriga a prestar ao EMPREGADOR, conforme os efeitos da legislação aludida, seus préstimos na função de ASSISTENTE SOCIAL para desenvolver as ações no *centro de referencia de assistência social – CRAS*, além de desempenhar todas as atribuições já definidas em lei, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

§ 2o. - O EMPREGADO sujeitar-se-á as normas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de São Fernando/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DOS VENCIMENTOS**

Parágrafo único - O EMPREGADOR se compromete a pagar ao EMPREGADO a importância de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) pelos dias determinados no contrato, com permissão das deduções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

Parágrafo único – O pagamento será realizado após o fim dos dias determinados de vigência, juntamente com a folha de pagamento dos demais barnabés da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA: **DO EMPENHO DAS DESPESAS**.

As despesas geradas com o presente contrato serão empenhadas agora na rubrica 2.26 –MANUT FUNDO MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, inserta no Orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

Parágrafo único: São obrigações do EMPREGADOR:
I – Acompanhar, fiscalizar, inspecionar e supervisionar, diariamente, a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com o pactuado, deduzido os descontos legais;
II - Proporcionar todas as facilidades para que o SERVIDOR possa desempenhar suas obrigações dentro das condições pactuadas;
III – Notificar o EMPREGADO, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços pactuados, fixando o prazo para sua correção;
IV – Fornecer o EMPREGADO, sem qualquer ônus financeiro para este, todos os equipamentos, utensílios e materiais de expediente necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;
V – Prestar todas as informações solicitadas pelo EMPREGADO, relacionadas diretamente com o objeto deste contrato, a fim de que o mesmo possa desempenhar suas obrigações contratuais;

VI – Estabelecer o cronograma laboral a ser executado pelo EMPREGADO;

VII – Outras estabelecidas por lei.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADO

Parágrafo único: Na execução do objeto do presente contrato, envidará o EMPREGADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequada cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:
I - Facilitar a fiscalização procedida por órgãos do cumprimento de normas, cientificando o EMPREGADOR do resultado das inspeções;
II - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado.
III - Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo EMPREGADOR e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações deste;
IV – Cumprir todas as determinações, recomendações e orientações legais emanadas do EMPREGADOR, bem como cumprir rigorosamente a jornada de trabalho estipulada neste contrato;
VI – Responsabilizar-se, quando em serviço, pela conservação dos equipamentos, materiais e documentos de propriedade do EMPREGADOR que estiverem sob os seus cuidados.
VII – Obedecer as demais normas impostas aos servidores públicos municipais;
VIII – Outras estabelecidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO e DA RESCISÃO:

Parágrafo único - Este instrumento contratual tem vigência de 40 (quarenta) dias, isto é, a partir da data de sua assinatura (29 de abril de 2019) até o dia 07 de junho de 2019, podendo ser prorrogado em razão de prolongamento da licença da titular, conforme Lei Municipal n.º 0562/2009, e também poderá ser rescindido antes do prazo final, sem qualquer indenização para as partes, visando o interesse público, desde que haja a comunicação prévia.

CLÁUSULA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

Parágrafo único – O EMPREGADOR se encarregará de fazer a publicação do presente contrato, por extrato, nos locais de costume.

CLÁUSULA NONA: **DO FORO**

Parágrafo único – Fica eleito o foro da Justiça Especial do Trabalho, especialmente da Única Vara do Trabalho sediada em Caicó – RN, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

São Fernando – RN, 29 de abril de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Contratante

JARINE CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA
Contratada

TESTEMUNHAS:
_____
CPF n.º
_____
CPF n.º

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:9924248E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATO DE RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 001/2019 PP

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN*
CONTRATADO: *C DANTAS TEIXEIRA ME*
OBJETO: *O presente Termo Aditivo tem por objeto conceder o reequilíbrio econômico financeiro, tendo em vista a elevação da cotação do preço do petróleo no mercado, onerando o valor dos itens Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, especificados no Anexo I do Termo Contratual, fundamentado na permissibilidade prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que assegura aos concorrentes que, nas relações contratuais estabelecidas com o poder público, seja respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.*
Parágrafo Primeiro *– Fica alterado os preços dos itens Gasolina Comum, de R$ 4,55 (quatro reais e cinquenta cinco centavos) para* ***R$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos)****, Óleo Diesel Comum, de R$ 3,64 (três reais e sessenta quatro centavos) para* ***R$ 3,76 (três reais e setenta seis centavos)*** *e Óleo Diesel S10, de R$ 3,79 (três reais e setenta nove centavos) para* ***R$ 3,92 (três reais e noventa dois centavos).***
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: *A presente alteração contratual encontra-se fundamentada nas disposições legais previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*
LOCAL E DATA: *São Francisco do Oeste/RN, 02 de maio de 2019*
VIGÊNCIA: *31 de dezembro de 2019*
ASSINANTES:
LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL
CARLOS DANTAS TEIXEIRA – TITULAR DA CONTRATADA
TESTEMUNHAS:
FRANCISCO BRUNO MOREIRA SOARES – CPF Nº 089.800214-10
ADDYSON MANOEL FREITAS DE PAIVA – CPF Nº 095.873.204-33

Publicado por:
Francisco Bruno Moreira Soares
Código Identificador:462EB84B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 002/2019 PP

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN*
INTERVENIÊNCIA: *FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL*
CONTRATADO: *C DANTAS TEIXEIRA ME*
OBJETO: *O presente Termo Aditivo tem por objeto conceder o reequilíbrio econômico financeiro, tendo em vista a elevação da cotação do preço do petróleo no mercado, onerando o valor do item Gasolina Comum, especificados no Anexo I do Termo Contratual, fundamentado na permissibilidade prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que assegura aos concorrentes que, nas relações contratuais estabelecidas com o poder público, seja respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.*
Parágrafo Primeiro *– Fica alterado os preços dos itens Gasolina Comum, de R$ 4,55 (quatro reais e cinquenta cinco centavos) para* ***R$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos).***
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: *A presente alteração contratual encontra-se fundamentada nas disposições legais previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*
LOCAL E DATA: *São Francisco do Oeste/RN, 02 de maio de 2019*
VIGÊNCIA: *31 de dezembro de 2019*
ASSINANTES:
LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL
MARIA JOELMA DE HOLANDA SILVEIRA – REPRESENTANTE DO FMAS
CARLOS DANTAS TEIXEIRA – TITULAR DA CONTRATADA
TESTEMUNHAS:
FRANCISCO BRUNO MOREIRA SOARES – CPF Nº 089.800214-10
ADDYSON MANOEL FREITAS DE PAIVA – CPF Nº 095.873.204-33

Publicado por:
Francisco Bruno Moreira Soares
Código Identificador:7FE851E8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 003/2019 PP

CONTRATANTE: *PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN*
INTERVENIÊNCIA: *FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE*
CONTRATADO: *C DANTAS TEIXEIRA ME*
OBJETO: *O presente Termo Aditivo tem por objeto conceder o reequilíbrio econômico financeiro, tendo em vista a elevação da cotação do preço do petróleo no mercado, onerando o valor do item Gasolina Comum, especificados no Anexo I do Termo Contratual, fundamentado na permissibilidade prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, que assegura aos concorrentes que, nas relações contratuais estabelecidas com o poder público, seja respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.*
Parágrafo Primeiro *– Fica alterado os preços dos itens Gasolina Comum, de R$ 4,55 (quatro reais e cinquenta cinco centavos) para* ***R$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos*** *e Óleo Diesel S10, de R$ 3,79 (três reais e setenta nove centavos) para* ***R$ 3,92 (três reais e noventa dois centavos).***
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: *A presente alteração contratual encontra-se fundamentada nas disposições legais previstas no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.*
LOCAL E DATA: *São Francisco do Oeste/RN, 02 de maio de 2019*
VIGÊNCIA: *31 de dezembro de 2019*
ASSINANTES:
LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL
LÍVIA PATRÍCIA DIOGENES VIANA – REPRESENTANTE DO FMS
CARLOS DANTAS TEIXEIRA – TITULAR DA CONTRATADA
TESTEMUNHAS:
FRANCISCO BRUNO MOREIRA SOARES – CPF Nº 089.800214-10
ADDYSON MANOEL FREITAS DE PAIVA – CPF Nº 095.873.204-33

Publicado por:
Francisco Bruno Moreira Soares
Código Identificador:8099D3F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 074/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 22 de março de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 22 de março de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 21 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:C9071202

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 075/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 25 de março de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 25 de março de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:42F97E35

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 076/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 28 de março de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 28 de março de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 27 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:A819BCBF

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 077/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 28 de março de 2019.
RESOLVE
Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 28 de março de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 27 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:EE9F7291

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 078/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 30 de março de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAÚJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 30 de março de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 29 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:8C202507

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 079/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 01 de abril de 2019.

RESOLVE

Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 01 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 29 de março de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:4B6DEF90

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 080/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 02 de abril de 2019.

RESOLVE

Designar SAMUEL MAFRA DE ARAÚJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor

total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 02 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 01 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:CFD1FA06

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 081/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de João Pessoa/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 03 de abril de 2019.

RESOLVE

Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 03 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 02 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:5BB83DA2

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 082/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 03 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAÚJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 03 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 02 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:84E11CBE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 083/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 04 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 04 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 03 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:6531177A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 084/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 08 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 08 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 05 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:E666F452

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 085/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 06 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar SAMUEL MAFRA DE ARAÚJO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 06 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 05 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:807AE07B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 086/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 12 de abril de 2019.

RESOLVE

Designar FRANCISCO MURSULINO DOS SANTOS (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 12 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 11 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:008F16AC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 087/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para participar de Reunião Ordinária do COSEMS/RN, a ser realizada no dia 17 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR (Secretária Municipal de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), para viagem a se realizar no dia 17 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 16 de abril de 2019.

KÁTIA MARONNI DE MEDEIROS ARAÚJO
Secretária-Adjunta de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:8712E766

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 088/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Currais Novos/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 23 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 23 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:A6ADA0B9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 089/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para participar do Encontro Locorregional do Programa Mais Médicos UFRN da I, II e IV Região de Saúde, a ser realizada no dia 23 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR (Secretária Municipal de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), para viagem a se realizar no dia 23 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de abril de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:DCC423CC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 090/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, para participar do Encontro Locorregional do Programa Mais Médicos UFRN da I, II e IV Região de Saúde, a ser realizada no dia 23 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar KÁTIA MARONNI DE MEDEIROS ARAÚJO (Secretária-Adjunta de Saúde), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 300,00 (trezentos reais), para viagem a se realizar no dia 23 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 22 de abril de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:35037111

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 091/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Jardim do Seridó/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 26 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar URBANO MARIZ DE SOUZA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 26 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 25 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:D6A0CEFD

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI PORTARIA DE DIARIAS Nº 092/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 28 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 90,00 (noventa reais), para viagem a se realizar no dia 28 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 26 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:AD77C3B3

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI PORTARIA DE DIARIAS Nº 093/2019

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Patos/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 30 de abril de 2019.
RESOLVE
Designar RUBENS COSTA GORGÔNIO (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 60,00 (sessenta reais), para viagem a se realizar no dia 30 de abril de 2019.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 29 de abril de 2019.

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:9FE7D1AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 074/2019 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 001, de 30 de novembro de 2001;
RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, a Srª. MARIA GLÓRIA DE MEDEIROS GUERRA matricula **nº 170 -1** ocupante do cargo de Auxiliar de Secretaria Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação **FÉRIAS** por 30 (trinta) dias, a serem gozadas no período de 16/05/2019 a 14/06/2019 retornando ao trabalho dia 15/06/2019 referente ao período aquisitivo de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi/RN, 02 de maio de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:4938E8DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 75/2019 DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI (RN)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 1990, Artigos 59, incisos VI e IX, 66, Parágrafo Único e 72, inciso II e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 001/2001 com as alterações introduzidas pela Lei nº 725/2017 em especial no disposto no art. 81, caput e parágrafo §4º,
CONSIDERANDO o atestado de licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias,
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 dias referente ao período de 02/05/2019 a 29/08/2019, a servidora **JACIANA DIAS FREITAS, matrícula nº 7665.**
Art. 2º - Conceder automaticamente prorrogação da licença concedida no artigo anterior por mais 60 (sessenta dias) em conformidade ao disposto no §4º do art. 81 da Lei Complementar nº 001/2001, retornando suas atividades em 29/10/2019.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

São João do Sabugi/RN, 02 de maio de 2019.

LYDICE ARAÚJO DE MEDEIROS BRITO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeane Josino de Aquino Alves
Código Identificador:F35CEFFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a terceirização de serviços contínuos de limpeza pública das ruas e logradouros públicos, nas Zonas Urbana e Rural, deste município, com o fornecimento da mão de obra, veículos, maquinários, equipamentos e insumos necessários para as atividades (compreendendo: administração local; coleta e destinação dos

resíduos, serviços de limpeza de ruas e logradouros, de locais de feiras e eventos, e de bocas de lobo).

RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação de São José de Mipibu/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado de julgamento da documentação de habilitação das licitantes, participantes do Processo em epígrafe, no qual foi **habilitada** a Empresa RCON Construções e Serviços Eireli – ME/CNPJ nº 10.668.629/0001-68 e **inabilitadas** as Empresas PROSERN Comércio e Empreendimentos Ltda – ME/CNPJ nº 04.500.540/0001-95; Da Mata Representações Eirelli – ME/CNPJ nº 26.620.865/0001-44; A B Agostinho Eireli – ME/CNPJ nº 26.772.105/0001-52; Petrogás Serviços Técnicos Ltda/CNPJ nº 03.138.148/0001-85; J H N de Melo Eireli – ME/CNPJ nº 21.597.589/0001-27; PG Construções e Serviços Eireli – EPP/CNPJ nº 21.052.876/0001-51; Construtora Oliveira e Melo Ltda – EPP/CNPJ nº 14.022.963/0001-09; Galdino Empreendimentos Eireli – EPP/CNPJ nº 18.735.376/0001-00; Construtora RS Serviços Eireli – ME/CNPJ nº 26.094503/0001-67; Alfa Omega Construtora Eireli – ME/CNPJ nº 21.734.494/0001-08; Construtora Assu e Empreendimentos Ltda/CNPJ nº 07.126.573/0001-05; PJ Construtora Eireli – ME/CNPJ nº 07.930.750/0001-01; e SP Construções Ltda – ME/CNPJ nº 09.029.248/0001-50. Fica aberto o prazo recursal. Caso não haja interposição de recursos, fica aprazado para o dia 15.05.2019, as 10h00min, a Sessão para abertura e julgamento da Proposta Comercial da empresa habilitada. O processo, com as razões do julgamento, encontra-se à disposição dos interessados, na Sala da CPL, na sede da Prefeitura Municipal, sita à Rua 26 de Julho, 08 – Centro, das 08h00 as 13h00.

São José de Mipibu/RN, 06.05.2019.

ARIALDA HELENA DO CARMO MARTINS.
Presidente da CPL.

Publicado por:
Odete Ferreira de Souza
Código Identificador:103BE9DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
EDITAL Nº 03/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A Comissão Eleitoral instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José do Campestre– RN, no uso de sua competência, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 - ANDREZA TAIZY DA SILVA LIMA
02 - MARIA EDNEIDE COSTA DA SILVA
03 - JOSÉ JAIAN DE MELO
04 - MÁRCIA CRISTINA LIMA DA SILVA
05 - ROBSON CACIO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE
06 - RAILSON ALVES DA SILVA
07 - EMANOEL ARAÚJO COSTA
08 - ZÉLIA MARIA DA SILVA
09 - ABRAÃO PAULINO DO NASCIMENTO
10 - HÉLIO ALVES DOS ANJOS
11 - KATIA DAIANA BRAZ
12 - HUDSON JÚNIOR DA SILVA
13 - HELLANY RAYANI GOMES DE AZEVEDO
14 - MARIA ANDREIA DA SILVA
15 - JANAINA SOARES VIANA
16 - MÁRCIA SUERDA DA SILVA
17 - JEFFERSON ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO
18 - VITÓRIA DELLYS MATIAS DO NASCIMENTO
19 - MAGNA MOUSINHO DE ANDRADE
20 - JOÃO FERNANDES PEREIRA FILHO
21 - GEOVAN DO NASCIMENTO SOARES
22 - SÉRGIO PEREIRA DA SILVA
23 - ALISSON MOREIRA DE ARAÚJO

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 a 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.

As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas no na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo, situado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – SEMTHAS, na Avenida Getúlio Vargas, 971- Térreo – Centro – São José do Campestre/RN.

São José do Campestre/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCINEIDE SOARES DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:6DC3C4F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 69, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de gratificação especial prevista na Lei Complementar nº 069, de 04 de julho de 2017.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Complementar nº 069, de 04 de julho de 2017, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 016/2019-SESAD, que requisita a concessão de gratificação para servidor com provimento em comissão de Diretor de Unidade Básica de Saúde- DUBS e a gratificação Enfermeiro Unidade Mista de Saúde, sigla G ENG UMS.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **REDIANNE MEDEIROS DA FONSECA**, ocupante do cargo de Enfermeira, a Gratificação Diretor de Unidade Básica de Saúde - DUBS, e a gratificação Enfermeiro Unidade Mista de Saúde, sigla G ENG UMS em conformidade com a Lei Complementar nº 069/17.

Art. 2º. A percepção da gratificação fica condicionada às normas estabelecidas na Lei Complementar nº 069/17.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 06 de maio de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Viviane Kelle de Araujo Souza
Código Identificador:0E05EDD1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 070, DE 06 DE MAIO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de gratificação especial a servidora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o Ofício nº 017/2019-SESAD, que requisita a concessão de gratificação Enfermeiro Saúde da Família, sigla G ENG ESF, em conformidade com a Lei Complementar 041/2014.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a servidora **BARBARA CRISTIANE DE ALMEIDA E SILVA**, ocupante do cargo de Enfermeira, a Gratificação Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família, sigla G ENG ESF, em conformidade com a Lei 041/2014.
Art. 2º. As percepções das gratificações ficam condicionadas às normas estabelecidas na Lei Complementar nº 10/10, alterada pela Lei Complementar nº 41/14 e Lei Complementar nº 069/17.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 06 de abril de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Viviane Kelle de Araujo Souza
Código Identificador:BCF0A519

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 120 EM 23 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o que consta em Processo Administrativo nº 01824/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o(a) Sr(a) **LUCIA REGINA NEVES ALVES**, para o cargo de **PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com jornada de trabalho fixada em 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de habilitação no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2013, de 02 de outubro de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **16 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel/RN, 23 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:09A64A13

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 121, EM 24 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art.1° - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar n° 01946/2019, a ser conduzido pela Comissão Processual Disciplinar Permanente, composta pelos servidores designados pela Portaria nº 007/2018 publicado em 10 de janeiro de 2018, destinado à apuração da responsabilidade funcional atribuído ao servidor público ARNALDO BARBOSA DA SILVA, PROFESSOR, matricula 130009-1, por suposta violação ao art. 129, I, IX e art. 143, V, todos da Lei Municipal nº 356/97.

Art. 2º - A Comissão terá um prazo de até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, contados da data da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Miguel/ RN, 24 de abril de 2019

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:0EF8FA5F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 122 EM 26 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **ANA PAULA FERNANDES DE CARVALHO** do cargo de **Chefe do Serviço de Unidade de Maior Complexidade CC1,** da Secretaria Municipal de Saúde - SAUDE.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus **efeitos a 01 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel - RN, 26 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:6A4F7875

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 123 EM 26 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **MARGARIDA TORRES DA SILVA PEREIRA** do cargo de **Chefe do Serviço de Materiais e Patrimônios CC5,** da Secretaria Municipal de Saúde - SAUDE.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus **efeitos a 01 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel - RN, 26 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:AB6B3548

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 124 EM 26 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **MARIA JEANE DANTAS DE FREITAS** do cargo de **Chefe de Serviço de Processamento de Dados CC5,** da Secretaria Municipal de Saúde - SAUDE.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus **efeitos a 01 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel - RN, 26 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:C101096B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 125 EM 26 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **THAÍS DE ANDRADE OLIVEIRA CANDIDO** do cargo de **Diretor de Departamento de Promoção a Saúde CC1,** da Secretaria Municipal de Saúde - SAUDE.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus **efeitos a 01 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel - RN, 26 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:E277B010

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 126 EM 26 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 01 Exonerar **JOSÉ HÉRCULES LEITE DE QUEIROZ** do cargo de **Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças CC4,** da Secretaria Municipal de Saúde - SAUDE.

Art. 02 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus **efeitos a 01 de abril de 2019**, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

São Miguel - RN, 26 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:F7422422

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 127/2019-PMSM

O Prefeito de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que lhe faculta a lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede ao Senhor (a) **LIDIANE VALÉRIA PINHEIRO FERREIRA, Chefe do Serviço de Apoio à Criança e Adolescente, matrícula n.º 131375-4, lotado na Secretaria de Assistência Social;**

1/2 (meia) diárias no valor de R$ 29,42 (Vinte e nove reais e quarenta e dois centavos), com destino a cidade de Mossoró/RN, para decorrer com despesas de alimentação e transporte na supracitada cidade, com a finalidade de participação de Capacitação Preparatória sobre o Processo de Escolha Unificado para os Conselheiros Tutelares 2019, no período de 14 de março de 2019, conforme documentos anexos.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data de 14 de março de 2019, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Miguel/RN, em 03 de maio de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:7D9B829A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE DIÁRIAS N° 128 /2019-PMSM

O Prefeito de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que lhe faculta a lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede ao Senhor (a) **NAIARA PINHEIRO ALENCAR, Diretora do Departamento da Assistência Social, matrícula n.º 131477-7, lotado na Secretaria de Assistência Social;**

1/2 (meia) diárias no valor de R$ 29,42 (Vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) com destino a cidade de Mossoró/RN, para decorrer com despesas de alimentação e transporte na supracitada cidade, com a finalidade de participação de Capacitação Preparatória sobre o Processo de Escolha Unificado para os Conselheiros Tutelares 2019, no período de 14 de março de 2019, conforme documentos anexos.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data de 14 de março de 2019, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Miguel/RN, em 03 de maio de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:A43414EC

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 129/2019-PMSM

O Prefeito de São Miguel, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que lhe faculta a lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede ao Senhor (a) **LOURIVAL DIAS DE QUEIROZ JUNIOR, Secretário de Assistência Social, matrícula n.º 131392-4, lotado na Secretaria de Assistência Social;**

1/2 (meia) diárias no valor de R$ 58,44 (Cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), com destino a cidade de Mossoró/RN, para decorrer com despesas de alimentação e transporte na supracitada cidade, com a finalidade de participação de Capacitação Preparatória sobre o Processo de Escolha Unificado para os Conselheiros Tutelares 2019, no período de 14 de março de 2019, conforme documentos anexos.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data de 14 de março de 2019, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

São Miguel/RN, em 03 de maio de 2019.

JOSÉ GAUDENCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:678EE6E3

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO N° 002, EM 06 DE MAIO DE 2019 DECISÃO JUDICIAL

A Prefeitura de São Miguel convoca os citados abaixo para se apresentar em virtude de cumprimento de decisão judicial no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da publicação, na Secretaria Municipal de Administração, para que se possa instrumentalizar o Processo do seu devido cargo, junto a esta Secretaria Municipal, especificamente no departamento de pessoal.

Observação: Saliente-se que a referida notificação deverá ser atendida totalmente no prazo capitulado, sob pena de desclassificação, nos termos do Edital do Certame.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

YARA KATERYNE DE OLIVEIRA VALCACER

JESSIKA DAYANE DUARTE DE LIMA

São Miguel-RN, 06 de maio de 2019

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:684061D8

RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO MIGUEL RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Miguel, publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 - Maria Socorro do Rêgo Queiroz;
2 - Francisco Paulo de Souza;
3 - Lenilda Gonçalves de Aquino;
4 - Geane Gonçalves Barbosa;
5 - Marcos Antônio Tavares Morais;
6 - Glaudenio Leite Negreitos;
7 - Maria Edilânia Dantas;
8 - Josineide Costa de Macedo Carvalho;
9 - Endy Aniely Paulino da Silva;
10 - Fernando de Carvalho Freitas;
11 - Raiane Ionely Carvalho de Freitas.

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tomem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 558/2005 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, situado na Rua Joca Moreno, Núcleo Sabino Leite, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

São Miguel, 07 de maio de 2019.

LIDIANE VALÉRIA PINHEIRO FERREIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Flazico Thiago Diógenes Rêgo
Código Identificador:CB02103D

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 (RETIFICAÇÃO)

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, através da Prefeitura Municipal, com sede administrativa na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 46 – centro – São Miguel-RN, inscrita no CNPJ 08.355.463/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Prefeito José Gaudêncio Diógenes Torquato, portadora da cédula de identidade RG n.º 003.121.782 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº 199.228.684-15, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa **GAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 15.122.432/0001-42, estabelecida a rua Edgar Dantas, 1534, Santos Reis, Parnamirim/RN, representada pelo seu Administrador, Senhor **Paulo Roberto Negócio de Freitas**, portador da Cédula de Identidade n.º 1.029.360 SSP/RN e CPF (MF) n.º 875.351.304-53, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços do **Contrato nº. 011/2019**, em face da incidência da convenção coletiva do período 2019/2020 e o índice do IPCA, sendo atualizado o valor mensal para **R$ 150.225,87 (cento e cinquenta mil e duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos)**, com

vigência a contar da data de sua assinatura e **retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2019**, conforme recomendação da Procuradoria Geral do Município.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O reequilíbrio econômico-financeiro dos preços decorre da nova convenção coletiva do período 2019/2020 e pelo índice do IPCA, incidentes sobre os serviços hora contratados.

PARÁGRAFO ÚNICO: O reequilíbrio econômico-financeiro tem fundamento no art. 65, inc. II, al. "d", e §5º, da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos para a cobertura das despesas correspondentes ao presente aditivo, no exercício financeiro de **2019**, ocorrerá à conta da dotação orçamentária abaixo:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 20 - Programa de Reordenamento Urbano
Ação: 2.315 - Realização da limpeza urbana
Despesa 1013 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. 011/2019 ora aditado, naquilo que não conflitarem com o presente Aditamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 Incumbirá à CONTRATANTE a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 61, da Lei 8.666, de 1993.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

São Miguel-RN, em 29 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Município de São Miguel
P/ Contratante

PAULO ROBERTO NEGÓCIO DE FREITAS
Gama Construções e Serviços EIRELI
P/ Contratada

TESTEMUNHAS:

1) ANA SAMIRIS LOPES CARLOS - Matrícula nº 131423-8 _____

2) GRAZIELE PEIXOTO DE LIMA - Matrícula nº 131357-6 _____

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:03194C6C

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2019 *RETIFICAÇÃO*

Ficam os representantes das empresas abaixo descritas, convocadas a assinarem a Ata de Registro de Preço nº. 019/2019 doPREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2019, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento do presente. Na sede da Prefeitura Municipal de São Miguel/RN, no horário de 07h00min ás 13h00min.

EMPRESA

A. AZEVEDO DA SILVA EIRELI

CNPJ: 27.008.156/0001-75

PRONTO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI – ME

CNPJ: 17.737.876/0001-18

VICENTE DE PAULA SOBRINHO

CNPJ: 08.147.779/0001-84

São Miguel/RN, 30 de abril de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito Municipal

Retificação da publicação na edição nº. 2009 com código verificador nº. 7BABD794.

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:FB0FB7CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI – GABINETE DO PREFEITO – RESULTADO DA LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 022/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI – GABINETE DO PREFEITO – **RESULTADO DA LICITAÇÃO** MODALIDADE – **PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 022/2019**- A Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o resultado da licitação acima epigrafada - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de empresa para serviços de limpeza de fossas sépticas destinados ás famílias carentes localizadas em áreas do nosso município, que não são atendidas com a estrutura de saneamento básico, seja zona urbana e/ou zona rural e de prédios públicos deste município. Declarada vencedora do certame a empresa**: GUTEMBERG F. DE OLIVEIRA ME – REAL SERVIÇOS, com valor da diária R$ 1.530,00 (um mil, quinhentos e trinta reais)**. Ficando assim a presente Licitação **ADJUDICADA e HOMOLOGADA**.

São Paulo do Potengi-RN, 06 de maio de 2019

JOSÉ LEONARDO C. DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Maria de Luna
Código Identificador:4D2DCC83

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 978/2019, DE 26 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO BÁSICO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei N° 11.738, de 16 de julho de 2008;
FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º -Em obediência ao artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e a Portaria Interministerial MEC/MF N.º 6 de 26 de dezembro de 2018, ficam reajustados no percentual de 4,17% (quatro,

dezessete por cento), os vencimentos básicos dos profissionais do Magistério Público Municipal, respeitadas as progressões causadas pelo plano de cargo e salários do Magistério Público Municipal, conforme os valores constantes da tabela do Anexo I desta Lei.
Art. 2º - As despesas da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município.
Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeito retroativo a 2 de janeiro de 2019, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

São Paulo do Potengi/RN, em 26 de março de 2019.
198º ano da Independência e 131º ano da República.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA DOS VENCIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI

NÍVEL	VENCIMENTOS
Professor com Magistério	R$ 1.918,30
Professor Graduado	R$ 2.618,44
Professor Pós-Graduado	R$ 3.534,90
Professor com Mestrado	R$ 4.241,88

São Paulo do Potengi/RN, em 26 de março de 2019.
198º ano da Independência e 131º ano da República.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:00CCBA51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a senhora THAÍS MADEIRA DA COSTA SANTOS, CPF: 050.717.144-69, classificada em 1º lugar, para o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, em conformidade com o art. 1°, da Lei Municipal nº 849/2014, em caráter efetivo, no Regime Estatutário, conforme a Lei municipal nº 398/98, tendo em vista aprovação em Concurso Público, Edital de Abertura nº 002/2014, homologado em 24/02/2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca.
Art. 2º A nomeada deverá tomar posse dentro de 30 (trinta) dias a partir da data desta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 2 de Maio de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:145176A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 194/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR a senhora KARLA PORPINO DE ARAÚJO FERREIRA PINHEIRO, CPF: 671.606.544-04, classificada em 3º lugar, para o cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, em conformidade com o art. 1°, da Lei Municipal nº 849/2014, em caráter efetivo, no Regime Estatutário, conforme a Lei municipal nº 398/98, tendo em vista aprovação em Concurso Público, Edital de Abertura nº 002/2014, homologado em 24/02/2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º A nomeada deverá tomar posse dentro de 30 (trinta) dias a partir da data desta Portaria.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 2 de Maio de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:D40ABFD9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º CEDER a servidora ADEILZA ALVES DA COSTA DE MELO, matrícula 925, lotada no quadro da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania, para a Câmara dos Deputados.
Art. 2º A cessão da servidora se dará com ônus ao Município, através da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, por até 12 (doze) meses.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 2 de Maio de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:21EA029E

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
EDITAL ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR - RELAÇÃO DE CANDIDATOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Paulo do Potengi/RN, publica a relação dos candidatos inscritos.
I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
1 – ÂNGELA MEDEIROS DE OLIVEIRA
2 – VALQUÍRIA DE FARIAS ARAÚJO
3 – JANETE DÁRIA DA SILVA
4 – FRANCISCO OCIMAR BEZERRA DAMASCENO
5 – LEANDRO BRUNO TAVARES
6 – CÉLIA MARIA DE LUNA MOTA
7 – ANA MARIA DA SILVA LIMA
8 – ZAIARA MARIA FIGUEIREDO VARELA
9 – KÁTIA EMILENI DA COSTA BARBOSA
10 – CLÁUDIA REGINA LOPES DA COSTA
11 – CÍCERA PIMENTEL DA SILVA
12 – TÚLIO LEANDRO FAUSTINO SILVA

13 – ALESANDRA DOS SANTOS LIMA
14 – EMANOEL JORDÃO RAMOS DE MACEDO
15 – PAULA COSME DA SILVA CARDOSO
16 – JULIANA BARBOSA DA ROCHA
17 – ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA
18 – LIÊNIO DE LIMA MARQUES
19 – HONAIARA DA SILVA
20 – KAIOAN AIAC DE CARVALHO TRAJANO
21 – VERA LÚCIA DA SILVA
22 – ANDSON ROBSON CARDOSO DE FARIAS
23 – MYRTHES GUEDES ALCOFORADO
24 – FRANCISCA JUCILENE DA SILVA
25 – EDIVÂNIO MEDEIROS DA SILVA
26 – ADRIANA TEIXEIRA SILVA
27 – SUENY PATRÍCIO DOS SANTOS
28 – JOYCE PONTES DE SOUZA
29 – CLENE RUCIMÁRA DE LIMA

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 847/13 e Resolução nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Manuel Marques, nº 308, no horário das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00.

São Paulo do Potengi/RN, 03 de maio de 2019.

MOACIR GOMES DE FARIAS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Herisson de Oliveira Bezerra
Código Identificador:94006DEE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Tomé, publica a relação dos candidatos inscritos.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 – Danilo da Silva Alves.
2 – Eugênio Agostinho de Andrade Filho.
3 – Tiago Ademerson Dantas.
4 – José Stênio Alves.
5 – Maria Auxiliadora de Lima.
6 – Maria Audenice Nunes Joventino de Oliveira.
7 – Stênia Rosy da Silva Pessoa.
8 – Josefa Ludmylla Salustino de Brito Bento.
9 – Erasmo Carlos da Silva.
10 – Maria do Céu Rangel da Silva.
11 – José Basílio Lopes da Silva.
12 – Kayonara Katyucia de Lima.
13 – Vitória Souza de Oliveira da Silva.
14 – João Maria de Andrade.
15 – Maria Rafaelle Pereira da Silva.
16 – Adelinia Maria da Conceição Marques.
17 – Jordana Gomes de Oliveira.
18 – Alanne Wilma Garcia.
19 – Kallyna Layse dos Santos.
20 – Franciete Alves da Silva Costa.
21 – Mikarla Mayara Martins da Silva.
22 – Manoel Tavares do Nascimento Neto.
23 – Adriana Damascena Felix.
24 – Andréia Vicente da Silva.
25 – Geraldo Duarte.
26 – Ana Maria Carlos.
27 – Priscila Daniela da Silva.
28 – Solanje Maria da Silva.
29 – Alex Sandra Amador da Silva.
30 – Franciele Santos de Melo Silva.
31 – Damião Furtado de Araújo.
32 – Josefa de Araújo Maurício
33 – Alexandro Cecílio de Araújo.
34 – Gessica Karolayne Santos de Oliveira.

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), Resolução nº 152/2012 e 170/2014 do CONANDA, Resolução nº 118/2019 do CONSEC, na Lei Municipal nº 760/2008 e 1.124/2015, e Resolução nº 001/2019 do CMDCA, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação dessa Relação dos Candidatos Inscritos, devidamente instruída com provas.

III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA com funcionamento na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Padre Ramiro Varela, s/n, Alto de São Sebastião no horário **das 8 às 14horas, no período de 07 a 13/05/2019**.

São Tomé/RN, 06 de maio de 2019.

TERESA CRISTINA DA SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Membros da Comissão

EDILSON MAXIMIANO DOS SANTOS

ERINALDO DOMINGOS DA CRUZ

ANDREZA RAPHAELA MOURA

VALDEIRA AIRES DA SILVA OLIVEIRA

SÂMYLLA VANESSA DA ROCHA FERREIRA

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:F6A0F8C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 006/2018 – TOMADA DE PREÇOS

PROTOCOLO: 079/2018
PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2018 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.

Despacho de revogaçãode processo Licitatório em razão da necessidade de readequação do objeto.

A ORDENADORA DE DESPESAS DO **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ: 11.261.481/0001-05)**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base no princípio da autotutela, bem como nas súmulas 346 e 473 do STF calcada, primordialmente, nos princípios da legalidade, segurança jurídica, consentâneo com o interesse público, em conformidade com normas previstas na Lei nº 8.666/93 e,

CONSIDERANDO a existência de divergência na composição SINAPI (Referência: outubro de 2016) dos itens 3.5, 4.3, 4.7, 5.1, 8.7, 10.1, 10.2, 12.3, 13.1, 13.6 e 13.7, apresentados na planilha orçamentária (fls. 024 à 035), peça que compõe o projeto básico apresentado pela Sec. Saúde visando à licitação do objeto supracitado;

CONSIDERANDO que depois de remetido o procedimento administrativo licitatório ao Setor de Engenharia do Fundo Municipal de Saúde, o mesmo emitiu parecer evidenciando "falhas em alguns itens da planilha", sendo encontrado "alguns códigos não compatíveis com o tabela SINAPI de referência", opinando no final do documento pelo, "cancelamento do processo licitatório sob análise, enquanto serão retificados os itens constantes na planilha aprovada pela Caixa Econômica Federal";

CONSIDERANDO que o objetivo da Administração Pública é aplicar a legislação vigente de forma justa;

CONSIDERANDO que o objeto licitado não se concretizou um direito adquirido nem o ato jurídico perfeito, haja vista, a não adjudicação, homologação e contratação final;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de readequação do objeto licitado;

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, o processo licitatório tombado sob. nº. 006/2018, protocolo nº 079/2018, modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.

SÃO VICENTE (RN), em 19 de abril de 2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B81A7F53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 030, DE 06 DE MAIO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

A Prefeita Municipal de São Vicente/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que estabelece o Art. 40, inciso 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Nº 004/2010, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de São Vicente/RN,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, para integrar a Comissão Permanente de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público de São Vicente/RN, nos termos do Art. 40, inciso 1º, 2º e 3º, da Lei Complementar Nº 004/2010, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal de São Vicente/RN, com mandato de 03(três) anos, os seguintes membros:

I - Secretária Municipal de Educação - Presidente:
Maria da Guia de Medeiros

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Emanuela Alves da Silva
Francivalda Vicente da Silva Alves
Jéssica Sayonara Dantas Costa Aureliano

III - Representante de Professores:
Francisco Marques da Silva
Isabela de Araújo Santos
Adailton Pereira da Silva
Patrícia Araújo da Silva Morais

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 06 de maio de 2019.

Publique-se, Cumpra-se.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1780EF3D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 10/2019

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ-MF, Nº. 11.261.481/0001-05

CONTRATADA(O).....: MAGNO DOUGLAS PONTES DE OLIVEIRA - CPF nº 053.756.274-50

OBJETO.....: Constitui objeto do presente instrumento de contrato, à prestação de serviços médicos de Ultras sonografias de Ligamentos partes moles.

DOS VALORES.....: Pela execução dos serviços, o CONTRATADO (A) perceberá o valor de R$ 90,00 (noventa reais) por cada Ultra sonografia.

PROGRAMA DE TRABALHO.....: A despesa será consignada ao(s) recursos(s) orçamentário(s) previsto(s) no OGM – Orçamento Geral do Município: 10.302.0014.2.046 - Manut. Da Média e alta Complexidade; elemento de despesa 33.90.36-00 – Outros Serviços de Terceiros - PF.

VIGÊNCIA.....: 01 de maio de 2019 e término em 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 26 de abril de 2019

ASSINAM:

PELA CONTRATANTE:

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA - CPF nº. 046.117.704-86 - GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO - CPF nº 023.034.164-00 – PREFEITA MUNICIPAL.

PELA CONTRATADA:
MAGNO DOUGLAS PONTES DE OLIVEIRA - CPF nº 053.756.274-50

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:666219A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA EMPENHO Nº 22040001

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - EPP (CNPJ: 26.094.819/000-59) referente empenho nº. 22040001, datado em 22/04/2019, no valor de R$ 7.209,10 (SETE MIL, DUZENTOS E NOVE REAIS E DEZ CENTAVOS), referente nota fiscal nº. 793. No

caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes à aquisição de material hospitalar. Com efeito, o fornecimento dos produtos foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área da SAÚDE. Tal aquisição justifica-se pela necessidade do fornecimento para abastecer a unidade mista de saúde e as unidades básicas onde os materiais são para o consumo de acordo com a demanda de atendimentos aos pacientes. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 06/05/2019.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:25FCF992

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
ATA DA SESSÃO - PP 010.2019

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2019
Às 09:00 do dia 06 de Maio de 2019, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, reuniram-se o Pregoeiro - Anderson Victor da Silva Costa -, pedindo para constar a ausência dos membros da Equipe de Apoio, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação, cujo objeto é OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA.. O Pregoeiro iniciou a sessão esclarecendo aos presentes como funciona o Pregão e os aspectos legais. Imediatamente o Pregoeiro solicitou a Sra. Representante da proponente que se identificasse, munidos de carteira de identidade e/ou procuração para credenciamento.
Participaram deste certame a licitante abaixo relacionada, com seu respectivo representante:

MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472.....	18.066.479/0001-24
MARCIA VIEIRA DA SILVA	C.P.F. nº 336.500.124-72

Para cada item cotado, a proposta inicial dos proponentes e seus respectivos lances estão expressos abaixo:

Lote:	001- LOTE 01 - ALIMENTAÇÃO PRONTA	
* OBS.:	Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados, com suas respectivas propostas. As propostas assinaladas com (*) foram classificadas e os proponentes convocados para a fase de lances. As propostas assinaladas com (D) foram desclassificadas pelo(a) Pregoeiro(a). Os lances para este lote foram efetuados pelo PREÇO UNITÁRIO.	
Prop. Base	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472	R$ 60.000,000 *
ABERTURA DA FASE DE LANCES		
Habilitação	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472, Data: 06/05/2019	
	Observação: Licitante atendeu todo os requisitos para habilitação.	
Dec.vencedor	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472, Data: 06/05/2019	
	Observação: Valor dentro do estimado.	

Após ser definido o menor preço unitário, cotado pela empresa MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472. Considerando que ninguém manifestou intenção de interpor recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicou o lote 001 à licitante MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472 em 06/05/2019.

Lote:	002 - LOTE 02 - COFFEE BREAK	
* OBS.:	Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados, com suas respectivas propostas. As propostas assinaladas com (*) foram classificadas e os proponentes convocados para a fase de lances. As propostas assinaladas com (D) foram desclassificadas pelo(a) Pregoeiro(a). Os lances para este lote foram efetuados pelo PREÇO UNITÁRIO.	
Prop. Base	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472	R$ 19.800,000 *
ABERTURA DA FASE DE LANCES		
Habilitação	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472, Data: 06/05/2019	
	Observação: O licitante atendeu todos os requisitos para habilitação.	
Dec.vencedor	MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472, Data: 06/05/2019	
	Observação: Valor dentro do estimado.	

Após ser definido o menor preço unitário, cotado pela empresa MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472. Considerando que ninguém manifestou intenção de interpor recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicou o lote 002 à licitante MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472 em 06/05/2019.

.
O pregoeiro tentou a negociação dos valores, porém a licitante se demonstrou irredutível, uma vez que já apresentou valor abaixo do estimado. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro e representante presente. O Pregoeiro declarou encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos.

ANDERSON VICTOR DA SILVA COSTA
Pregeoeiro

Participante(s) Do Certame
MARCIA VIEIRA DA SILVA 33650012472

_____
ASSINATURA

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:44FE644C

CPL
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO N° 001 - PP 011.2019

PROCESSO Nº 290401/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019 – PP - SRP

PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2019
OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

O município de Serra de São Bento, torna pública as seguintes retificações No item 8.1, onde se lê:"8.1. A sessão pública será dirigida pelo Pregoeiro Anderson Victor da Silva Costa, designado pela portaria nº 013/2019 de 01 de fevereiro de 2019, ficando responsável pela abertura e julgamento dos envelopes de propostas/habilitação e adjudicação." Leia-se: "8.1. A sessão pública será dirigida pelo Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria nº 030/2019 de 03 de maio de 2019, ficando responsável pela abertura e julgamento dos envelopes de propostas/habilitação e adjudicação." No item 9.1.5, onde se lê: "9.1.5. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"; Leia-se: "9.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES"; No item 9.1.5, onde se lê: "a2", leia-se "c2"; No item 9.1.5 c1, onde se lê: "c.1) O Atestado de Adimplência deverá ser requerido na Prefeitura Municipal de Serra de São Bento – RN (na Secretaria Municipal de Administração), sito à Praça Salviano Gomes Crisanto, 100, Centro;"; Leia-se: "c.1) O Atestado de Adimplência deverá ser requerido na Prefeitura Municipal de Serra de São Bento – RN (na Secretaria Municipal de Administração), sito à Praça Salviano Gomes Crisanto, 100, Centro, no prazo de até 02 (dois) dias anteriores a sessão de abertura;"; No item 9.1.5, onde se lê: "a.3) Para todos os interessados o Atestado de Adimplência deverá ser solicitado com a através de documento original ou cópia autenticada, assinado por seu representante legal, o qual deverá comprovar ser o representante ou titular da licitante;"; Leia-se: "c.3) Para todos os interessados o Atestado de Adimplência deverá ser solicitado através de documento original ou cópia autenticada, assinado por seu representante legal, o qual deverá comprovar ser o representante ou titular da licitante. Entende-se por comprovação: Representante deverá apresentar Procuração, cópia do RG do outorgante e outorgado e cópia do ato

constitutivo da empresa; Titular deverá apresentar cópia do ato constitutivo e cópia do Rg; Ficam mantidas as demais disposições do edital do Pregão Presencial nº 011/2019.

Serra de São Bento/RN, 06 de maio 2019.

WANESSA GOMES DE MORAIS
Prefeita

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:1FF46E49

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SERRA DE SÃO BENTO

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Serra de São Bento, publica a relação dos candidatos inscritos.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

1 – Geovany Jefferson Marinho do Carmo;
2 – Renata Maria do Nascimento;
3 – Carlos Augusto Amaro;
4 – Renata Lizandra Viana da Silva;
5 – Karoline Estefane Avelino da Silva;
6 – Valquírea Neves dos Santos Lima;
7 – Gilvanildo Venceslau;
8 – Emanuel Oliveira da Silva;
9 – Janine Feliciano Ramos;
10 – Rafaela Dionísio do Nascimento.

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 106/2014 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.

III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua Afonso Belmont, nº 18, no horário das 08h às 17h horas.

Serra de São Bento/RN, 06 de maio de 2019.

HAÍLA VICTOR MORAIS
Presidente da Comissão Especial Eleitora

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:AB3DB853

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 031/2019

Dispõe sobre a nomeação do Cargo em Comissão de Supervisor de Endemias, e dá outras providências**.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO - RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **ANDERSON FELIPE RODRIGUES LEONCIO**, portador da Carteira de Identidade n° **3.567.896 SSP/RN**, inscrito no CPF/MF sob n° **090.366.034-20**, no cargo em Comissão de Supervisor de Endemias do Município de Serra São Bento/RN.
Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Serra de São Bento - RN, 06 de maio de 2019.

WANESSA GOMES DE MORAIS
Prefeita Municipal

Dado ciência, registrado e publicado, em 06 de maio de 2019, no átrio da Prefeitura Municipal de Serra de São Bento/RN, em mural próprio para tal, devendo permanecer até 06/06/2019, nos termos da legislação em vigor.

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:3E10FF31

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 23/2019

PORTARIA Nº 023, DE 03 DE MAIO DE 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). RONIVALDO PINHEIRO FERNANDES no cargo de DIRETOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E PROJETOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O(A) Sr(a). RONIVALDO PINHEIRO FERNANDES no cargo de DIRETOR(A) TÉCNICO(A) DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FISCALIZAÇÃO E PROJETOS, na SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, constante na Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 03 de maio de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:123E73DF

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA DIVERSA Nº 027/2019

PORTARIA Nº 027, DE 06 DE MAIO DE 2019

RENOVAÇÃO de Cessão de servidores do Município de Serra do Mel/RN, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SERRA DO MEL, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, e observado as suas delegações de competência;

CONSIDERANDO os Termos do Convenio nº 24/2016, o ofício nº 170/2019-SAD/TJRN, de 23 de Abril 2019, do Secretário de Administração, Luiz Mariz de Araújo Filho, o qual solicita que seja renovada cessão de servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Serra do Mel:

RESOLVE:

Art. 1º - RENOVAR, a cessão dos servidores abaixo relacionados, sem ônus para a entidade cessionária;

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO DE ORIGEM
SHEYLA MICHELLE DE SOUSA SILVA SANTOS	N° 900.501-9	Aux. De Secretaria
SANDOMARA VIEIRA DINIZ	N° 900.495-3	Ag. Administrativo

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 19 de Abril de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Serra do Mel/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:60F5A0C2

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA DIVERSA Nº 028/2019

PORTARIA Nº 028, DE 06 DE MAIO DE 2019

Cessão de servidor do Município de Serra do Mel/RN, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SERRA DO MEL, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, e observado as suas delegações de competência;

CONSIDERANDO os Termos do Convenio nº 24/2016, o ofício nº 139/2019-SAD/TJRN, de 11 de Abril 2019, do Secretário de Administração, Luiz Mariz de Araújo Filho, o qual solicita que seja renovada cessão de servidores do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Serra do Mel:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a cessão do servidor abaixo relacionado, sem ônus para a entidade cessionária;

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO DE ORIGEM
LEODÉCIO ALMEIDA ADELINO	034	Assistente Administrativo

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Serra do Mel/RN, 06 de Maio de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:D00E9139

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 08/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO- Pregão Presencial SRP nº 08/2019

Processo Administrativo N° 030408/2019
Licitação N° PP SRP 08/2019
Modalidade: Pregão Presencial- SRP

Objeto da Licitação: Registro de Preços para futuras aquisições de insumos laboratoriais, objeto desta licitação são essenciais para manutenção das atividades diárias do Laboratório Hospitalar, da Unidade Mista Dr. Silvio Romero de Lucena.

PRESTADOR (es) Declarado (s) vencedor(es): CNPJ

LABMED COMERCIO DE ARTIGOS MÉDICOS E LABORATORIAIS- 06.964.537/0001-58
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- 07.969.641/0001-06
MEDICAL FARMA HOSPITALAR LTDA- 03.319.496/0001-59
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- 27.029.083/0001-06

Data da Autuação: 03 de abril de 2019
Data da Licitação: 06 de maio de 2019
Data da Adjudicação: 06 de maio de 2019.

Circunstanciado pela Adjudicação do Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra do Mel/RN, datada dia 06 de maio de 2019, como também amparado pela Lei 10.520/2002, que rege a modalidade de licitação pregão, e ainda com amparo na Lei 8.666/93, o Estatuto das Licitações e dos Contratos Administrativos, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação - Pregão Presencial n.º 08/2019 realizado no dia 06 de maio de 2019, decorrente de processo administrativo n° **030408/2019** instaurado em 03 de abril de 2019, às Empresas: **LABMED COMERCIO DE ARTIGOS MÉDICOS E LABORATORIAIS**- CNPJ: 06.964.537/0001-58 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 4, 11, 12, 15, 16, 24, 25, 28, 30, 32, 42, 43, 44, 45, 56 ; totalizando o valor de **R$ 13.380,40 (treze mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos)**.
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 07.969.641/0001-06 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 5, 6, 7, 8, 23, 27, 29, 31, 33, 34, 46, 47, 48, 52, 54 ; totalizando o valor de **R$ 12.165,40 (doze mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)**.
MEDCAL FARMA HOSPITALAR LTDA- CNPJ: 03.319.496/0001-59 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 9, 14, 49, 50, 53 ; totalizando o valor de **R$ 2.696,36 (dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos)**.
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- CNPJ: 27.029.083/0001-06 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 10, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 51, 55 ; totalizando o valor de **R$ 9.351,20 (nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)**.
, haja vista ser as propostas mais vantajosas para o município, conforme especificações contidas no Edital.

Serra do Mel-RN, em 06 de maio de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:12F00492

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
HOMOLOGAÇÃO DE EDITAL N° 02/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTS
SERRA DO MEL
Lei Municipal nº 209/2004
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 002/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº209/2004 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do

Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
01 – ELIETE PEREIRA
02 – MARIA CLAUDIA FERNANDES ALVES
03 – FRANCISCA ELIZA DE OLIVEIRA SOUZA
04 - AMOS CESAR SOBRINHO
05 – FRANCISCO CARLOS BEZERRA DE LEMOS
06 – FRANCISCO DE ASSIS GOMES
07 – MAYARA BENIGNO DE OLIVEIRA MOURA
08 - EDUARDO REINALDO DE MEDIROS
09 - KARLA DANIELE DA SILVA E LIMA
10 - RAFAEL LINHARES DA SILVA
11 - DIEGO DA SILVA MOURA
12 - ROSANE PINHEIRO DA SILVA
13 - GISELIA GRACIA DA SILVA
14 - AMELIANNE ANDREIA DE ALMEIDA MOURA
15 - LUIZ MARILAC FREITAS SANTOS
16 - BRUNO MOURA NOGUEIRA PIRES
17 - MAURILO MARQUE DE MEDIROS NETO
18 - WILMA MENDONÇA DE SOUZA
19 - NATALI SILVA BARROS
20 - JOÃO MARCOS ALVES DE OLIVEIRA
21 - ANTONIA MARCIELE DA SILVA PEREIRA
22 - ERIKA MIKAELLE ARAUJO DOS SANTOS
23 - FRANCISCA NATALIA NETA LOPES
24 - FABIO EDUARDO DO NASCIMENTO ROCHA
24 - MATEUS PEREIRA DA COSTA
26 - MARIA ANATILDE BARBOSA

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 06 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas Na escola Municipal vila RN situada na (Avenida Graciliano Ferreira dos Santo S/N), no horário das 13;00h ás 17:00hs.

SERRA DO MEL /RN, 06 de maio de 2019.

LIDUINA MENDES MARQUES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Hudson Kenio de Moura Azevedo
Código Identificador:9746657D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Serra do Mel / **CONTRATADO**: ALVES E OLIVEIRA EVENTOS LTDA ME / **OBJETO**: promoção de apresentações artísticas, show artístico com a banda FORROZÃO DO BRIOLA, por ocasião do tradicional aniversário de emancipação do município de Serra do Mel no dia 13 de maio de 2019, realizado em palco montado em via pública a ser instalado em local previamente designado pela CONTRATANTE / **VALOR**: R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais) / **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 01 DIA / **BASE LEGAL**: Art. 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações / **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**: 02.007 27 695 0017 2037 339039 – Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / **RECURSOS FINANCEIROS**: Orçamento Geral do Município / **DATA**: 06 de maio de 2019 / **ASSINATURA**: JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO e ALVES E OLIVEIRA EVENTOS LTDA ME.

Publicado por:
Okatio Oliveira da Silva
Código Identificador:D16D945C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 08/2019 - PROCESSO ADM. Nº PROCESSO ADM. Nº 030408/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Presencial-SRP nº 08/2019 - Processo Adm. nº Processo Adm. nº 030408/2019

ADJUDICAMOS o vencedor do Pregão Presencial-SRP nº 08/2019, realizada em 06/05/2019, a saber:
Objeto: **Registro de Preços para futuras aquisições de insumos laboratoriais, objeto desta licitação são essenciais para manutenção das atividades diárias do Laboratório Hospitalar, da Unidade Mista Dr. Silvio Romero de Lucena**.

LABMED COMERCIO DE ARTIGOS MÉDICOS E LABORATORIAIS- CNPJ: 06.964.537/0001-58 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 4, 11, 12, 15, 16, 24, 25, 28, 30, 32, 42, 43, 44, 45, 56 ; totalizando o valor de **R$ 13.380,40 (treze mil, trezentos e oitenta reais e quarenta centavos)**.
MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 07.969.641/0001-06 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 5, 6, 7, 8, 23, 27, 29, 31, 33, 34, 46, 47, 48, 52, 54 ; totalizando o valor de **R$ 12.165,40 (doze mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)**.
MEDICAL FARMA HOSPITALAR LTDA- CNPJ: 03.319.496/0001-59 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 9, 14, 49, 50, 53 ; totalizando o valor de **R$ 2.696,36 (dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos)**.
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- CNPJ: 27.029.083/0001-06 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 10, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 51, 55 ; totalizando o valor de **R$ 9.351,20 (nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)**.

Serra do Mel/RN, em 06 de maio de 2019.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Pregoeiro

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:FD29D6D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
EDITAL Nº 01/2019 – RETIFICAÇÃO

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 01/2019 – Retificação

Altera datas do processo de eleição para membros do Conselho Tutelar do Município de Serra Negra do Norte/RN.

A Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Serra Negra do Norte/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 002/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 343/2004 e suas alterações e,
CONSIDERANDO as recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONSEC, de realizar a eleição para membros do Conselho Tutelar com, pelo menos, 10 candidatos aptos;
CONSIDERANDO que até o dia 03 de maio de 2019 se inscreveram 9 interessados;
RESOLVE prorrogar o período de inscrição para interessados que desejem concorrer às eleições para membro do Conselho Tutelar, retificando o Edital nº 01/2019 nos itens que seguem:

5. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA
5.1. Inscrições e entrega de documentos no período de 08/04/2019 a 14/05/2019;
5.2. Publicação da relação dos candidatos inscritos: até 16/05/2019;
5.3. Prazo para impugnação de candidatura: 17/05/2019 a 23/05/2019;
5.4. Apresentação de defesa pelo candidato impugnado: 24/05/2019 a 28/05/2019;
5.5. Julgamento de eventuais impugnações: até 31/05/2019;
5.6. Publicação da lista preliminar de candidaturas habilitadas: 04/06/2019;
5.7. Recursos para o CMDCA: 05/06/2019 a 07/06/2019;
5.8. Publicação da relação definitiva das candidaturas deferidas, inclusive com o julgamento de eventual recurso pelo CMDCA: até 10/06/2019;

As demais datas e itens do Edital nº 01/2019 permanecem inalteradas.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de maio de 2019.

BERENICE COSTA DO NASCIMENTO GOMES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Luiz Carlos Ramos dos Santos
Código Identificador:384C5F2C

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 143/2019

PORTARIA Nº: 143/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**DANILO MONTE COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	052.707.834-44

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Fortaleza-CE	04 de maio de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Fortaleza-CE, no(s) dia(s) 04 de maio de 2019, com o objetivo de conduzir paciente conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:276A02D9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 144/2019

PORTARIA Nº: 144/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**LUCAS DANTAS DA COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	430.603.314-72

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Alexandria-RN	04 de maio de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Alexandria-RN, no(s) dia(s) 04 de maio de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para internação para cirurgia corforme relação em anexo.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:5F1B42A4

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 145/2019

PORTARIA Nº: 145/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**LUCAS DANTAS DA COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	430.603.314-72

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Alexandria-RN	05 de maio de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite (X) Diárias sem Pernoite		TOTAL		R$ 50,00

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Alexandria-RN, no(s) dia(s) 05 de maio de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes de alta hospitalar pós cirurgia corforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:3BD25D60

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 146/2019

PORTARIA Nº: 146/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**RALSON PEREIRA DE ARAÚJO**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	937.348.834-15

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	06 de maio de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite		TOTAL		R$ 50,00
(X) Diárias sem Pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 06 de maio de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 03 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:27A3F278

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 147/2019

PORTARIA Nº: 147/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**JUSSIÊ SILVA LOPES VASCONCELOS**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	052.674.074-45

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Natal-RN	05 de maio de 2019	100,00	100,00
(X) Diárias com Pernoite		TOTAL		R$ 100,00
( ) Diárias sem Pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 05 de maio de 2019, com o objetivo de RESSARCIMENTO por conduzir paciente de alta médica conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 06 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:0F17BA0A

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N°: 148/2019

PORTARIA Nº: 148/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE/RN, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor:	**DANILO MONTE COSTA**
Cargo/Função:	motorista
CPF N°:	052.707.834-44

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1/2	Natal-RN	07 de maio de 2019	100,00	50,00
( ) Diárias com Pernoite		TOTAL		R$ 50,00
(X) Diárias sem Pernoite				

Descrição do Objetivo/Serviços do deslocamento:
Viagem a Natal-RN, no(s) dia(s) 07 de maio de 2019, com o objetivo de conduzir pacientes para tratamento de saúde conforme relação em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 06 de maio de 2019.

EVANEIDE DA SILVA NÓBREGA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Evaneide da Silva Nobrega
Código Identificador:91C16006

GABINETE CIVIL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2019

Edital de Convocação Nº 020/2019

O Prefeito Municipal de Serra Negra do Norte/RN, no uso das atribuições legais e constitucionais,

RESOLVE:
Art. 1º. CONVOCAR o(s) candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo nº **001/2018,** conforme relação constante do Anexo I, para comparecer ao Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Senador José Bernardo, nº 110, Centro, Serra Negra do Norte/RN, no prazo de **48 (QUARENTA E OITO) HORAS**, a contar da publicação deste instrumento, no horário das 08h00min às 12h00min, para contratação temporária no cargo do Quadro de Pessoal do Município de Serra Negra do Norte/RN.
Art. 2º. Para contratação, o(a) candidato(a) aprovado(a) deverá apresentar todos os documentos e habilitações exigidos, conforme relação contida no Anexo II deste instrumento, bem como as exigências dos Editais de Seleção supramencionados.
Art. 3º. A convocação para confecção dos termos contratuais e análise da documentação importará em imediato exercício das funções, tendo em vista a urgente necessidade da administração pública.

Serra Negra do Norte/RN, 06 de maio de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTAGEM DOS(AS) CANDIDATOS(AS)

Cargo	Nome	Processo Seletivo	colocação	C. H.
PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS (6° AO 9° ANO)	LÊNORA LETICIA DE SOUSA LIMA	001/2018	5º lugar	30h

ANEXO II
DOCUMENTOS E HABILITAÇÕES EXIGIDAS

1. Cópia legível, acompanhada do original:
a) Cédula de Identidade (RG);
b) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
c) Título de Eleitor e prova de quitação das obrigações eleitorais;
d) Certificado de Reservista ou Certificado de Alistamento Militar constando a dispensa (CDI) (sexo masculino);
e) Certidão de Nascimento dos filhos (se tiver);
f) Comprovante de titulação (diploma ou certificado de conclusão), com a regularidade da inscrição do órgão de classe, previsto no edital do processo seletivo;
g) Certidão de Nascimento ou Casamento;
h) PIS/PASEP;
i) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente;
j) Comprovante de residência;
k) Certidões negativas expedidas pelos cartórios de distribuição dos ofícios criminais da Justiça Federal, Eleitoral e Estadual;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
m) Informações Bancária (cópia do cartão ou outro documento comprobatório contendo nº da agencia e conta no Banco do Brasil em nome do convocado);

2. Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública.

3. Declaração de grau de parentesco (Nepotismo)

4. Declaração de Bens e Valores.

Publicado por:
Girlânia Fernandes de Medeiros Vanderlei
Código Identificador:069C328A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 01/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 278/2005
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 01/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

O presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Serrinha/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 278/2005 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

01 – Ana Gloria dos Santos
02 – IRANETE VENÂNCIO DA ROCHA SOUZA
03 - LUCITASIA DE ASSIS OLIVEIRA ARAUJO
04 - ADRIANA SOARES DA SILVA
05 - DARMI MAYK DE LIMA BEZERRA
06 - MARIA JOSE FRANCISCA LIMA DA SILVA
07 - JOYCE INGRID DA SILVA INACIO
08 - ROBSON DANIEL EZEQUIEL DE LIMA
09 - JOÃO GARCIA DE ARAUJO
10 -JOSE IVANILDO DE LIMA
11- ROSIANE DA ROCHA DE LIMA SOBRINHO
12- MARIA CLARA AUGUSTA DE LIMA
13 - RAFAEL BRAGA DOS SANTOS
14 - EMANOEL LEOBALDO DE LIMA PONTES
15 - ALDENEIA BEZERRA DOS SANTOS
16 - JEAN PIERRE DE SOUZA DE ARRUDA
17 - JOSE ORLANDO ALVES PEREIRA
18 - JULIANO CESAR FABRICIO DA SILVA
19 - JOELSON COSTA SOARES
20 - CLAUDIA FERNANDES COSTA
21 - FABIO SOARES DA SILVA

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na secretaria municipal de assistência social, situada na rua José correia de Andrade, no horário das 13:00 as 16:00h.

Serrinha/RN, 06 de maio de 2019.

MARCOS FABIO DE PAIVA MARREIRO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:3C269F3D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA 007-2019 (ERRATA)

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria técnica em infraestrutura educacional com o objetivo de subsidiar o monitoramento do Espaço Educativo de 12 salas do município de Serrinha dos Pintos. FUNDAMENTO LEGAL: **Dispensa de Licitação nº DV00007/2019.** PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos e: CT Nº 00042/2016 - 23.04.19 - TR ARQUITETURA & ASSESSORIA EIRELI - R$ 6.000,00.

Serrinha dos Pintos, 06-05-2019

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:C36E4BD9

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2019 (LISTA DOS INSCRITOS)

1. ABEL ALVES NETO
2. AMÉLIA CRISTINA GOMES
3. CLEOMÁRIA GONÇALVES LEMOS
4. ELIANA MARIA DOS SANTOS
5. ELINEIDE SIMONE DA SILVA
6. ELIZA CARALYNE DE QUEIROZ SILVA
7. FRANCISCA MARTIR LASSALETE FERNANDES
8. FRANCISCA VILMA DO NASCIMENTO
9. FRANCISCO DA CHAGAS TEIXEIRA FILHO
10. GLAUCIO VINICIUS DA SILVA
11. IANDARA TAWANE DE BRITO AMORIM
12. JAQUELINE MARIA DE QUEIROZ
13. JOSUEL FERREIRA DE QUEIROZ
14. KARIELTON CARVALHO DOS SANTOS
15. LÉA MARIA DE MIRANDA SANTOS
16. LEOCÍ BELARMINO DA SILVA
17. MARIA ASSUNÇÃO DE MORAIS
18. MARIA GENÁRIA DA SILVA
19. MARIA JANIKELI DE AQUINO
20. MARIA ROZÂNGELA DE SOUZA
21. MILENA SOARES DE FRANÇA GOMES
22. NECI FRANCISCA DA SILVA QUEIROZ
23. RITA DE CÁSSIA DE AZEVEDO
24. VANIELE GOMES DE OLIVEIRA

ECIVÂNIA SOARES MOURA
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:0181952F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 094/2019 DE 02 DE MAIO DE 2019.

Concede Férias 30 (trinta) dias a servidor (a) Público (a) Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS – RN, usando de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Artigo 53 inciso V da Lei Orgânica Municipal (LOM) e Artigo 100, em consonância com o Art. 101, 102 e artigo 105, inciso I, do Estatuto dos Servidores Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao (a) servidor (a) público (a) Municipal **CLEONEIDE GONÇALVES LEMOS**, Ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar, Matrícula Nº 192011, relativas ao período de 2018, que serão gozadas a partir de 02 (dois) de maio a 31 (trinta e um) de maio de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Serrinha dos Pintos-RN, em 02 de maio de 2019.

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:3496755B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO SRP-00046/19

O Município de SEVERIANO MELO, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 08:30 horas do dia 20 de Maio de 2019, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo menor preço, RP-00046/19 para contratação de empresa para formação de REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de materiais para aula de música, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), município de Severiano Melo/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na AV: BENVENUTO HOLANDA, 209 CENTRO SEVERIANO MELO, a partir da publicação deste Aviso, horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo e-mail: licitacoespmsevmelo@gmail.com

SEVERIANO MELO - RN, 07 de Maio de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:D7BAB325

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Concorrência Pública nº 001/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E DE ATIVIDADES AUXILIARES, DE NATUREZA ACESSÓRIA, INSTRUMENTAL E COMPLEMENTAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO
Homologo pelo presente termo para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente à Concorrência Pública nº 001/2018, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, e a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas posteriormente, usada subsidiariamente, e de acordo com o parecer da CPL, onde escolheu a proposta da Licitante: **ASPEC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.642.755/0001-03**, no valor global de **R$ 2.892.600,00 (Dois Milhões, Oitocentos e Noventa e Dois Mil e Seiscentos Reais)**, como a mais vantajosa para este Município.

Taipu/RN, 08 de abril de 2019.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Inciso V, do art. 38, da Lei nº 8.666/93

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:A8BEE8DD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Concorrência Pública nº 001/2018

Objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E DE ATIVIDADES AUXILIARES, DE NATUREZA ACESSÓRIA, INSTRUMENTAL E COMPLEMENTAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRACAO MUNICIPAL.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Aos oito (08) dias do mês de abril do ano de 2019, por despacho do Senhor Presidente da Comissão de Licitação, encarregado de promover a Licitação Pública de que trata a **Concorrência Pública nº 001/2018**, com base no Parecer da CPL, resolve ADJUDICAR a presente Licitação a Empresa**: ASPEC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.642.755/0001-03**, no valor global de **R$ 2.892.600,00 (Dois Milhões, Oitocentos e Noventa e Dois Mil e Seiscentos Reais)**, por apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL**. Pelo que lavrou o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito.

SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO
Prefeito Municipal

Inciso V, do art. 38, da Lei nº 8.666/93

Publicado por:
Valério Sampaio Carneiro
Código Identificador:CC8D056D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TANGARÁ

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Tangará, publica a relação dos candidatos inscritos.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:
1 - ANDREZA DAIANA CHAGAS DE PONTES
2 - FLÁVIO ALEX DOS SANTOS
3 - CARLOS ERIBERTO BARBOSA DA FONSECA
4 - JOÃO CARLOS NUNES DE SOUZA
5 - MARIA DAS GRAÇAS BERNARDINO DA ROCHA
6- SUZANA MARIA DE FRANÇA
7- MARIA GEANE NASCIMENTO ARAÚJO
8- JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR
9- LÚCIA BETÂNIA DE OLIOVEIRA PEREIRA
10- PAULO FERREIRA SIMPLICIO CARDOSO
11- MARIA DE FÁTIMA DANTAS

II – O cidadão que tenha conhecimento dos fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 593/2015 e Resolução nº 01/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados da publicação deste edital, devidamente instruída com provas.
III – As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Rua João Ataíde de Melo, nº594, no horário das 7:30 às 11:30 horas.

Tangará, 06 de Maio de 2019.

VIRGIANE DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:C06D1037

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO_ CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

CONVOCAÇÃO_ CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ,Estado do Rio Grande do Norte, o Senhor,**JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA,**no uso de suas atribuições legais que o poder lhe confere e nos termos dos itens 12,3 12,4 12.5 e 12,8 do Edital N° 039/2014 e conformidade com a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Concurso Público Municipal ocorrida através do Decreto n° 001/2015, publicado em 27/02/2015 na edição n°1357 do DIÁRIO OFICIAL DA FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/**FEMURN,**realizado pela Prefeitura Municipal de Tangará/ RN, destinado á seleção de candidatos para preenchimento, sob regime Estatutário, de cargos vagos no quadro de pessoal Permanente do Município de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE;

Convocar a Candidata, **Maria do Rosário Soares Fernandes**, portadora do CPF/MF n° 036.013.834-97 e identidade n° 1394059-ITEP/RN, inscrição n° 180000080, aprovado em 3° colocação para o cargo de provimento efetivo, Código**306- Fisioterapeuta**, com nota final de 6,57, comparecer ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento desta convocação, munido dos documentos (originais e cópias) elencados no item 12,8 do Edital do Concurso, o não pronunciamento do candidato dentro do prazo, resultará na desclassificação do mesmo.

Prefeitura Municipal de Tangará/RN, 06 de maio de 2019.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:7919ABAD

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO_ CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

CONVOCAÇÃO_ CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ,Estado do Rio Grande do Norte, o Senhor,**JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA,**no uso de suas atribuições legais que o poder lhe confere e nos termos dos itens 12,3 12,4 12.5 e 12,8 do Edital N° 039/2014 e conformidade com a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Concurso Público Municipal ocorrida através do Decreto n° 001/2015, publicado em 27/02/2015 na edição n°1357 do DIÁRIO OFICIAL DA FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/**FEMURN,**realizado pela Prefeitura Municipal de Tangará/ RN, destinado á seleção de candidatos para preenchimento, sob

regime Estatutário, de cargos vagos no quadro de pessoal Permanente do Município de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte,

RESOLVE;

Convocar o Candidato, **Marcelo José Tavares**, portador do CPF/MF n° 092.211.574-58 e identidade n° 002600352-ITEP/RN, inscrição n° 180037676, aprovado em 3° colocação para o cargo de provimento efetivo, Código**208- Monitor de Programas Sociais**, com nota final de 6,57, comparecer ao setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento desta convocação, munido dos documentos (originais e cópias) elencados no item 12,8 do Edital do Concurso, o não pronunciamento do candidato dentro do prazo, resultará na desclassificação do mesmo.

Prefeitura Municipal de Tangará/RN, 06 de maio de 2019.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:6337436C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de TENENTE ANANIAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 14:30 horas do dia 24 de Maio de 2019, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019-0020, tipo menor preço, para Contratação de empresa especializada Serviços de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tenente Ananias/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico http://www.tenenteananias.rn.gov.br

TENENTE ANANIAS - RN, 06 de Maio de 2019.

ARISTOTELES BARRETO DE ARAUJO SARMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:A244EDBF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 021/2019 GP PMTA

PORTARIA 021/2019 GP-PMTA

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE LOTAÇÃO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DE EDITAL Nº 01/2017;

A Prefeita Municipal de Tenente Ananias, Estado do Rio Grande do Norte ,no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vaga de provimento efetivo, no quadro funcional do Município de Tenente Ananias, conforme preceitua a Lei Orgânica do Município e a Carta Magna da República;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear, em caráter efetivo, Angela Maria de Lima Silva, habilitado em concurso público de provas objeto do Edital 01/2017 do dia 17 de janeiro de 2017, com resultado homologado através do termo 001/2017 de 08 de novembro de 2017, publicados no diário oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte-Femurn, para o Cargo de RECEPCIONISTA.
Art. 2º A posse se dará após apresentação de toda a documentação exigida pelo Município;
Art.3º Devidamente investido do cargo, o servidor de que trata o Art. 1º desta portaria ficará Lotado na Secretaria Municipal de Saúde onde será designado ao local de origem.
Art.4º Essa portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Tenente Ananias, 30 de Abril de 2019

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:7BFA1B5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL № 005/2019 - PMTLC/CPL/GAB

PREGÃO PRESENCIAL № 005/2019 - PMTLC/CPL/GAB
INTERESSADO: Gabinete da Prefeita

Com base no resultado constante da ata da sessão do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezenove (26/04/2019), relativa a sessão de recebimento e abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preços e Envelopes 02 – Documentação de Habilitação do Pregão Presencial 005/2019 – PMTLC/CPL/GAB objetivando a **Registro de preços visando futura e eventual aquisição de Água Mineral em recipiente plástico de 20 litros, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Tenente Laurentino Cruz/RN**, o Pregoeiro Oficial **ADJUDICA o item conforme tabela abaixo** para que produza os efeitos legais nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal № 8.666/93 e suas alterações posteriores:

Empresa: G W DANTAS – ME - CNPJ 30.257.587/0001-80

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VLR. UNIT.
1	4.100	BOTIJÃO	**ÁGUA MINERAL** em botijão de 20 litros, tipo embalagem plástica, sem gás, características adicionais com lacre de segurança na tampa e invólucro protetor.	**R$ 5,80**

Tenente Laurentino Cruz/RN, 02 de maio de 2019.

AYRTON ROOSEVELT AZEVEDO DE MEDEIROS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:E051CBAB

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 016/2019 – GABINETE DA PREFEITA

Decreta LUTO OFICIAL E PONTO FACULTATIVO em razão do falecimento do Senhor VENÍCIO PIRES DE SOUZA e dá outras providências.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO, Prefeita Municipal de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o falecimento do **SENHOR VENÍCIO PIRES DE SOUZA** ocorrido em 05 de maio de 2019.

CONSIDERANDO que o falecido, **VENÍCIO PIRES DE SOUZA**, era Empresário do Ramo de Padaria e Mercadinho, como também era irmão da professora Maria de Lourdes Pires de Souza, deste Município.

DECRETA:

Art. 1º-Com profundo pesar,**Luto Oficial por três dias e Ponto Facultativo no Turno Vespertino do dia 06 de maio de 2019**, em virtude do sepultamento do Sr. **VENÍCIO PIRES DE SOUZA,** falecido em 05 de maio de 2019, excetuando-se aquelas atividades que sejam consideradas essenciais.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Tenente Laurentino Cruz – RN, em 06 de maio de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Miqueias de Araújo Souza
Código Identificador:4268F961

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL № 005/2019 - PMTLC/CPL/GAB

PREGÃO PRESENCIAL № 005/2019 - PMTLC/CPL/GAB
INTERESSADO: Gabinete da Prefeita

A Prefeita do município de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições, com fulcro nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002 e nos termos do Pregão 005/2019 - PMTLC/ CPL / GAB, que tem como objeto a **Registro de preços visando futura e eventual aquisição de Água Mineral em recipiente plástico de 20 litros, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais de Tenente Laurentino Cruz/RN**, decide:

Satisfazendo-se a Lei e ao mérito, considerando ainda a legalidade de todo o processo licitatório, HOMOLOGO O ITEM DO PREGÃO EM EPÍGRAFE, INCLUINDO O ATO DE ADJUDICAÇÃO, SAGRANDO-SE VENCEDORA A EMPRESA QUE OFERTOU A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN. Eis a empresa e os valores:

Empresa: G W DANTAS – ME - CNPJ 30.257.587/0001-80

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO	VLR. UNIT.
1	4.100	BOTIJÃO	**ÁGUA MINERAL** em botijão de 20 litros, tipo embalagem plástica, sem gás, características adicionais com lacre de segurança na tampa e invólucro protetor.	**R$ 5,80**

Tenente Laurentino Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ayrton Roosevelt Azevedo de Medeiros
Código Identificador:4A3598A3

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 007/2019 – SMAIRH

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

O **Gabinete Civil** de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2017, e considerando o memorando nº 030/2019 – Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária SEM PERNOITE no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ MARINALDO DE ARAÚJO CRUZ** Mat. 1484, ocupante o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, INFORMÁTICA E RECURSOS HUMANOS** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de Currais Novos/RN, no (s) dia (s) 03 de maio de 2019, com o objetivo de resolução de problemas junto a Super Print relacionado à Recarga de Tones como também na Micro Fácil relacionado a conserto de computadores e impressoras e outros problemas da Administração Municipal. Previsão de Saída: 11:00 do dia 03/05/2019 - Chegada: 17:00 do dia 03/05/2019.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 03 de maio de 2019.

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal
CPF nº 878.370.304-78

Publicado por:
Jose Marinaldo Araujo Cruz
Código Identificador:6E2DFB2B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - COMDICA
EDITAL Nº 002/2019

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma daResolução nº 04/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, publica a relação dos candidatosinscritos.

I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 01/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tibau/RN, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

1 - ANDRÉIA REBOUÇAS LUZ DUNGA
2 - JANAYNA KEYVYLANA SILVA MEDEIROS
3 - ANDRÉA KALIANE PEREIRA RODRIGUES
4 - DAVID SOLANO LEITE
5 - FRANCISCO DIEGO FERNANDES
6 - ARMANDO ERMÍNIO NETO
7 - MILTOMAR RODRIGUES DA COSTA
8 - CLÁUDIO GERMANO DE SOUZA CASTRO
9 - IRENICE RODRIGUES DO NASCIMENTO
10 - GESMAELLY NAARA OLIVEIRA SILVA
11 – MARIA VERÔNICA DO NASCIMENTO

12 – LÁZARO DORNELLES FERREIRA DE MEDEIROS
13 –VANUSKA MARIA DA SILVA DUARTE
14 – MARIA MADALENA DE SOUZA
15 – CARLA CAMILA COSTA DE OLIVEIRA
16 – JOSIAS VENÂNCIO DA SILVA JÚNIOR
17 – JOSIELE FERNANDES DE SOUZA
18 – PATRÍCIA MARIA LIMA
19 – HUDSON MICHELL FLORÊNCIO DE ANDRADE
20 – IAPONIRA THAYSA DE SOUZA VIEIRA
21 – KARIZIA ELAINE DAMASCENO
22 – REGIVÂNDIA MARIA DE MENEZES
23 – GUILHERME FERNANDES GENÉSIO DA SILVA
24 – LEONARDO DE ALCÂNTARA NEO

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimentode fatos ou circunstânciasque torne qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 442/2017, Resolução nº 004/2019 e Edital nº 001/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 07/05/2019 a 13/05/2019, devidamente instruída com as provas que tiver.

III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do COMDICA, situada na Rua Padre João Venturelli, nº108, Bairro Vila Nova, no horário de 07:00hs às 11:00hs e de 13:00hs às 17:00 horas.

Tibau/RN, 06 de Maio de 2019.

TATIANA MUNIZ DE SIQUEIRA
Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:5DB34B5F

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 088/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a) **ANA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, ocupante do Cargo de **Gerente Administrativo**, Lotada na **Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - SEMTHAS**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01** (**UMA**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN**. Para participar da **AULA MAGNA DO CAPACITA SUAS**, no período: **07/05/2019** à **07/05/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 06 de maio de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7FBFBE37

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 089/2019

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a) **AMANDA DECHELLE GOMES DE ALCANTARA**, ocupante do Cargo de **Gerente Administrativo**, Lotada na **Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social - SEMTHAS**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01** (**UMA**) diária (s), referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / NATAL - RN / TIBAU - RN**. Para participar da **AULA MAGNA DO CAPACITA SUAS**, no período: **07/05/2019** à **07/05/2019.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em,

Tibau/RN, 06 de maio de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7660BC92

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA DISPENSA N° 019/2019 – PROC. ADM. MTB/ RN N° 1901220037

EXTRATO DA ORDEM DE COMPRA
DISPENSA N° 019/2019 – PROC. ADM. MTB/ RN N° 1901220037

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas – RN; CONTRATADA: ELETRONICA PROGRESSO LTDA-EPP; OBJETO**:** aquisição de materiais de reposição e acessórios para instrumentos musicais; PRAZO PARA ENTREGA: em até cinco (05) dias do recebimento desta; VALOR GLOBAL: **R$ 1.597,64** (hum mil e quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.12.122.0011.1114.2031 Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura; ELEMENTO DE DESPESA: 339030 – material de consumo; FONTE 01000 – Recursos ordinários; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 24, II.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 06 de Maio de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:F2384FD4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA Nº 019/2019

Ref. Processo Administrativo MTB/ RN nº 1901220037.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
ASSUNTO: **Contratação Direta para Aquisição de matérias de reposição e acessórios para instrumentos musicais.**

TERMO DE DISPENSA Nº 019/2019

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo a empresa **PROGRESSO AUDIO E INSTRUMENTOS MUSICAIS-LTDA,** perfazendo a importância global de **R$ 1.597,64** (Hum mil e quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos)
DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, II, da Lei n° 8.666/93, a **aquisição de materiais de reposição e acessórios para instrumentos musicais** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do Município de Timbaúba dos Batistas/ RN – Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.
DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 06 de Maio de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:15B9A3D9

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GEOVANIA KEILLE FERREIRA DOS SANTOS - CPF: 079.217.174-89
LEANDRO MACEDO DA SILVA - CPF: 119.407.544-45
NILTON ALVES DE MELO - CPF: 057.830.694-85
ALEX DO NASCIMENTO VICENTE – CPF: 064.114.224-27
JANE DE ARAÚJO – CPF: 009.370.264-76
LINDENBERG BATISTA DE ARAÚJO – CPF: 038.452.534-28
ÍRIS DE ARAÚJO SANTANA – CPF: 043.800.144-36
WALDIRENE ALVES FERREIRA DOS SANTOS – CPF: 850.465.584-91
SÉRGIO RONI MONTEIRO DA SILVA – CPF: 079.344.694-54
DANIELE CRISTINA DE SOUZA SILVA – CPF: 056.942.834-30
VÂNIA GOMES DE ARAÚJO CALIXTO – CPF: 588.723.884-49
FRANCISCO DE ASSIS DANTAS JÚNIOR – CPF: 079.115.104-23
ALDAÍRES ALVES DOS SANTOS – CPF: 071.017.694-54
NELCINEIDE ALVES DE MORAIS – CPF: 056.626.264-99
REGINA AURELIANO SOARES BATISTA – CPF: 053.113.444-07
HÉLIDA LINS SILVA – CPF:106.144.494-56
FRANKLIN ALVES DE ARAÚJO – CPF: 079.241.414-48
ELIZEU MONTEIRO DOS SANTOS – CPF: 406.752.204-59
MARINALVA DA SILVA SANTOS – CPF: 082.937.424-88
FÁBIA ANDRÉIA DOS SANTOS SOUZA – CPF: 022.421.554-07
ALBEANA BEZERRA BATISTA – CPF: 056.237.567-86
SAIARA KELLE DA SILVA – CPF: 016.838.624-06

CYBELE MARIZ DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Eleitoral

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:37405638

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços n° 012/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TABLETS PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA E-SUS TERRITORIAL E ATIVIDADES COLETIVAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Homologo pelo presente termo para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Equipe de Pregão, referente ao Edital do Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços N0 012/2019, nos ditames da Lei n0 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n0 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas posteriormente, de acordo com o parecer daquela equipe que escolheu a Proposta da Licitante:

EMPRESA	CNPJ/MF	ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GERALDO VIDAL DA NÓBREGA ME	18.995.457/0001-49	01	R$ 1.159,00	R$ 90.402,00

Touros/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:D5133047

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N° 002/2019 - COMDICA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TOUROS/RN

Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 001/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 806/2018 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

I – Inscreveram-se os seguintes cidadãos:

01 – FÁBIO DA SILVA BEZERRA
02 – MIGUEL JOAQUIM BEZERRA FILHO
03 – PAULO EMIDIO DA SILVA JUNIOR
04 – JULIA LOPO DE OLIVEIRA
05 – JUCELINO KUBSTCHER ALVES DA SILVA
06 - ALZENIR DO NASCIMENTO PEREIRA
07 – FRANCISCO SÉRGIO MAFRA
08 – DANILO DE MELO SILVA
09 – JOSE ANCHIETA XAVIER
10 – MARIA DE FATIMA FRANÇA DA SILVA
11 – EDSÂNIA CRISTINA TENÓRIO DE SENA
12 – FABIANA CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS
13 – JOÃO NELO DE OLIVEIRA
14 – EVANDRO DE SOUZA DOMINGOS
15 – FRANCISCA DAS NEVES LUIZ DO NASCIMENTO
16 – RAFAELA PEREIRA DO NASCIMENTO
17 – JANY CLEITY IGINIO DA SILVA
18 – MANOEL DAVID FERNANDES DE ARAUJO CRUZ
19 – LUÃ PEREIRA EVANGELISTA
20 – TEVÂNIA DA SILVA
21 – JOÃO MARIA COUTINHO DA SILVA
22 – JOSE RAFAEL DA CRUZ
23 – WILMA MARIA DE SOUZA
24 – MARIA AUGUSTA AMARAL DE OLIVEIRA
25 – DAVI DA COSTA NASCIMENTO
26 – NAIANE DO NASCIMENTO BRITO SOUZA
27 – CÍNTIA VALERIA DO NASCIMENTO

28 – MÔNICA MARIA GOMES ALVES DO NASCIMENTO
29 - VIVIANIA DANTAS DE MEDEIROS BACURAU SOARES

II – O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para concorrer a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Jose Mario de Farias, 262 – Esquina do Brasil, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h as 14:00h.

Touros/RN, 06 de maio de 2019.

IZABELITA MARIA FRANÇA DOS SANTOS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ruzem Raimundo Modesto da Silva
Código Identificador:896F4484

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019-CP

O Município de UMARIZAL, através da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 09:00 horas do dia 31 de Maio de 2019, fará realizar licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019-CP, tipo dispensado, para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Pequeno Empreendedor Rural para o preparo da merenda do Ensino Fundamental nas escolas municipais deste município de Umarizal/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizarse na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL.
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas, Decreto Municipal nº 004/2013, de 28 de Fevereiro de 2013.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na AV. GAVIÃO, Nº 19-CENTRO-UMARIZAL/RN, no horário de expediente e no site **umarizal.rn.gov.br**, a partir da publicação deste Aviso.

UMARIZAL - RN, 07 de Maio de 2019

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Presidente
Comissão de Licitação

AV. GAVIÃO, Nº 19-CENTRO-UMARIZAL/RN

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:C85B50C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº047/2019 DE 06 DE MAIO DE 2019.

EMENTE: Dispõe sobre a Exoneração do Sr. MANOEL PAULO CAVALCANTE para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Exonera o Senhor**MANOEL PAULO CAVALCANTE**, CPF Nº 097.280.904-04, RG Nº 212.706, para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico – (CC1)

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio do corrente ano.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, Umarizal-RN, em 06 de maio de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vanesca Patrícia de Oliveira Silva
Código Identificador:257F6F21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO
RELAÇÃO DE INSCRITOS AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
AV. Gavião, 19 – Centro, UMARIZAL/RN
CEP – 59.865-000

Ofício Circular 02/2019 - Umarizal/RN, 06 de maio de 2019

Assunto: Relação de inscritos ao processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar.

A Comissão Especial Eleitoral, vem, por meio deste, divulgar e tornar pública (conforme previsto no Artigo 5.2 do EDITAL Nº 001/2019) a relação dos candidatos que demonstraram interesse e efetuaram a inscrição visando o pleito de Conselheiro Tutelar de Umarizal/RN.

É de interesse deste conselho alertar a todos de que esta lista NÂO É DEFINITIVA, visto se tratar do primeiro trâmite do processo.

RELAÇÃO DE INSCRITOS

ANA CLAUDIA ALVES DE MEDEIROS
ANTONIO ERICARLOS VIEIRA TEODORO
ANTONIO FABIOLO DA COSTA OLIMPIO
APARECIDA VALESCA MENEZES DE OLIVEIRA
BRUNO HENRIQUE DA SILVA GOMES
ELIANA REGIA FERNANDES DE OLIVEIRA
FRANCISCA MECICLEIDE DE BRAZ DE OLIVEIRA
HELIOMAR ADRIANO DE MELO
JAQUELINE PAULA DIAS DA SILVA GOMES
JEFFERSON THIAGO FERREIRA ALVES
JOAO LIPE DA SILVA
JOSIVANIA FERNANDES DE LIMA
JOYCE MARIA DE MOURA MEDEIROS
JOZINEIDE FERNANDES DE LIMA
LIDIANE ALVES DA COSTA
LUSIFRAN PEREIRA DE OLIVEIRA
MANOEL MOREIRA DOS SANTOS NETO
MARIA ALEX SAMARA DE PAIVA OLIVEIRA
MAYCON LINHARES BRAGA
RITA DE CACIA DA SILVA ANDRADE
RITA DUARTE DA SILVA
SILMARA SIMONE FERREIRA DA COSTA OLIVEIRA
SIMONE SOUARES DA SILVA
TAENE DE OLIVEIRA
WAGNER SANTIAGO DA SILVA

Umarizal/RN, 06 de maio de 2019

ISAC ELIAKIM DE PAIVA PEREIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Isac Eliakim de Paiva Pereira
Código Identificador:F6428FCF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de UPANEMA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, convoca a licitante:

LICITANTE
G FONSECA DA SILVA
CNPJ
26.690.106/0001-58

A comparecer na sede deste Município, sito a Rua João Francisco, 90, Centro, para assinatura da Ata de Registro de Preços, referente aos itens em que a sagraram vencedora no Processo Licitatório tipo Pregão Presencial nº 017/2019, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação desta, sem prejuízo das sanções previstas no instrumento convocatório da Licitação, cujo objeto é a "Contratação de empresa para fornecimento de alimentação escolar (merenda), com entrega parcelada em cronograma fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, para atendimento da rede municipal de ensino do Município de Upanema/RN.".

UPANEMA/RN, 06 de Maio de 2019.

JANE MARIA BEZERRA DE FREITAS
336.123.234-15
Sec. Mun. de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:2891AC0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2017

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2017
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: RAILSON COSTA HONORATO 04463571464
Processo nº 43/2017 - Pregão Presencial nº 13/2017 - CPL
Objeto: Contratação de empresa ou profissionais para ministração de aulas nas oficinas, e instrutores para os grupos de música, disponibilizados pelo centro de Referência da Assistência Social – CRAS – Upanema/RN
VALOR: R$7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).
Unidade Orçamentária: 07.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0108 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA
Ação: 2107 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SubFunção: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0114 FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
Ação: 2113 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – SCFV
Ação: 2122 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – IGDBF
Ação: 2127 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CADASTRO ÚNICO/BOLSA FAMÍLIA – IGD- SUAS
Ação: 2116 – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AS FAMÍLIAS – CRAS V
Ação: 2120 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AS FAMÍLIAS – PAIF/CRAS
Classificações Econômicas: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Classificações Econômicas: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recursos: 0100000000 –RECURSOS DO TESOURO
Fonte de Recursos: 0102900000 - RECURSOS DO FNAS
Assina pela contratante: Luiz Jairo Bezerra de Mendonça
Assina pela contratada: Railson Costa Honorato
Vigência: 01/09/2018 a 30/04/2019

Upanema/RN, 30 de Agosto de 2018.

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:BCBA27E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 027/2019.
Processo n.º 0315/2019.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN torna público que às 09hrs00min do dia 17 de Maio de 2019 (sexta feira), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, visando a "Contratação de serviços especializados na área da saúde, para complementar as equipes Estratégia Saúde na Família- ESF's e Núcleo de Apoio à Saúde da Família- NASF do Município de Upanema/RN.", de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN.

2. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

3. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA JOÃO FRANCISCO N.º 90, CENTRO, ou através do email *pregoes.upanema@gmail.com*, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 08hrs00min as 12hrs00min.

UPANEMA - RN, 06 de Maio de 2019.

JANE MARIA BEZERRA DE FREITAS
Sec. Mun. de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:D025EEC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: GABRIEL LIBERATO D. DOS REIS
Processo nº 518/2019 Pregão Presencial nº 19/2019
Objeto: Contratação de psicólogo para acompanhamento e supervisão das ações do CRAS Centro de Referência da Assistência Social, no Município de Upanema/RN.
VALOR TOTAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 07.001 Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 122 - Administração Geral
PROGRAMA: 0018 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
AÇÃO : 2111 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
AÇÃO : 2111 - Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 - Fundo Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO: 08 - Assistência Social
SUBFUNÇÃO: 244 - Assistência Comunitária

PROGRAMA: 0114 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO : 2116 - Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO : 2122 - Funcionamento do Programa Bolsa Família- IGDBF
FONTE DOS RECURSOS: 0100000000 - Recursos do Tesouro
FONTE DOS RECURSOS: 0102900000 - Recursos do FNAS
VIGÊNCIA: 02/05/2019 a 01/05/2020

Upanema/RN, 02 de Maio de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN
Contratante

GABRIEL LIBERATO D. DOS REIS
Contrata

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:535F82B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 028/2019 - PMVV
Contratante: Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN.
Contratada: FERNANDO E PINHEIRO LTDA CNPJ 23.761.095/0001-61
OBJETO: **Aquisição de combustível para carros a diesel e veículos a gasolina das secretarias municipais do Município de Venha-Ver/RN.**
ADITIVO: Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a cláusula (segunda). A correção da **Cláusula Segunda** do Contrato nº 028/2019, passará a vigorar com a seguinte redação: "Valor unitário dos produtos: item 01, valor unitário de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para o litro de gasolina comum; item 02 valor unitário de R$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) para o litro de diesel S500; e item 03 com valor unitário de R$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) para o litro de óleo diesel S10) O reajuste foi concedido conforme clausula décima quarta do contrato 028/2019 – PMVV que assim diz: "Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas".

Venha-Ver/RN 02 de maio de 2019.

JOSE CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Edivam Ferreira da Silva
Código Identificador:E6E4DFDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
CONCEDE DIARIAS A LIVIA MIZAELE

Portaria nº 07/2019-SMAF. Em, 29 de Abril de 2019.

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 01/2013, de 02.01.2013,

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias, ao valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), para a Servidora, Lívia Mizaeli de Lima Pereira, para participar do XXI Encontro Regional CONGEMAS – Região Nordeste com o tema "Os desafios da proteção socioassistencial em contexto da restrição fiscal", que ocorrerá nos dias 29 e 30 de abril de 2019, na cidade de São Luís/MA no Centro Convenções Multicenter SEBRAE.

Publique-se e Cumpra-se.

ERIVALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:11997866

GABINETE DO PREFEITO
APOSENTADORIA DE FRANCISCO LUCIANO

Aposentadoria Art. 6º da EC 41/2003 - Professor Portaria nº 000004/2019

Vera Cruz/RN, 06 de maio de 2019.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição em favor do servidor FRANCISCO LUCIANO DE FREITAS.

O GERENTE DE PREVIDÊNCIA DO VERAPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas
atribuições legais outorgadas nos termos do art. 70 da Lei Municipal nº 445, de 24 de julho de 2015.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade eTempo de Contribuição** ao servidor **FRANCISCO LUCIANO DE FREITAS,** portador do RG nº 221.636, SSP-RN, CPF nº 138.830.464-34, Efetivo, no cargo PROFESSOR PNS-10, Matrícula Funcional n.º 76, lotado na Secretaria de Educação e Desportos do Município de Vera Cruz, nos termos do **art. 6° da Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003** c/c **§ 5º do art. 40 da Constituição Federal e arts. 21 e 34 da Lei Municipal nº 445, de 24 de julho de 2015,** conforme processo do VERAPREV nº 000003/2019, a partir desta data até a posterior deliberação, **com paridade e proventos integrais, acrescido das seguintes vantagens: 05 (cinco) quinquênios, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do artigo 1º da Lei Municipal nº 247 de 21 de julho de 2005.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

CAIO FLÁVIO LIMA DE SANTANA
Gerente de Previdência VERAPREV

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:5DAE9146

GABINETE DO PREFEITO
CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO VIII

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS E ABERTURA DE PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 02/2019

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para escolha dos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE Vera Cruz, publica a relação dos candidatos inscritos.
I - Encerrado o prazo previsto no Edital nº 02/2019, aprovado e editado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vera Cruz, inscreveram-se para concorrer ao pleito os seguintes cidadãos:

Nomes dos inscritos	Decisão da comissão
1 – Aldiclécia Ferreira de Souza	Indeferida
2 – Ana Cláudia da Silva	Deferida
3 – Anaiane Barbosa da Silva	Deferida
4 - Cássia Cris Lourenço da Silva	Indeferida
5 – Cristiane de Souza Ferreira Dias	Deferida
6 – Eli Nayana do Nascimento Dias	Deferida
7 - Elizete Sabino Dantas	Deferida
8 – Iasmin Freire da Silva	Deferida
9 – Luan Carlos Matias de Azevedo	Deferida
10 – Maria da Penha Araújo	Deferida
11 – Maria de Fátima Silva	Deferida
12 – Ovídio do Nascimento	Deferida
13 – Raeli Félix da Silva	Deferida
14 – Thiago de Souza Alves	Deferido
15 – Venízia Macedo de Oliveira Lopes	Deferida

II - O Ministério Público Estadual ou o cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer dos inscritos impedido ou inapto para a função de membro do Conselho Tutelar, à luz dos requisitos fixados na Lei Municipal nº 351/2009, Resolução nº 01/2019 e Edital nº 02/2019, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste anexo do Edital 001/2019, devidamente instruída com as provas que tiver.
III - As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na sede do CMDCA, situada na Avenida Monsenhor Paiva, 340.

Vera Cruz, 06 de maio de 2019.

MARIA DE FÁTIMA VIEGAS GOMES
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Documento apresentado **NÃO** está em consonância com o Edital nº 01 – item 4.4 (h).

Documento apresentado **NÃO** está em consonância com o Edital nº 01 – item 4.4 (h).

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:21800876

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCEDE DIÁRIAS A FRANCISCO FRANCINALDO

Portaria nº 008/2019-SMAF. Em, 06 de Maio de 2019.

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº 02/2014, de 10.02.2014.

R e s o l v e:

Art. 1º - Conceder 03 (três) diárias, ao valor unitário de R$ 100,00 (cem reais), para o funcionário, o Srº Francisco Francinaldo do Nascimento, Agente de Edemias lotado na Secretaria Municipal de Saúde para participar doTreinamento Para Indentificação de Larvas, que ocorrerá no período de 06 a 10 de Maio do ano corrente, na cidade de Natal/RN.⋯.

Publique-se e Cumpra-se.

ERIVALTER RIBEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças do Município de Vera Cruz

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:3D872BDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 015/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28030002/19
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VERA CRUZ/RN – CNPJ. Nº 08.362.915/0001-59, representado pelo seu Gestor Municipal o Sr. Marcos Antônio Cabral, denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nesta Ata de Registro de Preços nº 015/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ/RN.

EMPRESA CONTRATADA:
I FRANCISCO ROCHA EPP, CNPJ: 05.434.625/0001-85, vencedora dos itens 01 e 02, totalizando o valor de R$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA DA ATA: 23/04/2019 A 23/04/2020.

VERA CRUZ/RN, 23 de Abril de 2019.

MARCOS ANTONIO CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:A07D12BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA DE FÉRIAS N.º 074/2019 – GABINETE DA PREFEITA

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pedido de Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias consecutivos ao servidor **JOÃO PAULO DANTAS DE MEDEIROS,** Agente de Endemias, matrícula nº 576, relativas ao período de 2018/2019, contados a partir do dia 06/05/2019 com término em 04/06/2019, em conformidade com a Lei Municipal n° 440/97, Estatuto dos Servidores Municipais de Florânia**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/ RN Em 06 de maio de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Claudiano Pinheiro Silva
Código Identificador:1D89F0F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 433/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) diária PARCIAL no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO PEREIRA** Mat. 148, ocupante da função de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN dia 04 de maio de 2019, com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:25625007

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 434/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **PAULO DEHON NOBRE DE ARAUJO**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:0DED60C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 435/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) a servidora **FERNANDA RICELLE TOMAZ DANTAS** Mat. 461, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, nos dias 04 a 05 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:C0F684E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 436/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **OGIVAN ARAÚJO DOS SANTOS**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 a 05 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:DFAEA141

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 437/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de SANTA-CRUZ/RN, no dia 04 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:23EA8D45

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 438/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **MARCOS FERNANDES NEVES** Mat. 674, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 de maio de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:B0D2525F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 439/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LEONARDO JOSÉ DE MORAIS** Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 05 de maio de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:301040AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 440/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma). Diária PARCIAL no valor de R$ 35,00 (trinta e cinco reais) a servidora **MARIA AURÉLIA DE MORAIS NETA NUNES** Mat. 1.005, ocupante da função de **TÈCNICA DE ENFERMAGEM** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 05 de maio de 2019, com o objetivo de acompanhar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto

perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:D90A7176

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 441/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **VALTER ARAUJO DA SILVA** Mat. 259, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, dia 05 de maio de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de Maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:91710F74

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 442/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LAURENTINO CRUZ NETO** Mat. 352, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 06 de maio de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:88E2C049

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 443/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 06 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:AB0C1FEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 444/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ ANDRIÊ DE MEDEIROS** Mat. 357, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 06 de maio de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 06 de maio de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:083E02F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2019 – PMF/FMS

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado:**THIAGO ALEXANDRE VIEIRA JORIO MACHADO**
Objeto: Contratação de 01 (um) médico clínico geral, junto a Secretária Municipal de Saúde, desempenhando suas atividades no Pronto Atendimento Médico de Urgência Francisco Nobre de Almeida, em Plantão extra de 24 (vinte e quatro) horas cada nos dias 05,06,07 de abril de 2019**,** suprindo a demanda para esse tipo de procedimento.
Valor:R$ **4.050,00** (Quatro mil e cinquenta reais) brutos.
Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.
Vigência: 05 a 07 de abril de 2019.

Data da Assinatura: 05 de abril de 2019.

Florânia/RN, 06 de maio de 2019 .

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:3C266EA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2019 – PMF/FMS

Contratante: PREFEITURAMUNICIPAL DE FLORÂNIA-RN.

Contratado:**JOSÉ AURÉLIO DE MEDEIROS**

Objeto: Contratação de 01 (um) Médico clínico geral, junto a Secretária Municipal de Saúde, desempenhando suas atividades no Pronto Atendimento Médico de Urgência Francisco Nobre de Almeida em Plantão extra de 24 (vinte e quatro) horas cada nos dias 12,13,14 de abril de 2019, suprindo a demanda desse tipo de procedimento.

Valor :R$ **4.050,00** (Quatro mil e cinquenta reais) brutos.

Dotação Orçamentária:elemento de despesa 33.90.36.00 - outros serviços de terceiros - pessoa física.

Vigência: 12 a 14 de abril de 2019.

Data da Assinatura: 12 de abril de 2019.

Florânia/RN, 06 de maio de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:7E263628

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A**Prefeitura Municipal de Angicos/RN**, através do Setor de Compras, torna pública a solicitação de cotação de preços para Aquisição gradativa de material laboratorial (insumos) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Angicos/RN. A qual poderá ser fornecida até três (03) dias após a publicação desta na imprensa oficial do Município – FEMURN, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min, de segunda a sexta, ou através do **e-mail: comprapmangicos@gmail.com**

ISACC DE OLIVEIRA ALVES
Setor de compras

Angicos/ RN, 06 de Maio de 2019.

ANEXO

Item	Descrição	Unidade	Quant.
01	PONTEIRA AMARELA 0-200µL	Saco c/ 1000uni	60
02	PONTEIRA AZUL 200µL – 1ml	Saco c/ 1000uni	60
03	Kit triglicérides liquiform. CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 100 mL, REAGENTE2: 1 X 3,0 Ml	Caixa	70
04	TESTE RÁPIDO HIV, SISTEMA IMUNOCROMATOGRAFICO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA	CAIXA	30
05	SOLUÇÃO HEMOLISANTE PARA CONTAGEM DIFERENCIAL DE LEUCOCITO (LMG) E DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE HEMOGLOBINA EM ANALISADORES HEMATOLÓGICOS, SOLUÇÃO EBRALISE.	LITRO	50
06	DETERGENTE ENZIMÁTICO PARA LIMPEZA E DESCONTAMINAÇÃO	LITRO	40
07	SISTEMA PARA A DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E SEMIQUANTITATIVA, EM LÂMINA, DA PROTEÍNA C REATIVA (PCR)	KIT	60
08	KIT HBSAG IMUNOCROMATOGRAFICO	KIT	20
09	DETERMINAÇÃO QUALITATIVA E SEMIQUANTITATIVA EM LÂMINA DA ANTIESTREPTOLISINA EM AMOSTRA DE SORO	KIT	10
10	KIT FATOR REUMATÓIDE	FRASCO	20
11	PAPEL DE FILTRO	PCT	10
12	KIT VDRL	FRASCO	50
13	KIT B-HCG	CAIXA	50

14	TESTE RÁPIDO DENGUE IGG E IGM	KIT	20
15	FITAS DE URINA	CAIXA	50
16	MIF MODIFICADO. MEIO PARA TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO DE FEZES	LITRO	20
17	KIT CLASSIFICAÇÃO SANGUÍNEA: SORO ANTI-A, ANTI-B, ANTI-AB E ANTI D	KIT	30
18	KIT GLICOSE LIQUIFORM CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 250 ML, REAGENTE2: 1 X 3,0 ML	KIT	70
19	KIT COLESTEROL TOTAL LIQUIFORM CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 100 ML, REAGENTE2: 1 X 3,0 ML	KIT	125
20	KIT URÉIA UV CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 80 ML, REAGENTE2: 1 X 40 ML, R3: 1 X 3,0ML	KIT	50
21	KIT CREATININA CINÉTICA KIT: REAGENTE1: 1 X 100 ML, REAGENTE2: 1 X 100 ML, R3: 1 X 3,0ML	KIT	120
22	KIT ÁCIDO ÚRICO LIQUIFORM CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 1 X 100 ML, REAGENTE2: 1 X 3,0 ML	KIT	40
23	KIT AST/TGO CINÉTICA CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 40 ML, REAGENTE2: 2 X 10 ML	KIT	120
24	KIT ALT/TGP CINÉTICA CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 40 ML, REAGENTE2: 2 X 10 ML	KIT	120
25	CORANTES PARA USO HEMATOLÓGICO: KIT RÁPIDO PANÓTICO APRESENTAÇÃO: 3 X 500 ML;	KIT	30
26	EDTA CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 20 ML	FRASCO	30
27	ANTICOAGULANTE FLUORETO CONTEÚDO DO KIT: REAGENTE1: 2 X 20 ML	FRASCO	20
28	TUBO DE ENSAIO S/TAMPA, VIDRO-5ML, MATERIAL PLÁSTICO	PCT C/1000UNI	30
29	TUBO DE ENSAIO S/TAMPA, PLASTICO-5ML	PCT C/1000UNI	20
30	TUBO COLETA DE SANGUE VÁCUO ROXO, EDTA- 4ML ADULTO -ESTÉRIL, A VÁCUO, NOS MODELOS;-DISPONÍVEIS NAS ASPIRAÇÕES4ML 13X75MM-PROVIDO DE TAMPA DE BORRACHA E CAPA PROTETORA;-RÓTULOS COM INFORMAÇÕES TÉCNICAS, VALIDADE, LOTE, FABRICANTE E ESTERILIZAÇÃO; -MATERIAL : PLÁSTICO -EMBALAGEM : 100 UNIDADES;ADULTO.	PCT C/100UNI	100
31	TUBO COLETA DE SANGUE VÁCUO ROXO EDTA. PEDIÁTRICO TUBO COLETA DE SANGUE ROXO EDTA 0,5ML C/100 UNDS ; TUBO EDTA K3, RECOMENDADO PARA PROVAS HEMATOLÓGICAS;ESTÉRILMATERIAL : PLÁSTICO EMBALAGEM : 100 UNIDADES;PEDIÁTRICO.	PCT C/100UI	50
32	TUBO COLETA DE SANGUE VÁCUO SEM ANTICOAGULANTE TAMPA VERMELHA 10ML ESTÉRIL, MATERIAL PLÁSTICO.	PCT C/100UNI	100
33	TUBO COLETA DE SANGUE VÁCUO SEM ANTICOAGULANTE SEM TAMPA 5ML	PCT C/100UNI	100
34	BLOOD STOP BANDAGEM ANTISSÉPTICA ADULTO	CAIXA C/500UNI	30
35	KIT AMILASE CINÉTICA 3X20 ML	CAIXA	20
36	KIT CK MB UV R1 40 ml R2 10 ML	CAIXA	20
37	KIT CK NAC UV R1 40 ML R2 10 ML	CAIXA	20
38	TROPONINA TESTE RAPIDO KIT C/ 20	CAIXA	20
39	FOSFATASE ALCALINA CINÉTICA R1 108 ML R2 12 ML	CAIXA	15
40	KIT PROTEINAS TOTAIS MONOREAGENTE 1X250 ML	CAIXA	10
41	KIT ALBUMINA MONOREAGENTE 1X250 ML	CAIXA	10
42	KIT COLESTEROL HDL ENZIMATICO 1X25 ML	CAIXA	10
43	KIT BILIRRUBINA R1 1X 5 ML R2 1X 125 ML R3 1X 250 ML	CAIXA	10

Publicado por:
Aline Brunna Rocha da Fonseca
Código Identificador:56457E37

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019.

Aos 06 (seis) dias do mês de maio de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Baraúna, situada no Centro Administrativo, Rua Hermenegildo, 126, Centro, reuniram-se a partir das 09h30min, os membros da Comissão Permanente de Licitação, Srs Madson Ferreira de Melo, Presidente, José Neto de Oliveira Filho Membro, Sra Aglácia Glória Silva de Moura, Membro, designados pela Portaria n° 004/2019, de 02 de janeiro de 2019 e Portaria nº 88-B, de 01 de abril de 2019, do Gabinete da Prefeita. Tendo a Comissão objeto da Tomada de Preços nº 004/2019 - Processo Administrativo nº 041/2019, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde referente à contratação de Pessoa Jurídica visando à conclusão da construção da Unidade Básica de Saúde do Loteamento Bombeiro localizado no Município de Baraúna/RN.

Extrai-se da Ata da 1ª (Primeira) Sessão Pública, realizada às 09h do dia 03 de abril de 2019 destinada ao recebimento de envelopes de habilitação e proposta tendo comparecido a seguinte empresa: KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06 representada pelo Sr KLEBSON DA COSTA SOUZA, (RG n° 002.176.244 - ITEP/RN) - **ÚNICO LICITANTE PARTICIPANTE.**

Transcrição da ata de abertura de documentos de habilitação em 03 de abril de 2019. **In Verbis:**
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019, DESTINADA AO RECEBIMENTO DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA E ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 01 (UM) (ENVELOPE DE HABILITAÇÃO) CUJO OBJETO SE REFERE À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO LOTEAMENTO BOMBEIRO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.

Aos 03 (três) dias do mês de abril de 2019, Rio Grande do Norte, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Baraúna, situada no Centro Administrativo, Rua Hermenegildo, 126, Centro, reuniram-se a partir das 09h, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação, Srs Madson Ferreira de Melo, Presidente, José Neto de Oliveira Filho Membro, Sra Aglácia Glória Silva de Moura Membro, designados pela Portaria n° 004/2019, de 02 de janeiro de 2019, do Gabinete da Prefeita.
O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 09h, fora concedido 10 minutos de tolerância. Tendo comparecido a seguinte empresa ***(ÚNICO LICITANTE PARTICIPANTE):***
KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06 *representada pelo Sr KLEBSON DA COSTA SOUZA, (RG n° 002.176.244 – ITEP/RN),*

Ato contínuo a Comissão Permanente de Licitação promoveu a abertura do envelope n° 001(documento de habilitação) do nominado licitante, tendo o mesmo rubricado os documentos habilitatórios e envelopes de propostas lacrados.

Por fim, este Colegiado decidiu suspender a sessão pública e encaminhar os autos da Tomada de Preços n° 003/2019 – Processo Administrativo n° 041/2019, ao Setor de Engenharia do Município de Baraúna/RN, para fins de emissão de Parecer Técnico referente aos documentos de habilitação apresentados pelo ***ÚNICO LICITANTE PARTICIPANTE: KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, CNPJ: 14.999.795/0001-06.***

A referida análise tem por escopo balizar as decisões a serem emitidas pela Comissão.

O Sr Presidente comunicou que o resultado de habilitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios e que será de 05 (cinco) dias úteis o prazo recursal conforme Lei nº 8.666/93. ***O envelope de nº 02 (dois) contendo a Proposta de Preço lacrado foram rubricados pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação e ficarão em poder da CPL****, para ser aberto em sessão pública a ser marcada oportunamente. O Presidente da CPL, nada mais havendo a tratar, declarou encerrados os trabalhos às 10h17min do dia 03 de abril de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pela Comissão Permanente de Licitação.*

MADSON FERREIRA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Membro da Comissão Permanente de Licitação

JOSÉ NETO DE OLIVEIRA
Membro da Comissão Permanente de Licitação

ÚNICO LICITANTE PARTICIPANTE:

KLEBSON DA COSTA SOUZA
Ksa Serviços E Construções LTDA
CNPJ: 14.999.795/0001-06.

Após retorno dos autos processuais com a juntada de parecer técnico emitido pelo Setor de Engenharia, passa-se a analisar os documentos habilitatórios do único licitante participante: KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06.

Das analises realizadas pelo Sr CARLOS CLAY DA SILVA, Engenheiro Civil – CREA/RN nº 060137641-2 referente aos requisitos de qualificação técnica do licitante KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06, foi observado que o referido licitante deixou de preencher os requisitos relativos à qualificação técnica constantes das letras: "b1" e "c" do item 9.2.4. **In Verbis:**

PARECER TÉCNICO
INTERESSADO: COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA - RN.

ASSUNTO: ANÁLISE TÉCNICA, PARA FINS DE HABILITAÇÃO NO PROCESSO LICITATÓRIO DA TOMADA DE PREÇOS 003/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO LOTEAMENTO BOMBEIROS LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BARAÚNA - DE ACERVO TÉCNICO APRESENTADO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELAS EMPRESAS LISTADAS:

1.KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 14.999.795/0001-06

EMENTA: ANÁLISE TÉCNICA, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, NO PROCESSO LICITATÓRIO DA TOMADA DE PREÇOS 003/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2019, DE ACERVO TECNICO APRESENTADO A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELAS EMPRESAS SUPRA REALCIONADAS. INTERPRETAÇÃO FUNDAMENTADA NOS ITEM 9.2.3, DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇOS 003/2019 E NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS.

9.2.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
a) Apresentar Certidão de Registro e Quitação da empresa e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, inclusive com habilitação para registro de execução da obra objeto deste Edital, dentro do prazo de vigência;
b) Comprovação pela licitante de possuir, na data prevista para recebimento dos envelopes, profissional(is) na área de Engenharia Civil ou outra reconhecida pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica
b.1) O(s) responsável(is) técnico(s) da licitante deve(m) apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados dos respectivos Certificados de Acervo Técnico – CAT, expedidos pelo CREA da região onde os serviços tenham sido realizados, e que comprovem a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, e que comprovem a execução de serviços/obra em parcelas de maior relevância ao objeto da licitação, os atestados deverão estar devidamente autenticados;
b.2) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de Capacitação Técnica apresentado(s) com a empresa licitante, deverá ser feita mediante apresentação da cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou cópia autenticada do contrato de prestação de serviço mantido entre as partes, ou declaração de contratação futura do(s) profissional(is) detentor(es) do atestado(s) e da(s) certidão(ões) apresentado(s), juntamente com a cópia autenticada da carteira profissional, acompanhada da anuência com firma reconhecida do profissional, ou ainda, no caso de sócio ou diretor a comprovação será feita por meio do Estatuto ou Contrato Social;
b.3) É vedada a indicação de um mesmo profissional, por mais de uma empresa licitante. Havendo a indicação, as empresas licitantes serão desclassificadas na participação no presente certame;
c) A empresa licitante deverá apresentar, conforme Anexo VI, a declaração da visita ou não aos locais dos serviços a seu critério, ***assinada pelo responsável técnico, com firma reconhecida,*** *sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira. A visita técnica deverá ser efetuada de 8 às 13h de segunda a sexta-feira.*

À Comissão Permanente de Licitação, Conforme pedido desta comissão, foi realizada a análise dos documentos referentes a qualificação técnica das empresas participantes do certame.

O resultado da verificação documental frente às exigências descritas no edital do processo licitatório encontra-se tabulado na tabela abaixo.

EMPRESA LICITANTE	*Subitens (Item 9.2.3)*				
	a	*b*	*b1*	*b2*	*c*
	A empresa atende ao pré-requisito contido no edital?				
KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	*SIM*	*SIM*	*NÃO*	*SIM*	*NÃO*

Desta forma, atestamos que a empresa KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. ***NÃO CUMPRE*** *integralmente o item 9.2.3 do edital.*

Baraúna/RN, 16 de abril de 2019.

CARLOS CLAY DA SILVA
Engenheiro Civil – CREA-RN: 060137641-2.

Das análises realizadas pela Comissão Permanente de Licitação fora observado que o licitante KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06 encontra-se habilitado nos *itens 9.2.1(relativa à habilitação jurídica - letras "a", "b", "c", " d", "e", e "f), 9.2.2(regularidade fiscal - letras "a", "b", "c"," d", e "e"), 9.2.4(qualificação econômica financeira - letras "a", "b", e "c") e 9.2.5(outros - letras "a", "b", "c"," d", "e", "f" e "h") por ter atendido integralmente aos requisitos supra, no entanto, conforme parecer técnico emitido pelo Sr Carlos Clay da Silva - Engenheiro Civil, o licitante fora inabilitado nas letras "b1" e "c" do item 9.2.3(qualificação técnica)*. **In Verbis:**

9.2.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:
Cédula de Identidade e CPF de todos os titulares e/ou sócios da empresa;
Registro Comercial, no caso de empresa individual;
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, em se tratando de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
Apresentação de todos os termos aditivos, quando existirem ou de sua consolidação.

9.2.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:
a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS (contribuições previdenciárias) emitida pela Secretaria da Receita Federal;
b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais, e Dívida Ativa do Estado emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
c) Certidão Negativa quanto aos Tributos Municipais da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
d) Certificado de Regularidade (CRF) perante o FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal; e
e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT) fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho

9.2.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
a) Apresentar Certidão de Registro e Quitação da empresa e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, inclusive com habilitação para registro de execução dos serviços de engenharia objeto deste Edital, dentro do prazo de vigência;
b) Comprovação pela licitante de possuir, na data prevista para recebimento dos envelopes, profissional (is) na área de Engenharia Civil ou outra reconhecida pela entidade competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica;
b.1) O(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante deve apresentar atestado (s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhados dos respectivos Certificados de Acervo Técnico – CAT, expedidos pelo CREA da região onde os serviços tenham sido realizados, e que comprovem a execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, e que comprovem a execução de serviços em parcelas de maior relevância ao objeto da licitação, os atestados deverão estar devidamente autentificados.
b.2) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) detentor(es) de atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) com a empresa licitante, deverá ser feita mediante apresentação da cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou cópia autenticada do contrato de prestação de serviço mantido entre as partes; ou declaração de contratação futura do(s) profissional(is) detentor(es) do atestado(s) e da(s) certidão(ões) apresentado(s), juntamente com a cópia autenticada da carteira profissional, acompanhada da anuência com firma reconhecida do profissional, ou ainda, no caso de sócio ou diretor a comprovação será feita por meio do Estatuto ou Contrato Social.
b.3) É vedada a indicação de um mesmo profissional, por mais de uma empresa licitante. Havendo a indicação, as empresas licitantes serão desclassificadas na participação no presente certame;
c) A empresa licitante deverá apresentar, conforme Anexo VI, a declaração da visita ou não aos locais dos serviços a seu critério, ***assinada pelo responsável técnico, com firma reconhecida****, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira. A visita técnica deverá ser efetuada de 8h às 13h de segunda a sexta-feira.*

9.2.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
a) Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, referente ao último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do domicílio ou sede da proponente, contendo inclusive os Termos de Abertura e Encerramento, assinados por Contador habilitado e com registro no CRC, indicando expressamente o número do livro e as folhas em que se encontra regularmente transcrito e que comprove a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balanços ou balancetes provisórios.
b) Deverá ficar comprovada a boa situação financeira da empresa proponente, evidenciado que esta possui os seus índices contábeis, calculados pelos dados do balanço do último exercício social, certificado pelo responsável pela empresa proponente e pelo contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente, atendendo aos limites estabelecidos a seguir. Os índices contábeis deverão ser apresentados em folhas separadas, calculadas de forma clara e precisa:
***LC** – Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,00*
***LG** – Liquidez Geral – igual ou maior que 1,00*
***SG** – Solvência Geral – igual ou maior que 1,00*
***LC** = Ativo Circulante/Passivo Circulante*
***LG** = Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo/Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo*
SG = Ativo Total/Passivo Circulante+ Exigível à Longo Prazo.
AC = ativo circulante

PC = passivo circulante
***OBS.:** Os índices acima descritos deverão ser apresentados pelo licitante juntamente com o Balanço Patrimonial, devidamente assinado por contador da empresa e por sócio - administrador identificado no Contrato Social da mesma.*
c) Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, a emissão deve ser com data de até 30 dias anteriores a de abertura dos envelopes, ou da data de vigência especificada na certidão, caso haja, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;
c) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ficam dispensadas de apresentar Balanço Patrimonial.
Obs. A licitante que for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que deseja obter os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, de 15 de dezembro de 2006, comprovará esta condição por meio da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do estado sede da empresa emitida a no máximo 30 (trinta) dias anteriores à abertura do certame ou declaração assinada pelo contador e representante legal da empresa licitante, com firma reconhecida, conforme ANEXO VII.

9.2.5. OUTROS:
a) Apresentar declaração do licitante de que recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame e de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas e das condições para o cumprimento das obrigações objeto do futuro contrato;
b) Apresentar declaração do licitante de que não existe qualquer impedimento de licitar com a administração pública e de que não existe obra/serviços de engenharia em atraso e nenhuma pendência de ordem técnica junto à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, relacionada à empresa licitante;
c) Apresentar declaração de que o licitante não possui menores de 18 anos trabalhando conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal;
d) Apresentar declaração de que a contratação referente às obras/serviços será executada por meio de empreitada por preço global, conforme Anexo VIII;
e) Apresentar declaração de que o licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade mista, deste órgão celebrante;
f) Apresentar declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
g) Apresentar declaração de que o licitante assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade das certidões apresentadas e que se submete às condições do Edital, em todas as fases da licitação; e,
h) Apresentar Certidão de Registro Cadastral junto a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN.

Em alusão aos fatos expostos e analisados pelo Sr Carlos Clay da Silva - Engenheiro Civil e aos analisados e diligenciados por esta Comissão Permanente de Licitação, chegou-se à seguinte conclusão: O licitante KSA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.999.795/0001-06 foi declarado inabilitado por, conforme parecer técnico do Setor de Engenharia, não ter preenchido os requisitos habilitatórios, constantes das letras "b1" e "c" do item 9.2.3(qualificação técnica).

A Comissão Permanente de Licitação, nada mais havendo a tratar, por meio do seu Presidente, determina a publicação do resultado do julgamento de habilitação, concedendo ao licitante os prazos recursais, conforme consta na Lei nº 8.666/93, contados a partir da publicação do resultado do julgamento na Imprensa Oficial. Nada mais havendo o Sr Presidente determinou a leitura desta Ata a qual foi por todos achada conforme e, por esta razão, aprovada e assinada pelo Colegiado.

MADSON FERREIRA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Membro da Comissão Permanente de Licitação

JOSÉ NETO DE OLIVEIRA FILHO
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:17114A58

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019
PROCESSO Nº 064/2019 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 06 dias do mês de maio de 2019, o Município de Bom Jesus, por intermédio da Prefeitura municipal, com sede na Rua Manoel Andrade, 12 – Centro – Bom Jesus/RN - CEP: 59.270-000, inscrito no CNPJ sob o nº 08.002.404/0001-26, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Serviços Urbanos, o Sr. Edinaldo Barbosa da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 650.874.454-20, brasileiro, divorciado, professor, residente e domiciliado na Rua Pedro Belarmino, 47, Bom Jesus/RN;
Nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; do Decreto nº 7.892, de 2013; do Decreto Municipal nº 005, de 2012; do Decreto nº 3.555, de 2000; do Decreto nº 5.450, de 2005; do Decreto nº 3.722, de 2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 1993, e as demais normas legais correlatas;
Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2019, homologado pelo Prefeito Municipal;
Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa **S. TORRES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº

31.909.960/0001-00, com sede na Rua José Alves da Silva, 242, Barra Nova, Caicó/RN, CEP 59.300-00, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Moura Mamede, portador da Cédula de Identidade nº 001.109.719 e CPF nº 829.119.914-00, cuja proposta foi classificada em 01 lugar no certame.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de distribuidor de esterco líquido com bomba a vácuo, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Empresa: S. TORRES EIRELI
CNPJ: 31.909.960/0001-00
Valor Total do Item: R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	Distribuidor de esterco líquido. Revestimento interno com tinta epóxi anticorrosiva ou similar; Sistema de agitação interna ou similar; Lubrificação do rotor por pressurização do óleo ou similar; Macaco ajustável ou similar; Agulha de nível ou similar; Manovacuômetro ou similar; Mangote de sucção ou similar; Tampa superior de Ø4 para inspeção interna ou similar; Tampa traseira com abertura total ou similar; Bico espalhador reto ou similar; Válvula de registro Ø4 Acionamento por varão ou similar; Rodagem: duplo (rodas e pneus 16") Bicos espalhadores: reto (bico para mangueira) ou similar; Acionamento por pistão hidráulico ou similar; Tampa de entrada superior Peso 1.400 RTD Altura: 2307 mm ou similar; Comprimento: 4932 mm ou similar;	UND	01	INCOMAGRI – DELN 5000	R$ 31.500,00	R$ 31.500,00
TOTAL						**R$ 31.500,00**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES
2.1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.
2.2. São participantes todos as Secretarias do município.
2.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, e na Lei nº 8.666, de 1993.
2.3.1. Caso decorra de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para cada lote da Ata.
2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
2.3.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
2.4. Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 6° do Decreto n° 7.892, de 2013.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
3.1.1. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata nos termos do artigo 12, do Decreto nº 7.892, de 2013, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 1 (um) ano.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
4.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do artigo 15, do Decreto nº 7.892, de 2013.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta on-line, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3°, § 1°, da IN SLTI/MPOG n° 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SETIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. Cada contrato firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n° 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irreajustáveis.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
9.2.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CLÁUSULA DECIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
10.2. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
10.2.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
10.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
10.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
10.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
10.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6° da Instrução Normativa RFB n° 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
10.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta - corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
10.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
10.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Sr. Cláudio Freire Bezerra, portador do CPF nº 051.279.754-40 e Matrícula nº 5609313, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
11.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
12.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
12.1.2. Apresentar documentação falsa;
12.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
12.1.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
12.1.6. Cometer fraude fiscal;
12.1.7. Fizer declaração falsa;
12.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.
12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: c. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante; d. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;
12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:
12.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
12.3.2. Apresentar documentação falsa;
12.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
12.3.4. Cometer fraude fiscal;
12.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

12.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: e. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
a. Multa:
a.1. Moratória de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;
a.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
b. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Jesus/RN, pelo prazo de até dois anos;
b.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
c. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
12.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
12.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
12.5.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
13.2. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexo do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2019 e a proposta da empresa.
13.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, do Decreto n° 3.555, de 2000, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
13.4. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o Foro da Comarca de Macaíba/RN, com exclusão de qualquer outro.

Bom Jesus/RN, 06 de maio de 2019.

EDINALDO BARBOSA DA SILVA
CPF nº 650.874.454-20
Secretário Municipal de Serviços Urbanos
Representante do Órgão

S. Torres EIRELI
CNPJ nº 31.909.960/0001-00
RICARDO MOURA MAMEDE
CPF nº 829.119.914-00
Representante da Empresa

Publicado por:
Francisco Claudio Gomes de Souza
Código Identificador:38B134A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO - PP- 021-2019

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. PP - 021/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº. **PP - 021/2019**, o Pregoeiro, Sr. **FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS** ao licitante vencedor dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

32 - DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI (02.859.542/0001-40)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
06/05/2019	6	4533 - GLICOSIMETRO: MEDIDOR DE GLICOSE NO SANGUE SANGUE COMPATIVEL COM AS TIRAS ON CALL PLUS.	CX	MEDLEVENSONH	500	20,12	10.060,00
06/05/2019	17	67 - LEITE NESTOGENO 2 400G	LT	NESTLE	150	24,93	3.739,50
06/05/2019	18	68 - LEITE SUPRA SOY SEM LACTOSE 300G	LT	JOSAPAR	700	22,55	15.785,00
06/05/2019	20	70 - NUTREN SENIOR 370G	UN	NESTLE	300	53,60	16.080,00
06/05/2019	22	4536 - NUTRIDRINK MULTIFIBER 200ML	UN	DANONE	1.000	14,90	14.900,00
06/05/2019	23	72 - NUTRIDRINK PROTEIN 200ML	UN	DANONE	400	12,95	5.180,00
06/05/2019	24	73 - NUTRISON SOYA 800G	LT	DANONE	400	64,85	25.940,00
06/05/2019	28	4538 - SORO FISIOLOGICO 0,9% SISTEMA ABERTO FRS 500ML	UN	FARMAX	10.000	2,22	22.200,00
06/05/2019	29	77 - TIRAS ON CALL PLUS 50 UNIDADES	CX	MEDLEVENSONH	4.000	22,20	88.800,00
Total							202.684,50

79 - MIRELLY PINHEIRO FERREIRA (27.029.083/0001-06)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
06/05/2019	5	57 - ENSURE 400G	LT	ABBOTT	720	57,29	41.248,80
06/05/2019	16	66 - LANCETAS ONI TOUCH ULTRASOFT	UN	JOHNSON	3.000	0,44	1.320,00
06/05/2019	21	71 - NUTRIDRINK MAX SEM SABOR 350G	FC	DANONE	100	56,40	5.640,00
06/05/2019	27	4537 - SERINGAS HIPODERMICA DESCARTAVEL PARA INSULINA DE 1ML ESCALA U-100 CX COM 500 UNIDADES	UN	SOLIDOR	1.600	84,60	135.360,00
Total							183.568,80

22 - RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (12.305.387/0001-73)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
06/05/2019	1	4532 - AGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA 5 LITROS	GL	SANAFARMA	4.000	5,50	22.000,00
06/05/2019	2	53 - AGULHAS BD ULTRAFINE 4MM	UN	ACON	8.000	0,31	2.480,00
06/05/2019	3	54 - AGULHAS BD ULTRAFINE 5MM	UN	ACON	8.000	0,33	2.640,00
06/05/2019	4	55 - AGULHAS BD ULTRAFINE 8MM	UN	ACON	4.000	0,35	1.400,00
06/05/2019	7	58 - INSULINA ASPARTE 100UI/ML CANETA, PREENCHIDA SOL. INJ. 3ML	UN	NOVO NORDISK	500	45,47	22.735,00
06/05/2019	9	60 - INSULINA DETERMIR 100UI/ML CANETA/PREENCHIDA SOL. INJ. 3ML	UN	NOVO NORDISK	200	101,38	20.276,00
06/05/2019	10	4534 - INSULINA DETERMIR100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UND	NOVO NORDISK	200	95,00	19.000,00
06/05/2019	11	61 - INSULINA GLARGINA 100UI/ML CANETA DESCARTÁVEL 3ML	UN	SANOFI	600	94,71	56.826,00
06/05/2019	12	4535 - INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UN	SANOFI	600	85,75	51.450,00
06/05/2019	13	63 - INSULINA LISPRO 100UI/ML CANETA SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML	FC	ELI LILLY	600	43,39	26.034,00
06/05/2019	14	64 - INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UN	ELI LILLY	600	43,39	26.034,00
06/05/2019	15	4577 - LANCETAS ACCU-CHECK (FAST CLIX)	UN	ROCHE	5.000	0,60	3.000,00
06/05/2019	26	76 - SERINGAS BD ULTRAFINE II 8MM/0,3MM	UN	SOLIDOR	1.200	0,32	384,00
06/05/2019	30	78 - TIRAS REAGENTES ACCU-CHECK ACTIVE CX COM 50 UNIDADES	CX	ROCHE	100	62,98	6.298,00
06/05/2019	31	79 - TIRAS REAGENTES ACCU-CHECK PERFORMA CX COM 50 UNID	CX	ROCHE	100	96,56	9.656,00
Total							270.213,00

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência. Abalizados nas Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas conforme Ata e mapa comparativo, solicitamos a Vossa Excelência a homologação do resultado desta licitação às licitantes vencedoras, conforme vai a seguir descrito, por terem sido avaliadas e julgadas como mais vantajosas para a Administração.

Caicó(Rn), 06 de maio de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:F00321B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PP - 021-2019

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. PP - 021/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo. Sr. ROBSON DE ARAÚJO, Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº PP - 021/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor vencedor	Item	Código	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	1	4532	AGUA PURIFICADA POR OSMOSE REVERSA 5 LITROS	GL	SANAFARMA	4.000	5,50	22.000,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	2	53	AGULHAS BD ULTRAFINE 4MM	UN	ACON	8.000	0,31	2.480,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	3	54	AGULHAS BD ULTRAFINE 5MM	UN	ACON	8.000	0,33	2.640,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	4	55	AGULHAS BD ULTRAFINE 8MM	UN	ACON	4.000	0,35	1.400,00
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA	5	57	ENSURE 400G	LT	ABBOTT	720	57,29	41.248,80
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	6	4533	GLICOSIMETRO: MEDIDOR DE GLICOSE NO SANGUE SANGUE COMPATIVEL COM AS TIRAS ON CALL PLUS.	CX	MEDLEVENSONH	500	20,12	10.060,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	7	58	INSULINA ASPARTE 100UI/ML CANETA, PREENCHIDA SOL. INJ. 3ML	UN	NOVO NORDISK	500	45,47	22.735,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	9	60	INSULINA DETERMIR 100UI/ML CANETA/PREENCHIDA SOL. INJ. 3ML	UN	NOVO NORDISK	200	101,38	20.276,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	10	4534	INSULINA DETERMIR100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UND	NOVO NORDISK	200	95,00	19.000,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	11	61	INSULINA GLARGINA 100UI/ML CANETA DESCARTÁVEL 3ML	UN	SANOFI	600	94,71	56.826,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	12	4535	INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UN	SANOFI	600	85,75	51.450,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	13	63	INSULINA LISPRO 100UI/ML CANETA SOLUÇÃO INJETÁVEL 3ML	FC	ELI LILLY	600	43,39	26.034,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	14	64	INSULINA LISPRO 100UI/ML REFIL SOL. INJ. 3ML	UN	ELI LILLY	600	43,39	26.034,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	15	4577	LANCETAS ACCU-CHECK (FAST CLIX)	UN	ROCHE	5.000	0,60	3.000,00
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA	16	66	LANCETAS ONI TOUCH ULTRASOFT	UN	JOHNSON	3.000	0,44	1.320,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	17	67	LEITE NESTOGENO 2 400G	LT	NESTLE	150	24,93	3.739,50
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	18	68	LEITE SUPRA SOY SEM LACTOSE 300G	LT	JOSAPAR	700	22,55	15.785,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	20	70	NUTREN SENIOR 370G	UN	NESTLE	300	53,60	16.080,00
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA	21	71	NUTRIDRINK MAX SEM SABOR 350G	FC	DANONE	100	56,40	5.640,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	22	4536	NUTRIDRINK MULTIFIBER 200ML	UN	DANONE	1.000	14,90	14.900,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	23	72	NUTRIDRINK PROTEIN 200ML	UN	DANONE	400	12,95	5.180,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	24	73	NUTRISON SOYA 800G	LT	DANONE	400	64,85	25.940,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	26	76	SERINGAS BD ULTRAFINE II 8MM/0,3MM	UN	SOLIDOR	1.200	0,32	384,00
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA	27	4537	SERINGAS HIPODERMICA DESCARTAVEL PARA INSULINA DE 1ML ESCALA U-100 CX COM 500 UNIDADES	UN	SOLIDOR	1.600	84,60	135.360,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	28	4538	SORO FISIOLOGICO 0,9% SISTEMA ABERTO FRS 500ML	UN	FARMAX	10.000	2,22	22.200,00
DISTRIFARMA L L DA SILVA EIRELI	29	77	TIRAS ON CALL PLUS 50 UNIDADES	CX	MEDLEVENSONH	4.000	22,20	88.800,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	30	78	TIRAS REAGENTES ACCU-CHECK ACTIVE CX COM 50 UNIDADES	CX	ROCHE	100	62,98	6.298,00
RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	31	79	TIRAS REAGENTES ACCU-CHECK PERFORMA CX COM 50 UNID	CX	ROCHE	100	96,56	9.656,00

Caicó(Rn), 06 de maio de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:D5D9F9E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **A AZEVEDO DA SILVA EIRELLI**, CNPJ/MF nº 27.008.156/0001-75, com sede na cidade de Jardim do Seridó-RN, na Rua Professora Maria Pires de Azevedo, nº 516, neste ato representada pelo Sr. ANAELSON AZEVEDO DA SILVA, CPF nº 011.832.354-70, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
13	9000,00	Quilogra	CARNE BOVINA MOÍDA, TIPO PATINHO OU COXÃO MOLE: FRESCA E RESFRIADA. APRESENTAÇÃO: MOÍDA. ASPECTO: CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. COR: PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS. CONSISTÊNCIA: FIRME E ELÁSTICA. DEVE POSSUIR NO MÁXIMO 15% DE GORDURA, SEM OSSOS, TENDÕES, NERVOS E APONEVROSES E VASOS SANGUÍNEOS, GLÂNDULAS, NODOS LINFÁTICOS E SANGUE SEM ADIÇÃO	AZEVEDO	19,38	174.420,00

			DE PROTEÍNA DE SOJA. DEVE SER MANIPULADA EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS E PROVENIENTES DE ANIMAIS EM BOAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 1% DE RESÍDUO. DEVE ESTAR EMBALADA EM SACO DE POLIETILENO, HERMETICAMENTE FECHADO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. DEVE POSSUIR RÓTULO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO DE FORMA CLARA E INDISPENSÁVEL AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, NÚMERO DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE E CARIMBO DE SIF. A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES. EMBALAGENS CONTENDO 500G, 1KG OU 2 KG.			
21	8360,00	Quilogra	FRANGO INTEIRO: CONGELADO POR PROCESSO RÁPIDO E CONSERVADO À TEMPERATURA ADEQUADA. PESO MÉDIO LÍQUIDO 1 KG, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE MARCA E SELO DE INSPEÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF/DIPOA). A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES.	BONAVES	6,98	58.352,80
29	10500,00	Quilogra	PEITO DE FRANGO: CONGELADO, IN NATURA; EMBALAGEM COM PESO DE 1 KG; COM CARIMBO DO SIF, ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM. A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES.	GRANJEIRO	8,99	94.395,00
VALOR TOTAL					**327.167,80**	

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.

I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.

VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.

IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.

XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.

Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	A Azevedo Da Silva EIRELLI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***ANAELSON AZEVEDO DA SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:DC8A399D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **AC DE LIMA E SILVA - ME, CNPJ/MF nº 25.451.715/0001-91**, com sede na cidade de Mossoró/RN, na Rua Manoel de Souza, nº 420, Rincão, CEP: 59626-720 neste ato representada pelo Sr. AUGUSTO CESAR LIMA E SILVA, CPF nº877.260.684-34, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
20	2340,00	QUILOGRA	FEIJÃO DE CORDA: CLASSE CORDA, TIPO 01, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ISENTO DE SUJIDADES, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES; - ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. PACOTE COM 1 KG.	NOSSO GRÃO	4,42	10.342,80
22	23360,00	UNIDADE	LEITE INTEGRAL INSTANTÂNEO: FORTIFICADO COM VITAMINAS A, C E D, ISENTO DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 200G. O PRODUTO DEVE APRESENTAR NO RÓTULO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA COM O SELO DE INSPEÇÃO FEDERAL (S.I.F.).	BETANIA	4,00	93.440,00
VALOR TOTAL:						**103.782,80**

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN	ACde Lima e Silva -ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***AUGUSTO CESAR LIMA E SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
órgão Gerenciador da ARP	Beneficiário da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:88869B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **C TRAJANO PINTO - ME, CNPJ/MF nº 05.909.473/0001-20**, com sede na cidade de Assú/RN, no Sitio Santo Antonio, nº 15, Zona Rural, neste ato representada pela Sra. CLAUDILENE TRAJANO PINTO MENDONÇA, CPF nº 046.927.154-05, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
31	4705,00	QUILOGRA	POLPA DE ACEROLA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	25.877,50
32	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE CAJÁ: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	6,00	26.880,00
33	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE MANGA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	24.640,00
34	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE GOIABA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	24.640,00
VALOR TOTAL:					**102.037,50**	

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) Não produziu os resultados acordados;
b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	C Trajano Pinto - ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***CLAUDILENE TRAJANO PINTO MENDONÇA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador: 19AAC3ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **GONDIM DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ/MF nº 17.737.876/0001-18**, com sede na cidade de Martins/RN, na Avenida Monsenhor Walfredo Gurgel, nº 171, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO ANTONIO NUNES GONDIM JUNIOR, CPF nº 048.622.594-13, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
4	2000,00	PACOTE	AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU SABOR BAUNILHA (CREMOGEMA): COM ASPECTO DE COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. ACONDICIONADO EM PAPEL IMPERMEÁVEL. EMBALAGEM EM PAPEL IMPERMEÁVEL DE 200G, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE.	KIMIMO	2,67	5.340,00
5	8800,00	QUILOGRA	ARROZ BRANCO: TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO, TIPO SUBGRUPO POLIDO, PRAZO VALIDADE 1 ANO, ESPECIFICAÇÕES NA EMBALAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, EMBALAGEM DE 1 QUILO.	ANAMBAI	2,75	24.200,00
10	8320,00	UNIDADE	BISCOITO, APRESENTAÇÃO QUADRADO, TIPO CREAM CRACKER: CLASSIFICAÇÃO SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRAZO VALIDADE 1 ANO, INTEGRO E CRUCIANTE, COM EMBALAGEM DUPLAMENTE PROTEGIDA EM	ESTRELA	2,90	24.128,00

			PACOTES DE 400 GRAMAS, COM DIZERES DE ROTULAGEM, INFORMAÇÃO DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL E DATA DE FABRICAÇÃO			
16	230,00	PACOTE	COLORAU: CONDIMENTO, COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ - O COLORÍFICO DEVE SER CONSTITUÍDO DE MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO; - CONTENDO NO MÁXIMO 10% DE SAL, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES; - DEVERÁ CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES E NO MÁXIMO 01 ANO, COM DIZERES DE ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO; - REGISTRO NO MS; - DE ACORDO COM A RDC N°276/2005. (100G)	DONA CLARA	0,59	135,70
19	2340,00	QUILOGRA	FEIJÃO CARIOCA: CLASSE CARIOQUINHA, TIPO 01, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ISENTO DE SUJIDADES, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES; - ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. PACOTE COM 1 KG.	BELO GRÃO	5,33	12.472,20
26	1410,00	GARRAFA	ÓLEO DE SOJA: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - 100% NATURAL; - COMESTÍVEL; - EXTRATO REFINADO; - LIMPO; - EMBALAGEM, COM DIZERES DE ROTULAGEM, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DE ACORDO COM RDC Nº 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	SOYA	3,86	5.442,60
37	930,00	PACOTE	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA BRANCA: PARA USO COM CARNE BRANCA. DEVE CONTER NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 400G.	SUPRESOY	3,18	2.957,40
38	930,00	PACOTE	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA ESCURA: PARA USO COM CARNE VERMELHA. DEVE CONTER NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 400G.	SUPRESOY	3,18	2.957,40
41	450,00	UNIDADE	ACHOCOLATADO DIET (400G)	ITALAC	6,99	3.145,50
VALOR TOTAL					**80.778,80**	

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.

I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.

VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.

IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.

XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas /RN	Gondim Distribuidora EIRELI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***FERNANDO ANTONIO NUNES GONDIM JUNIOR***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:D819B4FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **RUTH ATACAREJO EIRELI, CNPJ/MF nº 29.143.973/0001-61**, com sede na cidade de Severiano Melo/RN, no Sitio Povoado, nº 81, Zona Rural, CEP: 59856-000 neste ato representada pelo Sr. ADRIANO CARVALHO ALVES, CPF nº 089.018.634-05, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
1	1600,00	UNIDADE	ACHOCOLATADO: APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR CHOCOLATE, PRAZO VALIDADE 1 ANO (FECHADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	MARATÁ	3,49	5.584,00
6	6450,00	QUILOGRA	ARROZ PARBOLIZADO: TIPO 1, LONGO, CONSTITUÍDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MÁXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO	FORTELLI	2,71	17.479,50
11	8320,00	UNIDADE	BISCOITO, APRESENTAÇÃO REDONDO, TIPO MAISENA: CLASSIFICAÇÃO DOCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, TIPO MARIA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRAZO VALIDADE 1 ANO, INTEGRO E CRUCIANTE, COM EMBALAGEM DUPLAMENTE PROTEGIDA EM PACOTES DE 400 GRAMAS, COM DIZERES DE ROTULAGEM, INFORMAÇÃO DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL E DATA DE FABRICAÇÃO.	ESTRELA	2,90	24.128,00
18	3750,00	PACOTE	FARINHA DE MILHO: APRESENTAÇÃO FLOCOS MILHO, TIPO AMARELA, PRAZO VALIDADE MIMO DE 09 MESES, PARA PREPARO DE CUSCUZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS / DEGERMINADO /MACERADO /SOCADO / PENEIRADO, ASPECTO FÍSICO LEVEMENTE TORRADA, EMBALADO EM PACOTES DE 500 GRAMAS, EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DOS INGREDIENTES E DATA DE FABRICAÇÃO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO; - DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	CLARAMIL	0,97	3.637,50
23	18560,00	PACOTE	MACARRÃO TIPO ESPAGUETTI: MASSA ALIMENTÍCIA TIPO SECA VITAMINADA ISENTA DE SUJIDADES; PASTEURIZADO, MÉDIO SEM OVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE; ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 (SEIS) MESES; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	GOSTOSO	1,70	31.552,00
VALOR TOTAL						**R$ 82.381,00**

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) Não produziu os resultados acordados;
b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.

12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Ruth Atacarejo EIRELI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***ADRIANO CARVALHO ALVES***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:26ED1BC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA 08820989425, CNPJ/MF nº 28.702.437/0001-96,** com sede na cidade de Caraúbas/RN, na Rua Coronel Luiz Inácio, Nº 287, Centro, neste ato representada pelo Sr. PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA, CPF nº 088.209.894-25, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
2	5000,00	QUILOGRA	AÇÚCAR: TIPO CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO SEM CONTATO MANUAL, EM PACOTE DE 01 (UM) KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	ALEGRE	2,35	11.750,00
3	500,00	QUILOGRA	ALHO IN NATURA: CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ALHO, ASPECTO FÍSICO EM CABEÇA INTEIRA FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS, CURADOS SEM DANOS MECÂNICOS OU CAUSADO POR PRAGAS, GRUPO COMUM, BRANCO, TIPO ESPECIAL, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78-CNNPA.	IN NATURA	19,40	9.700,00
7	3460,00	QUILOGRA	BATATA INGLESA: LEGUME IN NATURA, 1ª QUALIDADE, LAVADA, ESPÉCIE LISA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME; SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS.	IN NATURA	3,89	13.459,40
12	6560,00	UNIDADE	BOLACHA AMANTEIGADA: SABOR MANTEIGA DO SERTÃO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SAL, AÇÚCAR, LEITE, MARGARINA E MANTEIGA DO SERTÃO. EMBALAGEM COM DADOS DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES. PESO LÍQUIDO: 250G. MARCA DE REFERÊNCIA: MASSAS JUCURUTU.	SAMANAU	2,87	18.827,20
15	3460,00	QUILOGRA	CENOURA: LEGUME IN NATURA, DE PRIMEIRA, CASCA LISA, TAMANHO DE MÉDIO A GRANDE, SEM FUNGOS, CONSISTÊNCIA FIRME E SEM INÍCIO DE GERMINAÇÃO, SEM RUGAS, DE APARÊNCIA FRESCA E DE COR LARANJA VIVO. - SEM FOLHAS, PRIMEIRA, TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TENROS ADERIDA À SUPERFÍCIE EXTERNA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	IN NATURA	3,35	11.591,00
17	1860,00	MAÇO	COENTRO: VERDURA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM, FOLHA VERDE VIVO, SEM FUNGOS; TRANSPORTADO PROTEGIDO DO SOL. – DE PRIMEIRA QUALIDADE HORTALIÇA CLASSIFICADA COMO VERDURA COR VERDE FRESCA ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADES E MATERIAIS TERROSOS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. – EMBALADO EM SACO PLÁSTICO. MAÇO COM NO MÍNIMO 120G.	IN NATURA	1,20	2.232,00
24	5640,00	UNIDADE	MARGARINA VEGETAL: COM SAL – COM 80% LIPÍDIOS, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS; - EMBALAGEM DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA; EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - COM REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; SIF/DIPOA. EMBALAGEM COM 500G.	ADORITA	3,10	17.484,00
25	23360,00	QUILOGRA	FRUTA IN NATURA TIPO MELANCIA: ESPÉCIE COMUM, TAMANHO MÉDIO À GRANDE, CASCA INTEGRA, SEM FUNGOS, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM INDÍCIOS DE GERMINAÇÃO, MATURAÇÃO NATURAL, EMBALADO ADEQUADAMENTE, ISENTA DE SUMIDADES E OBJETOS ESTRANHOS.	IN NATURA	1,24	28.966,40
39	3750,00	QUILOGRA	TOMATE: LEGUME IN NATURA, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.	IN NATURA	3,97	14.887,50
42	2820,00	PACOTE	BISCOITO DIET: SEM AÇÚCAR E SEM LACTOSE, 140G.	NESTLÉ	3,98	11.223,60
45	450,00	PACOTE	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE: PACOTE 200G.	NESTLE	6,15	2.767,50
VALOR TOTAL						**142.888,60**

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) Não produziu os resultados acordados;
b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.

VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Pedro Bruno Targino Ferreira 08820989425
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:4E958FBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)** e de outro lado a empresa **J A F SOARES NETO - ME, CNPJ/MF nº 09.606.986/0001-12,** com sede na cidade Caraúbas/RN na Rua Antonio Francisco, nº 57, Centro, CEP: 59780-000, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES SOARES NETO, CPF n°014.011.254-50, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2019,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. **O FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.**
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) produto(s).

Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
8	12000,00	LITRO	BEBIDA LÁCTEA SABOR SALADA DE FRUTAS: EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	BOA VIDA	2,50	30.000,00
9	12000,00	LITRO	BEBIDA LÁCTEA SABOR MORANGO: EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	BOA VIDA	2,50	30.000,00
14	2820,00	QUILOGRA	CEBOLA BRANCA: IN NATURA, FIRME, COR BRANCA, TAMANHO MÉDIO, SEM SUJIDADE, MOFOS OU ALTERAÇÕES.	IN NATURA	3,36	9.475,20
27	4480,00	BANDEJA	OVO BRANCO DE GALINHA: PRODUTO FRESCO. TAMANHO GRANDE, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS E EMBALADOS EM BANDEJAS CONTENDO 30 UNIDADES CADA CAIXA DE PAPELÃO, SENDO ESTAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	FORTGEMA	12,87	57.657,60
28	310000,00	UNIDADE	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - PESO LÍQUIDO 50G.	PONTO DO PÃO	0,34	105.400,00
35	2240,00	QUILOGRA	SAL REFINADO: SAL IODADO, CONSTITUÍDO DE CRISTAIS DE GRANULAÇÃO UNIFORME E ISENTO DE IMPUREZAS E UMIDADE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO; A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DE REGISTRO; DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; EMBALAGEM DE 1 KG; REGISTRO NO MS. DE ACORDO COM RDC Nº 23, DE 24 DE ABRIL DE 2013, E Nº 28, DE 28 DE MARÇO DE 2000, DA ANVISA, DECRETO 75.697, DE 6 DE MAIO DE 1975 E LEI 6.150, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1974.	LN SAL	0,63	1.411,20
36	2820,00	GARRAFA	TEMPERO COMPLETO: SEM PIMENTA, CONDIMENTADO E CONCENTRADO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	POTIGUAR	1,20	3.384,00
40	640,00	GARRAFA	VINAGRE DE ÁLCOOL: TIPO PASTEURIZADO: ÁCIDO ACÉTICO OBTIDO MEDIANTE A FERMENTAÇÃO ACÉTICA DE SOLUÇÕES AQUOSAS DE ÁLCOOL PROCEDENTE PRINCIPALMENTE DE MATÉRIAS AGRÍCOLAS; - PADRONIZADO, REFILTRADO, PASTEURIZADO E ENVASADO PARA A DISTRIBUIÇÃO NO COMÉRCIO EM GERAL; - COM ACIDEZ DE 4,15%; - EMBALAGEM PLÁSTICA/GARRAFA PET, SEM CORANTES, SEM ESSÊNCIAS E SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES; - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, CONTENDO INFORMAÇÕES DOS INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - REGISTRO NO MA. DE ACORDO COM RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	SADIO	1,40	896,00
43	2820,00	PACOTE	BISCOITO SALGADO: SEM LACTOSE, 420G.	NESTLE	5,72	16.130,40
44	260,00	UNIDADE	BEBIDA LÁCTEA ZERO LACTOSE: DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM ORIGINAL, PLÁSTICA, COM NO MÍNIMO 1L. (SABORES: MORANGO E SALADA DE FRUTAS).	ISIS	4,07	1.058,20
46	450,00	UNIDADE	PÃO INTEGRAL: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - PESO LÍQUIDO 50G.	PONTO DO PÃO	0,57	256,50
VALOR TOTAL					**255.669,10**	

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.

I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados;

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos o(s) produto(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	J A F Soares Neto - ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***JOSÉ AUGUSTO FERNANDES SOARES NETO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:C8881D63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **A AZEVEDO DA SILVA EIRELLI**, CNPJ/MF nº 27.008.156/0001-75, com sede na cidade de Jardim do Seridó-RN, na Rua Professora Maria Pires de Azevedo, nº 516, neste ato representada pelo Sr. ANAELSON AZEVEDO DA SILVA, CPF nº 011.832.354-70, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
13	9000,00	Quilogra	CARNE BOVINA MOÍDA, TIPO PATINHO OU COXÃO MOLE: FRESCA E RESFRIADA. APRESENTAÇÃO: MOÍDA. ASPECTO: CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. COR: PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS. CONSISTÊNCIA: FIRME E ELÁSTICA. DEVE POSSUIR NO MÁXIMO 15% DE GORDURA, SEM OSSOS, TENDÕES, NERVOS E APONEVROSES E VASOS SANGUÍNEOS, GLÂNDULAS, NODOS LINFÁTICOS E SANGUE SEM ADIÇÃO DE PROTEÍNA DE SOJA. DEVE SER MANIPULADA EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS E PROVENIENTES DE ANIMAIS EM BOAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO VETERINÁRIA DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 1% DE RESÍDUO. DEVE ESTAR EMBALADA EM SACO DE POLIETILENO, HERMETICAMENTE FECHADO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. DEVE POSSUIR RÓTULO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONTENDO DE FORMA CLARA E INDISPENSÁVEL AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTO, INCLUSIVE A MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, NÚMERO DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE E CARIMBO DE SIF. A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES. EMBALAGENS CONTENDO 500G, 1KG OU 2 KG.	AZEVEDO	19,38	174.420,00
21	8360,00	Quilogra	FRANGO INTEIRO: CONGELADO POR PROCESSO RÁPIDO E CONSERVADO À TEMPERATURA ADEQUADA. PESO MÉDIO LÍQUIDO 1 KG, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE COM INDICAÇÃO DE MARCA E SELO DE INSPEÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (SIF/DIPOA). A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES.	BONAVES	6,98	58.352,80
29	10500,00	Quilogra	PEITO DE FRANGO: CONGELADO, IN NATURA; EMBALAGEM COM PESO DE 1 KG; COM CARIMBO DO SIF, ETIQUETA COM IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM. A VALIDADE NO MOMENTO DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 03 (TRÊS) MESES.	GRANJEIRO	8,99	94.395,00
VALOR TOTAL						**327.167,80**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 327.167,80 (trezentos e vinte e sete mil cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 Caberá à CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;
6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;
6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. Caberá à CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;
6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;
6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;
6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN	A Azevedo da Silva EIRELLI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***ANAELSON AZEVEDO DA SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:7A1F14B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 002/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **AC DE LIMA E SILVA - ME, CNPJ/MF nº 25.451.715/0001-91**, com sede na cidade de Mossoró/RN, na Rua Manoel de Souza, nº 420, Rincão, CEP: 59626-720 neste ato representada pelo Sr. AUGUSTO CESAR LIMA E SILVA, CPF nº877.260.684-34, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:
2.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
20	2340,00	QUILOGRA	FEIJÃO DE CORDA: CLASSE CORDA, TIPO 01, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ISENTO DE SUJIDADES, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES; - ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. PACOTE COM 1 KG.	NOSSO GRÃO	4,42	10.342,80
22	23360,00	UNIDADE	LEITE INTEGRAL INSTANTÂNEO: FORTIFICADO COM VITAMINAS A, C E D, ISENTO DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM DE 200G. O PRODUTO DEVE APRESENTAR NO RÓTULO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA COM O SELO DE INSPEÇÃO FEDERAL (S.I.F.).	BETANIA	4,00	93.440,00
VALOR TOTAL:						**103.782,80**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 103.782,00 (cento e três mil setecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 Caberá à CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;
6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;
6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;
6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;
6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;
6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	AC De Lima E Silva - ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***AUGUSTO CESAR LIMA E SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:3D7F2726

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 003/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **C TRAJANO PINTO - ME, CNPJ/MF nº 05.909.473/0001-20**, com sede na cidade de Assú/RN, no Sitio Santo Antonio, nº 15, Zona Rural, neste ato representada pela Sra. CLAUDILENE TRAJANO PINTO MENDONÇA, CPF nº 046.927.154-05, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
31	4705,00	QUILOGRA	POLPA DE ACEROLA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	25.877,50
32	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE CAJÁ: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	6,00	26.880,00
33	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE MANGA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	24.640,00
34	4480,00	QUILOGRA	POLPA DE GOIABA: INTEGRAL, PASTEURIZADA, CONGELADA, PRODUTO NÃO FERMENTADO E NÃO DILUÍDO, OBTIDO DA PARTE COMESTÍVEL DA FRUTA, ATRAVÉS DE PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO, COM TEOR MÍNIMO DE SÓLIDOS TOTAIS, COR VARIANDO DO BRANCO AO VERMELHO, SABOR LEVEMENTE ÁCIDO AROMA PRÓPRIO. EMBALAGEM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	PURO SABOR	5,50	24.640,00
VALOR TOTAL:						**102.037,50**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 102.037,50 (cento e dois mil trinta e sete reais e cinquenta centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 Caberá à CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;
6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;
6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. Caberá à CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;
6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;
6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	C Trajano Pinto - ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***CLAUDILENE TRAJANO PINTO MENDONÇA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:5EE38021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **GONDIM DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ/MF nº 17.737.876/0001-18**, com sede na cidade de Martins/RN, na Avenida Monsenhor Walfredo Gurgel, nº 171, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO ANTONIO NUNES GONDIM JUNIOR, CPF nº 048.622.594-13, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE**

CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
4	2000,00	PACOTE	AMIDO DE MILHO PARA O PREPARO DE MINGAU SABOR BAUNILHA (CREMOGEMA): COM ASPECTO DE COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. ACONDICIONADO EM PAPEL IMPERMEÁVEL. EMBALAGEM EM PAPEL IMPERMEÁVEL DE 200G, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE.	KIMIMO	2,67	5.340,00
5	8800,00	QUILOGRA	ARROZ BRANCO: TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO, TIPO SUBGRUPO POLIDO, PRAZO VALIDADE 1 ANO, ESPECIFICAÇÕES NA EMBALAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, EMBALAGEM DE 1 QUILO.	ANAMBAI	2,75	24.200,00
10	8320,00	UNIDADE	BISCOITO, APRESENTAÇÃO QUADRADO, TIPO CREAM CRACKER: CLASSIFICAÇÃO SALGADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRAZO VALIDADE 1 ANO, INTEGRO E CRUCIANTE, COM EMBALAGEM DUPLAMENTE PROTEGIDA EM PACOTES DE 400 GRAMAS, COM DIZERES DE ROTULAGEM, INFORMAÇÃO DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL E DATA DE FABRICAÇÃO	ESTRELA	2,90	24.128,00
16	230,00	PACOTE	COLORAU: CONDIMENTO, COLORAU, ASPECTO FÍSICO PÓ - O COLORÍFICO DEVE SER CONSTITUÍDO DE MATÉRIA PRIMA DE BOA QUALIDADE E APRESENTAR ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO; - CONTENDO NO MÁXIMO 10% DE SAL, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES; - DEVERÁ CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 MESES E NO MÁXIMO 01 ANO, COM DIZERES DE ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO; - REGISTRO NO MS; - DE ACORDO COM A RDC N°276/2005. (100G)	DONA CLARA	0,59	135,70
19	2340,00	QUILOGRA	FEIJÃO CARIOCA: CLASSE CARIOQUINHA, TIPO 01, EMBALADO EM SACOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ISENTO DE SUJIDADES, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES; - ACONDICIONADOS EM FARDOS LACRADOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. PACOTE COM 1 KG.	BELO GRÃO	5,33	12.472,20
26	1410,00	GARRAFA	ÓLEO DE SOJA: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - 100% NATURAL; - COMESTÍVEL; - EXTRATO REFINADO; - LIMPO; - EMBALAGEM, COM DIZERES DE ROTULAGEM, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. DE ACORDO COM RDC Nº 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	SOYA	3,86	5.442,60
37	930,00	PACOTE	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA BRANCA: PARA USO COM CARNE BRANCA. DEVE CONTER NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 400G.	SUPRESOY	3,18	2.957,40
38	930,00	PACOTE	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA ESCURA: PARA USO COM CARNE VERMELHA. DEVE CONTER NA EMBALAGEM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 400G.	SUPRESOY	3,18	2.957,40
41	450,00	UNIDADE	ACHOCOLATADO DIET (400G)	ITALAC	6,99	3.145,50
VALOR TOTAL						**80.778,80**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 80.778,80 (oitenta mil setecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;

6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;

6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) frete;

e) indenizações; e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;

6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;

6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;

15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Gondim Distribuidora EIRELI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***FERNANDO ANTONIO NUNES GONDIM JUNIOR***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:B9B5D678

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 005/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RUTH ATACAREJO EIRELI, CNPJ/MF nº 29.143.973/0001-61**, com sede na cidade de Severiano Melo/RN, no Sitio Povoado, nº 81, Zona Rural, CEP: 59856-000 neste ato representada pelo Sr. ADRIANO CARVALHO ALVES, CPF nº 089.018.634-05, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
1	1600,00	UNIDADE	ACHOCOLATADO: APRESENTAÇÃO PÓ, SABOR CHOCOLATE, PRAZO VALIDADE 1 ANO (FECHADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS, EMBALAGEM DE 400 GRAMAS	MARATÁ	3,49	5.584,00
6	6450,00	QUILOGRA	ARROZ PARBOLIZADO: TIPO 1, LONGO, CONSTITUÍDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MÁXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS; - A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO	FORTELLI	2,71	17.479,50
11	8320,00	UNIDADE	BISCOITO, APRESENTAÇÃO REDONDO, TIPO MAISENA: CLASSIFICAÇÃO DOCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM RECHEIO, TIPO MARIA, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO HUMANA, PRAZO VALIDADE 1 ANO, INTEGRO E CRUCIANTE, COM EMBALAGEM DUPLAMENTE PROTEGIDA EM PACOTES DE 400 GRAMAS, COM DIZERES DE ROTULAGEM, INFORMAÇÃO DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL E DATA DE FABRICAÇÃO.	ESTRELA	2,90	24.128,00
18	3750,00	PACOTE	FARINHA DE MILHO: APRESENTAÇÃO FLOCOS MILHO, TIPO AMARELA, PRAZO VALIDADE MIMO DE 09 MESES, PARA PREPARO DE CUSCUZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS / DEGERMINADO /MACERADO /SOCADO / PENEIRADO, ASPECTO FÍSICO LEVEMENTE TORRADA, EMBALADO EM PACOTES DE 500 GRAMAS, EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DOS INGREDIENTES E DATA DE FABRICAÇÃO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO; - DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	CLARAMIL	0,97	3.637,50
23	18560,00	PACOTE	MACARRÃO TIPO ESPAGUETTI: MASSA ALIMENTÍCIA TIPO SECA VITAMINADA ISENTA DE SUJIDADES; PASTEURIZADO, MÉDIO SEM OVOS, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE E TRANSPARENTE; ROTULAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES DOS INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 (SEIS) MESES; - DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	GOSTOSO	1,70	31.552,00
VALOR TOTAL						**R$ 82.381,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 82.381,00 (oitenta e dois mil trezentos e oitenta e um reais), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;

6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;

6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) frete;

e) indenizações; e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;

6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;

6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;

15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Ruth Atacarejo EIRELI
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***ADRIANO CARVALHO ALVES***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:4AED1D7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 006/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA 08820989425, CNPJ/MF nº 28.702.437/0001-96,** com sede na cidade de Caraúbas/RN, na Rua Coronel Luiz Inácio, Nº 287, Centro, neste ato representada pelo Sr. PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA, CPF nº 088.209.894-25, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
2	5000,00	QUILOGRA	AÇÚCAR: TIPO CRISTAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANCO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO SEM CONTATO MANUAL, EM PACOTE DE 01 (UM) KG. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	ALEGRE	2,35	11.750,00
3	500,00	QUILOGRA	ALHO IN NATURA: CONDIMENTO, APRESENTAÇÃO NATURAL, MATÉRIA-PRIMA ALHO, ASPECTO FÍSICO EM CABEÇA INTEIRA FISIOLOGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS, CURADOS SEM DANOS MECÂNICOS OU CAUSADO POR PRAGAS, GRUPO COMUM, BRANCO, TIPO ESPECIAL, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78-CNNPA.	IN NATURA	19,40	9.700,00
7	3460,00	QUILOGRA	BATATA INGLESA: LEGUME IN NATURA, 1ª QUALIDADE, LAVADA, ESPÉCIE LISA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME; SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS.	IN NATURA	3,89	13.459,40
12	6560,00	UNIDADE	BOLACHA AMANTEIGADA: SABOR MANTEIGA DO SERTÃO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, SAL, AÇÚCAR, LEITE, MARGARINA E MANTEIGA DO SERTÃO. EMBALAGEM COM DADOS DO FABRICANTE, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES. PESO LÍQUIDO: 250G. MARCA DE REFERÊNCIA: MASSAS JUCURUTU.	SAMANAU	2,87	18.827,20
15	3460,00	QUILOGRA	CENOURA: LEGUME IN NATURA, DE PRIMEIRA, CASCA LISA, TAMANHO DE MÉDIO A GRANDE, SEM FUNGOS, CONSISTÊNCIA FIRME E SEM INÍCIO DE GERMINAÇÃO, SEM RUGAS, DE APARÊNCIA FRESCA E DE COR LARANJA VIVO. - SEM FOLHAS, PRIMEIRA, TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS, SEM CORPOS ESTRANHOS OU TENROS ADERIDA À SUPERFÍCIE EXTERNA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	IN NATURA	3,35	11.591,00
17	1860,00	MAÇO	COENTRO: VERDURA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM, FOLHA VERDE VIVO, SEM FUNGOS; TRANSPORTADO PROTEGIDO DO SOL. – DE PRIMEIRA QUALIDADE HORTALIÇA CLASSIFICADA COMO VERDURA COR VERDE FRESCA ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADES E MATERIAIS TERROSOS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. – EMBALADO EM SACO PLÁSTICO. MAÇO COM NO MÍNIMO 120G.	IN NATURA	1,20	2.232,00
24	5640,00	UNIDADE	MARGARINA VEGETAL: COM SAL – COM 80% LIPÍDIOS, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS; - EMBALAGEM DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA; EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; - COM REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA; SIF/DIPOA. EMBALAGEM COM 500G.	ADORITA	3,10	17.484,00
25	23360,00	QUILOGRA	FRUTA IN NATURA TIPO MELANCIA: ESPÉCIE COMUM, TAMANHO MÉDIO À GRANDE, CASCA INTEGRA, SEM FUNGOS, CONSISTÊNCIA FIRME, SEM INDÍCIOS DE GERMINAÇÃO, MATURAÇÃO NATURAL, EMBALADO ADEQUADAMENTE, ISENTA DE SUMIDADES E OBJETOS ESTRANHOS.	IN NATURA	1,24	28.966,40
39	3750,00	QUILOGRA	TOMATE: LEGUME IN NATURA, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.	IN NATURA	3,97	14.887,50
42	2820,00	PACOTE	BISCOITO DIET: SEM AÇÚCAR E SEM LACTOSE, 140G.	NESTLÉ	3,98	11.223,60
45	450,00	PACOTE	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE: PACOTE 200G.	NESTLE	6,15	2.767,50
VALOR TOTAL						**142.888,60**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 142.888,60 (cento e quarenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;

6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;

6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);

6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) frete;

e) indenizações; e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;

6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;

6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;

15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Pedro Bruno Targino Ferreira 08820989425
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***PEDRO BRUNO TARGINO FERREIRA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:692BC45E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 007/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 314004/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **J A F SOARES NETO - ME, CNPJ/MF nº 09.606.986/0001-12,** com sede na cidade Caraúbas/RN na Rua Antonio Francisco, nº 57, Centro, CEP: 59780-000, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES SOARES NETO, CPF n°014.011.254-50, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 006/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, atendendo as necessidades do ano letivo de 2019**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
8	12000,00	LITRO	BEBIDA LÁCTEA SABOR SALADA DE FRUTAS: EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	BOA VIDA	2,50	30.000,00
9	12000,00	LITRO	BEBIDA LÁCTEA SABOR MORANGO: EMBALAGEM DE SACO PLÁSTICO DE POLIETILENO, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	BOA VIDA	2,50	30.000,00
14	2820,00	QUILOGRA	CEBOLA BRANCA: IN NATURA, FIRME, COR BRANCA, TAMANHO MÉDIO, SEM SUJIDADE, MOFOS OU ALTERAÇÕES.	IN NATURA	3,36	9.475,20
27	4480,00	BANDEJA	OVO BRANCO DE GALINHA: PRODUTO FRESCO. TAMANHO GRANDE, DE PRIMEIRA QUALIDADE. ISENTO DE ADITIVOS OU SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS AO PRODUTO QUE SEJAM IMPRÓPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERÍSTICAS NATURAIS (FÍSICAS, QUÍMICAS E ORGANOLÉPTICAS), INSPECIONADAS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CARTELAS E EMBALADOS EM BANDEJAS CONTENDO 30 UNIDADES CADA CAIXA DE PAPELÃO, SENDO ESTAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS, PADRONIZADAS E LACRADAS.	FORTGEMA	12,87	57.657,60
28	310000,00	UNIDADE	PÃO TIPO CACHORRO QUENTE: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - PESO LÍQUIDO 50G.	PONTO DO PÃO	0,34	105.400,00
35	2240,00	QUILOGRA	SAL REFINADO: SAL IODADO, CONSTITUÍDO DE CRISTAIS DE GRANULAÇÃO UNIFORME E ISENTO DE IMPUREZAS E UMIDADE, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO; A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DE REGISTRO; DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA; EMBALAGEM DE 1 KG; REGISTRO NO MS. DE ACORDO COM RDC Nº 23, DE 24 DE ABRIL DE 2013, E Nº 28, DE 28 DE MARÇO DE 2000, DA ANVISA, DECRETO 75.697, DE 6 DE MAIO DE 1975 E LEI 6.150, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1974.	LN SAL	0,63	1.411,20
36	2820,00	GARRAFA	TEMPERO COMPLETO: SEM PIMENTA, CONDIMENTADO E CONCENTRADO, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO, APLICAÇÃO USO CULINÁRIO. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	POTIGUAR	1,20	3.384,00
40	640,00	GARRAFA	VINAGRE DE ÁLCOOL: TIPO PASTEURIZADO: ÁCIDO ACÉTICO OBTIDO MEDIANTE A FERMENTAÇÃO ACÉTICA DE SOLUÇÕES AQUOSAS DE ÁLCOOL PROCEDENTE PRINCIPALMENTE DE MATÉRIAS AGRÍCOLAS; - PADRONIZADO, REFILTRADO, PASTEURIZADO E ENVASADO PARA A DISTRIBUIÇÃO NO COMÉRCIO EM GERAL; - COM ACIDEZ DE 4,15%; - EMBALAGEM PLÁSTICA/GARRAFA PET, SEM CORANTES, SEM ESSÊNCIAS E SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES; - EMBALAGEM COM DIZERES DE ROTULAGEM, CONTENDO INFORMAÇÕES DOS INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE; - REGISTRO NO MA. DE ACORDO COM RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA 06 (SEIS) MESES.	SADIO	1,40	896,00
43	2820,00	PACOTE	BISCOITO SALGADO: SEM LACTOSE, 420G.	NESTLE	5,72	16.130,40
44	260,00	UNIDADE	BEBIDA LÁCTEA ZERO LACTOSE: DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM ORIGINAL, PLÁSTICA, COM NO MÍNIMO 1L. (SABORES: MORANGO E SALADA DE FRUTAS).	ISIS	4,07	1.058,20
46	450,00	UNIDADE	PÃO INTEGRAL: DE PRIMEIRA QUALIDADE; - PESO LÍQUIDO 50G.	PONTO DO PÃO	0,57	256,50
VALOR TOTAL					**255.669,10**	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ 255.669,10 (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e dez centavos), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 006/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 Caberá à CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura do Município de Caraúbas para o fornecimento do objeto deste edital;
6.1.3. Solicitar a troca do(s) produto(s) que apresentarem defeitos ou por estarem em desconformidade mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura do Município de Caraúbas;
6.1.4. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade no fornecimento do(s) produto(s);
6.1.5. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.2. Caberá à CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Poder Executivo Municipal;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Poder Executivo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do(s) produto(s) não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Poder Executivo Municipal;
6.2.4. Efetuar a entrega produto(s) objeto da autorização de fornecimento, conforme fixado na Proposta do Licitante;
6.2.5. Efetuar a troca do(s) produto(s) considerado(s) sem condições de uso, ou em desconformidade por outro que esteja conforme as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (dois) dias úteis, contado do recebimento da comunicação expedida pela Secretaria Competente;
6.2.6. Comunicar ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Caraúbas, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.7. **Proceder a realização ao fornecimento sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;
6.2.9. O(s) produto(s) deverá(ão) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de Caraúbas, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O Prazo de entrega do objeto licitado para os **alimentos não perecíveis** é de no máximo de **4 (quatro) dias corridos** e para **os alimentos perecíveis** é de no máximo **2 (dois) dias corridos** a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do(s) produto(s) ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do(s) produto(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente do Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à entrega do(s) produto(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 8001 – Sec. Mun. do Desen. da Educação e do Desporto.
PROJETO ATIVIDADE: Dar-se-á baseado na previsão orçamentária Exercício 2019.
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato da entrega do(s) produto(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos fornecimento do(s) produto(s), limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 24 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/ RN	J A F Soares Neto – ME
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***JOSÉ AUGUSTO FERNANDES SOARES NETO***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:1C791271

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
ANÁLISE DA CONTA DO FUNDEB - REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 - 2º BIMESTRE

FUNDO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
ANÁLISE DA CONTA DO FUNDEB
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 - 2º Bimestre

MÊS	Receitas Complemento e Município Aplicação	Receitas do Recursos Fundeb	DESPESA MENSAL C/ O FUNDEB	REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES	PERC. APLIC. 60% (*)	OUTRAS DESPESAS C/ ENSINO FUNDAMENTAL	PERC. APLIC. 40% (**)
Janeiro	392,07	773.597,02	733.060,29	564.778,98	73,01	168.281,31	21,75
Fevereiro	552,71	754.453,65	713.363,44	599.562,33	79,47	113.801,11	15,08
Março	456,88	652.780,94	639.350,92	520.525,57	79,74	118.825,35	18,20
Abril	473,39	664.629,54	707.190,32	535.616,91	80,59	171.190,32	25,76
TOTAL	1.875,05	2.845.461,15	2.792.964,97	2.220.483,79	78,04	572.098,09	20,11
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/STN e Prefeitura Municipal							
(*) - 60% Pagamentos de Professores e Obrigações Patronais							
(**) - 40% Pagamentos de Funcionários de apoio das Escolas da Rede Municipal e Obrigações Patronais							

Cerro Corá(RN), 06 de maio de 2019

MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:48021529

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 130300096/2019

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 130300096/2019

O Senhor Prefeito Municipal do Encanto/RN, através da Prefeitura Municipal de Encanto, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 130300096/2019, vem emitir a presente autorização de dispensa de licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Despesa referente a prestação de serviço de divulgação em carro de som e aluguel de paredão fixo, durante a Semana de Esporte, Cultura, Assistência, Saúde e Educação – SECASSE, com vistas a comemoração dos 56 (Cinquenta e Seis) anos de emancipação política de Encanto/RN, pelos valores abaixo descrito:

867 - Luan Bruce Matoso (108.395.554-31)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	16014 - Divulgação em Carro de Som	H		14	30,00	420,00
2	16016 - Aluguel de Som (Tipo Paredão Fixo)	SV		1	1.100,00	1.100,00
Total					1.520,00	

Assim, autorizo a presente dispensa.
Às providências de estilo.

Encanto/RN, 13/03/2019

ATEVALDO NAZÁRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vanubia Gameleira Campos
Código Identificador:C8E8DF76

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.188/2019

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.188 , DE 29 de abril de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 130.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 29 de abril de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**130.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**130.000,00**
	2017 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO				**130.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	40.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	90.000,00
Anexo II (Redução)					**130.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**130.000,00**
	2021 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITARIOS SAUDE - PAC'S				
					20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12140000	0001	20.000,00
	2076 FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				
					60.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	12140000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12140000	0001	50.000,00
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**50.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12140000	0001	50.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:951F2EE8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.190/2019

Gabinete Civil

DECRETO Nº 1.190 , DE 30 de abril de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 7.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 30 de abril de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					7.000,00
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					7.000,00
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				7.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	7.000,00
Anexo II (Redução)					7.000,00
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					7.000,00
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				7.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	7.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:3DBDB510

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.191/2019

Gabinete Civil

DECRETO Nº 1.191 , DE 30 de abril de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 30 de abril de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					10.000,00
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					10.000,00
	2017 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					10.000,00
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					10.000,00
	2076 FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	10.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:FDB9D971

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.192/2019

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.192 , DE 30 de abril de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 30 de abril de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					15.000,00
07 .001 SEC. MUN. DE TRAB., HABIT. E ASSISTÊNCIA SOCIAL					15.000,00
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL				15.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	15.000,00
Anexo II (Redução)					15.000,00
07 .001 SEC. MUN. DE TRAB., HABIT. E ASSISTÊNCIA SOCIAL					15.000,00
	2061 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL				15.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	15.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:7486F505

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.193/2019

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.193 , DE 02 de maio de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 02 de maio de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					50.000,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					50.000,00
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	50.000,00
Anexo II (Redução)					50.000,00
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					50.000,00
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	50.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:A5DCB1F4

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 017/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Administração no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 37, IX, da Constituição Federal; na **Lei Municipal nº 860/2017, de 01 de setembro de 2017,** e ainda, considerando a necessidade de dar continuidade a serviços públicos essenciais no âmbito do Município, torna público a realização do Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de cargos do Quadro de Pessoal Temporário para atuar na Administração do Poder Executivo Municipal.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 017/2019

7. DA CLASSIFICAÇÃO
7.2 Será considerado APROVADO no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 017/2019, o candidato que obtiver NF (Nota Final) igual ou superior a 5,0 (cinco pontos).

CARGO: PSICÓLOGO – (CÓDIGO 101)					RESULTADO FINAL
NOME	Nº DA INSCRIÇÃO	NOTA FINAL	RESIDE NO MUNICÍPIO	DATA DE NASCIMENTO	
CAMILA DE FREITAS SILVA	01	2,50	NÃO	11.03.1992	REPROVADO
VICTOR HUGO MOURA MARBOSA SOUSA	02	2,25	NÃO	29.11.1985	REPROVADO

Jardim de Piranhas/RN, 06 de maio de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ÁLIA EINE DE QUEIROZ DAMÁSIO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ARDENES RODRIGUES GOMES DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

CRISTIELI COSTA DE QUEIROZ SANTOS
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

DAISY DE QUEIROZ BEZERRA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

GUSTAVO HENRIQUE DE SÁ HONORATO
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

VANESSA MANOELA VIEIRA DA SILVA
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:FC584172

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ELIAS AVELINO DOS SANTOS EPP**		
CNPJ: **24.208.480/0001-49**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV CORONEL ESTEVAM SALA 1, 1598, ALECRIM, NATAL/RN, CEP: 59035-000**		
Representante: **ELAIS AVELINO DOS SANTOS** - CPF: **307.504.904-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0016160 - alfinete para mapa com 50 unid.	JOcar	CX	60,00	2,80	168,00
5	0013785 - apagador de quadro branco	Carbrink	UND	50,00	3,90	195,00
9	0013789 - bandeja correspondência simples	Carbrink	UND	50,00	12,20	610,00
10	0013790 - bandeja para papel (correspondência) em acrílico 02 compartimento	Carbrink	UND	50,00	27,50	1.375,00
15	0013798 - borracha bicolor (cx com 40 und)	Redbor	CX	30,00	15,00	450,00
18	0016164 - borracha ponteira branca (pacote com 100 unid.)	Premier	PCT	20,00	11,00	220,00
23	0016167 - Caderno pequeno brochura 48 folhas (pacote com 10 und)	Credeal	PCT	50,00	12,50	625,00
29	0016168 - calculadora de bolso 8 digitos	Classe	UND	30,00	5,90	177,00
33	0013817 - Cartolina color set (cores variadas) pct com 20 folhas	Premiata	PCT	100,00	14,95	1.495,00
38	0013823 - Clipes 2/0 25x100	Ferplas	PCT	25,00	35,90	897,50
39	0013824 - Clipes 4/0 25x50	Ferplas	PCT	25,00	35,90	897,50
41	0013826 - Clipes 8/0 25x25	Ferplas	PCT	25,00	49,40	1.235,00
44	0013829 - Cola branca 40G (caixa com 12 und)	Bambini	CX	80,00	9,90	792,00
46	0013831 - Cola colorida (caixa com 04 unidades)	Bambini	CX	200,00	3,30	660,00
50	0013835 - Coleção de cera (estojo com 12 lápis)	Bambini	ESTOJO	800,00	1,80	1.440,00
59	0013845 - Envelope papel oficio TAM 114x229MM (com 100 unidades)	Scrity	PCT	100,00	7,40	740,00
60	0013846 - Estilete pequeno (com 12 und)	Master	CX	40,00	11,80	472,00
61	0013847 - Etiqueta Auto-adesiva 6180	Colacril	CX	50,00	42,50	2.125,00
62	0013848 - Etiqueta Auto-adesiva 6282 com 350 und	Colacril	CX	50,00	13,20	660,00

66	0013852 - Fita adesiva de papel 19X50MM	Eurocel	Rolo	150,00	4,65	697,50
67	0013853 - Fita adesiva de papel 45X50MM	Eurocel	Rolo	150,00	11,50	1.725,00
82	0013869 - Grampeador semi-industrial para até 100 fls	Classe	UND	20,00	50,00	1.000,00
83	0013870 - Grampo 26/6, Metal, superfície niquelado (caixa com 5.000 und)	OffceBr	CX	150,00	3,80	570,00
90	0013878 - Liga elástica 100G	Mamuth	PCT	200,00	2,80	560,00
109	0013904 - Papel camurça–cores variadas (c/ 25 folhas)	Art Floc	PCT	50,00	16,90	845,00
112	0013907 - Papel crepom (cores variadas)	Art Floc	UND	1000,00	0,74	740,00
115	0013910 - Papel oficio 9	Chamex	RS	150,00	24,00	3.600,00
129	0016186 - Pasta em L transparente (c/ 10 unidades)	Acp	PCT	200,00	6,25	1.250,00
131	0013930 - Pasta sanfonada (c/ 12 divisórias)	Acp	UND	50,00	14,00	700,00
135	0013934 - Pincel atômico cores azul, preta, e vermelha (caixa com 12 unidades)	Brw	CX	30,00	24,00	720,00
136	0013935 - Pincel nº12 com 12 unidades	Leonora	PCT	20,00	19,00	380,00
137	0013936 - Pincel nº04 com 12 unidades	Leonora	PCT	20,00	12,90	258,00
139	0013938 - Pincel nº08 com 12 unidades	Leonora	PCT	20,00	15,90	318,00
146	0016189 - Porta lápis	Walleu	UND	24,00	6,00	144,00
150	0013950 - Prancheta acrílica A4	Carbrink	UND	50,00	11,50	575,00
152	0013951 - Quadro branco 1,20x2,00mts	Souza	UND	15,00	170,00	2.550,00
156	0013955 - Reabastecedor para quadro branco caixa com 12 unidades.	Brw	CX	30,00	47,00	1.410,00
158	0013957 - Régua 50cm (PCT com 10 unidades)	Walleu	PCT	30,00	23,85	715,50

Importa a presente em R$ 33.992,00, (trinta e três mil, novecentos e noventa e dois reais). VIGÊNCIA: 02/05/2020.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e ELAIS AVELINO DOS SANTOS–Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:3EC44704

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **K. N. B. ADRIANO ME**		
CNPJ: **03.059.555/0001-05**	Telefone: **(84) 3291-2935**	Email:
Endereço: **Rua: Ezequiel Mergelino de Souza, 137, CENTRO, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **KATIANE NUNES BEZERRA ADRIANO** - CPF: **761.768.194-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0016161 - almofada para carimbo (azul ou preta) nº 03 base de ferro	Radex	UND	50,00	3,90	195,00
4	0013784 - apagador de quadro de giz com depósito	Cortiarte	UND	50,00	3,60	180,00
16	0013799 - borracha branca com capa (cx com 24 und)	Leo e Leo	CX	40,00	19,20	768,00
19	0013803 - Caderno brochura capa dura ¼ 96 folhas	Foroni	UND	700,00	2,75	1.925,00
22	0013807 - Caderno pequeno (capa dura) 48 folhas	Foroni	UND	1000,00	2,50	2.500,00
26	0013811 - Caderno capa flexível 06 matérias	Jandaia	UND	700,00	3,45	2.415,00
43	0013828 - Cola branca 1 litro	Koala	UND	50,00	9,00	450,00
52	0013838 - Coleção lápis de cor – Hidrocor fina c/12 und	Leo e Leo	ESTOJO	1000,00	2,35	2.350,00
54	0013840 - Envelope carta 114x162mm (pacote com 100 und)	Scrity	PCT	50,00	6,00	300,00
64	0013850 - Ficha TAM. 3"x5" PCT com 100 unidades	Grafset	CX	150,00	4,60	690,00
69	0013855 - Fita adesiva durex dupla face 19MMX30 cor branca	Eurocel	UND	200,00	5,70	1.140,00
71	0013857 - Fita para empacotamento transparente 45x30MM (com 04 unidades)	3M	PCT	50,00	9,80	490,00
85	0013872 - Jogos educativos para alfabetização Dominó	Xalingo	CX	100,00	6,40	640,00
103	0013898 - Palito de picolé c/ 100 unidades	Theoto	CX	100,00	1,80	180,00
106	0013901 - Papel A4 diplomata, 180G na cor branca 50 folhas.	Filipaper	PCT	100,00	19,90	1.990,00
119	0013915 - Pasta AZ ofício lombo estreito	Frama	UND	200,00	7,00	1.400,00
133	0013932 - Perfurador 30 folhas	Jocar	UND	30,00	29,80	894,00
134	0013933 - Perfurador 50 folhas	Cis	UND	20,00	61,00	1.220,00
143	0013942 - Pistola de cola quente grossa	Make+	UND	40,00	17,30	692,00
145	0016188 - Pintura a dedo caixa com 06 unidades	Koala	UND	40,00	3,00	120,00
147	0013946 - Porta lápis – clips – lembrete acrílico – cor fumê	Dello	UND	24,00	10,00	240,00
148	0016190 - Post–IT 76x102MM adesivas, bloco com 100 folhas	Note Fix	BLC	200,00	1,50	300,00
149	0016191 - Post–IT 76x76mm adesivas com 100 folhas	Note Fix	BLC	200,00	1,50	300,00
155	0013954 - Quadro de aviso 0,90x0,60 – tipo cortiça	Cortiarte	UND	30,00	60,00	1.800,00
161	0013960 - Tinta almofada carimbo (cores azul e preta) embalagem com aproximadamente 40ml (caixa com 12 unidades)	Radex	CX	10,00	31,50	315,00
162	0013961 - Tinta guache (caixa com 06 unidades)	Koala	CX	500,00	2,65	1.325,00
163	0013962 - Tinta para pincel atômico, cor azul (frasco com aproximadamente 40ml)	Radex	UND	150,00	3,40	510,00

Importa a presente em R$ 25.329,00, (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e nove reais). VIGÊNCIA: 02/05/2020.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e KATIANE NUNES BEZERRA ADRIANO – Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:F731F45A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **J. I. C. DE CARVALHO - ME**		
CNPJ: **09.439.791/0001-25**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua João Bionor Bezerra, 94, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **José Iran Cortes de Carvalho** - CPF: **276.867.444-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0013787 - apontador com deposito (caixa com 24 und)	LEO LEO	CX	100,00	7,50	750,00
14	0013794 - bexigas cores variadas (pct com 50 und)	S ROQUE	PCT	200,00	4,20	840,00
25	0013810 - Caderno capa flexível 10 matérias	TOK	UND	500,00	5,40	2.700,00
27	0013812 - Caderno capa flexível 8 matérias	TOK	UND	600,00	4,55	2.730,00
34	0013818 - Cartolina comum (pacote com 100 und) sortidas	PREMIATA	PCT	50,00	48,40	2.420,00
37	0013821 - CD-RW regravável envelope	MAXPRINT	UND	100,00	1,79	179,00
45	0013830 - Cola branca para papel 90G (caixa com 12 unidades)	KOALA	CX	80,00	15,00	1.200,00
47	0013832 - Cola glitter (caixa com 06 unidades)	KOALA	CX	150,00	5,97	895,50
70	0013856 - Fita adesiva larga crepe 50X50 branca	SCOTT	UND	200,00	5,05	1.010,00
78	0013864 - Formulário continuo 80 colunas (caixa com 2.500 folhas)	MAXPRINT	CX	30,00	115,00	3.450,00
79	0013866 - Giz branco (caixa com 50 unidades)	DELTA	CX	50,00	1,90	95,00
86	0013873 - Lápis grafite (caixa com 144 Unidades)	LEO LEO	CX	100,00	28,00	2.800,00
104	0016180 - Papel A4 – peso 60 c/ 100 folhas	JANDAINHA	PCT	30,00	9,99	299,70
108	0013903 - Papel A4, 75G/M2, 297x210mm, cor branca(com 500 folhas)	CHAMEX	RS	2000,00	17,50	35.000,00
124	0016185 - Pasta classificadora	ACP	UND	200,00	2,59	518,00
138	0013937 - Pincel nº06 com 12 unidades	LEO LEO	PCT	20,00	12,70	254,00
141	0013940 - Pincel nº10 com 12 unidades	LEO LEO	PCT	20,00	12,49	249,80
142	0013941 - Pincel nº14 com 12 unidades	LEO LEO	PCT	20,00	16,49	329,80
144	0016187 - pistola cola quente fina	MULT MIX	CX	100,00	9,80	980,00

Importa a presente em R$ 56.700,80, (cinquenta e seis mil e setecentos reais e oitenta centavos). VIGÊNCIA: 02/05/2020.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e José Iran Cortes de Carvalho–Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:94F521DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **RADIANY F MALHEIRO ME**		
CNPJ: **21.565.342/0001-29**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA PADRE OLIVEIRA ROLIN, 267, LIBERDADE, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59155-600**		
Representante: **RADIANY FERNANDES MALHEIRO** - CPF: **076.219.124-48**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
24	0013809 - Caderno capa flexível 4 matérias	CARDESIL	UND	1000,00	2,85	2.850,00
36	0013820 - CD-R gravável envelope	ELGIN	UND	100,00	1,25	125,00
42	0013827 - Cola bastão 8G (caixa com 12 und)	CIS	CX	70,00	12,65	885,50
56	0016173 - Envelope branco – médio 24X34 (com 100 unidades)	SCRITY	PCT	100,00	25,00	2.500,00
57	0016174 - Envelope branco – pequeno 18X25 (com 100 unidades)	SCRITY	PCT	100,00	16,13	1.613,00
58	0016175 - Envelope branco 26x36 pct com 100 unidades	SCRITY	PCT	100,00	28,50	2.850,00
74	0013860 - Folha de isopor (30MM) com 08 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
75	0013861 - Folha de isopor (05MM) com 50 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
76	0013862 - Folha de isopor (15MM) com 16 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
77	0013863 - Folha de isopor (10MM) com 25 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
99	0013894 - Massa de modelar (com 12 barras)	DELTA	ESTOJO	1000,00	2,20	2.200,00

123	0016184 - Pasta catálogo com 50 envelopes	ACP	UND	50,00	9,00	450,00
151	0016192 - Prancheta Eucatex oficio	STALO	UND	150,00	4,00	600,00

Importa a presente em R$ 22.973,50, (vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 02/05/2020.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e RADIANY FERNANDES MALHEIRO– Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:B760A294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MASTER COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI**		
CNPJ: **30.659.723/0001-68**	Telefone: **999052395**	Email: **MASTERCOMERCIOEREPRESENTACOES@**
Endereço: **RUA DINARTE MARIZ NETO, 45, NOVA DESCOBERTA, NATAL/RN, CEP: 59075-360**		
Representante: **GERSON COLELHO GONSALVEZ** - CPF: **009.234.924-29**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
24	0013809 - Caderno capa flexível 4 matérias	CARDESIL	UND	1000,00	2,85	2.850,00
36	0013820 - CD-R gravável envelope	ELGIN	UND	100,00	1,25	125,00
42	0013827 - Cola bastão 8G (caixa com 12 und)	CIS	CX	70,00	12,65	885,50
56	0016173 - Envelope branco – médio 24X34 (com 100 unidades)	SCRITY	PCT	100,00	25,00	2.500,00
57	0016174 - Envelope branco – pequeno 18X25 (com 100 unidades)	SCRITY	PCT	100,00	16,13	1.613,00
58	0016175 - Envelope branco 26x36 pct com 100 unidades	SCRITY	PCT	100,00	28,50	2.850,00
74	0013860 - Folha de isopor (30MM) com 08 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
75	0013861 - Folha de isopor (05MM) com 50 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
76	0013862 - Folha de isopor (15MM) com 16 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
77	0013863 - Folha de isopor (10MM) com 25 unidades	ISOPLAC	PCT	50,00	44,50	2.225,00
99	0013894 - Massa de modelar (com 12 barras)	DELTA	ESTOJO	1000,00	2,20	2.200,00
123	0016184 - Pasta catálogo com 50 envelopes	ACP	UND	50,00	9,00	450,00
151	0016192 - Prancheta Eucatex oficio	STALO	UND	150,00	4,00	600,00

Importa a presente em R$ 22.973,50, (vinte e dois mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 02/05/2020. Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019. ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e GERSON COLELHO GONSALVEZ–Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:B3131B9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2019

Processo Administrativo nº 113/2019
OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de material de expediente destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem a Administração Pública Municipal
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS/RN.
PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **RAMON F. DE OLIVEIRA**		
CNPJ: **32.759.332/0001-40**	Telefone: **84998400975**	Email: **ramonoliveiraa@hotmail.com**
Endereço: **RUA ANTÔNIO PRADO, 29 ANDAR 1, CIDADE DA ESPERANÇA, NATAL/RN, CEP: 59071-440**		
Representante: **RAMON F. DE OLIVEIRA** - CPF: **065.160.014-64**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0016159 - agenda	FORONI	UND	50,00	11,95	597,50
8	0013788 - arquivo em polionda	POLIBRAS	UND	1000,00	3,48	3.480,00
30	0016169 - calculadora de mesa 12 digitos	ADECK	UNID.	30,00	13,00	390,00
91	0013879 - Líquido corretivo (caixa com 12 unidades)	DELTA OFFICE	CX	60,00	14,75	885,00
96	0013884 - Marca texto, cor amarela para traços 1 a 4MM (caixa com 12 unidades)	BRW	CX	100,00	12,85	1.285,00
98	0016179 - Marcador para quadro branco nas cores (azul, preta, verde, vermelha (cx c/ 12 unidades)	BRW	CX	100,00	24,11	2.411,00
107	0013902 - Papel A4 pérsico, 180G na cor branca (com 50 folhas	FILIPAPER	PCT	100,00	15,70	1.570,00
111	0013906 - Papel contato c/ 25m	PLAVITEC	RL	50,00	48,70	2.435,00
113	0016181 - Papel laminado (pct c/ 40 folhas)	CROMUS	PCT	50,00	29,90	1.495,00
114	0013909 - Papel madeira (pct com 100 folhas)	JANDAIA	PCT	50,00	56,90	2.845,00
116	0013911 - Papel oficio colorido A4 (c/ 500 folhas)	REPORT	RS	50,00	24,90	1.245,00

120	0013916 - Pasta AZ ofício lombo largo	POLYCART	UND	200,00	5,98	1.196,00
121	0016182 - Pasta catálogo com 100 envelopes	ACP	UND	50,00	15,20	760,00
122	0016183 - Pasta catálogo com 10 envelopes	ACP	UND	50,00	5,70	285,00
128	0013924 - Pasta de plástico com abas (c/ 10 unidades)	POLIBRAS	PCT	50,00	15,40	770,00
132	0013931 - Pasta suspensa (c/ 50 unidades)	DELLO	CX	20,00	65,18	1.303,60

Importa a presente em R$ 22.953,10, (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos). VIGÊNCIA: 02/05/2020.

Lajes Pintadas/RN, 03 de maio de 2019.

ASSINATURAS: **Antônia Ferreira Lima Furtado. Prefeita Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador e RAMON F. DE OLIVEIRA–Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:6882E3FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 17/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de material laboratorial,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 109/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de material laboratorial**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.

Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **COMERCIO DE PRODUTOS PARA DIAGNOSTICO HUMANO LTDA**		
CNPJ: **13.626.917/0001-48**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV XAVIER DA SILVEIRA, 1173 , NOVA DESCOBERTA, NATAL/RN, CEP: 59056-530**		
Representante: **FRANCISCO DE ASSIS SILVA** - CPF: **721.772.764-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0024257 - CK-MB (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	10,00	633,000	6.330,00
8	0024258 - CK-TOTAL (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	10,00	284,500	2.845,00
13	0024321 - Ferro - Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 60ml		UND	10,00	125,000	1.250,00
15	0024265 - Fosforo (monoreagente) (AUTOMAÇÃO). 200ml		UND	10,00	144,000	1.440,00
16	0024323 - Gama GT – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	20,00	136,000	2.720,00
18	0024268 - HDL direto - Caixa com 2 Frascos (AUTOMAÇÃO). 80ml		Caixa	130,00	334,130	43.436,90
19	0024269 - Lactato (monoreagente) (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	5,00	255,190	1.275,95
21	0024271 - Magnésio (monoreagente) (AUTOMAÇÃO). 200ml		UND	5,00	96,360	481,80
23	0024273 - Proteína urinaria (AUTOMAÇÃO). 50ml		UND	5,00	54,250	271,25
24	0024274 - Proteína urinaria com controle (AUTOMAÇÃO). 6ml		UND	5,00	54,250	271,25
29	0024279 - Triglicérides (monoreagente) - Caixa com 3 frascos (AUTOMAÇÃO). 200ml		Caixa	140,00	147,900	20.706,00
32	0024282 - Diluente M-52 (Automação). 20l		UND	90,00	158,000	14.220,00
33	0024283 - Lisante lise M-52 DIFF (Automação). 500ml		UND	100,00	316,300	31.630,00
34	0024284 - Lisante lise M-53 LH (Automação). 100ml		UND	150,00	204,390	30.658,50
35	0024285 - Detergente para probe (Probe Cleanser). 50ml		UND	60,00	33,700	2.022,00
36	0024286 - Sangue controle (Para máquina Mindray BC-5150). 3x3,5ml		UND	50,00	947,500	47.375,00
37	0024287 - ADAPTADOR PADRÃO PARA COLETA A VÁCUO, EM POLIETILENO, COM ROSCA E BICO CENTRAL. PACOTE COM 250 UNID		PACOTE	2,00	16,400	32,80
38	0013958 - Controle de Rh frasco com 10 ml		UND	10,00	15,750	157,50
43	0014003 - Soro anti D. Frasco com 10 ml		UND	10,00	33,250	332,50
50	0024295 - CRONÔMETRO DE PRECISÃO, DIGITAL (HORA, MINUTOS E SEGUNDOS)		UND	3,00	16,610	49,83
56	0013981 - Pipeta automática vol. Fixo de 10 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
57	0013982 - Pipeta automática vol. Fixo de 20 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
58	0013983 - Pipeta automática vol. Fixo de 25 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
59	0013984 - Pipeta automática vol. Fixo de 50 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
60	0013985 - Pipeta automática vol. Fixo de 100 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
61	0013987 - Pipeta automática vol. Fixo de 400 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
62	0013988 - Pipeta automática vol. Fixo de 500 micros litros		UND	3,00	43,400	130,20
68	0024302 - TUBOS CÔNICOS P/ SEDIMENTO URINÁRIO C/ TAMPA		UND	300,00	0,160	48,00
87	0024316 - PAPEL HIPOTERMICO, PARA A IMPRESSORA DA MAQUINA DE HEMOGRAMA, 5,5 CM DE LARGURA COM 5 CM DE ALTURA		UND	400,00	5,250	2.100,00
88	0024317 - ASLO – LÁTEX		UND	80,00	28,000	2.240,00

O valor da presente é de R$ 212.805,68, (duzentos e doze mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência

c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal
Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.

Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
Comercio de Produtos Para Diagnostico Humano LTDA
Representante Legal:
FRANCISCO DE ASSIS SILVA,
Procurador,
Brasileiro(a), ,
CPF/MF: 721.772.764-20

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:9880CD5B

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 17/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de material laboratorial,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 109/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de material laboratorial**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA - ME**		
CNPJ: **27.029.083/0001-06**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV JOAO XXIII , 0 , COHABINAL, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59140-690**		
Representante: **BITAMAR LOPES DE ARAUJO** - CPF: **267.131.014-53**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0024319 - Ácido úrico + calibrador – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 250ml		UND	70,00	56,790	3.975,30
11	0024320 - Creatinina – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 250ml		UND	150,00	48,050	7.207,50
30	0024326 - Uréia LIQUIUV – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 150ml		UND	150,00	87,000	13.050,00
31	0024281 - HDL Preciptante – Semi automático. 20ml		UND	150,00	15,000	2.250,00
73	0013954 - Cálice p/ sedimentação de vidro pequeno		UND	100,00	11,650	1.165,00
85	0024314 - CURATIVOS PÓS PUNÇÃO ESTÉRES		UND	20,00	11,000	220,00
89	0024318 - FATOR REUMATOIDE FR – LÁTEX		UND	80,00	23,520	1.881,60

90	0013980 - PCR – látex		UND	80,00	23,660	1.892,80

O valor da presente é de R$ 31.642,20, (trinta e um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte centavos)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência
c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
Mirelly Pinheiro Ferreira - ME
Representante Legal:
BITAMAR LOPES DE ARAUJO,
Procurador,
Brasileiro,
CPF/MF: 267.131.014-53.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:F67655F7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 17/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de material laboratorial,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 109/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de material laboratorial**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:

a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **RDF Distribuidora de Produtos para Saúde Ltda**		
CNPJ: **12.305.387/0001-73**	Telefone:	Email:
Endereço: **Av. Interventor Mário Câmara, 3918 , Cidade da Esperança, Natal/RN, CEP: 59064-600**		
Representante: **SILVANA CILENE DA SILVA** - CPF: **597.362.404-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
6	0024256 - Cálcio arsenaso III (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	5,00	55,740	278,70
20	0024270 - Lipase (AUTOMAÇÃO). 50ml		UND	5,00	442,000	2.210,00
25	0024275 - Soro calibrador – (AUTOMAÇÃO). 4x5ml		UND	80,00	87,270	6.981,60
26	0024276 - Soro controle 01 – (AUTOMAÇÃO). 6x5ml		UND	80,00	63,090	5.047,20
70	0024304 - ÁLCOOL ISOPROPILÍCO. 1000 ML		UND	5,00	21,130	105,65
74	0024306 - CORANTE RÁPIDO P/ HEMATOLOGIA PRONTO P/ USO. KIT 3X500 ML		UND	10,00	30,220	302,20
77	0024307 - PIPETAS DE PASTEUR PLÁSTICAS. CAIXA COM 500. 3 ML		Caixa	10,00	30,440	304,40

O valor da presente é de R$ 15.229,75, (quinze mil, duzentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência

c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal
Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.
Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
RDF Distribuidora De Produtos Para Saúde LTDA
Representante Legal:
SILVANA CILENE DA SILVA,
Procuradora, Brasileiro(A), ,
CPF/MF: 597.362.404-87

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:097860C4

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 18/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 113/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **COM. DE MOV. ELETRO E INF. MALHEIRO LTDA**		
CNPJ: **40.761.843/0001-25**	Telefone: **32726782**	Email: **ismalheiro@hotmail.com**
Endereço: **R TOMAS ANTONIO GONZAGA , 276 , LIBERDADE, PARNAMIRIM/RN, CEP: 59155-605**		
Representante: **IVANALDO SEVERINO MALHEIRO** - CPF: **315.891.204-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0020944 - ESTABILIZADOR Especificações Técnicas: - Potência Nominal (VA/W): 300/300 - Tensão nominal de entrada (V~): 115 / 127 / 220 - Tensão nominal de saída (V~): 115 - Corrente nominal de entrada (A~): 2,8 em 115V / 2,5 e, 127V / 1,8 em 220V - Proteção contra sobrecorrente na entrada (fusível): Fusível 5A, 250V Tipo ação rápida com terminação axial - Frequencia nominal (Hz): 60 - Saída: Número de Tomadas: 4 / Entrada: Frequência de entrada: 60 Hz /– O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante. A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	TS SHARA POWREST	UND	50,00	135,000	6.750,00
3	0020947 - ESTABILIZADOR Especificações Técnicas: - Potência nominal (VA/W) 1000 / 1000 - Tensão nominal de entrada (V~)	TS SHARA EVS II 1500	UND	10,00	395,000	3.950,00

	115/127/220 - Faixa de tensão de entrada (V~) 92 - 150 / 172 - 264 - Tensão nominal de saída (V~) 115 - Variação admissível na saída + - 6% - Freqüência nominal (Hz) 60 - Correntes nominais de entrada (A~) 9,4 / 8,5 / 4,9 - Seleção de tensão de entrada Automático - Micro processado - Amostragem TRUE RMS - Tipo de acionamento Relé - Proteção eletrônica contra sobrecarga Sim, com desligamento da saída - Proteção contra sobrecorrente na entrada (fusível) Fusível 250V, 12A, tipo ação lenta (5 x 20mm) - Proteção contra sobreaquecimento Sim, com rearme automático (Fusível regenerativo) - Proteção contra subtensão e sobretensão Sim, com desligamento da saída - Proteção contra surtos de tensão Varistor - Filtro de linha - Proteção fax / modem - Tempo de resposta < 6 semiciclos (50ms) - Rendimento > 93% - Distorção harmônica Não introduz - Número de tomadas de saída 8 tomadas. – O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante- Proteção contra choques elétricos Classe 1 - Indicador do estado da rede LEDs - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.					
5	0020949 - No-Break Especificações Técnicas: Aplicações/Equipamentos Computadores; Monitores; Scanner; Roteadores; Notebook. - Potência: 2200VA - Tensão nominal de saída: 115V - Tensão nominal de entrada: Bivolt - Tipo de Forma de Onda: Senoidal aproximada - Conexões de Saída: (8) O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante - Corrente Máxima de Entrada: 19ª - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	TS SHARA UPS COMPACT PRO UNIVERSAL	UND	10,00	1.950,000	19.500,00
9	0020950 - FILTRO DE LINHA Especificações Técnicas: - Entrada / Frequência de entrada: 60 Hz /- Saída: Número de Tomadas: 6 / Tipo de Tomada: NBR14136 - Filtro RF com dupla proteção - Proteção contra surtos de tensão - Chave Liga-Desliga com LED e função "Reset" semelhante a um disjuntor,desarma a chave em situações onde a corrente nominal for ultrapassada. O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante - Fusível de ação rápida para proteção contra curto circuíto - Suporta até 1270 Watts em 127V e 2220 Watts em 220V.	MULTLASER W1221	UND	40,00	48,000	1.920,00
10	0018707 - BATERIA Especificações Técnicas: - Bateria de lithium 3V referência CR-2032	ELGIN	UND	100,00	7,630	763,00
16	0018434 - CABO Especificação Técnica - Caixa com 305 mts. - Categoria 5e. - Sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos das normas ANSI/TIA/EIA-568B.2 e ISO/IEC 11801, para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. - Cabo de 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor preto. - Diâmetro nominal de 5,2mm, massa líquida 31 kg/km.	LEGRAND CB5E	UND	30,00	398,000	11.940,00
17	0018435 - CONECTORES Especificação Técnica - Padrão: RJ 45 Macho - Categoria: 5E - Corpo em termoplástico de alto impacto (UL 94 V-0). - Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54µm de níquel e 1,27µm de ouro. - Atende FCC 68.5 (EMI - Interferência Eletromagnética). - Contatos adequados para conectorização de condutores sólidos ou flexíveis. Pacote contendo 100 unidades	WURTH RJ45	UND	100,00	2,000	200,00
22	0024400 - PLACA DE VÍDEO Especificações Técnicas: - Memória: 4GB GDDR5 128 Bit - Saídas: 1 x HDMI - 1 x VGA - 1 x DL-DVI - Interface: PCI Express 3.0 x16 - GPU Clock:1200MHz - Resolução minima (DIGITAL): 2560 x 1600 - Resolução minima (ANALÓGICA): 2048 x 1536 - Solução Térmica: Dissipador de calor com ventoinha	GIGABYTE GVN4202GI	UND	10,00	848,000	8.480,00
25	0018450 - CAIXA ACÚSTICA Especificações Técnicas: - Caixa de com tipo de colunas estereofónicas compactas com saída de 5 Watt por valor médio quadrático (RMS) - pico de potência de 10 Watt - Alimentação através de porta USB - Conector Tipo P2	MULTILASER P090	UND	20,00	45,000	900,00
26	0018451 - MONITOR Especificação Técnica: - Tela 19" Formato Widescreen (painel LED LCD) - Cores: 16.7 Milhões de cores - Resolução: 1366 x 768 - Tempo de Resposta: 5 ms - Conectores: DVI, D-sub - Taxa de Contraste: Mega DCR: 1 (Static 1000 : 1) - Windows Certification: Windows 8 - Angulo de visão (Horizontal/Vertical): 170° / 160° - Acessórios: cabo D-Sub incluso, CD de Instalação (Manual), Guia Rápido - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	ACER V206HQL	UND	20,00	590,000	11.800,00
27	0024402 - MONITOR Especificação Técnica: - Tela 15,6" Formato Widescreen (painel LED LCD) - Cores: 16 Milhões de cores - Resolução: 1366 x 768 - Conectores 1x D-sub - Acessórios: Cabo de Força - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	AOC E1670SWU	UND	20,00	415,000	8.300,00
30	0018455 - PEN DRIVE Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 32GB - Cor: Preto - Interface de dados: USB 3.0 - Velocidade de Leitura: 25MB/s - Velocidade de Gravação: 15MB/s - Compatível com TV, notebook, autorrádios, e outros eletrônicos - Alça para utilização como chaveiro - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	MULTILASER PD988	UND	30,00	75,000	2.250,00
32	0018457 - CARTÃO DE MEMÓRIA Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 8GB - Tipo: Stick Pro Duo - Compatível com equipamento da marca Sony - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	MULTILASER MC004	UND	20,00	88,000	1.760,00
48	0018478 - MEMÓRIA Especificação Técnica: - Aplicação: Desktop - Tipo: 240-Pin DDR2 - Capacidade: 2 GB - Freqüência: 800Mhz	KINGSTON	UND	10,00	248,000	2.480,00
56	0018495 - ALICATE Especificação Técnica: - Deve ser prático e fácil de usar. - Utilizar para cortar e decapar cabos de lógica e telefonia - As lâminas tem que ser resistentes e precisas. - Cabo deve ser revestido com material plástico - Alicate deve obrigatoriamente conter catraca - Deve crimpar cabos tipo RJ 11/12/45	BR CABOS 00810	UND	5,00	98,000	490,00
60	0024412 - CABO HDMI (M) X HDMI (M) 10M Especificação Técnica: - Compatível com PC, Macintosh, TV´s, BluRay e outros dispositivos HD - Deve possuir condutores Hi-Flex para garantir máxima flexibilidade - Deve possuir conectores de ouro 24k - Padrão HDMI 1.4 - Comprimento: 10m	MULTILASER W1250	UND	10,00	55,000	550,00
61	0018709 - CABO HDMI (M) X HDMI (M) 3.0M Especificação Técnica: - Compatível com PC, Macintosh, TV´s, BluRay e outros dispositivos HD - Deve possuir condutores Hi-Flex para garantir máxima flexibilidade - Padrão HDMI 1.4 - Comprimento: 3m	MULTILASER W1236	UND	10,00	22,000	220,00
63	0024413 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL CORORIDA - Especificação Técnica: - Sistema de Impresão : Tanque de Tinta, Cores: Preto, Ciano, Magenta, Amarelo; - Scanner, 1200 x 2400 dpi; Bivolt automatico, Deve acompanhar cabo USB para instalação,WI-FI, Garantia de 12 meses pelo fornecedor, A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	EPSON ECOTANK 3150	UND	15,00	1.048,000	15.720,00
64	0024414 - NOTEBOOK Especificação Técnica: Cor Preto ou prata; Tela em no mínimo 14"; sistema operacional Windows 10 ou superior; Processador:Nº de nucleos 2 , Nº de threads 2, Frequencia 1,8 Ghz ou superior; Memória RAM 4GB; HD 500GB; Placa de som integrada; Placa de vídeo integrada; Placa de rede Ethernet 10/100; Drives Leitor e gravador de DVD/CD; Conexões HDMI, USB; Wireless e Bluetooth ; Leitor de Cartão Sim (SD, SDHC, SDXC, MMC); Teclado; Câmera integrada; Alimentação Bivolt; Garantia do fornecedor 12 meses; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	POSITIVO MASTER N1140	UND	10,00	1.950,000	19.500,00
66	0024416 - NOTEBOOK Especificação Técnica: Cor Preto ou prata; Tela em no mínimo 15,6"; sistema operacional Windows 10 ou superior; Processador:Nº de nucleos 2 , Nº de threads 4, Frequencia 2,5 Ghz ou superior; Cache 3MB; Chipset Integrado; Memória RAM 4GB; HD 1TB; Placa de som alto falantes integrados com certificação Dolby Advanced Audio v2; Placa de vídeo integrada; Placa de rede Ethernet 10/100; Drives Leitor e gravador de DVD/CD; Conexões HDMI, USB; Teclado; Câmera integrada; Wireless e Bluetooth 4.0; Alimentação Bivolt; Garantia do fornecedor 12 meses; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	POSITIVO VAIO FIT155	UND	5,00	3.198,000	15.990,00
67	0024417 - NOTEBOOK Especificação Técnica: - Sistema Operacional: Microsoft Windows 10® (64 bits) em Português original - Processador Mínimo: Nº de Nucleos 4, Nº de threads 8, Frequencia 1.8 Ghz ou superior; - Memória: Mínimo 8GB DDR4 - Disco Rígido: 1000GB / SSD 32 GB - Webcam e microfone integrado - Tela:Minimo 14.0" LED ou superior, (Resolução de 1366 x 768) - Placa de vídeo: Mínimo de 1GB DDR5 Dedicada - Interface de Rede: LAN Ethernet conector RJ-45 fêmea, Wireless e Bluetooth - Leitor de cartões - Portas Externas: Mínimo 01 USB 3.0, 01 HDMI, 01 RJ-45 - Deve possuir teclado padrão português com todos os caracteres da língua Portuguesa, inclusive "Ç"; - Bateria de mínimo 04 células - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	POSITIVO VAIO C14VJC142F11X	UND	5,00	3.600,000	18.000,00
70	0024419 - MICRO COMPUTADOR Especificações técnicas:Desktop Dual Core, frequencia 2.0 Ghz ou superior; 3mb cache, 4gb DDR3 de RAM 1333 mhz, HD de 500gb sata II, graficos integrado o processador, áudio de alta definicição, placa de rede de 10/100 Mbps, Fast Ethernet, 06 entradas USB, 1 HDMI, 1 VGA, 2 entradas de microfone, 1 auxiliar, 2 saídas de áudio, 1 DC-in para fonte, Mini gabinete medindo aproximadamente 300,07x120,3x291,4mm, com Windows 10 64 bits, acompanha estabilizador de 300VA resistente a liquidos Mouse USB de 600 DPI e monitor de no mínimo 18.5 polegadas. Garantia de 12 meses pelo fornecedor. A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	3GREEN 7264 MONITOR AOC ESTABILIZADOR SHARA	UND	30,00	1.998,000	59.940,00
72	0024421 - MICRO COMPUTADOR Especificações técnicas:Desktop I5, frequencia 2.0 Ghz ou superior; 8mb cache, 8gb DDR3 de RAM 2133 mhz, HD de 1000gb sata III, graficos integrado o processador, áudio de alta definicição, placa de rede de 10/100/1000 Mbps, Fast Ethernet, 06 entradas USB, 1 HDMI, 1 VGA, 2 entradas de microfone, 1 auxiliar, 2 saídas de áudio, 1 DC-in para fonte, Mini gabinete medindo aproximadamente 300,07x120,3x291,4mm, com Windows 10 64 bits, acompanha estabilizador de 300VA resistente a liquidos Mouse USB de 600 DPI e monitor de no mínimo 18.5 polegadas. Garantia de 12 meses pelo fornecedor. A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	CORPC 16099 MONITOR AOC ESTABILIZADOR TS SHARA	UND	10,00	3.200,000	32.000,00
73	0024422 - Câmera CFTV - Bullet Infravermelho 20 mts, Multi HD 4 em 1, HD 720p 2,6mm - HDCVI, HDTVI, AHD, ANALÓGICO, sensor de imagem ¼, Garantia de 12 meses pelo fornecedor; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	HILOOK BULLET THCB110 P	UND	50,00	220,000	11.000,00
74	0024423 - Câmera CFTV - Dome Infravermelho 20 mts, Multi HD 4 em 1, HD 720p 2,6mm - HDCVI, HDTVI, AHD, ANALÓGICO, sensor de imagem ¼, Garantia de 12 meses pelo fornecedor; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	HILOOK DOME HD	UND	100,00	175,000	17.500,00
75	0024424 - BALUN - Par de Video Balun Cftv Ahd Analogico Passivo Bnc, Uso em conexão BNC de cameras CFTV, Categoria CAT5/5e/6	BALUN ALTA DEFINIÇÃO PAR	UND	100,00	30,000	3.000,00
76	0024425 - CONECTOR - Conector Plug P4 Macho com Borne, pacote com 10 Unidades	BNC P4	UND	100,00	3,000	300,00
77	0024426 - DVR Hikvision 4 Canais - Especificaçoes Tecnicas:Conexoes HDCVI, HDTVI, AHD, ANALÓGICO,H.264, H.264 + e compressão de vídeo dual-stream, Câmaras de Suporte HD-TVI, AHD, HD-CVI, IP e analógicos com acesso adaptativo, - HDMI e saída VGA de até 1920 × 1080p resolução, Interface de Rede: | 1; interface Ethernet auto-adaptativo / 100M 10M,Garantia de 12 meses pelo fornecedor; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de	HIKVISION HIBRIDO DS908	UND	30,00	500,000	15.000,00

	atendimento a requisitos.					
79	0024428 - Cartão Wifi Adaptador Sd	DL CW3008GB	UND	10,00	153,000	1.530,00

O valor da presente é de R$ 291.733,00, (duzentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e três reais)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência
c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.

Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
Com. De Mov. Eletro E Inf. Malheiro LTDA
Representante legal:
IVANALDO SEVERINO MALHEIRO,
Sócio Diretor, Brasileiro, ,
CPF/MF: 315.891.204-00

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:5724DD87

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 18/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 113/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;
g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:

a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **MARCO A B DE MELO ME**		
CNPJ: **03.911.717/0001-83**	Telefone:	Email:
Endereço: **AL DOS FLAMBOYANTS, 705 A, NEOPOLIS, NATAL/RN, CEP: 59080-170**		
Representante: **MARCO AURELIO BARROS DE MELO** - CPF: **008.280.704-31**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0020945 - ESTABILIZADOR Especificações Técnicas: - Potência Nominal (VA/W): 500/500 - Tensão nominal de entrada (V~): 115 / 127 / 220 - Tensão nominal de saída (V~): 115 - Saída: Número de Tomadas: 6 - Entrada / Frequência de entrada: 60 Hz / - Deve possuir USB - Cor: Preto – O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	APC	UND	40,00	247,000	9.880,00
4	0020948 - No-Break Especificações Técnicas: Aplicações/Equipamentos Computadores; Monitores; Scanner; Roteadores; Notebook. - Potência: 1400VA - Tensão nominal de entrada: Bi volt Automático 115/127/220 - Tensão nominal de saída: 115V - Tipo de Forma de Onda: Senoidal pura - Conexões de Saída: 05 saídas (mínimo).- Frequência de entrada: 60 Hz - Corrente Máxima de Entrada: 12A - Tipo de bateria: Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção: a prova de vazamento - Quantidade de Baterias: 02 - Recarga automática de baterias (mesmo com o nobreak desligado) - Proteção contra curto-circuito e subreaquecimento no inversor, surtos de tensão, sub/sobretensão da rede elétrica e descargas elétricas na linha telefônica; - Proteção de linha de dados: Proteção RJ-11 Modem/ Fax (linha simples de dois fios) - Garantia Padrão: 1 Ano, Reparo ou Substituição – O produto deve estar em conformidade com certificado NBR ISO 9001:2015, se faz necessário a apresentação do certificado do fabricante. A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	RAGTECH	UND	15,00	883,000	13.245,00
6	0024392 - Fonte Especificações Técnicas: Aplicações/Equipamentos: Computadores Desktop; Input AC: 110V / 240V Potência Nominal: 250w ou superior Conectores (mínimo): MotherBoard 24pin - 1 Conector CPU +12V 4+4 pin - 1 Conector SATA 5 pin - 2 Connector Floppy 4 pin - 1 Connector	BLUECASE	UND	40,00	108,000	4.320,00
7	0024393 - Fonte ATX 500W -Potência máxima real: 500 W;- Padrão: ATX versão 2.3 (compatível com as versões 2.2 e 2.01);- Voltagem de entrada: 100 - 240 V (automático) - Corrente: 6.3 A;- Frequência: 47 / 63 Hz;- Cooler: 12 x 12 cm;- MTBF: 100,000 horas;- Comprimento dos cabos internos: 42 cm;- Botão Liga/Desliga;- Certificações: UL, CUL, CE, CB, FCC Class B, TÜV, CCC, C-tick;- Dimensões: 14 / 15 / 8,6 cm (Prof / Larg / Alt)	TERMALTAKE	UND	10,00	369,000	3.690,00
8	0018426 - FONTE Especificações Técnicas: Aplicações/Equipamentos: Notebooks diversos; Potência: 90W 100% Automática - Sem chaveadores, sem reguladores, regula a tensão automaticamente. Tensão de entrada: 100-240 Volts. Saída de tensão: Informada através de Display Alimenta e recarrega a bateria de notebook; Mínimo de 8 conectores DC compatíveis com a maioria das marcas internacionais comercializadas no país sendo todos os conectores automáticos e, ao conectar a fonte universal, a tensão será indicada no visor LCD. O corpo da fonte deve ser resistente ao fogo e a elevadas temperaturas e possuir proteção contra variação de tensão e curto-circuito evitando acidentes ou danos ao seu notebook. Segurança: Deve possuir um processador avançado CMOS que regula a tensão de saída em função do pino utilizado.	FORTREK	UND	5,00	119,000	595,00
11	0024394 - SWITCH - Especificações: 24 portas Produto Homologado pela ANATEL 0625-09-1931.Formato:Rack1U;- Portas: 24 portas padrão Ethernet 10/100 Mbps -Conectores:RJ-45fêmea;-MTBF:626,992horas;-Comprimento do cabo de força: 1,6 m;- Dimensões: 13,5 / 28,5 / 5 cm (Prof / Larg / Alt);- Peso:1.6Kg;Padrões:-IEEE802.3Ethernet;-IEEE802.3uFastEthernet;-IEEE802.3xFlowControl;-IEEE802.1pPriorityQueuing;Performance:- Método de transmissão: Store-and-forward;-MAC:8K;-Capacidade de Encaminhamento: 4.8 Gbps;-Buffer:320KBytes;-QoS:802.1p;Taxas de transferência de dados:- Ethernet: 10 Mbps (half duplex) e 20 Mbps (full duplex);- Fast Ethernet: 100 Mbps (half duplex) e 200 Mbps(fullduplex); Energia e ambiente: - Fonte:tipo interna;-Tensão de entrada: 100 ~ 240 V;-Frequência:50/60Hz;-Temperatura em ambiente: 0º a 40º C;-Temperatura em operação: -10º a 70º C;-Umidade em operação: 10 % a 90 % (sem condensação);- A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	DLINK	UND	10,00	399,000	3.990,00
12	0024395 - SWITCH - Especificações: 8 portas, Velocidade: 10/100 Mbps, Fonte Inclusa bivolt, Garantia de 12 meses pelo fornecedor; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	DLINK	UND	30,00	149,000	4.470,00
13	0024396 - ROUTER Especificações Técnicas: - Funções de Roteador, WDS e Acess Point - Portas: 1 porta WAN 10/100 e 4 porta LAN 10/100 - Taxa de transferência de até 300 Mbps - Padrões: IEEE802.11b/g/n - Criação de rede e compartilhamento de internet banda larga - Controle de banda por IP para priorização do tráfego - Potência de transmissão de até 18 dBm (63 mW) - Suporte a PPPoE, IP Dinâmico, IP Estático, L2TP, PPTP, UPnP, DDNS, DMZ e NAT - Design compacto em black piano - Controle de acesso com suporte a filtro de MAC, filtro de IP e filtro de domínio - Firewall integrado - Segurança wireless WEP 64/128 bits, WPA/WPA2 e TKIP/AES - Fonte de alimentação bivolt automática - Dimensões: 107 x 88 x 27 mm - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	INTELBRAS	UND	50,00	89,000	4.450,00
14	0018431 - PLACA DE REDE Especificações Técnicas: - Taxa de transferência de até 1000 Mbps - Compatibilidade com Windows e Linux - Jumbo Frame de 7,5 KB - Auto MDI/MDI-X para detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover)- 1 porta 10/100/1000 Mbps com negociação de velocidade automática (N-Way) - LEDs indicadores de link/atividade da porta - Barramento PCI 32 bits - Configuração automática de IRQ e endereço I/O - Interface PCI	DLINK	UND	10,00	99,000	990,00
15	0024397 - WIRELESS USB Especificações Técnicas: - Compatibilidade com os padrões IEEE802.11b/g/n até 150 Mbps -IEEE802.11b/g/n - Botão e assistente WPS para configuração simplificada da segurança wireless, protegendo informações pessoais e eliminando intrusos - Modos de operação Infraestrutura e Ad hoc - Segurança wireless através de WEP 64/128/152 bits, WPA/WPA2, WPA-PSK/WPA2-PSK (TKIP/AES) e 802.1x - QoS (WMM) para priorização de aplicações de voz e vídeo - LED indicativo de Funcionamento - Conector USB tipo A padrão 2.0 - Baixo consumo de energia	INTELBRAS	UND	20,00	99,000	1.980,00
18	0018437 - RACK Especificações Técnicas: - 6U (06 x 470) - Em chapa de aço # 20 (1,0mm); - Laterais removíveis em chapa de aço # 20 (1,0mm); - Furação para fixação em parede; - Abertura para passagem de cabos; - Primeiro plano móvel.	MAX ELETRON	UND	10,00	599,000	5.990,00
19	0018438 - PLACA DE REDE WIRELESS PCI Especificações Técnicas: - Adaptador wireless PCI para computadores de mesa, que permite conexões wireless. - Normas: IEEE 802.11n; IEEE 802.11g; IEEE 802.11b - Faixa de Freqüência: 2,4 GHz a 2,4835 GHz - Antena: Destacável 2 dBi dipolo antena - Segurança: * Criptografia de dados WEP 64/128-bit * Wi-Fi Protected Access (WPA/WPA2-PSK, WPA/WPA2-EAP) * Wi-Fi Protected Setup (WPS) - Interface: PCI de 32 bits Local Bus - LEDs de Diagnóstico: Link / Atividade - Velocidade: 300Mbps	RALINK	UND	10,00	69,000	690,00
20	0024398 - NANOBEAM Especificações Técnicas: - Ideal para monitoramento com Câmeras e Voz sobre IP - Distância mínima de 10Km - Mínimo de 150Mbps TCP/IP (real) - Frequência mínima de 5150 - 5875 MHz, TX Power ~26 dBm (500mW) - Alimentação PoE até 24V DC (Fonte Inclusa) - Antena Integrada de 16dBi MIMO para 5GHz - Porta Ethernet secundária com PoE passthrough - Utilizar Tecnologia airMAX - A apresentação da	UBIQUITI	UND	50,00	699,000	34.950,00

	amostra deste item pelo ganhador se faz necessário no prazo máximo de 24h úteis após o encerramento deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.					
21	0024399 - UNIFI UAP-AC-LR - Especificações Técnicas:Dimensões 175.7 x 175.7 x 43.2 mm, Interface: (1) 10/100/1000 ethernet Port - RoHS Compliance: Sim - Output Power: 24 dBm; Fonte 24V, 0.5A Gigabit PoE Adapter;Antena - Dual-Band Antenna, Tri-Polarity, 2.4 GHz: 3 dBi, 5 GHz: 3 dBi - Garantia de 12 meses pelo fornecedor; A apresentação da amostra deste item pelo ganhador se faz necessário no prazo máximo de 24h úteis após o encerramento deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	UBIQUITI	UND	20,00	899,000	17.980,00
23	0024401 - PROJETOR Especificações Técnicas: - Brilho: Mínimo 3000 ANSI Lumens - Entradas: VGA, Video composto, S-video, Video componente, Audio (RCA), USB tipo B x 1, HDMI, USB tipo A x 1 - Tecnologia: 3LCD - Foco: Foco Manual - Projeção: Teto/Frontal/Traseiro - Contraste: 10000:1 - Resolução: FullHD 1920x1080) - Suporte: VGA - Aspecto: 4:3 - Lâmpada : * Tipo: 200W UHE * Vida Útil: 5000 H (Alto Brilho)/6000 H (Baixo Brilho) * Reprodução de Cor: 24 bit; 16.7 Milhoes- Alto Falante: 2W Mono - Conexões: - Compatibilidade de Sinais de video * NTSC / NTSC4.43 / PAL-M / PAL-N / PAL-60 / SECAM / HDTV * 480i, 576i, 480p, 576p, 720p, 1080i, 1080p - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	BENQ	UND	10,00	1.995,000	19.950,00
24	0018449 - TELA Especificações Técnicas: - Tela para projeção branca - Tamanho mínimo 2,00m x 2,00m - Retrátil - Alça para transporte - Tripé com ajuste de altura e moldura em alumínio	SUMAY	UND	10,00	699,000	6.990,00
28	0018453 - PEN DRIVE Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 8GB - Cor: Preto - Interface de dados: USB 3.0 - Velocidade de Leitura: 25MB/s - Velocidade de Gravação: 15MB/s - Compatível com TV, notebook, autorrádios, e outros eletrônicos - Alça para utilização como chaveiro - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	MULTILASER	UND	30,00	39,900	1.197,00
29	0018454 - PEN DRIVE Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 16GB - Cor: Preto - Interface de dados: USB 3.0 - Velocidade de Leitura: 25MB/s - Velocidade de Gravação: 15MB/s - Compatível com TV, notebook, autorrádios, e outros eletrônicos - Alça para utilização como chaveiro - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	MULTILASER	UND	30,00	39,900	1.197,00
31	0018456 - LEITOR DE CARTÃO Especificação Técnica: - Compatível com a baia 2.5" do desktop; - Interface USB 2.0 interna (conexão pino); - Cor: Preto - Possibilita também a leitura e gravação de dados nos seguintes formatos: - Compact Flash: CF tipo I/ CF tipo II, CF Type - MultiMedia Card: MMC/ RS-MMC - Secure Digital: SD/ Mini SD/ T-Flash (Micro SD) - Memory Stick: MS/ MS Pro/ MS Duo/ MS Pro Duo/ M2 - Xtreme Digital: xD - Possui uma porta USB 2.0 High-Speed 480Mbps; - Compatível com Cartão Smart Card tipo A3; - LEDs indicadores de energia e atividade; - Compatível com Windows® XP 32-64 bit / Seven (7) 32-64 bit.	COMTAC	UND	10,00	89,000	890,00
33	0018458 - CARTÃO DE MEMÓRIA Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 32GB - Tipo: MicroSD - Acompanhar adaptador SD - Compatível com equipamento máquinas fotográficas digitais, celulares e outros equipamentos. - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	SANDISK	UND	20,00	99,000	1.980,00
34	0018459 - LEITOR DE CARTÃO Especificação Técnica: - Portátil; - Interface USB 2.0; - Suporte para os cartões de memória do tipo:SDMMCRS MMCMini SDT - FlashMSMS ProMS DuoMS Pro DuoM2SDHC - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	COMTAC	UND	10,00	39,900	399,00
35	0018461 - GRAVADOR Especificação Técnica: - Grava e reproduz CD/DVD - Interface: USB 2.0 - Tempo de acesso DVD: 160 ms / CD: 140 ms - Buffer: 1 MB - Recurso de gravar dados encriptografados - Compatível com Mac OS 9.0 ou superior; Windows 98 ou superiores	BLUECASE	UND	10,00	159,000	1.590,00
36	0024403 - HARD DISK Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 1000GB - RPM: 7200 - Interface: SATA III - Cache: 64MB - Tranferência: 6.0 Gbp/sec - Compatível com Mac OS X; Windows XP ou superiores	TOSHIBA	UND	30,00	349,000	10.470,00
37	0018463 - HARD DISK Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 500GB - RPM: 7200 - Interface: SATA - Cache: 16MB - Tranferência: 6.0 Gbp/sec - Compatível com Mac OS X; Windows 7/Vista/XP/2000	SEAGATE	UND	10,00	299,000	2.990,00
38	0024404 - HARD DISK Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 4000GB - RPM: 7200 - Interface: SATA III - Cache: 64MB - Tranferência: 6.0 Gbp/sec - Compatível com Mac OS X; Windows XP ou superiores	SEAGATE	UND	10,00	999,000	9.990,00
39	0018466 - HARD DISK Especificação Técnica: - Capacidade de armazenamento: 1000GB - Portátil - Interface: USB 3.0 - Compatível com Mac OS X; Windows XP ou superiores - Conteúdo da embalagem: cabo USB, Disco Rígido, e manual/guia de instalação.	TOSHIBA	UND	5,00	399,000	1.995,00
40	0018467 - DVD Especificação Técnica: - Utilização: Armazenamento de dados (documentos, imagens, etc.); - Imprimível - Capacidade de armazenamento de dados: 4.7GB - Velocidade: 8X Gravação - Velocidade: 8X Reprodução - Embalagem com 100 (cem) unidades	MULTILASER	UND	10,00	180,000	1.800,00
41	0024405 - Placa mãe LGA-1151 - Placa mãe DDR4, Micro ATX com suporte aos processadores Intel Core i7, Core i5, Core i3 e Pentium da 6ª geração com soquete LGA-1151;- Sistema de som integrado com 7.1 canais através de codec Realtek ALC887;- Com 2 soquetes DIMM no padrão DDR4 que suportam até 32 GB de memória do sistema;- Vídeo integrado com as portas VGA e HDMI, suportando uma resolução 4K Ultra HD de até 4096 x 2160 (em HDMI);- Possui 6 controladores Serial ATA III com taxa de transferência de até 6.0 Gb/s;- Com 1 slot PCI Express x16, no padrão de barramento PCI Express 3.0 que proporciona 2 vezes mais desempenho que o padrão anterior, atingindo um máximo de 32 GB/s, o dobro da 16 GB/s com PCIe 2.0 (no modo x16);- 8 portas USB, sendo 2 portas (externas) com tecnologia SuperSpeed USB 3.0 com transferências super rápidas de até 5 Gbps;- Tecnologia 5X Protection II que emprega os melhores componentes, dispõe de um design de circuitos inteligente e padrões exigentes que garantem a qualidade e durabilidade a longo prazo;Marca/Modelo de referência: Asus H1110M-C BR.	ASUS	UND	20,00	449,000	8.980,00
42	0024406 - MAMORIA - Memoria DDR4 de 4 GB com frequência de trabalho de 2133 MHz, para Desktop :Memória 4GB DDR4	SMART	UND	30,00	209,000	6.270,00
43	0024407 - PROCESSADOR Especificação Técnica: - 6ª Geração intel, Frequência real de clock interno mínima de 2,5 Ghz; - Número mínimo de núcleos de processamento 02 (dois),- Deve possuir suporte mínimo a dois threads - Cache Inteligente mínimo 3 (três) Mb; Socket LGA 1151 - Ajuste dinâmico de consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador com base na carga de trabalho da CPU; - Kit Cooler (dissipador e ventilador) próprio para o processador ofertado; - Possuir processador gráfico; - Possuir suporte 64 bits;	INTEL	UND	15,00	649,000	9.735,00
44	0024408 - PROCESSADOR Especificação Técnica: - Frequência real de clock interno mínima de 3.0 Ghz; - Número mínimo de núcleos de processamento 02 (dois); - Deve possuir suporte mínimo a quatro threads - Socket LGA 1151 - Cache Inteligente mínimo 3 (três) Mb; - Ajuste dinâmico de consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador com base na carga de trabalho da CPU; - Kit Cooler (dissipador e ventilador) próprio para o processador ofertado; - Possuir processador gráfico; - Possuir suporte 64 bits;	INTEL	UND	10,00	649,000	6.490,00
45	0024409 - PROCESSADOR Especificação Técnica: - Frequência real de clock interno mínima de 3.0 Ghz; - Número mínimo de núcleos de processamento 04 (quatro); - Deve possuir suporte mínimo a quatro threads - LGA 1151 - Cache Inteligente mínimo 6 (seis) Mb; - Ajuste dinâmico de consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador com base na carga de trabalho da CPU; - Kit Cooler (dissipador e ventilador) próprio para o processador ofertado; - Possuir processador gráfico; - Possuir suporte 64 bits;	INTEL	UND	5,00	999,000	4.995,00
46	0024410 - PROCESSADOR Especificação Técnica: - Frequência real de clock interno mínima de 3,0 (três) Ghz; - Número mínimo de núcleos de processamento 04 (quatro); - Deve possuir suporte mínimo a seis threads - LGA 1151 - Cache Inteligente mínimo 6 (seis) Mb; - Ajuste dinâmico de consumo de energia através do controle do clock e voltagem do processador com base na carga de trabalho da CPU; - Kit Cooler (dissipador e ventilador) próprio para o processador ofertado; - Possuir processador gráfico; - Possuir suporte 64 bits;	INTEL	UND	5,00	999,000	4.995,00
47	0018477 - MEMÓRIA Especificação Técnica: - Aplicação: Desktop - Tipo: 240-Pin DDR3 - Capacidade: 4 GB - Freqüência: 1333Mhz	SMART	UND	30,00	249,000	7.470,00
49	0024411 - MEMÓRIA Especificação Técnica: - Aplicação: Notebook - Tipo: 204-Pin DDR3 SDRAM - Capacidade: 4 GB	SMART	UND	5,00	249,000	1.245,00
50	0018482 - HUB Especificação Técnica: - Cor predominante: Preto - Conexão PC: USB - Portas: 6 USB (mínimo) - Taxa máxima de transferência de dados: Até 480 Mbps	KNUP	UND	10,00	79,000	790,00
51	0018484 - TECLADO Especificação Técnica: - Cor predominante: Preto - Teclado de 109 teclas - Teclado padrao ABNT2 - Teclas gerenciadores de energia - Compativel com Windows 98/00/ME/NT/XP/Vista - Conexão USB	PISC	UND	40,00	24,900	996,00
52	0018486 - MOUSE Especificação Técnica: - Cor predominante: Preto - Padrão: Óptico - Mínimo 600DPI - Possuir 3 botões - Possuir Scrool - Conexão USB	PISC	UND	40,00	14,900	596,00
53	0018490 - LEITOR Especificação Técnica: - Leitor Cód. Barras Laser - Conexão através de porta USB - Deve ler códigos de barras, boletos bancários e notas fiscais eletrônicas - Fácil instalação (plug and play) - Indicação de leitura através de emissão de luz ou som - Tensão de entrada 5VDC	COMTAC	UND	5,00	249,000	1.245,00
54	0018492 - PASTA TÉRMICA Especificação Técnica: - Cor: Branca ou prata - Componente Básico: Silicone alto peso molecular - Peso: 20g	IMPLASTEC	UND	10,00	35,500	355,00
55	0018493 - ASPIRADOR Especificação Técnica: - Aspirador de pó - Jateador de ar - Bico substituível - Possuir mínimo de 02 bicos de forma diferente - Dimensões: 200 x 250 x 100 - Compacto para uso em manutenção de equipamento de tecnologia - Potencia nominal 130w - Funcionar em 220v	MASTERSUX	UND	2,00	299,000	598,00
57	0018496 - LIMPA CONTATO Especificação Técnica: - Volume mínimo: 230ml - Tipo de embalagem: Deve ser embalado sob pressão e utilizado através da forma de spray. - Removedor de resíduos que prejudicam os contatos elétricos e eletrônicos. - Deve ser prático e fácil de usar. Aplicações: - Circuitos impressos. - Conectores em geral.	ORBI QUIMICA	UND	20,00	21,900	438,00
58	0018500 - CASE PARA NOTEBOOK Especificação Técnica: - Cor: preta; - Suporte a notebook com tela de 14"; - Material: Neoprene - O case deve conter o interior acolchoado oferece um ajuste perfeito para o notebook.	LEARDERSHIP	UND	15,00	39,000	585,00
59	0018504 - CABO USB A-M/B-M 1.8M 2.0 Especificação Técnica: - Cor: Preto - Cabo USB 2.0 compatível com todos os dispositivos com conexao A/B, como impressoras, scanners,etc. - Comprimento: 1,8 metros;	COMTAC	UND	10,00	9,900	99,00
62	0018508 - IMPRESSORA LASER Especificação Técnica: - Funções: Impressão - Velocidade de impressão: Mínimo 20ppm - Capacidade de entrada de papel: Deve atingir 250 Páginas A4 - Bandeja 1 (atingir mínimo de 50 folhas) - Bandeja 2 (atingir mínimo de 200 folhas) - Capacidade de saída de papel: 100 folhas (ou superior) - Resolução: Deve atingir 600 x 600 dpi - Ciclo de trabalho: Mínimo 10000 páginas ou superior - Conectividade: Porta Paralela e USB 2.0 de alta velocidade - Memória: 8 MB (ou superior) - Compatibilidade: PC / MAC - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	BROTHER HL 2320D	UND	5,00	999,000	4.995,00
65	0024415 - NOTEBOOK Especificação Técnica: Cor Preto ou prata; Tela em no mínimo 14"; sistema operacional Windows 10 ou superior; Processador:Nº de nucleos 2 , Nº de threads 4,Frequencia 2,0 Ghz ou superior; Memória RAM 4GB; HD 1TB; Placa de som alto falantes integrados; Placa de vídeo integrada; Placa de rede Ethernet 10/100; Drives Leitor e gravador de DVD/CD; Conexões HDMI, USB; Teclado; Câmera integrada; Wireless e Bluetooth; Alimentação Bivolt; Garantia do fornecedor 12 meses; A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	POSITIVO STILO XC7660	UND	5,00	2.340,000	11.700,00
68	0018522 - TELEFONE Especificação Técnica: - Telefone de mesa com fio - Formato: Padrão - Identificador de chamadas: Não - Secretária eletrônica: Não - Teclado luminoso: Não - Fixável na parede: Sim - Controle de volume de campainha: sim - Telefone Gôndola: não - A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	INTELBRAS	UND	50,00	49,900	2.495,00
69	0024418 - TELEFONE Especificação Técnica: - Telefone de mesa sem fio - Formato: Padrão - Identificador de chamadas: Sim - Secretária eletrônica: Não - Teclado luminoso: Não - Fixável na parede: Não - Controle de volume de campainha: sim - Telefone Gôndola: não - A apresentação de catálogo	INTELBRAS	UND	50,00	99,900	4.995,00

	deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.					
71	0024420 - MICRO COMPUTADOR Especificações técnicas:Desktop I3, frequencia 2.0 Ghz ou superior; 3mb cache, 4gb DDR3 de RAM 1333 mhz, HD de 500gb sata II, graficos integrado o processador, áudio de alta definicição, placa de rede de 10/100 Mbps, Fast Ethernet, 06 entradas USB, 1 HDMI, 1 VGA, 2 entradas de microfone, 1 auxiliar, 2 saídas de áudio, 1 DC-in para fonte, Mini gabinete medindo aproximadamente 300,07x120,3x291,4mm, com Windows 10 64 bits, acompanha estabilizador de 300VA resistente a liquidos Mouse USB de 600 DPI e monitor de no mínimo 18.5 polegadas. Garantia de 12 meses pelo fornecedor. A apresentação de catálogo deste item pelos concorrentes se faz necessário na fase de lances deste certame para fins de verificação de atendimento a requisitos.	MM TSHARA PHILIPPS	UND	20,00	2.495,000	49.900,00
78	0024427 - Cabo de Força MD9 1.5M 3X0,75	XCELL	UND	50,00	13,500	675,00

O valor da presente é de R$ 299.300,00, (duzentos e noventa e nove mil e trezentos reais)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência
c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e".
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas "d" e "e".
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.

Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
Marco A B De Melo ME
Representante legal:
MARCO AURELIO BARROS DE MELO,
Socio, Brasileiro(a), ,
CPF/MF: 008.280.704-31

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:713724E2

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21 /2019

Em 03 de maio de 2019 o **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE**, , Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 08.365.900/0001-44, com sede à AV. JUVENAL LAMARTINE, 33, Centro, Monte Alegre, neste ato representado pelo(a) SEVERINO RODRIGUES DA SILVA, ,residente à rua Juvenal Lamartine, 33, Monte Alegre/RN, portador do CPF/MF sob o n.º156.240.134-34, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, sob o número 17/2019, cujo objetivo fora a formalização de **registro de preços para Aquisição de material laboratorial,** processada nos termos do Processo Administrativo, Processo Licitatório nº 109/2019, modalidade pregão, a qual constitui-se em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 3.931/2001 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referentes Aquisição de material laboratorial**,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Prefeitura Municipal de Monte Alegre, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR , através da Comissão de Gerenciamento.
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra ou serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;
f) comunicar aos gestores do Município possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

g) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,
h) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **FORNECEDOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra / serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) entregar o material ou prestar o serviços solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
c) fornecer o material conforme especificação, marca e preço registrados na presente ARP;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao material entregue, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
j) fazer o fornecimento e a prestação de serviço em local próprio e adequado, na sede do Município; e
m) realizar sem qualquer ônus os serviços de troca dos óleos (todos os tipos) e filtros dos veículos, em local adequado, localizado na sede do Município.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do fornecimento.
Parágrafo único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do material registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **JM COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI - ME**		
CNPJ: **26.690.173/0001-72**	Telefone: **(84) 3201-3057**	Email:
Endereço: **AV INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2661 , NOSSA SRA. DE NAZARE, NATAL/RN, CEP: 59062-600**		
Representante: **FABIO FERNANDES DA CUNHA** - CPF: **828.345.474-91**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0024252 - Albumina (Monoreagente) (AUTOMAÇÃO). 50ml		UND	20,00	30,920	618,40
3	0024253 - Amilase – Bi (AUTOMAÇÃO). 60ml		UND	20,00	189,990	3.799,80
4	0024254 - Bilirrubina direta – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO).125ml		UND	20,00	32,990	659,80
5	0024255 - Bilirrubina total – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 125ml		UND	20,00	32,990	659,80
9	0024259 - Colesterol total (monoreagente) Caixa com 3 Frascos (AUTOMAÇÃO). 200ml		Caixa	150,00	65,610	9.841,50
12	0024262 - Desidrogenase láctica/LDH-P (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	10,00	82,490	824,90
14	0024322 - Fostatase alcalina cinética (DGKC) Bi – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	20,00	63,650	1.273,00
17	0024267 - Glicose (monoreagente) - Caixa com 3 Frascos (AUTOMAÇÃO). 500ml		Caixa	100,00	49,300	4.930,00
22	0024272 - Proteínas totais (monoreagente) (AUTOMAÇÃO). 500ml		UND	15,00	60,990	914,85
27	0024324 - TGO – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	70,00	63,000	4.410,00
28	0024325 - TGP – Kit com reagentes 1 e 2 (AUTOMAÇÃO). 100ml		UND	70,00	63,000	4.410,00
39	0024288 - PIPETAS SOROLÓGICAS DE VIDRO DE 10 ML CX C/ 10 UNID		Caixa	10,00	18,870	188,70
40	0014000 - Soro anti A. Frasco com 10 ml		UND	10,00	15,500	155,00
41	0014001 - Soro anti B. Frasco com 10 ml		UND	10,00	15,500	155,00
42	0014002 - Soro anti AB. Frasco com 10 ml		UND	10,00	15,500	155,00
44	0024289 - SALUÇÃO DE MIF. 1000 ML		UND	50,00	15,730	786,50
45	0024290 - TUBOS DE ENSAIO DE VIDRO 12X75 MM. CAIXA COM 250 UNID.		Caixa	20,00	18,870	377,40
46	0024291 - TUDOS DE ENSAIO EM POLIESTIRENO (PS) CRISTAL, FUNDO REDONDO, MEDIDAS 12X75 MM (5ML). PACOTE COM 100 UNID		PACOTE	20,00	5,100	102,00
47	0024292 - TAMPAS TIPO FLECHA (RAIADA) PARA TUDO DE ENSAIO 12X75 MM, EM POLIPROPILENO (PP), ENCAIXE TIPO PRESSÃO. PACOTE COM 100 UNIDADES		PACOTE	20,00	3,000	60,00
48	0024293 - AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA A VÁCUO 25X7 MM. CAIXA COM 100 UNID		Caixa	200,00	23,870	4.774,00
49	0024294 - AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA A VÁCUO 25X8 MM. CAIXA COM 100 UNID		Caixa	200,00	23,820	4.764,00
51	0013967 - Escova pequena p/ lavagem de tubo de hemólise		UND	30,00	4,300	129,00
52	0024296 - ESCOVA MÉDIA P/ LAVEGEM DE PROVETA DE 100 ML		UND	30,00	4,300	129,00
53	0024297 - LÂMINAS 26X76 MM, FOSCA, LAPIDADA. CAIXA C/ 50 UNID		Caixa	15,00	3,800	57,00
54	0013976 - Lâminas lisas		UND	20,00	3,800	76,00
55	0013977 - Lancetas		UND	10,00	4,300	43,00
64	0024298 - TESTE RÁPIDO P/ GRAVIDEZ BETA HCG . CAIXA COM 100 TIRAS		UND	15,00	54,300	814,50
65	0024299 - TUBOS PARA COLETA A VÁCUO, PLÁSTICO DIÂMETRO 13X100 MM SEM ADITIVO, TAMPA VERMELHA. PACOTE COM 100 UNID.		PACOTE	200,00	31,730	6.346,00
66	0024300 - TUBO PARA COLETA A VÁCUO, VOLUME 3,6 ML COM CITRATO 3,2 % JATEADO EM PAREDE, DIÂMETRO 13X75 MM, TAMPA AZUL . PACOTE COM 100 UNID.		PACOTE	2,00	35,900	71,80
67	0024301 - TUBO PARA COLETA A VÁCUO, PLÁSTICO DIÂMETRO 13X75 MM, COM GEL SEPARADOR + ATIVADOR DE COÁGULO, TAMPA AMARELA. PACOTE COM 100 UNIDADES.		PACOTE	10,00	57,300	573,00
71	0024305 - ANTICOAGULANTE P/ HEMATOLOGIA EDTA 10g/dl, FRASCO C/ 20 ML		UND	30,00	3,940	118,20
72	0013945 - Anticoagulante inibidor da glicólise (fluoreto) frasco c/ 20 ml		UND	20,00	3,940	78,80
75	0013989 - Ponteiras descartável de 250 a 1.000 micros litros		UND	30,00	12,430	372,90
76	0013990 - Ponteiras descartável de 10 a 200 micros litros		UND	30,00	8,670	260,10
78	0024308 - TUBOS PARA COLETA A VÁCUO, PLÁSTICO DIÂMETRO 13X100 MM SEM ADITIVO, TAMPA BRANCA. PACOTE COM 100 UNID		PACOTE	3,00	44,220	132,66
79	0024309 - TUBOS PARA COLETA A VÁCUO, PLÁSTICO DIÂMETRO 16X100 MM SEM ADITIVO, TAMPA VERMELHA. PACOTE COM 100 UNID		PACOTE	200,00	52,630	10.526,00
80	0024310 - TUBOS PARA COLETA A VÁCUO, PLÁSTICO DIÂMETRO 13X100 MM COM EDTA K3, TAMPA ROXA OU LILAS. PACOTE COM 100 UNID		PACOTE	300,00	42,000	12.600,00
82	0016685 - Papel de filtro quantitativo altamente retentor 9 cm		UND	10,00	22,000	220,00
83	0024312 - PIPETA AUTOMATICA VOLUME FIXO DE 1.000 MICROS LITROS		UND	3,00	51,770	155,31

84	0024313 - PIPETA AUTOMATICA VOLUME FIXO DE 5 MICROS LITROS		UND	3,00	43,400	130,20
86	0024315 - FITA P/ TESTES QUÍMICOS DE URINA C/ 10 PARÊMETRO C/ PROTEÇÃO AO ÁCIDO ASCÓRBICO FRASCO C/ 100 TIRAS		UND	200,00	21,430	4.286,00

O valor da presente é de R$ 80.979,12, (oitenta mil, novecentos e setenta e nove reais e doze centavos)

Art. 7º. O pagamento será realizado, através de ordem bancária ou cheque nominal obedecendo as regras de exigibilidade de pagamentos impostas pelo artigo 5º da Lei Federal 8.666/93, e pela Resolução 032/2016 do TCE-RN após o recebimento do material, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a contratada
a) entregue, neste prazo, o documento fiscal equivalente;
b) esteja em dia com as obrigações previdenciárias (INSS), (FGTS), tributos federal, estadual e municipal
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá as seguintes condições:
a) Deverão ser entregues no prazo máximo definido na proposta apresentada pela contratada, contado a partir da assinatura do instrumento de contrato.
b) Deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como pronto para serem utilizados.
c) A entrega deverá ser feita na sede do Município, em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Monte Alegre/ RN.
d) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
a) O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
b) Não serão aceitos produtos com prazo de garantia/validade em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência
c) Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
d) – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
d.1) No ato da entrega do objeto, por servidor ou comissão responsável, desde que:
d.1.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
d.1.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o item 16.02; e,
d.1.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
d.1.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
d.1.5 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.
e – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Administração Municipal poderá:
e.1) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
e.2) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 1% (um por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
c) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
d) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.
Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e”.
Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Monte Alegre/RN.

Nada mais havendo a tratar, lavrei, eu, Raphael Tadeu Xavier de Abreu, a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular (es) fornecedor (es).

Monte Alegre/RN, 03 de maio de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito

Empresa:
JM Comercio E Representacao EIRELI - ME
Representante Legal:
FABIO FERNANDES DA CUNHA
Procurador
Brasileiro(a)
CPF/MF: 828.345.474-91

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:00A200D7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO DE CONTRATO N.º 04040001/2019

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 04040001/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz E F. FERNANDES DE MELO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Riacho da Cruz, com sede na: Avenida Camila de Lellis, 285, Centro, Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, CEP: 59.820-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.153.454/0001-04, neste ato representado por MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES, Prefeito, inscrito no CPF sob o n.º 289.106.054-72, doravante denominada CONTRATANTE, e F. FERNANDES MELO, CNPJ 08.487.928/0001-54, situada a Rua Dom Pedro II, 69 – Centro – Pau dos Ferros/RN, CEP. 59.820-000, neste ato representada pelo Sr. Francisco Fernandes de Melo, portador do documento de identidade RG nº 135.746 emitido pela SSP/RN, e do CPF/MF nº 020.23.104-04, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 014/2018 - PP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente Termo de Contrato é: Registro de Preços visando a possível aquisição parcelada de material hidráulico., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
Discriminação do objeto:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
2	10847 - MANGUEIRA 1"	M	626	5,90	3.693,40
3	10848 - MANGUEIRA REFORÇADA 3/4	M	712	5,00	3.560,00
4	10849 - MANGUEIRA SL 2"	M	50	14,50	725,00
5	10850 - VASOURA PARA GRAMA	UND	10	19,50	195,00
6	10851 - CURVA PVC EP 3"	UND	8	39,00	312,00
7	10852 - PAR DE PONTAS	UND	7	29,50	206,50
8	10853 - JOELHO SOLDÁVEL 60MM	UND	18	24,50	441,00
9	10854 - ADAPTADOR SOLDÁVEL 60mm	UND	57	12,50	712,50

10	10855 - TÊ SOLDÁVEL 60mm	UND	8	23,50	188,00
11	10856 - BUCHA DE RED. 50x40	UND	23	4,00	92,00
12	10857 - LUVA SOLD. 50mm	PAR	1	3,50	3,50
13	10858 - ASPRESSOR PLASCHUVA 1"	UND	31	24,50	759,50
14	10859 - PONTA FÊMEA C'0 3"	UND	20	10,00	200,00
15	10860 - REGISTRO ESFERA 3/4	UND	30	34,50	1.035,00
16	10861 - PARTIDA RETRATIL 5.5	UND	5	69,00	345,00
17	10862 - REGISTRO ESFERA 2.1/2	UND	4	325,00	1.300,00
18	10863 - REGISTRO ESFERA 2"	UND	6	159,00	954,00
19	10864 - ADAPTADOR SOLDÁVEL 75mm	UND	15	16,50	247,50
20	10865 - SAÍDA PARA ASPRESSOR C'O 2x1.1/2	UND	20	29,50	590,00
22	10867 - PONTA MACHO EP-3"	UND	50	11,50	575,00
25	10870 - BOMBA SUBMERSA 1/2CV	UND	2	1.390,00	2.780,00
26	10871 - QUADRO DE COMANDO P/MOTOR 0,5cv	UND	7	595,00	4.165,00
27	10872 - RELÉ DE NÍVEL DUPLO	UND	9	149,00	1.341,00
28	10873 - RELÉ DE NÍVEL ALTRONIC	UND	5	99,00	495,00
29	10874 - NIPLE GALVANIZADO 1/2	UND	5	4,00	20,00
30	10875 - NIPLE GALVANIZADO 2"	UND	3	14,50	43,50
31	10876 - NIPLE GALVANIZADO 3"	UND	8	39,50	316,00
37	10882 - LONA BOBINA 1x6	M	150	8,00	1.200,00
38	10883 - LONA BOBINA 1x4	M	180	6,00	1.080,00
39	10884 - LONA BOBINA 1x8	M	130	10,00	1.300,00
40	10885 - TUBO PVC PB 32mm	UND	130	14,00	1.820,00
41	10886 - TUBO PVC PB 2"	UND	150	21,50	3.225,00
Total Geral					**33.920,40**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 04/04/2019 e encerramento em 31/12/2019, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 33.920,40 (trinta e três mil e novecentos e vinte reais e quarenta centavos)**.**
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, na classificação abaixo:
2 - Prefeitura de Riacho da Cruz

7000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
7001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
4 – Administração
122 - Administração Geral
16 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE URBANISMO E INFRA-ESTRUTURA
2.105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
327 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1 - RECURSOS PROPRIOS
CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES
O preço contratado é fixo e irreajustável.
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO
As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.
CLAUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO
A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.
CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO
O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:
caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

É eleito o Foro da cidade de Portalegre/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Riacho da Cruz, Rio Grande do Norte, 4 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal De Riacho Da Cruz
CNPJ/MF nº 08.153.454/0001-04
MARIA BERNADETE NUNES REGO GOMES
Prefeito
CPF n.º 289.106.054-72
Contratante

F. FERNANDES DE MELO
CNPJ/MF nº 08.487.928/0001-54
Contratado

Publicado por:
Fábio Maximiliano Diogenes Souza
Código Identificador:974A3A90

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 02/2019

Divulga a relação de inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Santana do Matos/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 645/2008 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS

INSCRIÇÃO Nº	NOME	CPF
01	Maria da Guia da Silveira	968.893.224-87
02	Lauriana de Fátima de Carvalho Braga	071.848.044-00
03	Maria Lenúsia da Silva Cunha	110.073.964-58
04	Lucimar Pereira	036.880.594-84
05	Wagner Alexandre Mendes	009.177.894-82
06	Felipe da Silva Alves	701.705.134-32
07	Nilsea Pereira da Silva	878.390.594-49
08	Caliane Maria Sousa de França	061.949.574-09
09	Flavitônio Macedo Quinto	106.006.134-10
10	Francisco Edson da Silva	018.347.734-07
11	Sidney Isifran da Silva	048.262.984-39
12	Bianca Juciele Gomes de Sousa	700.003.834-90
13	Lucijan Alfredo da Cunha	036.131.594-57
14	Maria do Carmo Fernandes de Almeida Silva	100.464.914-22
15	Flamarion Mendes Balbino	044.854.184-05
16	José Allan Teixeira de Araújo	075.136.104-60
17	Juliana Maria de Souza Cavalcante	107.148.604-76
18	Maria Luíza dos Santos Ribeiro	100.860.914-50
19	Ezinaide Gledja de Oliveira Xavier	093.370.304-03
20	Daniele Rocha de Carvalho	083.233.494-44
21	Fairuse Fernandes de Assunção	011.183.854-11
22	Damiana Larissa de Souza Costa	079.988.824-92
23	Francisco Aldiclécio Bezerra Vitorino	073.619.274-32
24	José Roberto da Silva	702.557.054-09
25	José Carlos de Medeiros	044.823.464-54
26	Rosivan Borges Rodrigues	097.750.224-44

27	Maria de Fátima de Carvalho Cipriano	050.679.504-46
28	Iracema Daniele Fernandes	100.709.964-07
29	Arthur Vinicius de Sousa dos Santos	106.009.484-39
30	Alencar Silveira de Anchieta Guimarães Braga	078.498.224-47

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 07 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, situada na Rua Aristófanes Fernandes, nº 25, no horário das 8h às 12h.

Santana do Matos/RN, 04 de maio de 2019.

ANA DO CARMO AQUINO DE CARVALHO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:1F998207

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SOLICITAÇÃO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

A Secretária Municipal de Saúde do Município de São José do Seridó/RN torna pública a solicitação de pesquisa mercadológica do item descrito na planilha abaixo, destinada à realização de procedimento licitatório objetivando a **Contratação de Consultoria para acompanhamento, monitoramento e implementação das ações em saúde e segurança do trabalho previstas no cronograma de ações do programa de prevenção de riscos ambientais - PPRA e PCMSO**. A pesquisa poderá ser fornecida no prazo de cinco (05) dias após esta publicação, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sediada na Rua Vicente Pereira, nº 87, Centro, São José do Seridó/RN, CEP: 59.378-000, no horário das 07h (sete) às 13h (treze), de segunda a sexta, ou via e-mail, pelo endereço eletrônico: prefeituradesaojose@yahoo.com.br.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PREVISTAS NO CRONOGRAMA DE AÇÕES DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA E PCMSO, CONFORME O QUE SEGUE:			
01	Organizar o processo eleitoral da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – Secretaria Municipal de Saúde; Realização do Curso para capacitação dos membros da CIPA – Carga Horária 20h; Orientar a Gestão Municipal de Saúde quanto à adequação, manutenção e as especificações técnicas para aquisição dos EPC – Equipamentos de Proteção Coletiva e EPI – Equipamentos de Proteção Individual, quando necessários; Organizar e Orientar os gestores municipais quanto ao atendimento as Normas Regulamentadoras – NR's 10, 17, 23, 24 e 32, previstas no Cronograma do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA 2018/2019 (Implantação dos protocolos/controle e sinalização dos equipamentos e quando elétricos, instalações sanitárias e de combate a incêndios, entre outros necessários). Apoiar e orientar a elaboração do Plano de Prevenção de riscos de Acidentes com Material Perfuro cortante; Apoiar e orientar a elaboração do POP – Procedimento Operacional Padrão para descarte do lixo e Material Perfuro cortante; Apoiar e orientar a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde; Apoiar a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT; Realizar as capacitações elencadas nos programas: PPRA e PCMSO. Renovação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO previsto para outubro de 2019.	UND	08

São José do Seridó/RN, 06 de maio de 2019.

DÉBORA COSTA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Inacia Alice Medeiros dos Santos
Código Identificador:37EEFE30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019. PROCESSO: N.º 122.002/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019-SRP.

Objeto: Registro de preços para aquisição de material esportivo destinado à manutenção das atividades esportivas deste município, de acordo com as informações constantes no anexo I – termo de referência deste edital. Assinatura da Ata: 06.05.2019. Vigência: 12 meses a contar da assinatura da ARP. Conforme segue:

Empresa: JOÃO HELDER SOARES BEZERRA
CNPJ: 27.626.128/0001-11 I.E.:
Endereço: Rua Santa Inês, 51, térreo, Emaús. Tel.: (84) 8730-4577
Cidade: Parnamirim/RN. CEP: 59.148-460
Email: helder.b.soares@hotmail.com
Representante: João Maria Soares – CPF: 413.411.394-68
ITENS: 9, 11, 12, 16, 19, 23, 36, 48, 49, 50, 51, 57, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Bola de Handebol Infantil: Tamanho infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51cm,	UND	10	Super Bola	72,00	720,00

	pesando entre 230 e 270 gramas, Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB), ou pela Federação Internacional de Handebol (IHF), ou por, no mínimo, 1 Federação Estadual de Handebol nacional.					
11	Bola de Vôlei Infantil: Tamanho infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 60-63 cm, pesando entre 240-270 gramas. Com válvula. Gomos com enchimento interno de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	UND	15	magussy	56,00	840,00
12	Bola para Recreação de borracha : Para iniciação nº 10, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 e 200 gramas, Com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	UND	30	magussy	14,00	420,00
16	REDE DE VÔLEI: Com cordas, cabo de aço plastificado. Material polietileno com 4 lonas sintéticas , fio 2,50 mm. Suporte plástico nas pontas superiores que impedem a ação cortante do cabo. Quadro estrutural em corda de nylon 6mm. Medidas 10 m x 1 m. Malha 10 x 10, resistente a raios.	UND	15	Via brasil	86,00	1.290,00
19	KIT CONES: Kit com 10 conners, Informações: Cone agilidade Funcional PVC Cone Plástico 24cm - Cores Variadas Cones para marcação. Treinamento de circuito, Funcional e esportes em geral.	UND	10	Pangue	59,00	590,00
23	PLACAR DE MESA: Poder Ser Utilizado Em Várias Modalidades Esportivas, Como Tênis De Mesa, Vôlei, Futebol Etc. Confeccionado Em Pvc Rígido, Possui Sistema Articulado Para Facilitar Transporte. Ideal Para Qualquer Partida Especificações: Características: Material: Pvc Rígido, Cor: Preto, Linha Table Tennis, Prático E Leve 7 Sets 31 Pontos, Multi Esporte, Dobrável, Dimensões, Altura: 15 Cm, Comprimento1,80 M, Obs: Tamanho Oficial	UND	10	bmx	198,00	1.980,00
36	FITAS DE MARCAÇÃO DE QUADRA: Fitas ou Faixas Para Marcação De Quadra Volei_ou Becah Tennis e ou Peteca Basic Campo/praia Fitas de 5 cm em medidas para demarcação de quadra de Volei, peteca, Beach Tennisfacilita vizualização na areia. com ilhós e fixadores em ferro. Kit vem nas medidas 8 x 16 mts 2 fitas 16 mts 2 fitas 8 mts4 fixadores Vôlei 8 largura x 16 de comprimento Beach Tennis 8 largura x 16 de comprimento para jogo de duplas Peteca 7 largura x 14 de comprimento, (para petaca informar que deseja a medida de peteca qdo comprar) Cor a definir. Nas extremidades/ pontas de cada fita possui ilhós pra passar o gancho ou prego metálico, exceto para marcação da Peteca que a fita tem que ser remontada em um metro para isso, enviamos gancho e ou o prego afim de fixar ao chão e onde é montado o formato do retângulo a quadra.	UND	10	via brasil	69,50	695,00
48	KIMONO PARA KARATÊ TIPO 2 KIMONO PARA KARATÊ. Confeccionado em Tecidos 100% algodão (Sarja). Cor Branco Pré encolhido em processo industrial. Blusa sem costura nas costas e nos ombros das mangas. Tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta,Calça com elástico e cordão. Gola costura alinhada e com enchimento especial. Acompanha Faixa. TAMANHO 14 A 16 ANOS	UND	15	stance	94,00	1.410,00
49	KIMONO PARA JIU-JITSU TIPO 2 Kimono para Jiu-jitsu Modelo: Trançado cor a defenir - 12oz Acompanha faixa branca grossa. Blusa toda em tecido "trançado" sem costura nas costas, com gramAltura = 978 grs/m com encolhimento de 5% já compensado na modelagem. Blusa com gola reforçada (revestida em lona K10), e reforço com tecido duplo nos ombros, peito, costa e axilas. Calça (Pré-encolhida), em tecido azul de RIP STOP (alta resistência ao rasgo) com reforço e tecido duplo nos joelhos. • Tamanho Masculino Adulto – A2 e A3 .	UND	15	stance	150,00	2.250,00
50	KIMONO PARA JIU-JITSU TIPO 3 Kimono para Jiu-jitsu Modelo Trançado cor a defenir- 12oz Acompanha faixa branca grossa. Blusa toda em tecido "trançado" sem costura nas costas, com gramAltura = 978 grs/m com encolhimento de 5% já compensado na modelagem. Blusa com gola reforçada (revestida em lona K10), e reforço com tecido duplo nos ombros, peito, costa e axilas. Calça (Pré-encolhida), em tecido azul de RIP STOP (alta resistência ao rasgo) com reforço e tecido duplo nos joelhos. Tamanho Feminino Adulto – F3 e F4	UND	15	stance	150,00	2.250,00
51	KIMONO PARA JIU-JITSU TIPO 4 Kimono para Jiu-jitsu Modelo Trançado cor a defenir - 12oz Acompanha faixa branca grossa. Blusa toda em tecido "trançado" sem costura nas costas, com gramAltura = 978 grs/m com encolhimento de 5% já compensado na modelagem. Blusa com gola reforçada (revestida em lona K10), e reforço com tecido duplo nos ombros, peito, costa e axilas. Calça (Pré-encolhida), em tecido azul de RIP STOP (alta resistência ao rasgo) com reforço e tecido duplo nos joelhos. Tamanho – F2.	UND	15	stance	150,00	2.250,00
57	TROFÉU TIPO 01 Troféu 86 cm de altura, com base de cor a definir, com 23 cm de diâmetro e 19 cm de altura, acima convexo dourado, e taça na cor a definir, alças dourada, tampa dourada, taça medindo 40 cm de largura á partir das alças. Estatueta gigante intercambiável. Confeccionado em polímero.	UND	20	bmx	99,00	1.980,00
64	TROFÉU TIPO PLACA 02 Placa acrílica incolor medindo 15x20, com 23 cm de altura, sobre uma base de madeira de cor preta. Com aplicação de impressão a laser na placa, com arte do evento a ser definido,	UND	30	bmx	34,00	1.020,00
65	MEDALHAS TIPO OURO Medalha plástica redonda com 70 mm de diâmetro, frente e verso lisa, para gravação. Nas cores: ouro, fita de cetim na cor azul.	UND	250	bmx	3,90	975,00
66	MEDALHA TIPO PRATA Medalha plástica redonda com 70 mm de diâmetro, frente e verso lisa, para gravação. Nas cores: prata, fita de cetim na cor azul.	UND	250	bmx	3,70	925,00
67	MEDALHA TIPO BRONZE Medalha plástica redonda com 70 mm de diâmetro, frente e verso lisa, para gravação. Nas cores: bronze, fita de cetim na cor azul.	UND	250	bmx	3,70	925,00
71	MEDALHA EM ACRÍLICO Medalhas 6cm Em Acrílico 2mm P/ Personalizar 6x6 de acordo com o evento solicitado.	UND	250	bmx	3,90	975,00
72	ESTATUETA INTERCAMBIÁVEIS: medindo de 12cm a 25cm, com base em madeira na cor preta. Com as estatuetas Tipo: goleiro, artilheiro, atletismo, karate, judô, vôlei, honra ao mérito, moto, bicicross, ciclismo. A ser definido de acordo com a solicitação do evento	UND	20	bmx	19,00	380,00
73	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 02 CHUTEIRA OURO, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	UND	20	bmx	19,00	380,00
74	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 03 CHUTEIRA PRATA, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	UND	20	bmx	19,00	380,00
75	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 04 CHUTEIRA BRONZE, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	UND	20	bmx	19,00	380,00
VALOR TOTAL R$						**23.015,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações; Lei 10.520/02 e Decreto Mun. 011/2013. SIGNATARIOS: Maria do Socorro dos Anjos Furtado – Prefeita Municipal – Pelo Órgão Gerenciador e João Maria Soares – Representante Legal pela contratada. A íntegra da ata com as demais informações encontrar-se-á disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, sito a Rua Nossa Senhora da Conceição, 276 – Centro – Serra Caiada/RN – CEP: 59.245-000 ou pelo telefone (84) 3293-0038.

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:254EE414

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA CAIADA
RELAÇÃO DOS PRÉ-INSCRITOS PARA CANDIDATURA À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PARA O QUADRIÊNIO 2020 – 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Lei Municipal nº 890/2014
Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar
EDITAL Nº 02/2019

Divulgação da relação dos pré-inscritos para candidatura à membro do Conselho Tutelar e abre prazo para solicitação de impugnação.

A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Serra Caiada/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução 01/2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 890/2014 e suas alterações, torna público a RELAÇÃO DOS INSCRITOS, para candidatura à membro do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente para o quadriênio 2020 – 2024.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS PRÉ- INSCRITOS

Nº	NOME	CPF
01	DOUGLAS ELIAS DE SOUZA	009.784.294-00
02	GILMARA CABRAL DOS SANTOS DO NASCIMENTO	153.378.118-43

03	FRANCISCO CLAUDINO M. JUNIOR	089.003.064-21
04	RAFAELA MICHELLE DA SILVA FREITAS	099.133.114-11
05	WEVERTON HERINQUE DE A. SARTORI	097.443.844-84
06	LUCILEIDE SILVA DE AQUINO	088.646.174-00
07	JOSE PABLO SALES VICENTE	119.481.814-52
08	KERGINALDO GAMA DANTAS	089.818.714-18
09	LUIZ RICARDO SOARES DA SILVA	085.731.494-77
10	MARIA JOSE FERREIRA DE LIMA	028.016.734-20
11	SIMONE REGIA SOBRINHA MELQUIADES	073.501.114-10
12	MARCIO ROBERTO CONSTANTINO DE ASSUNÇÃO	812.998.264-15
13	RIZIELE MAYARA DE SANTANA SILVA	113.287.154-93
14	DUDIANE DA SILVA ALVES COSTA	054.375.084-17
15	JOSÉ JOSEVAN ARAUJO DE SOUZA	060.826.784-86
16	FRANCISCA IRISVANIA ANGELO COSTA	055.442.924-18
17	MARIA ERIVÂNIA FERRO	495.541.904-68
18	IVANEIDE BENTO DE OLIVEIRA SILVA	053.358.404-39
19	ELIZANGELA BARBOSA DE ALMEIDA	012.448.264-30
20	RUBENS MANOEL DA SILVA	099.244.734-85
21	BRUNO CUNHA DE OLIVEIRA	099.355.384-27
22	EDNALDO GONZAGA DA SILVA	034.623.764-54
23	PEDRO CARLOS BONFIM DA SILVA	020.553.044-37
24	MAYARA COSME VIANA	701.958.774-70
25	MARIA CICERA GOMES DE SOUZA SILVA	011.902.134-00
26	ALEXSANDRA PEREIRA DA COSTA	012.442.024-95
27	MARIA DAS GRAÇAS DE MOURA SOUZA	627.235.884-91
28	JADSON GALVÃO DA SILVA	700.680.934-70
29	GILSON CARNEIRO DA SILVA	073.509.154-46
30	MANOEL SERAFIM DA SILVA	011.075.954-01
31	CARLIANO PAULINO DA SILVA	101.240.504-41
32	JARBAS RAYRAN VITORIA SILVA	101.042.011-36
33	HERTA ARAUJO DO NASCIMENTO	054.473.694-01

O Ministério Público ou qualquer cidadão que tenha conhecimento de fatos ou circunstâncias que tornem qualquer inscrito impedido ou inapto para a função de Conselheiro Tutelar, à luz dos requisitos fixados na legislação em vigor, poderá oferecer impugnação junto à Comissão Especial Eleitoral, no período de 05 à 13 de maio do corrente ano, preferencialmente com provas que instruam o ato.
As impugnações deverão ser apresentadas por escrito e protocoladas na Secretaria Municipal de Trabalho Habitação e Assistência Social, situada na Rua João Camilo de Andrade, nos dias Seg , Qua e Sex das 08:00 ás 14:00 h e Ter e Qui das 08:00 ás 17:00 h.

Serra Caiada/RN, 06 de maio de 2019.

MAXWELLE MONTEIRO NASCIMENTO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:B50B695F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços n° 013/2019
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E DEMAIS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

Homologo pelo presente termo para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Equipe de Pregão, referente ao Edital do Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços N0 012/2019, nos ditames da Lei n0 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal n0 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas posteriormente, de acordo com o parecer daquela equipe que escolheu a Proposta da Licitante:

EMPRESA	CNPJ/MF	ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PNEU S SHOP LTDA	09.524.685/0001-40	01	R$ 248,00	R$ 1.984,00
		02	R$ 252,00	R$ 2.520,00
		03	R$ 278,00	R$ 2.224,00
		04	R$ 63,00	R$ 756,00
		05	R$ 98,00	R$ 2.352,00
		06	R$ 1.188,00	R$ 9.504,00
		07	R$ 2.113,00	R$ 16.904,00
		08	R$ 2.890,00	R$ 23.120,00
		09	R$ 4.245,00	R$ 33.960,00
		10	R$ 205,00	R$ 8.200,00
		11	R$ 2.825,00	R$ 22.600,00
		12	R$ 377,00	R$ 9.048,00
		13	R$ 298,00	R$ 3.576,00
		14	R$ 318,00	R$ 12.720,00
		15	R$ 3.399,00	R$ 27.192,00
		16	R$ 565,00	R$ 6.780,00
		17	R$ 796,00	R$ 19.104,00

		18	R$ 595,00	R$ 11.900,00
		19	R$ 695,00	R$ 6.950,00
		20	R$ 646,00	R$ 12.920,00
		21	R$ 1.788,00	R$ 143.040,00
		22	R$ 595,00	R$ 7.140,00
		23	R$ 1.058,00	R$ 25.392,00
		24	R$ 58,00	R$ 1.392,00

*Licitação processada sob o Sistema de Registro de Preços, com quantitativos estimados para 12 (doze) meses.

Touros/RN, 06 de maio de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:638E3CFC

